

JOSÉ EDUARDO MESCHIATTI

TRABALHADORES DA VINHA

**Estudo sobre a Formação do Clero – o Seminário
Católico antes e depois do Concílio Vaticano II**

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

2007

JOSÉ EDUARDO MESCHIATTI

TRABALHADORES DA VINHA

**Estudo sobre a Formação do Clero – o Seminário
Católico antes e depois do Concílio Vaticano II**

Orientação: Prof^ª. Dra. Águeda Bernadete Bittencourt Uhle

“Porque o Reino dos Céus é semelhante a
um pai de família que saiu de manhã cedo
para contratar trabalhadores para a sua
vinha. Depois de combinar com os
trabalhadores um denário por dia,
mandou-os para a vinha.”
Mt 20, 1-2

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Título: **Trabalhadores da vinha**

**Estudo sobre a formação do clero – O seminário católico antes e depois do
Concílio Vaticano II**

Autor: José Eduardo Meschiatti
Orientador: Profa. Dra. Agueda Bernadete Bittencourt

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por José Eduardo Meschiatti e aprovada pela Comissão Julgadora.

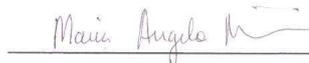
Data: 23/02/2007.

Assinatura:.....

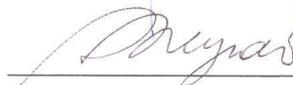


Orientador

COMISSÃO JULGADORA:









2007

i

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNI CAMP**

M56t	Meschiatti, José Eduardo. Trabalhadores da vinha : estudo sobre a formação do clero – o Seminário Católico antes e depois do Concílio Vaticano II / José Eduardo Meschiatti. – Campinas, SP: [s.n.], 2007. Orientador : Agueda Bernardete Bittencourt . Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Seminários teológicos católicos - Brasil. 2. Concilio Vaticano (2.: 1962-1965). 3. Concilio de Trento, 1545-1563. 4. Clero – Campinas (SP). 5. Documentos papais. I. Bittencourt, Agueda Bernardete. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	08-193/BFE

Título em inglês : Workers of the vineyard : a study on the formation of the clergy – The Catholic Seminary before and after Vatican II Council

Keywords : Seminaries Theological Catholics ; Council Vatican (2.:1962-1965) ; Council of Trent, 1545-1563 ; Papal documents

Área de concentração : Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação : Doutor em Educação

Banca examinadora : Prof^a. Agueda Bernardete Bittencourt (Orientadora)

Prof. Dr. Luiz Roberto Benedetti

Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Melo Negrão

Prof. Dr. Pedro Carlos Cipolini

Prof^a. Dr^a. Maria Angela Miorim

Data da defesa: 23/02/2007

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : j983274@gmail.com

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais, pela participação afetiva no processo deste trabalho.

Aos bispos de Campinas, Dom Bruno Gamberini e Dom Gilberto Pereira Lopes, pelo seu mérito no pastoreio e na condução desta Igreja querida de Campinas.

Ao clero e ao povo de Deus desta Igreja Particular de Campinas.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesto a todas elas minha gratidão e, de forma especial:

- À Profa. Dra. Águeda Bernadete Bittencourt Uhle, minha orientadora, que assumiu como sua, a preocupação intelectual com o tema deste trabalho, sempre me ajudando, apoiando, acompanhando e incentivando. Minha gratidão e amizade;
- Aos professores doutores Ana Maria de Melo Negrão, Maria Angela Miorin, Pe. Luiz Roberto Benedetti e Côn. Pedro Carlos Cipolini e também aos professores e amigos do *Focus*, pela valiosa colaboração e sugestões apresentadas por ocasião do Exame de Qualificação e de Defesa da Tese;
- Aos padres Cláudio Zaccaria Menegazzi e Elisiário César Cabral, meus reitores, pela paciência e compreensão no desenvolvimento deste trabalho;
- Aos amigos Pe. Luiz Roberto Benedetti, com quem partilhei inúmeras vezes as preocupações da pesquisa e da vida, ao Côn. Pedro Carlos Cipolini no acolhimento de parte deste trabalho como Monografia de Teologia, bem como por sua colaboração, e à Profa. Ana Maria Melo Negrão, que além da amizade e apoio, abriu seu acervo pessoal para ajudar-me na conclusão deste trabalho;
- Aos pacientes e amigos funcionários da Faculdade de Educação da Unicamp que, sempre solícitos ofereceram ajuda, apoio e atenção em todos os momentos;
- Às professoras Leda Maria de Souza Freitas Farah e Angela Aparecida Peguim que, em etapas diferentes do trabalho ajudaram na correção lingüística;
- Aos amigos e colaboradores que muito ajudaram nesta pesquisa, Prof. Antonio Éuler Lopes de Camargo, Pe. José Arlindo de Nadai, Pe. Paulo Roberto Rodrigues, e Dulcinéa Bueno.
- Aos outros amigos, seminaristas e depoentes, que de alguma forma contribuíram com esta pesquisa;
- Ao CNPQ, pela contribuição na realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Um modelo persistente	6
1 – A nova identidade da Europa – Concílio de Trento	7
2 – A Formação do Clero no Brasil – Os Seminários	21
3 – Os Seminários em Campinas e seus patronos	30
CAPÍTULO II – Um modelo em luta	90
1 – A secularização e o desmonte do projeto do Concílio de Trento: A identidade vaticano II	91
2 – Lumen Gentium: Nova Ecclesiologia – Novo Presbítero	102
3 – A experiência das pequenas casas	116
CAPÍTULO III – O velho no novo	169
1 – A reestruturação do seminário em Campinas	170
2 – As linhas de continuidade do Vaticano II	206
3 – A formação do clero a partir das Conferências do CELAM	216
4 – A política de formação do clero no governo de João Paulo II	235
5 – O clero de Campinas, fruto de dois tipos de seminários	248
6 – Semelhanças dos modelos	258
7 – “A Grande Disciplina” – A realidade do clero e da formação	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	273

Índice de figuras

Fig. 1 - 1º Seminário de D. Nery, que funcionou no Instituto Santa Maria (Atual Colégio Pio XII)	44
Fig. 2 - Segundo Seminário da Diocese, hoje Colégio Dom Barreto	45
Fig. 3 - Vista aérea da Cidade de Campinas, década de 1950	53
Fig. 4 - Vista Aérea do 3º Seminário	53
Fig. 5 - Capela das irmãs	59
Fig. 6 - Dormitórios com as cameratas	60
Fig. 7 - Capela vista de cima	61
Fig. 8 – Refeitório	62
Fig. 9 – Copa	63
Fig. 10 - Sala de aula	65
Fig. 11 - Sala de estudos	66
Fig.12 – Claustro	68
Fig. 13 - A Imaculada – Frente do Seminário	70
Fig.14 - Foto da Turma Anual	72
Fig. 15 - Foto da Turma Anual	72
Fig.16 - Portão entreaberto	75
Fig. 17 - Portão Central	76
Fig.18 - O olhar revelador de um ponto de vista sobre o Seminário	78
Fig. 19 - Encenação Teatral	81
Fig. 20 - Encenação Teatral	81
Fig. 21 - Cozinha – Irmãs em Serviço	83
Fig. 22 - Casa Anexa ao Colégio Pio XII, residência do Seminário	160
Fig. 23 – Anos 1960 – Estudantes em protesto contra a Ditadura Militar	162
Fig. 24 – Capela do Seminário de Teologia	195
Fig.25 – Fachada do Seminário de Teologia	196
Fig. 26 – Fachada do Seminário de Filosofia I	197
Fig. 27 – Fachada do Seminário de Filosofia II	197
Fig. 28 – Capela do Seminário de Filosofia	198
Fig. 29 – Fachada do Seminário Propedêutico	199

Fig. 30 - Capela do Seminário Propedêutico	199
Fig. 31 – Cozinha do Propedêutico e funcionária leiga	200
Fig. 32 – Sala de aula e professor leigo do Seminário Propedêutico	201
Fig. 33 – Refeitório – Comemoração de Aniversário de funcionária leiga	201
Fig. 34 – Fachada do Propedêutico – Familiares, diretoria e ingressitas de 2006	202

Índice de Anexos

Anexo I - Planta do 2º Seminário Diocesano	49
Anexo II - Bispos oriundos da Diocese de Campinas	85
Anexo III - Planta do Seminário de D. Paulo de Tarso	87
Anexo IV – Desligamento de sacerdotes no Brasil (1960-1970)	163
Anexo V - Planta do Seminário de Filosofia	183
Anexo VI - Reitores do Seminário Maior de Teologia	189
Anexo VII - Planta do Seminário de Teologia	190
Anexo VIII – Arcebispo quer cruzada em busca de padres	203
Anexo IX - Reitores do Seminário Propedêutico	204
Anexo X - Plantas do Seminário Propedêutico	205

Índice de Quadros

Quadro 1 - Nº de padres e dioceses no Brasil, em comparação com os Estados Unidos, no ano de 1889	28
Quadro 2 – nº de dioceses no Brasil	28
Quadro 3 – Composição da Equipe do Seminário	40
Quadro 4 – nº de seminarista em Campinas	41

Quadro 5 – nº de seminarista e ginasianos	42
Quadro 6 – Disciplinas do curso ginasial	43
Quadro 7 – nº de seminaristas maiores e menores	46
Quadro 8 – Professores do Seminário	63
Quadro 9 – nº de seminaristas (1927-1959)	107
Quadro 10 – Padres que deixaram o estado clerical a partir de 1963	118
Quadro 11 – Diretoria do Seminário Menor Imaculada – 1966	119
Quadro 12 – Diretoria do Seminário Menor da Imaculada – 1967	119
Quadro 13 – Ordenações Presbiterais após o 1962	122
Quadro 14 – nº de católicos e evangélicos	212
Quadro 15 – Porcentagem em cada denominação religiosa (1991-2005)	215
Quadro 16 – Mobilidade Religiosa	215

RESUMO

Este trabalho aborda o tema da formação do clero, fazendo um olhar sobre “formando” e “clero”, sujeitos que não podem ser dissociados. Para a compreensão dos objetivos do processo atual de formação do clero, busca-se entender quem é o padre, qual sua identidade, como se deu a compreensão histórica dessa identidade e qual o perfil das pessoas que se interessam por entrar e fazer parte da assim chamada “carreira sacerdotal”.

Através dos vieses das análises de cunho sociológico, histórico e pedagógico a presente pesquisa investiga a formação presbiteral em três fases: a primeira que vai do Concílio de Trento (1545-1563) até meados do século XX; a segunda que aborda a experiência tópica de pequenas comunidades formativas, no breve período do entorno do Concílio Vaticano II (1962-1965) e, a terceira que analisa a formação do clero no período pós-Concílio Vaticano II, sobretudo no período do pontificado do Papa João Paulo II (1978-2005).

O trabalho está dividido em três capítulos em que se analisa a formação presbiteral e os seminários na sua compreensão histórica, tendo como referenciais de compreensão Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, Erving Goffman, na obra *Manicômios, Prisões e Conventos* o teólogo João Batista Libânio, em sua obra “*A Volta à Grande Disciplina*”.

O primeiro capítulo, intitulado “Um modelo persistente”, faz um percurso na história para compreender a identidade do presbítero plasmada e forjada e pelo Concílio de Trento. O segundo capítulo, “Um modelo em luta”, analisa a tentativa de superação da identidade tridentina no que diz respeito à formação do clero, empreitada pelo Concílio Vaticano II, apontando a renovação da eclesiologia e das estruturas da Igreja. Como caso concreto de análise, estuda-se neste capítulo a trajetória da formação do clero na Arquidiocese de Campinas, levantando-se a história dos seminários nesta Igreja Particular e a aplicação das determinações dos documentos da Igreja e dos Concílios.

O terceiro capítulo “O velho no novo”, descreve os desdobramentos da renovação eclesiológica proposta pelo Vaticano II, que acaba por exigir um novo modelo de presbítero diante das novas realidades do mundo atual e da pós-modernidade, tendo como iluminação as orientações do pontificado do Papa João Paulo II, a partir das diretrizes da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis* de 1992.

ABSTRACT

This work approaches the theme of clergy formation by looking at the terms “formation” and “clergy,” which are subjects that cannot be dissociated from each other. In order to comprehend the purpose of the current process of clergy formation, this work seeks to understand who the priest is, his identity, the historical comprehension of priestly identity, and the profile of the men seeking to enter the so-called “clergy-career.”

Through the lens of sociology, history, and education, the present work researches the clergy formation in three stages: First, from the Council of Trent (1545-1563) to the middle of the 20th century; second, approaching the experience of small formative communities, during the brief period near the II Vatican Council (1962-1965); third, making an analysis on the formation of clergy in the post-Vatican II period, especially during the pontificate of pope John Paul II (1978-2005).

This work is divided in three chapters that approach clergy formation and Seminaries in their historical comprehension, having as reference the thoughts of Michel Foucault in his work, “Vigiar e Punir,” of Erving Goffman in, “Manicômios, Prisões e Conventos,” and of the Theologian João Batista Libânio, in his work, “A Volta à Grande Disciplina.”

The first chapter, entitled, “A persistent model,” draws a path through history to comprehend the clergy identity of the Priest built by the council of Trent. The second chapter, “A struggling model,” makes an analysis of the attempt to overcome the Tridentine identity regarding Clergy formation, achieved by the II Vatican Council, pointing to a renewal of ecclesiology and church structures. As a concrete case, the chapter will discuss on the trajectory of clergy formation in the Archdiocese of Campinas, unfolding the history of the seminaries in that particular church and the application of the Church documents, guidelines, and Councils.

The third chapter, “The Old in the New,” describes the unfolding of that renewal of ecclesiology proposed by Vatican II, which requires a new model of clergy against the new realities of the current world, and postmodern era, according to the positions taken during the pontificate of John Paul II, departing from his Post-Synodal Apostolic Exhortation *Pastoris Dabo Vobis* (1992).

Versão para o Inglês: Pe. Alexandre Souza e Silva de Moura

Introdução

O tema referente à formação do clero tem suscitado cada vez mais o interesse dos estudiosos da religião. Seja pelo fato de que no final do século XX e início do século XXI houve um retorno, uma nova busca do sagrado, seja também pelo fato de que, passada a crise do clero e dos seminários dos anos 1970, o número de candidatos e de pessoas interessadas em formar parte do clero católico tem aumentado gradativamente, ainda que não o suficiente para suprir a demanda do serviço presbiteral nas comunidades. O tema suscita também o interesse científico de entender esse fenômeno “vocação ao presbiterado”, que acontece na vida de tantas pessoas, de lugares e épocas diferentes, ao longo de toda a história do Catolicismo.

Há também, juntamente com tudo isso, o interesse deste pesquisador que, tendo sua história de vida ligada desde a infância à Igreja Católica, optou tardiamente pelo exercício da vocação presbiteral e, além de ser historiador e pedagogo, tem exercido a atividade docente em escolas da rede pública e particular.

O pesquisador deste trabalho, Padre José Eduardo Meschiatti, nasceu em uma família católica praticante, de descendentes de italianos que, chegando ao Brasil em fins do século XIX, fixaram moradia no Estado de São Paulo. Assim como a história de muitos desses imigrantes italianos, seus ascendentes trabalharam em substituição à mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira até a década de 1930, período em que vieram a se fixar em Campinas, na vida urbana comercial e industrial.

Sua primeira formação escolar foi feita com os Padres Salesianos, no Externato São João, manifestando desde cedo interesse pelo sacerdócio, mas, por circunstâncias e oportunidades diversas, veio a concretizar sua vocação somente na idade adulta. E, mesmo sendo graduado e pós-graduado, após ingressar no processo formativo da Arquidiocese de Campinas e sujeitar-se a todo o rigor da formação do clero em vigor nos anos 2000, com uma proposta de seminário fechado, é hoje sacerdote católico.

Toda essa trajetória, principalmente o rigor do seminário e o fato de ter que se sujeitar ao mesmo tratamento que qualquer jovem ingressante, sem nenhum privilégio ou exceção, acabaram suscitando o interesse em estudar, compreender e analisar o processo de formação do clero atual, que recebeu novo direcionamento no governo do Papa João Paulo II, a partir da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis* (Dar-vos-ei pastores), de 1992.

Tendo sempre manifestado interesse pelas vocações e pelo trabalho vocacional, foi nomeado pelo Sr. Arcebispo, ainda como seminarista, em 2005, Coordenador do Seminário Propedêutico da Arquidiocese, o primeiro estágio da formação presbiteral. Em 2006, já como padre, assumiu também a Coordenação da Pastoral Vocacional da Arquidiocese, ou seja, a responsabilidade pela seleção, pelo acompanhamento e pela aprovação daqueles que desejam ingressar na carreira sacerdotal.

Obviamente, o exercício de todas essas funções ligadas à formação presbiteral permitiu ao autor deste trabalho a vivência como Reitor de um seminário, no contato direto com os candidatos e com tudo aquilo que está relacionado à formação do clero e contribuiu para que este texto pudesse contar também com a percepção pessoal e diária.

Diante dessas preocupações objetivas, este trabalho quer debruçar-se sobre o tema da formação do clero, fazendo um olhar sobre “formando” e “clero”, sujeitos que não podem ser dissociados. E, para a compreensão dos objetivos do processo atual de formação do clero, faz-se necessário entender quem é o padre, que identidade tem, como se deu a compreensão histórica dessa identidade e qual o perfil das pessoas que se interessam por entrar e fazer parte da assim chamada “carreira sacerdotal”.

Este trabalho tem os vieses das análises de cunho sociológico, histórico e pedagógico e aborda a formação presbiteral em três fases: a primeira, que vai do Concílio de Trento (1545-1563) até meados do século XX; a segunda, que aborda a experiência breve do período do entorno do Concílio Vaticano II (1962-1965) e a terceira, que analisa a formação do clero no chamado período pós-Vaticano II, que compreende o pontificado do Papa João Paulo II.

Como caso concreto de análise, estuda-se neste trabalho a trajetória da formação do clero na Arquidiocese de Campinas. Assim, levantou-se a história dos seminários nesta Igreja Particular e a aplicação das determinações dos documentos da Igreja e dos Concílios.

Paralelamente ao estudo da formação presbiteral percebeu-se a necessidade de identificar os padres formados por um e outro tipos de seminário, no sentido de entender os tipos de formação. Assim, dois grupos de padres são identificados: o grupo dos padres mais velhos, que foram formados pelo seminário tridentino e o grupo dos padres mais novos, formados após a crise das vocações dos anos 1970 e já sob as diretrizes do Concílio Vaticano II.

O primeiro capítulo, intitulado “Um modelo persistente”, faz um percurso na história para compreender a identidade forjada a respeito do presbítero, desde o Concílio de Trento, realizado na cidade de mesmo nome, na Itália (1545 a 1563), que construiu e cristalizou uma identidade presbiteral em vigor até meados do século XX, tendo deixado suas marcas gravadas nos presbíteros até os dias atuais. A obra do jesuíta Pe. João Batista Libânio, intitulada *A Volta à Grande Disciplina*, de 1984¹, que fez prospectivas acertadas sobre o que seria o pontificado de João Paulo II, foi de certa forma o que gerou muitas das perguntas que tentam ser contestadas neste trabalho; a análise do estilo de seminário, do tipo instituições totais, é feita principalmente a partir da ótica de Michel de Foucault em *Vigiar e Punir* e de Erving Goffman em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos*.

O segundo capítulo aborda o período de superação da identidade forjada na Igreja pelo Concílio de Trento, com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), ocorrido na cidade de mesmo nome. As mudanças, os avanços e os não-avanços ocorridos na vida da Igreja, bem como na formação presbiteral são analisados por estudiosos desse concílio, como Giuseppe Alberigo, Alberto Melloni, José Comblin, Hans Küng, dentre outros.

Este mesmo capítulo tem a preocupação de apontar a necessidade de renovação eclesiológica à qual se referia a Igreja nos anos 1960 e a busca de realização desse processo renovador das estruturas eclesiais, com o Concílio Vaticano II e o surgimento de uma

¹ Libânio, João B. *A Volta à Grande Disciplina*. S. Paulo: Ed. Loyola, 1984.

nova Ecclesiologia, permeada pela noção de Igreja como Comunhão e Povo de Deus. Para essa nova Ecclesiologia, o concílio aponta a necessidade de um novo tipo de presbítero. Tais propostas são elucidadas e analisadas também neste capítulo.

É abordada, neste mesmo capítulo, a experiência tópica, realizada na Arquidiocese de Campinas, da formação presbiteral numa residência de proporções menores que o grande seminário, a partir das diretrizes eclesiológicas apontadas pelo Concílio Vaticano II. Nessa experiência houve mudanças estruturais na formação dos seminaristas que, por viverem numa casa e não num seminário, teriam uma marca totalmente diferente daquela impregnada pelo Seminário nos moldes do Concílio de Trento. Também a ida desses alunos para a Universidade e, na decorrência disto, seu envolvimento com o Movimento Estudantil dos anos 1960 suscitaria reações diversas por parte não só dos responsáveis pela sua formação, mas também do clero local.

O terceiro capítulo descreve os desdobramentos da renovação eclesiológica proposta pelo Vaticano II, que passou a exigir um novo tipo de presbítero, a partir da nova concepção de Igreja. No continente latino-americano houve a contribuição das Conferências do Episcopado realizadas em Medellín (1968), em Puebla (1979) e em Santo Domingo (1992). Também em 1992 foi publicada a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis (Dar-vos-ei pastores)*, de João Paulo II, que daria um novo delineamento para a formação do clero.

Neste capítulo pode-se observar a trajetória percorrida pela formação presbiteral, com a proposta de inserção do processo formativo na realidade social. Aí aparece bem claro o desmanchar da estrutura tridentina dos seminários, sob a inspiração do Vaticano II, na América Latina, com a iluminação das Conferências do CELAM. Porém, diante das dificuldades encontradas pelos novos presbíteros no mundo pós-moderno, da necessidade de estes serem presença dialogante e esclarecida com o mundo do pluralismo cultural e religioso e da necessidade de uma formação intelectual mais sólida e eficiente, ciente do necessário compromisso com a evangelização e com as necessidades do povo, ocorre também a volta gradativa ao modelo tradicional dos seminários, principalmente a partir da *Pastores Dabo Vobis*.

Algumas linhas e preocupações relativas à formação do clero são aqui assumidas, em detrimento de tantas outras que também poderiam ser abordadas, mas que foram preteridas em função dos objetivos aqui propostos.

Este trabalho apresenta, como toda pesquisa, vários avanços, assim como limites e dificuldades; porém, mesmo apresentando várias lacunas, as quais se gostaria de ter trabalhado com mais eficácia, reconhece-se o valor positivo da preocupação em dar uma contribuição à reflexão atual acerca do complexo tema da formação do clero, principalmente nestes tempos em que os presbíteros e a Igreja são assolados por tantas dificuldades inerentes a uma sociedade pós-moderna, consumista e hedonista.

Capítulo Primeiro

Um modelo persistente

1 - A nova identidade na Europa – O Concílio de Trento

A última grande “identidade” da Igreja Católica durou quatrocentos anos e foi fruto de longo trabalho de construção a partir do Concílio de Trento, inserido num contexto de saída da Idade Média, em que o renascimento cultural favorecia o surgimento de um antropocentrismo ou humanismo. O homem iria ser colocado no centro das preocupações, quando a ciência buscou colocar-se acima da teologia, que era até o final do período medieval considerada a rainha das ciências e tinha como serva a filosofia, que estava a seu serviço e era chamada de “*ancilla theologiae*” (escrava da teologia).²

O concílio de Trento, considerado pela Igreja Católica o 19º Concílio Ecumênico, foi realizado no período de 1545-1563 em três sessões: 1545-1549; 1551-1552; 1562-1563. Aí muitos decretos foram baixados e dizem respeito, sobretudo, a temas levantados por Lutero, como a doutrina da justificação, as fontes da fé, a relação entre Escritura e Tradição, o pecado original, os sacramentos. O casamento como instituição de caráter público também remonta a este concílio, quando os casamentos clandestinos foram declarados inválidos e não apenas ilícitos. Tal medida também traria à luz as uniões matrimoniais contraídas pelo clero, as quais, muitas vezes, permaneciam na obscuridade. Regulamentam-se os deveres do ministério episcopal e também a formação do clero, com a instituição dos seminários.³

² Libânio em sua obra já citada *A Volta a Grande Disciplina*, apresenta a aplicação dos conteúdos e definições do concílio de Trento, como construção de uma identidade tridentina. Assim, o autor quer reforçar a idéia de que Trento teve, na vida da Igreja, uma abrangência e uma eficácia que duraram séculos. Não foram apenas definições doutrinárias, mas tratou-se mesmo de construção de uma nova identidade católica, trabalhando neste sentido com a criação de um novo imaginário social religioso, utilizando-se para tal das ferramentas disponíveis na época, como a forte incidência no campo político.

³ Libânio, João B. *A Volta à Grande Disciplina*. S. Paulo: Ed. Loyola, 1984.

Os fatores que acabaram por determinar a Contra-Reforma Católica, tendo como seu principal instrumento o Concílio de Trento, para fazer frente às questões colocadas pelo mundo moderno foram: a Reforma Protestante, o mundo moderno hostil à religião e a determinadas posturas da Igreja.

A identidade tridentina norteou os destinos católicos até os anos 1960 e não desapareceu de todo do imaginário católico. O Concílio de Trento não teria tanta importância em si, já que cunha definições teológicas diante do problema do protestantismo, mas este Concílio teve o intuito de construir uma identidade católica⁴, sendo, juntamente com o Concílio Vaticano II, considerado momento-marco, determinante na vida do catolicismo.

O Concílio de Trento conseguiu oferecer uma identidade católica para a Europa, tendo o seu auge de aplicação nos séculos XVI e XVII. Sua hegemonia só foi ameaçada pelos abalos na Igreja provocados pela Revolução Francesa. Diante das consequências desta e da consecutiva perda dos territórios pontifícios, a tentativa católica de salvaguardar a Igreja se deu na realização do Concílio Vaticano I (1869-1870) que, embora inacabado — diante do eminente confisco dos territórios pontifícios não conseguiu cumprir sua agenda —, chegou a declarar o dogma da “Infallibilidade Papal”, tentando assegurar a unidade da Igreja em torno das contestações à autoridade do papa.⁵

O terreno que permitiu o sucesso da identidade tridentina era formado pela sede espiritual que impulsionava o que se chamou a “devotio moderna”, movimentos e correntes

⁴ Segundo Quintamar, “identidade” pode ser compreendida no sentido de pertença a uma comunidade que sustenta seus membros através da certeza de sua existência em uma sociedade sempre em mudanças, ou seja, com uma consciência histórica. Daí a necessidade de se dotar a vida do ser humano de novos fundamentos, que integrem um sentido de identidade, como pertença a uma ou a várias comunidades e de consciência como certeza de sua existência mesmo em tempos de mudanças.

Cf. QUINTAMAR, Andréa Sánchez, *Identidad en el Imaginario Nacional*, p. 295, México, Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, s/d. (A tradução para o português é livre).

⁵ Cf. Libânio, op. cit.

que buscavam uma revalorização da vida espiritual vindos, sobretudo da região dos Países Baixos, entre os anos 1300 e 1400, espalhando-se depois pela Espanha, França e Itália.⁶

A obra *A Imitação de Cristo* acabou por influenciar fortemente o tipo de padre surgido a partir do Concílio de Trento, principalmente no que se refere ao intimismo e ao individualismo típico dos padres e que deixou suas marcas até hoje, mesmo depois da abertura e da inserção na sociedade provocadas pelo Vaticano II. O próprio Código de Direito Canônico de 1917, anterior ao atual, ao tratar do padre, traz as marcas do individualismo. Este pode constituir-se em uma forma de autodefesa do padre frente ao isolamento provocado pelo celibato compulsório. Seria uma maneira de defender-se da sociedade e do mundo, de resguardar a própria imagem e, inclusive, de preservar-se de possíveis danos morais.

Outros elementos também favoreceram a aplicação do Concílio de Trento, como é o caso dos movimentos de vida religiosa oficial e os grupos intitulados “Irmãos de Vida Comum”, populares e de pouca ligação com a hierarquia, que tinham como norma de vida a prática das virtudes, aliada ao clima de “medo do fim do mundo” que se vivia neste período. Tudo isto seria apropriado pelo Concílio de Trento, juntamente com a perspectiva de criar uma Idade Média cristã, aproveitando-se da ignorância religiosa, em que o elemento “diabólico” e a superstição campeavam.

Vale ressaltar que o cenário com que a Igreja Católica se defrontava na Idade Moderna gradativamente foi se tornando hostil à mentalidade religiosa teocêntrica, em favor do surgimento de um humanismo semeado pelo movimento renascentista. Tal movimento, patrocinado pelos comerciantes abastados das cidades italianas, começava a driblar a mentalidade religiosa imperante, dando novo sentido e significado à arte e à literatura. Com isso, a Igreja perdeu terreno no imaginário social religioso, porém, logo ela iria adaptar-se a tal movimento, quando alguns papas fariam um grande esforço para deslocar o centro renascentista de Florença para Roma.

⁶ Como uma das grandes expressões do movimento “Devotio Moderna”, Tomás de Kempis escreveu, por volta do ano de 1441, os quatro livros *De imitatione Christi* (*A imitação de Cristo*), obra de espiritualidade intimista, que se tornou, depois da Bíblia, o livro mais impresso no final da Idade Média. E fato interessante é que a “Devotio Moderna” tenha vindo não de setores latinos da Igreja, mas de região de influência germânica.

Além do renascimento, o absolutismo assolava a autoridade religiosa da Igreja com o crescimento das monarquias que iriam priorizar a nobreza e controlar a máquina do Estado. Não obstante, a Igreja era uma instituição rica: somente na França, era proprietária de um sexto das terras. Tinha o monopólio da arrecadação dos impostos e dízimos, possuía privilégios, recebia verbas, isenção de tributos. Na França, nessa época, um sexto do clero pertencia ao alto clero. Assim, a alternativa da Igreja nesse momento era a de amoldar-se à nova situação, para que as perdas não constituíssem um prejuízo avassalador.

A reforma tridentina tornava-se necessária devido às falhas na estrutura eclesiástica, principalmente no que se referia ao comportamento do alto e baixo cleros. Os bispos viviam ausentes de suas dioceses. Muitos sequer algum dia as visitaram. O nepotismo, uma prática freqüente, garantia que os bens não fossem repartidos, porém, com tudo isso o alto mantinha-se longe da mentalidade das massas.⁷

No que se refere ao baixo clero, este era iletrado e vivia uma situação de decadência moral, muitas vezes em concubinato. A maioria também não residia em suas paróquias, delegando o serviço pastoral a outros clérigos. Outros tantos membros do baixo clero procuravam as cidades maiores onde pudessem fazer um investimento mais intenso em sua própria formação, não com preocupações pastorais, mas tendo em vista acumular recursos materiais.

O baixo clero formava uma espécie de “proletariado clerical”, num quadro econômico-social em que predominavam pestes, fome, guerras locais, cobrança de impostos. Tal contexto explica o crescimento de uma mentalidade supersticiosa e mágica, que propiciava o crescimento das crenças em demônios e seres superiores.

Diante disso, a tarefa do Concílio de Trento consistiu em elevar o nível espiritual das massas, em cultivar uma elite espiritual e em reestruturar a disciplina eclesiástica. E tal deveria ser alcançado potencializando as realidades positivas, freando as realidades negativas e também buscando novas soluções. A aspiração por novos tempos e nova mentalidade daria forma e força à aplicação do Concílio de Trento que, na verdade, não seria tão decisivo como evento localizado na Igreja do século XVI, mas, sobretudo,

⁷ Cf. Libânio, op. cit.

manifestaria sua força como mentalidade, como espírito que acabou por impregnar a Igreja por quatro séculos.

O Concílio de Trento apoiou-se em alguns pilares: o pilar central constituiu-se na criação de um novo imaginário social-religioso, com dois pilares laterais: por um lado, o controle e o enquadramento do clero numa disciplina rígida e, por outro, o controle dos fiéis.

A teoria da docilidade dos corpos, formulada por Foucault (1987), pode ser aplicada nas táticas utilizadas pelo Concílio de Trento no que se refere à formação do clero. O seminário, isolado do mundo, como instituição total, tinha como objetivo formar um tipo de padre que fosse adestrado, cujo corpo humano pudesse ser controlado, manipulado, treinado e modelado a obedecer, como já se fazia na época clássica. Nos séculos XVII e XVIII tais táticas se tornaram fórmulas gerais de dominação. E esta dominação difere de escravidão, da domesticidade, da vassalagem e, mesmo, do ascetismo monástico que, por meio de renúncias, tem como objetivo o aumento de domínio de cada um sobre seu próprio corpo.

A disciplina fabrica, segundo Foucault, corpos submissos e exercitados, corpos dóceis, aumentando o poder do corpo em utilidade e diminuindo seu poder em relação à obediência.⁸

No que se refere ao novo imaginário social-religioso, algumas forças foram utilizadas para conseguir transformar a mentalidade popular, tais como o medo, amplamente inculcado nas consciências; a santidade, que deveria ser buscada pelas pessoas e pelas ordens religiosas; a intensificação das relações de poder internamente na Igreja, mas também das alianças feitas por esta com o poder político. Nesse novo imaginário social religioso, a alma passou a ocupar lugar central e principal. Salvar a alma era o imperativo colocado ao cristão. Apareceu, então, a Teologia dos Novíssimos, ou seja, diante das necessidades da nova classe dos mercadores, com a desestruturação do feudalismo, surgiu uma terceira alternativa para a vida após a morte, que, de certa forma, livrava o fiel da possibilidade da condenação eterna: o purgatório. Através do pagamento de taxas à Igreja,

⁸ Idem, p. 118.

o mercador poderia purgar seus pecados, livrando-o da ameaça da condenação eterna no inferno.⁹

Nesse novo imaginário social religioso, a mola propulsora que lhe garantiu o sucesso foi o medo. Gradativamente as pessoas foram conduzidas a direcionar todas as suas energias para a vida futura. No sentido de contribuir para o fortalecimento dessa mentalidade, alguns agentes da teologia do período anterior foram retomados, tais como o inferno, a relativização desta vida que, a partir de então, deveria ser vista apenas como uma passagem para outra situação. O juízo de Deus no final da vida e a prestação de contas dos atos a Deus desempenharam papéis cruciais. Místicos como Ignácio de Loyola, Teresa de Jesus, João da Cruz também contribuíram para o fortalecimento dessa mentalidade.

Por outro lado, o Concílio de Trento não poderia ser totalmente hostil à mentalidade do mundo moderno e seus valores: conferiu valor à ação humana e realçou a autonomia. As obras adquiriram relevância no processo da salvação, porque a elas foi aplicada a idéia de mérito, de recompensa. A prática sacramental foi amplamente estimulada pois aliou-se a ela o papel desempenhado pela certeza da “graça” de Deus na economia da salvação. A glória celeste consistiu na tradução em eternidade daquilo que as obras realizaram no mundo terreno. Viver em “estado de graça” foi o elemento fundamental para cimentar o pilar do novo imaginário religioso.

Papel importantíssimo nessa mentalidade desempenhou o sacramento da confissão. A partir do Concílio de Trento ficou liberada a todas as pessoas a participação no sacramento da confissão quantas vezes fossem necessárias, prática que antecipou ou antecedeu a compreensão atual.

Logicamente, na construção de uma nova identidade, de um novo imaginário social-religioso, a confissão se constituiria numa forma de controle das consciências. Em circunstâncias de uma Igreja rural, numa época em que o povo simples e pobre não tinha condições de mobilidade, o confessor acabava por deter o controle da vida das pessoas, ainda que o Concílio de Trento tivesse estabelecido como obrigatório, por parte do padre, o segredo de confissão, sob pena de excomunhão.

⁹ Cf. LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Ed. Stampa, 1993.

A perda de poder desse imaginário social religioso que, devido à Revolução Francesa, posteriormente iria ocorrer e a grande mobilidade das pessoas, em decorrência das atividades comerciais e do deslocamento do centro da vida e da Igreja do mundo rural para o mundo urbano, ocasionariam a crise da Igreja no século XX, já nos períodos anteriores, durante e pós Concílio Vaticano II.

O clero, à época compreendido sobretudo pelos padres e bispos, tornou-se elemento catalisador da identidade tridentina, com sua força para inculcar nos fiéis a nova mentalidade. O ponto nevrálgico dessa nova orientação consistiu na determinação de que os bispos deveriam residir na sua diocese até no máximo três meses após sua ordenação. A eles foram atribuídas outras competências: detinham jurisdição em suas dioceses para ordenar novos padres; tinham o dever de pregar ao povo pelo menos semanalmente, tarefa antes delegada às ordens religiosas, pois, entendia-se que a pregação era fator determinante e decisivo para a formação cristã do povo; deveriam ainda nomear vigários para as paróquias e fundar seminários. Visando o fortalecimento da autoridade do bispo, a liberdade das ordens religiosas foi restringida.

Especificamente no caso dos padres, dupla tarefa tridentina consistia em renovar o clero existente e preparar um novo clero, criando-se assim uma nova imagem do padre, que passava a ter um caráter de sacralidade que deveria ser manifestada em suas atitudes, nas conversas, no vestir-se; deveria ser pessoa exemplar, regando toda sua vida e sua conduta. O concílio, assim, traçou o quadro do novo sacerdote, que deveria ser pessoa íntegra e, portanto, imitado em suas obras. Deveria funcionar como uma espécie de espelho no qual os fiéis pudessem ver o exemplo do que teriam a fazer. No que se refere ao clero secular, os documentos do Concílio de Trento afirmavam ainda que o sacerdote deveria evitar a menor falta, para imprimir em todos um sentimento de veneração. Para tanto, o bispo deveria ordená-los apenas de acordo com as necessidades e o padre deveria estar vinculado a uma igreja. Também era necessário ordenar apenas aqueles que recebiam “benefício” (uma espécie de renda mensal), para que não ficassem à procura de emprego clerical ou profano; deveriam ainda ter domicílio fixo e não abandonar sua residência sem autorização do bispo, sob pena de interdição de suas funções.

O candidato ao clero deveria passar por rigoroso exame para verificar sua preparação intelectual e sua aptidão e para conhecer sua família, sua idade, sua educação, seus costumes, sua doutrina e sua fé.

A idéia do seminário não é original do Concílio de Trento, porém este criou o formato que ganhou hegemonia. Já em Londres, em 1556, havia um projeto parecido visando a instrução de jovencinhos a partir dos 11 ou 12 anos para preparação do ministério sacerdotal. Em Verona houve experiências semelhantes. Em Roma, Santo Ignácio de Loyola fundou o Colégio Germânico, que prepararia um clero habilitado a enfrentar a reforma protestante,¹⁰ sem contar a existência das comunidades formativas pertencentes às ordens religiosas, como os dominicanos, os franciscanos e outras.

Por outro lado, havia admoestações a respeito de vícios que deveriam ser extirpados por não serem compatíveis com a boa conduta: a pouca modéstia no vestir, o luxo, o hábito de freqüentar festas, danças, jogos ou outras atividades que não fossem bem vistas, inclusive implicação em negócios seculares. Todas essas condutas estavam sujeitas a penas — já prescritas ou que poderiam ser estabelecidas pelos bispos — das quais não havia direito a recorrer, quando se tratasse de questões de costumes. Conforme Goffman (1961), as instituições totais aparentemente não substituem algo já formado, trazido pelo indivíduo desde sua cultura de origem, mas as mudanças, se ocorrem, devem-se ao afastamento feito pelo indivíduo de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso em acompanhar mudanças sociais recentes no mundo exterior. E, ainda, se a estadia do interno na instituição for muito prolongada, ao voltar para o mundo exterior pode ocorrer um “desculturamento”, um “destreinamento” que o tornará incapaz de enfrentar alguns aspectos da vida social. Transferindo-se as idéias de Goffman (1961) para a situação dos seminários que recebiam crianças, o resultado seria um desnudar-se de sua cultura familiar anterior à entrada na instituição.¹¹

Em relação ao concubinato dos padres, o Concílio de Trento impôs medidas drásticas. Pode-se afirmar que o celibato dos padres passou a vigorar com seriedade em

¹⁰ Cf. Libânio, J. B., op. cit. à p. 2.

¹¹ Cf. Goffman, Erving, *Manicômios, Prisões e Conventos*, 1961, S. Paulo, Ed. Perspectiva, p. 23. (A edição utilizada neste trabalho data de 1974).

toda a Igreja, somente a partir do Concílio Tridentino, pois, até então, o matrimônio tinha um caráter privado, não era algo público; assim, muitos padres mantinham casamento sem publicidade. O concílio estabeleceu que, a partir de então, o matrimônio deveria ser de conhecimento público, tendo em vista, principalmente cercear o matrimônio dos padres. Tal medida contribuiu para a implantação definitiva da norma do celibato compulsório aos padres, respondendo a um anseio para a aplicação plena de um princípio pelo qual a Igreja vinha lutando desde o século IV, no Concílio de Elvira, na Espanha, e depois com maior intensidade no século XIII.

O seminário implantado pelo Concílio de Trento tinha por objetivo criar um ambiente em que as sementes do novo clero pudessem germinar; esta idéia faz parte da palavra seminário, que tem em sua origem a idéia de “sêmen” ou “sementeira”. Tal ambiente deveria preservar os jovens desde cedo dos atrativos e prazeres do mundo, educando-os já numa iniciação à ascese e à piedade, bem como na disciplina eclesiástica. De acordo com Goffman (1961), as instituições totais tolham aquilo que era próprio da vida moderna e comum a uma pessoa ou a uma criança, que era permitir que a sua educação global se desse em espaços diferenciados para o brincar, o dormir e o trabalhar, com diferentes co-participantes e com diferentes autoridades. A instituição total rompe com essa estrutura, fazendo com que todos os aspectos da vida se realizem no mesmo local e sob uma única autoridade. As atividades são organizadas numa seqüência de horários diários rigorosamente estabelecidos, a partir de um projeto racional único, visando atender aos objetivos da instituição.¹²

Portanto, o controle das muitas necessidades humanas pela organização burocrática é o fato básico das instituições totais, o que, segundo Goffman, gera conseqüências importantes, como o surgimento de dois grupos: o grupo pequeno, que supervisiona toda a vida e as atividades, e o grupo grande, dos que estão sob a disciplina. Via de regra ocorre que o grupo supervisor tende a sentir-se superior, porque é o detentor da estrutura e das regras, e o grupo dos internados tende a sentir-se sempre inferiorizado, fraco, censurável e culpado, com a sensação de nunca conseguir cumprir as regras devidamente e na sua totalidade. A mobilidade social entre os dois grupos é limitada, havendo uma grande

¹² Idem, pp.17-18.

distância entre ambos, refletida inclusive na maneira de portar-se e de aproximar-se um do outro.¹³

Dentre os diversos tipos de instituições fechadas apontados por Goffman, os seminários enquadram-se na categoria que ele chama de estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo e prestam-se a dar instrução aos religiosos.¹⁴

Em relação à procedência, o candidato deveria vir de um matrimônio legítimo e sabe ler e escrever. Dava-se preferência às crianças oriundas de famílias mais pobres. As ricas não eram rejeitadas, mas a família deveria arcar com todo o custo da formação. O candidato, desde o início, era obrigado a receber a tonsura e a usar a batina, a veste clerical.

No currículo, matérias básicas foram estabelecidas: gramática, canto, estudo do calendário litúrgico, Sagrada Escritura, homilias dos santos, sacramentos, ritos e cerimônias litúrgicas, além da exigência do cumprimento de práticas espirituais, como a missa diária, a confissão mensal, a comunhão segundo orientação do confessor e a ajuda nos atos litúrgicos nas igrejas.

O bispo, o primeiro responsável pelo seminário, deveria ser ajudado nesta função pelos padres mais velhos, que periodicamente visitariam o seminário e expulsariam aqueles considerados indignos. Claro que essa implantação não se deu logo de imediato. Em alguns lugares, somente no século XVII os seminários foram plenamente instalados, mas, pouco a pouco, foi-se obtendo um clero mais preparado intelectual e espiritualmente.

Esse novo sacerdote revestiu-se, a partir do Concílio de Trento, de uma aura de sagrado. Para tanto, deveria o menino ser isolado da família e do convívio com os outros de sua idade, vestindo roupas diferentes e adquirindo hábitos religiosos.

Para incrementar esse projeto do Concílio de Trento surgiram novas ordens religiosas que se iriam dedicar especificamente à formação presbiteral, como é caso dos padres de St. Sulpice ou Lazaristas, ordem fundada por São Vicente de Paulo, que formou mais de duzentos bispos, somente na França, imprimindo no clero uma distinção característica, recolhimento, austeridade e alto nível intelectual, tanto eclesiástico como profano. A partir de então não se concebia mais um sacerdote que não tivesse passado pelo seminário o que

¹³ Idem pp. 18-19.

¹⁴ Idem, p. 17.

colaborou de forma eficaz para a implantação de um novo imaginário social religioso, suporte da identidade tridentina. Nesse período, lazaristas, franciscanos e dominicanos disputavam espaço na corte de Luís XIV, quando a Igreja partilhava o poder temporal com o rei.

Paralelamente, novas ordens religiosas, vinculadas estreitamente ao papa foram favorecidas e fundadas. Antigas ordens foram reformadas nos moldes das determinações do Concílio de Trento. As ordens de clausura fizeram um retorno a seus projetos originais, como as Carmelitas, através da ação de Teresa D'Ávila, e também as Ursulinas, as Visitandinas e as Irmãs da Caridade. A ordem beneditina reorganizou-se em congregações. Franciscanos e Dominicanos atingiram apogeu numérico. Os jesuítas firmaram-se numericamente, assumindo, além das obras educacionais por toda a Europa, as obras missionárias na Ásia: Índias, Japão e Filipinas. Neste último país ocorreu a evangelização pelos padres agostinianos espanhóis. Nas Américas, o Brasil e tantos outros países receberam muitos missionários, não apenas jesuítas, mas também franciscanos e dominicanos. Na África, iniciou-se a missão pelo Congo e Maurítânia.

Com a aplicação das diretrizes do Concílio de Trento, a Igreja teve a sensação de que as perdas ocorridas devido à Reforma Protestante se viam compensadas pela imensa expansão do catolicismo por outras partes do mundo. E tal dinamismo missionário não seria possível se não houvesse um surto de fervor espiritual e santidade favorecido pelo Concílio de Trento, ainda que todo esse período tenha sido perpassado por tensões e disputas entre as ordens e entre os movimentos religiosos laicos e a hierarquia da Igreja.

Esse entusiasmo e o crescimento das novas ordens fazem parte do incentivo que Trento deu aos grupos de amigos ou fraternidades que não tinham mais o rigor das antigas ordens. Essas congregações continuavam realizando a obra evangelizadora da Igreja, mas agora sob a perspectiva dos ideais propostos pelo seu fundador, ideais esses chamados de carismas (dom especial; forma específica de viver a caridade e o amor), ou seja, a evangelização adquiriu uma forma específica, com a presença das congregações em situações também específicas, no mundo, como hospitais e escolas. Surgiram então a Ordem Hospitalar de São João de Deus; os Camilianos; os Irmãos das Escolas Cristãs; a Congregação do Oratório, fundada por São Filipe Néri; e muitas outras. Antigas ordens,

agora restauradas, como os capuchinhos, reuniam no século XVII em torno de trinta mil frades. A ordem dos jesuítas, já na morte de Santo Ignácio de Loyola, chegou a mil membros.¹⁵ Tal florescimento veio a compor forças juntamente com a renovação do clero diocesano, no sentido da sedimentação da nova identidade.

O catecismo e o sermão constituíram-se em peças fundamentais. Se os protestantes colocaram nas mãos do povo a Bíblia para dar-lhes os fundamentos da salvação, a Igreja Católica utilizou o catecismo para que as principais verdades da fé estivessem na boca dos católicos. Pelo catecismo ensinaram-se ao povo as orações básicas, criando hábitos de orar em determinados horários do dia, de que são exemplos a oração da manhã e a da noite. Também a prática da confissão geral dos pecados e o exame de consciência diário à luz das verdades eternas inculcaria nas consciências o medo do pecado, do inferno, do purgatório e do juízo de Deus.¹⁶ Este ideário estaria como fundamento de toda a essência da formação.

Em relação às paróquias, o Concílio de Trento fechou o cerco no tocante à obrigatoriedade da missa dominical e aos dias de preceito, já que, desde a Idade Média, gradativamente os senhores feudais foram liberando os servos do trabalho no domingo para que pudessem participar da missa.

O catecismo semanal, principalmente para as crianças, constituiu-se num importante braço com o qual Trento alcançava as paróquias. O Papa Pio V mandou elaborar e sancionou em 1556 o Catecismo Romano, que depois foi adaptado às realidades locais, na forma simples de perguntas e respostas. Os pais também eram pressionados a enviarem seus filhos ao catecismo, simultaneamente aos primeiros esforços para o estabelecimento do Ensino Religioso.

Se a pregação tinha grande força, o Concílio de Trento contava ainda com mais um elemento que funcionava como um grande luzeiro que iluminava todo o edifício da nova identidade: a liturgia. A liturgia, reformada pelo Concílio, deveria ser exata no cumprimento das regras e rubricas. As celebrações estabelecidas deveriam passar pela uniformidade. As cerimônias deveriam ter o caráter mais sagrado possível, estando envoltas numa aura de mistério que, com sua exatidão e com a beleza de suas músicas e ritos,

¹⁵ Cf. GONZÁLEZ, Fidel. *Los Movimientos en la Historia de la Iglesia*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1999.

¹⁶ Cf. LIBÂNIO, J. B. *O que é Pastoral?*. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

deveria transportar o fiel para o mundo do sagrado. O Concílio de Trento trabalhou nesse aspecto para que a liturgia não perdesse o caráter misterioso e sagrado. Portanto, esta não comportava aberturas e adaptações, devendo preservar seu caráter sacral, portanto não humano. Se era não humana, só poderia ser divina, pertencente à esfera do mistério. Assim, o catecismo e a pregação constituíram-se em tarefas fundamentais da atividade do clero.

Para a Igreja alcançar os objetivos propostos pelo Concílio de Trento, tornava-se necessária uma aliança entre o poder religioso e o poder político. O Estado, por sua vez, apoiou as reformas da Igreja, oferecendo-lhe seus instrumentos, como o Tribunal da Inquisição, as prisões, as torturas, o uso de armas e a vigilância dos comportamentos morais e religiosos. A Igreja utilizou-se de suas ferramentas, como o confessional, os sermões, a arte, a pintura, o rigor moral, sobretudo sexual, a imposição de uma doutrina fixa, a culpabilização e o medo, as pregações, o catecismo e a liturgia.

Diante das perdas da Inglaterra, com a formação da Igreja Anglicana e da Igreja Ortodoxa Russa, a estratégia utilizada pela Igreja tridentina para reforçar sua identidade foi a da diferenciação. O Concílio de Trento fez questão de evidenciar suas divergências com o programa ideológico protestante, no sentido de fazer reforçar seus valores e credos. Enquanto Lutero e os reformadores esforçaram-se por implantar sua identidade, a modernidade laica também se apresentou como um potencial inimigo à identidade tridentina.

Para manutenção de sua hegemonia, a Igreja lançou mão da língua oficial, o latim, como sinal de unidade, bem como de rituais, liturgias complexas e elementos como o medo e os mistérios que, fomentados, permeavam o imaginário popular.

E nesse ponto o Concílio de Trento precisou lidar com certa habilidade em relação a valores da modernidade, como a negação de dogmas, a autoridade que não fosse centralizada na razão, a tradição da Igreja católica e a inerrância das Escrituras. À medida que esses elementos eram negados pela modernidade, mais assumiam relevância e eram fortemente afirmados na identidade tridentina. Para combater a todos esses inimigos e as heresias instaurou-se o Tribunal da Inquisição, que fez muitas vítimas ao longo de muitos anos.

Os jesuítas, após a restauração de sua ordem em 1814, passaram a ter crescente influência na vida da Igreja, chegando ao auge no início do século XX. Tornaram-se a casta intelectual hegemônica no Vaticano, influenciando principalmente a política do governo do Papa Pio XI (1922-1939). Tal aliança com os jesuítas feita pelo papado deve-se ao fato de que, desde fins do século XIX, a Igreja percebeu pelo menos três correntes muito distintas em seu interior: a primeira são os Católicos Integrais ou integralistas, ligados às classes reacionárias, aos latifundiários e à antiga nobreza da terra na Europa. Estes desejavam a volta do *Syllabus*, mas seriam atenuados pelo Papa Pio XI, que conseguiu, na Itália, ampla influência na educação, principalmente após a assinatura do Tratado de Latrão em 1929, que consolidou os Pactos Lateranenses, desde 1923. Com o acordo de Latrão e com as alianças com o fascismo, a Igreja alcançou equilíbrio financeiro e, no que se refere à formação do clero, a carreira eclesiástica tornou-se novamente valorizada: uma carreira atraente, diante do poder da classe média que declinava. O poder dos clérigos aumentaria, tendo havido um florescimento vocacional ímpar, porém à formação se aplicará um rigor maior na escolha dos candidatos e nas exigências disciplinares.

A busca de reforma na formação eclesiástica vem desde o governo do Papa Leão XIII (1878-1903), em que “a Igreja se encontrava corroída”, quando se optou novamente pelo Tomismo como filosofia e teologia delineadoras da formação do clero; foi o chamado neo-tomismo.¹⁷ Em 1910, sob o Papa Pio X, todos os candidatos ao sacerdócio deveriam prestar juramento antimodernista. Em 1931, a constituição *Deus Scientiarum Dominus*, de Pio XI (24 de maio), reorganizou os estudos filosóficos e teológicos das faculdades eclesiásticas, com a unificação das estruturas e do ensino.

O grupo dos católicos modernistas que sustentam posição de avanço e de mudanças em relação à doutrina foram refreados pela Igreja desde o século XIX; daí as diversas encíclicas contra o modernismo,¹⁸ ainda que a Encíclica *Rerum Novarum* (*Das Coisas Novas*), de 1891, tenha feito uma espécie de conciliação com o mundo moderno, enfocando os problemas sociais do final do século XIX. Porém, o Papa Pio X (1903-1914) faria um

¹⁷ Cf. CASALI, Alípio.

¹⁸ Encíclica *Mirari-Vos*, de Gregório XVI (1832); *Quanta Cura e Syllabus Errorum*, de Pio IX (1864); Decreto *Lamentabili* e a Encíclica *Pascendi*, de Pio X (1907).

refrear desta aproximação com o mundo moderno, pendendo mais para o lado dos integralistas.

Uma terceira força que foi ganhando corpo a partir do início do século XX são os jesuítas, que se tornaram uma espécie de casta intelectual, sendo como que os delineadores da política do Papa Pio XI (1922-1939). Enquanto a luta contra os modernistas fez a Igreja pender muito para o lado dos integralistas, os jesuítas apareceram como uma solução intermediária, de centro e conciliadora das duas tendências, apesar de seu rigorismo doutrinário. O Papa Pio XI ficaria conhecido como o papa dos jesuítas, segundo Gramsci,¹⁹ principalmente a partir dos atos significativos de Pio XI, como a beatificação de Roberto Belarmino em 1923, sua canonização em 1930 e a Declaração de Doutor da Igreja em 1931.²⁰

2 - A formação do clero no Brasil - Os seminários

Devido ao Padroado iniciado em Portugal em 1455, havia, dos primeiros séculos do Brasil colônia até o século XIX, uma ausência de seminários; daí o baixo nível intelectual do clero no Brasil. Devido a certo insucesso das Missões, os jesuítas no Brasil optaram pela fundação de colégios, que foram nos primeiros séculos a única modalidade escolar no Brasil e recebiam também jovens que não aspiravam à carreira eclesiástica, podendo-se dizer que esses colégios foram os primeiros seminários no Brasil. Somente a partir da

¹⁹ Cf. diversas obras de Antonio Gramsci, como *Literatura e Vida Nacional*; *Concepção Dialética da História*; *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* e *Gramsci e a Questão Religiosa*, citadas na obra de Alípio Casali.

²⁰ Roberto Bellarmino, jesuíta, nascido em 1542 em Montepulciano, na Itália, foi professor de teologia em Lovaina (1570-1588). Consagrou-se à controvérsia teológica com os protestantes. Obra principal: *Disputationes de controversiis christiannae fidei*. Em 1599 foi feito cardeal e procurou o entendimento com a Inglaterra. Com Suarewz, é contado entre os representantes clássicos da doutrina católica sobre o Estado.

primeira metade do século XVIII os jesuítas criaram os seminários propriamente ditos.²¹ Posteriormente as dioceses também criariam seus seminários que, mesmo assim, seriam dependentes dos professores jesuítas.²² A partir de 1759, com a expulsão dos jesuítas, quase todos estes seminários foram fechados. Nesse período de crise, que se estendeu de Pombal até os Bispos Reformadores, só foram criados os seminários dos franciscanos, no Rio de Janeiro e em Olinda, em 1776, que duraram também menos que trinta anos.

No período pombalino, a metrópole econômica do Brasil passou a ser a Inglaterra e as ordens religiosas passaram por certa perseguição. O afastamento destas da vida colônia parecia indispensável para o avanço das relações capitalistas. Mesmo assim, o padroado não foi revogado, pois Pombal não era necessariamente anticlerical, ainda que seus ideais políticos e sociais coincidissem com o espírito do Iluminismo.²³

No Brasil, diferentemente da Europa, que arquitetava toda uma trama “ultramontana”, ou seja, uma estratégia de alcance mundial que visava o fortalecimento do papa sobre a Igreja Universal, o clima era o oposto. Os intelectuais e o clero nutriam-se de leituras liberais e iluministas. O papel dos religiosos caminhou mais no sentido de serem educadores do povo, já que o conteúdo da sua pregação agora se voltava para a moral — consistiam numa espécie de professores do povo, e menos em difundidores de dogmas e idéias religiosas. Os bispos anteriores aos reformistas defendiam sua igualdade de direitos em relação ao papa.²⁴

²¹ O currículo desses colégios contava quatro níveis: o primeiro, Curso Elementar; o segundo, Curso de Letras Humanas ou Humanidades; o terceiro, Curso de Artes (Filosofia), com título de Bacharelado e Licenciatura; e o quarto, para clérigos, Curso de Teologia (4 quatro anos), em seqüência ao curso de Artes, com currículo idêntico aos dos cursos europeus.

²² Rio de Janeiro, em 1739; Paraíba, em 1745; São Paulo, em 1746, Bahia, em 1747; Pará, em 1749; Mariana, em 1750; e Maranhão, em 1752.

²³ Cf. CASALE, Alípio e também AZZI, Riolando e BEOZZO, José Oscar, in *A vida religiosa no Brasil*, S. Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

²⁴ Até a Independência do Brasil o relacionamento da Igreja do Brasil com o papa e a Cúria Romana era nulo. Todos os assuntos eclesiásticos eram resolvidos por órgãos do governo ou pela “Mesa de Consciência e Ordens”. Mesmo a Independência do Brasil teve dificuldades em ser reconhecida por Roma. O primeiro Núncio Apostólico do Brasil só foi nomeado em 1829, após a resolução dos impasses da sucessão do trono português.

Em São Paulo, há exemplos de que, ainda em 1798, bispos simpatizantes com as correntes iluministas, como D. Mateus de Abreu Pereira (1794-1824), deixaram de introduzir o sistema de seminário-internato. Os aspirantes à carreira eclesiástica moravam em São Paulo e freqüentavam aulas de gramática latina, Retórica, Humanidades e Artes, Filosofia e Teologia, ministradas nos conventos da cidade.²⁵

A formação teológica dada nesse período seguiu as correntes predominantes na Universidade de Coimbra: regalistas, episcopalistas e jansenistas. De início, o próprio bispo D. Mateus dava as aulas de Moral e Dogmática em seu próprio palácio. Os aspirantes ao estado clerical não viviam afastados do ambiente social; era-lhes facilitado o assimilar dos progressos da cultura e das ciências da época, assim como qualquer estudante. Não havia diferença entre cultura eclesiástica e cultura leiga. De acordo com Wernet (1987), a formação era teórica e prática, e o aspirante ao sacerdócio deveria conhecer já o ambiente e a realidade de sua futura “profissão”.²⁶

A principal característica do clero iluminista é o fato de ver o mundo e as realidades terrestres de forma positiva: os religiosos acreditavam ser necessária a inserção neste mundo pelo trabalho e valorizar a tarefa terrestre de buscar a realização para a vida e a felicidade. De certa forma, ajudaram a inovar as técnicas rurais e a modernizar a Colônia e o Império, já que acumulavam, às funções sacerdotais, as de fazendeiros, professores, homens de negócio e políticos.

²⁵ Cf. WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. S. Paulo: Ed. Ática, 1987, no Curso de Filosofia ministrado no Convento dos Franciscanos, no período de D. Mateus, todos os aspirantes ao sacerdócio freqüentaram o Curso de Filosofia e destacaram-se os professores Martim Francisco de Andrada e Silva e o Frei Mont'Alverne. Dentre os alunos que se tornaram padres e que posteriormente alcançaram projeção na vida social e política do país destacaram-se: Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Vicente Pires da Mota, José Antonio dos Reis, Diogo Antonio Feijó e o próprio Antonio Joaquim de Melo, que depois, como bispo de São Paulo, seguiria rumo oposto aos iluministas, aderindo ao projeto de romanização.

²⁶ Ainda de acordo com Wernet, o ensino de Filosofia Moderna, também chamada de “ecletismo” ou “espiritualismo ecletista”, estava presente na formação do clero no período iluminista. Obras de Heinecke, Van Spen, Febronius eram lidas. O *Catecismo de Montpellier*, do Pe. Pouget, e a *Theologia Lugdunensis*, de Antoine Malvin Montazet, Bispo de Lion, eram leituras básicas e condição para a admissão às ordens.

Ao clero e à religião caberia a função de promover a educação moral, de acordo com o deísmo e com a concepção iluminista da religião. Segundo Wernet, o iluminismo no Brasil diferenciou-se daquele da Europa, onde foi produto de uma classe social em ascensão, a burguesia, que teve que lutar contra a aristocracia. No Brasil e também em quase toda a América Latina, os ideais iluministas foram assimilados pelos proprietários de terra, uma oligarquia agrário-comercial de pretensões aristocráticas, que quase não encontrou contestações.

Setores da Igreja reclamavam a necessidade de reformas na Igreja, principalmente na formação do clero. Reclamavam um novo tipo de padre, conforme ao Concílio de Trento: sério, disciplinado, celibatário e trabalhador, moldado também pelo modelo de espiritualidade francesa, vigente no reformado seminário de São Sulpice. Em meados do século XIX, sucessivas estratégias seriam aplicadas no sentido de criar um esvaziamento do clero brasileiro, principalmente o religioso. As ordens religiosas logo seriam proibidas de receber noviços. Com isso, os conventos estavam fadados ao fechamento.²⁷

Para estar à frente dos seminários, vieram muitos religiosos estrangeiros, mas, sobretudo, os jesuítas e os lazaristas franceses, da Ordem de São Sulpice, que assumiram em várias partes do Brasil a direção e a educação nos seminários, ao estilo da restauração européia, na tentativa de “moralizar” o clero, reforçando a educação para o celibato, já que os padres liberais, de forma escancarada, em sua maioria não cumpriam o celibato, mantendo famílias de forma aberta, sem a preocupação de esconder tal situação.²⁸

Um exemplo clássico de sucesso da política de romanização da Igreja foram os seminários. Um dos pioneiros nessa empreitada que fez frente ao clero local, de tendência iluminista, foi o Seminário do Caraça, tendo à frente o ainda padre, D. Viçoso, que muito trabalhou pela romanização em Minas Gerais. Em São Paulo, despontava o Seminário de São Paulo, quando tomou posse nessa diocese D. Antonio Joaquim de Melo, natural de Itu, para onde voltou, após sua formação.

²⁷ RUPERT, Arlindo. Os bispos brasileiros no Concílio Vaticano I, in *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 29, Petrópolis, Ed. Vozes, março de 1969, p. 104.

²⁸ Cf. WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. S. Paulo: Ed. Ática, 1987.

Wernet (1987) também não deixa claros os motivos pelos quais o Pe. Antonio Joaquim de Melo, tendo se formado em São Paulo, com D. Mateus, teria se tornado conservador e assumido o discurso e as práticas romanizadoras. Aponta, sim, Wernet, algumas interrogações: A influência de padres mais velhos? Contatos com leituras de tendências ultramontanas? Expressão de uma sociedade agrária, hierarquizada e escravista? A influência dos Padres do Patrocínio? A influência do ex-jesuíta Pe. José de Campos Lara?

Na revolução liberal de 1842, o Pe. Antonio Joaquim de Melo assumiu, diferentemente da posição do clero paulista, uma postura totalmente contra o movimento que questionava a monarquia. Isso se deu através do púlpito nas pregações, pela imprensa, por cartas que correram a região de Itu, defendendo o princípio da autoridade suprema que deve sempre ser obedecida, ainda que os súditos sejam tratados com rigor e desumanidade.²⁹

Logo o recém-empossado imperador, D. Pedro II, tomou conhecimento do fato. E, querendo estabelecer fundamentos sólidos para a monarquia, procurou nomear para a função de bispos aqueles padres que estavam afinados com a política imperial. O Pe. Antonio Joaquim de Melo, em 1847, com sua nomeação para bispo de São Paulo, não fugiu a essa regra.

O bispo anterior a D. Antonio Joaquim de Melo, D. Mateus de Abreu Pereira, embora tenha colocado São Paulo na linha da cultura iluminista, não revelou seu empenho e nem o do governo imperial no sentido de moralizar o clero.

A partir de 1827, como as preocupações do poder central se concentraram na criação e no desenvolvimento dos cursos jurídicos no País, o ensino nas academias eclesíásticas foi descuidado e o clero degenerou em uma situação moral que não era a desejada por setores da própria Igreja e da sociedade. Já no final do período chamado de catolicismo iluminista, a situação do clero, principalmente de São Paulo, era degradante. Wernet caracteriza-a como deplorável. Fala-se que o clero era “pobre, paupérrimos e mendigos”[...] “Mesmo porque o alto clero também é pobre, vivendo do altar e, que aos poucos vai caindo em todo

²⁹ Idem, pp. 51-52.

tipo de imoralidades”[...]”³⁰. Ao contrário, o clero religioso era detentor de muitas terras e bens, de fazendas, de terras e de escravos, ainda que tivesse número pequeno de religiosos. Em comparação a este, o clero secular foi chamado de Congregação de pobres.

Além de todos os motivos assinalados acima, Wernet acentua que ao problema da má remuneração do clero, ao engajamento maciço em atividades profissionais lucrativas, juntam-se outros elementos — como o fato de as grandes famílias reservarem um filho para ser padre e uma filha para ser freira, sob a alegação de que a Igreja precisava de gente “boa” e branca no seu comando. O padrão social do padre que era filho de aristocratas serviu de modelo para a ascensão do pobre, do mulato e do padre filho ilegítimo.

A carreira eclesiástica exerceu um fascínio maior sobre as pessoas até o momento em que o clero tinha a função de condutor das mentalidades. A partir do surgimento dos bacharéis, a carreira eclesiástica acabou por perder um pouco o interesse. Acrescente-se a isso que na mentalidade iluminista os ritos e sacramentos eram desnecessários para o contato com o divino.

O bispo imediatamente anterior a D. Antonio Joaquim de Melo levou o clero, nos últimos anos do seu mandato, à decadência. Os cursos de filosofia e teologia não mais funcionavam com regularidade. O próprio bispo era fazendeiro, dono de escravos, caçador e de forte atuação política em São Paulo, onde foi várias vezes vice-presidente da Província, deputado e candidato ao Senado, utilizando sua autoridade como bispo para influir no clero politicamente. Assim, Wernet assinala que com ele a Igreja paulista chegou ao auge da decadência, daí as insistências dos vários setores na necessidade de uma ampla reforma clerical. Para os liberais essa reforma só poderia acontecer com a expulsão dos frades estrangeiros, tidos todos como ultramontanos, e dos “jesuítas, inimigos de todas as luzes do século”. Insistiam assim na lenta extinção das ordens religiosas no Império.³¹

Como propostas para melhorar a situação do clero, propunha-se o relaxamento da lei do celibato; para o combate do problema econômico, sugeria-se a criação de uma caixa eclesiástica comum, em que todos, a partir dos sete anos de idade deveriam contribuir; no tocante à formação intelectual, desejava-se sua reformulação; ainda em relação ao papa, o

³⁰ Cf. WERNET, Augustin, pp. 56-58.

³¹ Idem, p.83.

projeto ampliaria os poderes dos bispos. Esse projeto de reforma iluminista, porém, nunca conseguiu se concretizar, devido a fatores como o fracasso da política de Feijó, que terminou renunciando ao cargo de regente; a mudança de orientação política no Brasil; e o crescente predomínio do catolicismo ultramontano na orientação geral da Igreja Católica.

A reforma desejada pelos ultramontanos exigia a criação de cursos eclesiásticos e de seminários episcopais, porém, nota-se que as reformas esperadas só tiveram impulso a partir do início do Segundo Império. Até o período regencial, os impasses prosseguiram e tinham à frente os iluministas que cultivavam o desejo de formação de uma Igreja nacional, com a abolição do celibato. Mas, a partir de D. Pedro II, os romanistas conseguiram avançar, por estarem afinados com a política imperial e na defesa da monarquia.

Por outro lado, Roma seguiu sua articulação com os bispos reformadores. D. Viçoso mandou vários padres estudarem em Roma.³² Assim, a Igreja restaurada no Brasil teve um episcopado colonialista, depois monarquista e, por fim, romanista e anti-republicano. O catolicismo ultramontano correspondeu para atender os interesses tanto da Igreja como do império, e as nomeações de conservadores para os cargos de bispos foram favorecendo as reformas ultramontanas, sendo nomeados para bispos todos os padres que estudaram no Seminário do Caraça.

Também o Império despendeu volumosa quantia para o favorecimento da vinda dos missionários capuchinhos italianos, que foram distribuídos para a catequização dos índios. Com o intuito de moralizar o clero, foi proposta a retirada dos padres dos empregos civis e a melhora dos provimentos à carreira eclesiástica, para torná-la mais atraente. A criação de mais dioceses e de tamanho menor, com menos paróquias e com novos seminários locais, também poderia facilitar a expansão do catolicismo romanizado. Ninguém poderia ser ordenado sem ter feito os cursos completos nos seminários; estes, por sua vez, deveriam ser lugares que fizessem valer o rigor da disciplina a que deveria se acostumar o futuro clero.

A expansão dos seminários no século XX está ligada à própria política vaticana quando da ascensão de Bento XV (1914-1922), que ordenou em 1919 que o clero indígena

³² Em 1870 já eram 50 os padres brasileiros que estudavam no Colégio Pio Latino-Americano, de Roma, fundado em 1853 pelo chileno Mons. Inácio Eyzaquirre, para a formação do clero latino-americano e que ficou sob a direção dos jesuítas.

fosse bem preparado nos territórios missionários e orientou a respeito da criação de seminários regionais para a instrução de padres locais, criando certo mal-estar com as potências coloniais. Seu sucessor, Pio XI (1922-1939), encorajou também o desenvolvimento de um clero indígena, insistindo, contra grande oposição, em que os territórios missionários fossem transferidos tão logo quanto possível para o controle de bispos nativos.³³

Quadro 1 - Nº de padres e dioceses no Brasil, em comparação com os Estados Unidos, no ano de 1889, da Proclamação da República:

Ano de 1889	Brasil	Estados Unidos
Dioceses	11	
Padres	700	8000
Seminários Maiores	9	
Bispos		85

Fonte: AZZI, Riolando.³⁴

Até o final do século XIX a presença da Igreja no mundo da política foi declinando em número, se comparada essa fase com o período da Independência. A recuperação do desenvolvimento organizacional da Igreja só apareceu décadas mais tarde, quando foi possível elevar o número de dioceses, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – nº de dioceses no Brasil

Ano	Nº de dioceses no Brasil
1900	17
1910	30

³³ Cf. JOHNSON, Paul. *O Livro de Ouro dos Papas*. Rio de Janeiro-RJ: Ediouro, 2003.

³⁴ AZZI, Riolando. O início da Restauração Católica no Brasil. In: *Síntese*, Vol. IV, nº 10, 1977, p. 61.

1920	58
1964	178
2000	370

Fonte: Azzi, Riolando

A renovação ultramontana em São Paulo só tomou corpo a partir da nomeação para bispo de D. Antonio Joaquim de Melo, pois seu antecessor, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, ainda havia sido nomeado por D. Pedro I, sob a influência da Marquesa de Santos, já que era pertencente a um grupo político paulista ligado a esta.

Assim, o primeiro seminário nos moldes do que prescreviam as reformas do Concílio de Trento no Brasil foi instalado na província de São Paulo, já sob o bispado de D. Antonio Joaquim de Melo.

D. Joaquim visitou todas as vilas do Bispado de São Paulo e ordenou a substituição dos catecismos de inspiração regalista e jansenista em uso na diocese, elaborando um catecismo único permitido na diocese. Conseguiu impedir que fosse feita a inspeção governamental nas aulas dadas no seminário. Para coibir situações abusivas escreveu um *Regulamento* para o clero, cujo cumprimento seria fiscalizado nas visitas pastorais. Tomou todas as iniciativas do novo seminário sem a participação do Cabido Diocesano e também da Comissão Eclesiástica da Assembléia Legislativa. Tudo foi feito através de amigos de sua confiança, de Itu e suas redondezas.³⁵

A manutenção financeira do seminário e sua construção em uma chácara herdada de seu pai tornaram-se muito difíceis, já que as verbas advindas do governo eram insuficientes para obra de tal envergadura. E, em relação ao regulamento interno, proposto para a vida dos seminaristas, D. Joaquim o fez rigoroso de tal forma, que houve a necessidade de os próprios padres italianos intervirem para amenizá-lo. A existência de alunos externos era permitida somente até os quatorze anos e estes alunos não poderiam ter nenhum contato com os internos. Acreditava-se que somente com um total isolamento do mundo exterior seria possível a moralização do clero.

³⁵ Cf. WERNET, Augustin, pp. 104-105

O clima geral proposto incluía a disciplina, o silêncio, o recolhimento e o distanciamento do mundo exterior, sendo as próprias férias controladas pelos religiosos.

Posteriormente, nas dioceses que foram criadas por desmembramento da diocese de São Paulo, como Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto e outras, o projeto de um seminário diocesano também foi assumido por seus bispos.

Em Campinas, D. João Batista Correa Nery, primeiro bispo, cuidou logo de instaurar o seminário, que teve seu início em 1913.³⁶

3 - Os Seminários em Campinas e seus patronos

D. João Batista Correa Nery – 1º. Bispo de Campinas: A Pastoral Coletiva dos Arcebispos e Bispos das Províncias meridionais do Brasil, em 1915, resultado das resoluções das Conferências Episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911, tornou-se um documento importante para a Igreja do Brasil, por apresentar soluções às questões enfrentadas pelos bispos. Essas constituições são determinantes no sentido em que reforçavam e exigiam que se preservassem as disposições do Concílio de Trento, principalmente no que dizia respeito aos seminários.

A fórmula aplicada em Campinas e em outras partes foi a mesma do seminário de São Paulo: exortação aos fiéis para que assumissem, por meio de contribuições e óbolos, a manutenção do seminário. Um fato que dificultava tal empreendimento era o esclarecimento necessário que se deveria fazer ao povo, explicando a este que, desde a instauração da República, o governo nacional não oferecia mais subsídios à Igreja.

D. João Batista Correa Nery, nascido em Campinas em 1863, estudou no Colégio Culto à Ciência, “centro irradiador do racionalismo em Campinas e formador de futuros

³⁶ Cf. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)*. S. Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - mimeo, USP.

maçons”³⁷, entrando depois, com o apoio do cônego Vieira, no “Seminário de São Paulo, de cultura ultramontana, idealizado por D. Antonio Joaquim de Melo que se propunha expurgar a ascendência regalista na formação dos futuros padres”.³⁸

Ordenou-se padre em São Paulo em 1886, vindo logo em seguida a trabalhar nas paróquias de Campinas, onde incrementou a vida eclesial através da liturgia, fundando associações católicas, trazendo para Campinas a Conferência Vicentina para o socorro dos pobres, fundando periódicos católicos e fundando o *Lyceu de Artes e Ofícios* para atendimento das vítimas da febre amarela. Quando de sua nomeação para Bispo da diocese do Espírito Santo, transferiu sua posse aos salesianos vindos da Europa.

O Padre Nery recebeu do Governo Imperial, em gratidão pelos serviços prestados no socorro às vítimas da febre amarela que assolou Campinas, o título de Cônego do Cabido de São Paulo. Assim, tendo se destacado na vida religiosa, política e cultural da cidade de Campinas, Cônego Nery foi, em 1896, nomeado bispo para a então criada diocese do Espírito Santo. Em 1901 foi transferido, para também iniciar a diocese de Pouso Alegre, em Minas Gerais, tendo nessas duas dioceses a preocupação de organizar e montar a infra-estrutura diocesana como o seminário, o palácio episcopal e convidar congregações religiosas européias para o trabalho pastoral.³⁹

Em 1908, com a criação da diocese de Campinas pelo Papa Pio X, D. Nery foi transferido para Campinas, organizando e iniciando toda a estrutura de igreja diocesana pela terceira vez.

O seminário de Campinas, que foi como que um rebento do seminário de São Paulo, tinha os mesmos propósitos de estabelecer um catolicismo reformador, em que a casa de formação não era apenas um lugar onde se formavam os padres, mas “um poderoso dique levantado para conter a onda avassaladora do materialismo que pretendia submergir, ao mesmo tempo, a família e a sociedade”.⁴⁰ Emergiam, mais uma vez, os ideais anti-

³⁷ Cf. RÍGOLO, Pedro. *A romanização como cultura religiosa* – As práticas sociais e religiosas de D. João Batista Correa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920. Campinas-SP, 2006. Dissertação de Mestrado, Unicamp, pp. 13-14.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Cf. Jornal “O Mensageiro”, de Campinas, 1912, citado por Bencostta.

modernistas preconizados pelo Concílio de Trento e pela Igreja européia, em sua expressão do seminário como instituição total, que, segundo Goffman, é como que um híbrido social, sendo parcialmente comunidade residencial, parcialmente uma organização formal, exercendo a função de “estufas” para mudar as pessoas, fazendo de cada uma delas um experimento natural sobre o que se pode fazer ao “eu”.⁴¹

A Diocese de Campinas, antes de ter seminário próprio, formava seus padres no seminário de São Paulo, de D. Joaquim de Melo. O próprio D. Nery, quando seminarista, foi formado em São Paulo, na linha ultramontana.

Em São Paulo, em 1908 conseguiu-se cumprir plenamente as determinações do Concílio de Trento, que exigia que cada diocese tivesse, na verdade, dois seminários: o Seminário Menor, para atender os alunos cursantes até o Curso Médio; e o Seminário Maior para atender aos alunos dos cursos de Filosofia e Teologia. Assim, o Seminário Menor ficou em Pirapora e o Maior, na Freguesia do Ó e depois no Ipiranga.⁴²

Em Campinas, como a diocese foi criada em 1908 e o seminário somente pôde se estruturar em 1913, nesse interstício de tempo, D. Nery enviou os vinte e oito seminaristas menores para estudarem em Pirapora, em Pouso Alegre⁴³ e no Lyceu de Artes e Ofícios de Campinas.⁴⁴

Dentro do que se propunha D. Nery como agente romanizador da Igreja e do mundo de sua época, este bispo realizou um programa de ações e estratégias para conseguir os objetivos desejados pela Igreja e, dentre elas, destacam-se a criação do seminário

⁴¹ Cf. Goffman, op. cit. p. 22.

⁴² Cf. WERNET, Augustin, p. 105.

⁴³ O seminário e o ginásio de Pouso Alegre haviam sido fundados pelo próprio D. Nery, quando bispo daquela diocese. O seu diretor, Pe. Joaquim Mamede da Silva Leite, lá esteve até 1909, quando D. Nery o convidou para incorporar-se ao clero de Campinas, tornando-se vigário capitular. Alguns anos depois, D. Nery conseguiu que Pe. Mamede fosse indicado para bispo auxiliar de Campinas. D. Nery tinha desejo de que D. Mamede fosse seu sucessor, mas, quando da sua morte, em 1920, outro campineiro, Dom Barreto, que era Bispo de Pelotas-RS, foi indicado para ocupar a sede de Campinas.

⁴⁴ A partir de 1897, Lyceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, colégio fundado em 1893 por D. Nery, para atender os órfãos da febre amarela. Quando de sua nomeação para Bispo do Espírito Santo, em 1895, procurou os padres salesianos de D. Bosco, na Europa, a fim de entregar-lhes a direção do Lyceu de Artes e Ofícios.

diocesano, que exerceria uma função pastoral-pedagógica na formação dos futuros sacerdotes; as visitas pastorais, que exerciam um papel fiscalizador e controlador das paróquias; e a criação de colégios católicos destinados à obra da educação, sob a orientação de ordens religiosas estrangeiras.⁴⁵

D. Nery entendia que o seminário tinha dupla função: fornecer ao futuro sacerdote uma formação de qualidade, capaz de garantir a reprodução da própria instituição, e uma segunda, que seria oferecer essa formação de qualidade àqueles que, porventura, não viessem a seguir a carreira sacerdotal e pudessem ser presença laica cristã marcante na sociedade.⁴⁶

Outra medida tomada por D. Nery, em consonância com outros bispos romanizadores, foi o envio de uma turma de alunos da diocese para estudar, em 1911, no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma. Dessa turma, quando de volta a Campinas, quase todos tiveram funções no seminário diocesano, seja como diretores, professores ou diretores espirituais: Pe. João Loschi, Pe. Luiz Gonzaga de Moura, Pe. Idílio Soares, Pe. João de Oliveira Camargo, Pe. Antero Barreto e outros, a maioria procedente de famílias de sobrenomes tradicionais da cidade.

A Igreja tinha consciência de que nem todos os alunos que ingressavam no seminário chegariam a ser padres, mas sabia que, dando uma sólida educação cristã aos jovens, futuramente estaria colocando no mundo cristãos bem formados que seriam a presença da Igreja na sociedade.

No que se refere à educação das meninas e das jovens ricas, o catolicismo ultramontano, identificado com o ensino jesuítico, não conseguiu entrar em Campinas, possivelmente pela orientação positivista, maçônica e iluminista. O que se admitiu, em termos de ensino conservador e autoritário, foi a educação das órfãs da Santa Casa de Misericórdia.⁴⁷

⁴⁵ Cf. MESCHIATTI, José Eduardo. *Sonho de Moral - Presença Salesiana em Campinas*. Campinas, 2000. Tese de Mestrado, Unicamp, pp. 27-28.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Cf. LAPA, José Roberto do Amaral, *A Cidade: Os cantos e os antros - Campinas 1850-1900*. S. Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.

O prédio do seminário de Campinas deveria ter sido construído no bairro do Guanabara, nas proximidades do Lyceu de Artes e Ofícios, em terras que seriam doadas pelo Barão de Ibitinga, mas o Cônego José de Almeida e Silva, fundador do Instituto Santa Maria, de ensino feminino, que se encontrava em dificuldades, resolveu entregar o prédio onde funcionava esse instituto para a diocese instalar o seminário. Para tanto, foi necessário o consentimento dos doadores do terreno do antigo instituto nos arredores do que é hoje o Bosque dos Jequitibás, onde funciona o Colégio Arquidiocesano Pio XII.⁴⁸ O seminário teve a pedra fundamental lançada no dia 13 de abril de 1913, com o nome Seminário Diocesano de Santa Maria, inaugurado em 1915.⁴⁹

Nas memórias manuscritas do Mons. Euclides Sena, responsável pelo arquivo da Curia Metropolitana de Campinas, aparecem, num fragmento, as seguintes informações a respeito do Seminário de Dom Nery: No Congresso Diocesano (1912) ficou a conclusão de criar um Colégio Católico para meninos... O Cônego Dr. Almeida e Silva doou [...] Comissão: Barão de Ibitinga, Barão de Ataliba Nogueira, Dr. Heitor Penteado [à época prefeito de Campinas], Carlos Olímpio Leite Penteado, Júlio Frank de Almeida, Cel. Manoel de Moraes, Cel. José [Egídio de Sousa] Aranha, Cel. Antonio Álvaro de Souza Camargo, Raul Prubel, Joaquim Egídio de Sousa Aranha.

A 1^a pedra fundamental da parte nova do edifício foi solenemente lançada a 13 de Abril de 1913.

O Seminário Diocesano funcionou na parte antiga do Instituto Santa Maria, aceita para tal.⁵⁰

⁴⁸ Cf. Almanach de Campinas 1913 e Bencostta, os doadores foram o Cônego Almeida, 165 metros; os senhores Arlindo Joaquim de Lemos, Tito de Lemos, Domingos Roque da Silva e Maria Felicíssimo Pinto de Moura, herdeiros do Sr. Antonio Manuel Proença, 7 mil metros. A região hoje tem o nome de Jardim Proença; a Câmara Municipal doou 1.831 metros, sob a condição de o seminário manter gratuitamente cinco alunos.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Cf. Anotações manuscritas do Mons. Euclides Sena, responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

Nas mesmas memórias do Mons. Sena aparece uma correspondência de 12 de agosto de 2004, em que o Mons. Arlindo Rubert, de Fortaleza dos Vales-RS, solicita informações para fins acadêmicos a respeito do Pe. Dr. José Antonio de Almeida e Silva e, nesse pedido, aponta alguns traços do Pe. Almeida:

Fundou em Porto Alegre o periódico “O Thabor” e, em 1883 transferiu-se para São Paulo [...] parece que até 1890 foi professor no Seminário Episcopal de São Paulo [...] em Campinas fundou o Instituto Santa Maria para meninas órfãs no Bairro das Cemeleiras [hoje Bosque dos Jequitibás] [...] em 1912 doou o complexo para o 1º Bispo de Campinas, D. João Baptista Correa Nery para fundar o seminário diocesano.⁵¹

As regiões norte e oeste da cidade sempre foram áreas privilegiadas em Campinas. Ao contrário do que acontece com outras cidades, que crescem em direção à capital, Campinas cresceu na direção oposta à capital, onde residia e ainda hoje reside a elite. Tal fato pode ser atribuído ao esgotamento do solo das plantações de café no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, que empurrou a produção cafeeira para o chamado oeste paulista devido às suas terras férteis. Assim, os cafeicultores adquiriram cada vez mais terras na direção das terras férteis, onde hoje se situam as cidades de Paulínia e Americana, tendo esse percurso produtor de café sido acompanhado pela construção dos inúmeros ramais ferroviários para escoação da produção.⁵² No período anterior ao café, o Largo da Santa Cruz, um dos marcos iniciais de Campinas, “era local de arranchamento de tropeiros, desde os tempos da Vila de São Carlos, à boca do caminho do sertão, onde, por sinal, o governo da província fizera construir um rancho.” Obviamente, por ser esse o caminho para o sertão de Goiás, era o caminho da mineração, da busca de riquezas, por onde a cidade se voltaria.⁵³

⁵¹ Idem.

⁵² Também MELONI, Reginaldo Alberto. *Ciência e Produção Agrícola – A Imperial Estação Agronômica de Campinas 1887-1897*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, pp. 42-43, referenda esse direcionamento da produção agrícola e o desenvolvimento do café em direção ao oeste do Estado.

⁵³ MARIANO, Júlio. *Badulaques*. S. Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 25.

Mesmo quando da construção de um cemitério unificado em Campinas, o local escolhido havia sido a colina do Guanabara. Tal fato somente não se concretizou pelos protestos da população devido ao medo de contaminação, depois do susto que a cidade havia passado com a febre amarela. O local onde por fim se construiu o cemitério, no chamado “Fundão”, região sul da cidade, hoje bairro Ponte Preta, era desabitado e longe da cidade, por isso foi aí instalado de forma mais ou menos consensual.⁵⁴

Para a manutenção das obras e do próprio andamento do seminário, D. Nery fundou a Liga de São José, em julho de 1913. De acordo com as determinações do bispo diocesano, os padres tinham a obrigação de descobrir vocações sacerdotais entre os meninos que freqüentavam o catecismo, fomentar essas vocações e protegê-las. Em âmbito paroquial, os padres deveriam fundar a Pia Obra das Vocações Sacerdotais, que funcionou em quase todas as dioceses até a década de 1970.

A Liga de São José, mantinha também no seminário alunos que não tinham especificamente a vocação sacerdotal, como uma espécie de investimento na educação dos futuros homens da nação, educação esta marcada também por uma rígida moral católica.

A proposta de formação do seminário de Campinas, pouco se diferenciava da dos seminários de São Paulo e de Mariana, tendo o objetivo isolar totalmente o jovem do mundo exterior, sem o que não se entendia como possível a moralização do clero. Porém havia menor rigor nas férias, por exemplo, se comparado com o seminário de São Paulo que seguia rigidamente o padrão dos seminários da Europa, em que depois que o menino entrava no seminário só sairia dois meses antes de receber as ordens sacras, portanto, já adulto.

Outros controles presentes nos seminários de Mariana e de São Paulo também havia no seminário de Campinas, pois nenhum seminarista poderia receber ou mandar cartas sem o intermédio do Reitor, sendo que esta infração consistia em falta grave.

As exigências para a entrada no seminário seguiam as orientações tridentinas, pois o candidato deveria apresentar um atestado de um sacerdote conhecido, demonstrando sua vocação para o sacerdócio; certidão de batismo e crisma e de casamento religiosos dos pais,

⁵⁴ Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade – os cantos e os antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 309 ss.

o que então garantia que somente filhos legítimos, de casais católicos pudessem entrar para o seminário.

O respeito aos superiores e funcionários era ponto alto das normas a serem cumpridas. O rigor estendia-se também para toda a rotina diária de vida do seminário, que começava ao acordar com o toque de sineta, levantar-se e, como primeiro gesto, sentar-se à cama e prometer a si mesmo que naquele dia não cometeria nenhum ato pecaminoso, por mais leve que fosse. Diariamente deveria o seminarista assistir à missa e participar de diversos horários de oração. A postura corporal em todos esses atos era prescrita. Deveriam os alunos durante a oração conservar os olhos baixos e as mãos postas, manter-se em pé e com a cabeça descoberta sempre que houvesse a presença de um superior. Nas festas internas e em público, deveriam usar paletó preto, calça e coletes, ou então terno preto. Nos atos religiosos vestiam a batina, de uso habitual apenas para os alunos a partir do quinto ano, que corresponderia hoje à quinta série do Ensino Fundamental.

O silêncio e a pontualidade faziam parte das rigorosas regras. As atividades eram iniciadas após o toque de sineta. Já em relação ao asseio pessoal, os alunos deveriam logo ao acordar lavar o rosto, escovar os dentes e pentear os cabelos, sempre curtos a fim de evitar a vaidade. Os banhos eram nos dias permitidos, quando então era autorizada a troca de roupas.

No tocante aos passeios e às saídas, só eram permitidos à casa dos pais e irmãos, mas sempre em dupla ou trio. Para fazer alguma coisa na cidade era necessária uma permissão especial e somente por motivo justificado.

Diante de todo esse rigor, era interessante o fato de haver permissão, pelo menos para alguns alunos, para fumar, desde que no tempo e no local determinados. Jogos de azar ou de cartas eram proibidos, bem como qualquer tipo de apostas a dinheiro ou jogos de mão.

Os regulamentos do seminário prescreviam que a vida do seminarista fosse toda pautada pelo ambiente de respeito e amor aos colegas, como se fossem membros da mesma família. O objetivo era fazer com o que o jovem percebesse como desnecessária a presença da família ou do ambiente externo. Tal rotina contemplava oração, disciplina, silêncio, estudo e trabalho; fazia parte das prescrições ultramontanas que foram aplicadas no seminário de Campinas e o próprio D. Nery as vivenciou no seu tempo de seminarista.

A disciplina implantada nos seminários tridentinos e também em Campinas tinha o objetivo de forjar os resultados esperados pela Igreja em relação ao futuro padre. Assim, conforme Foucault (1975), a disciplina exige a *cerca* para delimitar o território da instituição fechada. Os colégios seguiram o modelo dos conventos, emergindo aos poucos o internato como um dos regimes de educação mais perfeitos.⁵⁵

O princípio de clausura é trabalhado nos internatos com certa flexibilidade. O importante, segundo Foucault (1975), é o princípio do *quadriculamento*, em que cada indivíduo tem seu lugar e em cada lugar há um indivíduo, decompondo-se as implantações coletivas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa. São aplicadas as táticas de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Nesse sentido, importa estabelecer as presenças e as ausências, saber como e onde encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, poder a cada instante vigiar e acompanhar o procedimento de cada um. A disciplina organiza um espaço analítico, devendo, inclusive, manter certos momentos de individualidade e solidão.⁵⁶

Em relação aos espaços comuns, o corredor central tem a função de possibilitar uma vigilância que seja ao mesmo tempo individual e geral, podendo-se constatar a presença, a aplicação de um aluno, a qualidade de seus afazeres, formando um quadriculado permanente em que as confusões se desfazem.⁵⁷

Outro aspecto apontado por Foucault (1975) e muito presente nos seminários de estilo tridentino era a “classe”, que se encontrava organizada por grupos menores dentro do mesmo recinto, subdivididos e vigiados, à inspiração do exército romano, abrindo espaço para a rivalidade, já que havia publicação das notas e dos resultados avaliativos para que todos os alunos soubessem dos resultados obtidos pelo grupo. A sala de aula formava um grande quadro único, mas com entranhas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente classificador do professor.⁵⁸

⁵⁵ Cf. Foucault, op. cit. p. 122.

⁵⁶ Cf. Foucault, M., op. cit. p. 123.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem, p. 126.

O objetivo da disciplina no seminário era o de transformar os grupos, que por si só seriam confusos e dispersos em multiplicidades organizadas; aqui repetem-se os mesmos objetivos da disciplina nas fábricas a partir do século XVIII, que tinha a função de inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência e constituir um registro geral e permanente das forças, além de tirar dos subordinados o maior número possível de efeitos. A disciplina aparece como condição primeira para o controle e o uso dos indivíduos, sendo o que Foucault (1975) chamou de “base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar ‘celular’ ”.⁵⁹

A manutenção de um aluno no seminário tinha o custo de 400\$000 (quatrocentos mil réis) anuais, que poderiam ser pagos em duas vezes, além de uma jóia no valor de 25\$000 (vinte e cinco mil réis), paga no ato do ingresso. A anuidade não incluía despesas com material escolar e outras; assim, os alunos mais pobres precisavam recorrer à Liga de São José, para buscar auxílio ou requerer outra forma de ajuda junto ao bispado e às famílias. Surgiram, então, as madrinhas dos seminaristas, geralmente senhoras de famílias abastadas que assumiam parcial ou totalmente os custos da formação do futuro sacerdote.

Por outro lado, D. Nery permitia a diversão que ele entendia como sendo saudável para a vida dos seminaristas: o teatro. Em várias oportunidades os seminaristas prepararam e encenaram peças teatrais para o público externo no Teatro do Externato São João e também no Teatro São Carlos. Isso também se deve ao fato de ter sido D. Nery um amante do teatro desde os tempos de estudante no Colégio Culto à Ciência, tendo chegado a escrever algumas peças, além de fazer com que essas atividades dessem visibilidade à Igreja Católica.⁶⁰

⁵⁹ Idem p. 127.

⁶⁰ Cf. RÍGOLO FO., Pedro. *A romanização como cultura religiosa – As práticas sociais e religiosas de D. João Batista Correa Nery, Bispo de Campinas, 1908-1920*. Campinas, 2006. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

Quadro 3 – Composição da Equipe do Seminário

Composição da Equipe do Seminário	
Bispo	- Reitor nato
Reitor	- Superior de todo o seminário
Diretor Espiritual	- Acompanhava a vida espiritual dos alunos
Ecônomo	- Dirigia toda a economia do seminário
Prefeito de Estudos	- Acompanhava o rendimento escolar do aluno
Prefeito de Disciplina	- Organizava e fiscalizava o andamento geral
Ministro de Disciplina	- Suporte que a garantia a disciplina e o cumprimento dos horários

O corpo docente era formado em sua maioria por clérigos, mas havia também leigos que faziam parte da equipe formativa do seminário e que prestavam serviços educativos ou ministravam aulas. A considerar os nomes, estes eram escolhidos dentro de um grupo especial da confiança do bispo. Por exemplo, alguns eram irmãos ou parentes de padres ou bispos, como o Sr. João Chagas de Miranda, irmão de D. Otavio Chagas de Miranda; Dr. João Ribas D'Ávila, membro da família do Mons. Ribas D'Ávila; Osvaldo Pinto, Mário França, Frederico Sollberger, de famílias tradicionais de Campinas; O Sr. Primo Sartori, regente da Banda Municipal.

Quadro 4 – nº de seminarista em Campinas

Nº de seminaristas – Diocese de Campinas						
Ano	1913	1914	1915	1916	1917	1918
Maiores	15	10	10	12	09	13
Menores	24	23	12	35	32	29
Total	39	33	22	47	41	42

Fonte: Carta Circular de D. João B. C. Nery, Bispo de Campinas. *7º Relatório da Diocese em 1918*. Campinas: Typ. Casa Genoud, 1913, citado por Bencostta.

Quadro 5 – nº de seminarista e ginasianos

Nº total de alunos – seminaristas e ginasianos			
Ano	1915	1916	1918-1919
	64	153	260

Fonte: Anuário do Seminário e Gynasio Diocesano de Campinas, anos 1915, 1916, 1918-1919. Campinas: Typ. Casa Genoud, citado por Bencostta.

O primeiro seminário de Campinas teve como sede uma construção imponente, com três arcadas ao centro, na fachada principal. Um edifício de dois andares, numa área de nove mil metros, nas imediações do bairro do Bosque. Àquela época o local era afastado do centro da cidade, o que correspondia a uma exigência dos seminários ultramontanos. Estes geralmente localizam-se em chácaras retiradas do ambiente social da cidade, com o objetivo de afastar os jovens do contato e da sedução do mundo exterior.

A estrutura interna compreendia amplos dormitórios comuns, onde se encontravam enfileiradas as camas todas iguais, com uma espécie de baú aos pés, para o aluno guardar seus pertences. Da mesma forma a sala de aulas e de estudos era ampla, abrigando grande número de alunos ou turmas por sala.

As disciplinas estavam distribuídas conforme quadro abaixo:

Quadro 6 – Disciplinas do curso ginásial

Disciplinas	Aulas semanais do curso ginásial				
	1º	2º	3º	4º	5º
Religião	2	2	2	2	2
Português	9	9	7	6	6
Latim	9	9	9	5	5
Grego	-	-	-	4	4
Francês	-	-	2	2	2
Italiano	-	-	2	2	2
História Natural	-	-	-	2	2
Arit. e Matemática	2	2	2	2	2
História	2	2	2	2	2
Caligrafia	1	1	1	-	-
Total de Horas	25	25	25	25	25

Fonte: Prospecto e Programa de Ensino do Seminário de Santa Maria de Campinas. Typ. Casa Genoud, cit. por Bencostta.

Como se pode perceber, a tônica no ensino do Seminário Menor estava no aprendizado de línguas, ocupando o português e o latim o primeiro lugar, seguidos do grego e, depois, do francês e italiano, já que os textos teológicos lidos pelos alunos, como a *Summa Theologica*, eram escritos em latim. Esta carga horária densa das matérias de língua e comunicação explica o intuito de formar pregadores com ênfase na retórica. Explica-se o latim por ser a língua da Teologia. Uma língua morta, que não é mais susceptível de transformações ou evolução, garante a exatidão do ensino teológico dentro dos rigores propostos pela Igreja, não abrindo espaço para grandes elucubrações. No estudo da língua grega, os alunos aprendiam noções de gramática para a tradução de textos bíblicos por aqueles que posteriormente viessem a dedicar-se ao estudo das Sagradas Escrituras. O estudo do italiano se dava pela possibilidade de o seminarista vir a estudar em Roma. Em

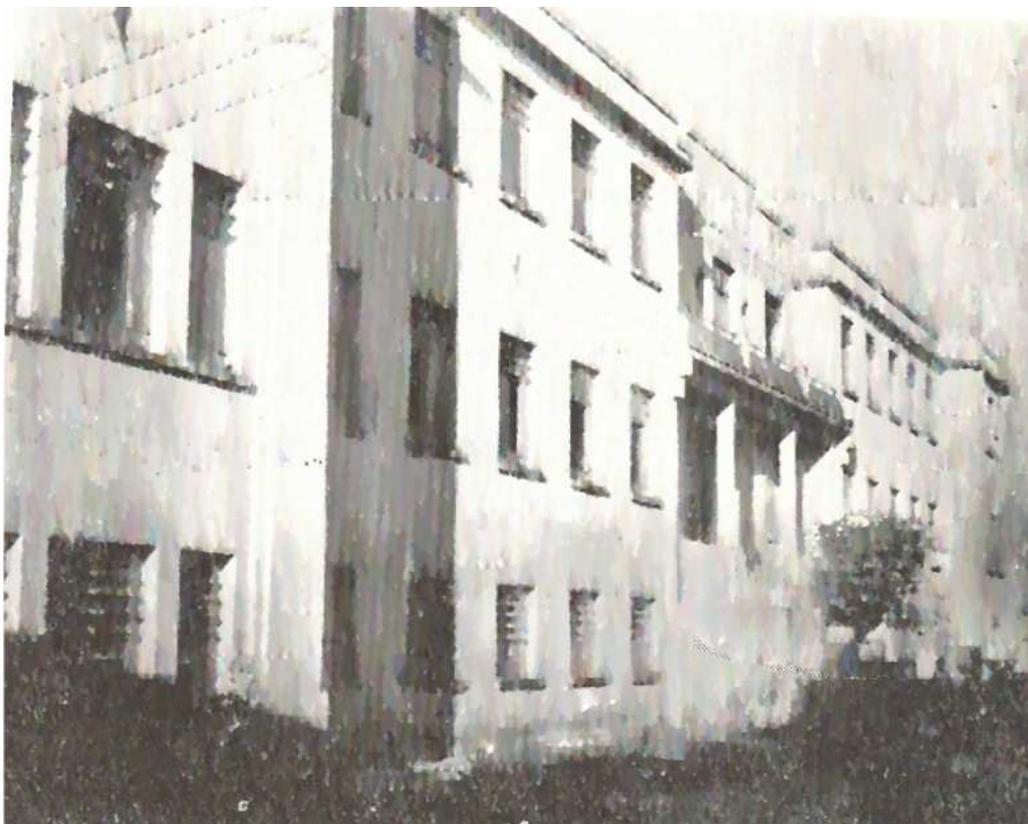
seguida vinham as matérias de matemática e humanidades, que neste programa disciplinar não consistiam grande preocupação, diferentemente da formação no período iluminista.

O ensino de religião, embora fundamental para o futuro padre, aparecia também em outros momentos, como a catequese, e, mesmo, pressupõe-se que as famílias católicas de então davam forte base de instrução na fé, da qual, no seminário, a disciplina religião faria um aprofundamento.



Fig. 1 - 1º Seminário de D. Nery, que funcionou no Instituto Santa Maria (Atual Colégio Pio XII)

Fotos: Poliantea do cinquentenário da Diocese de Campinas



Segundo Seminário Menor de Campinas.
Hoje nele funcionam o Ginásio e a Escola Normal Dom Barreto

Fig. 2 - Segundo Seminário da Diocese, hoje Colégio Dom Barreto

Foto: Poliantea do Cinquentenário da Diocese de Campinas

* * *

D. Barreto – 2º. Bispo de Campinas: O segundo Bispo de Campinas, Dom Francisco de Campos Barreto, é natural de Campinas, tendo nascido no povoado de Sousas. Tendo sido na infância coroinha de D. Nery, quando este ainda era o Cônego Nery, em

1890, aos treze anos entrou para o Seminário de São Paulo, juntamente com dois outros colegas coroinhas que se tornaram depois o Bispo Auxiliar de D. Nery, D. Joaquim Mamede da Silva Leite e o Mons. João Batista Martins Ladeira, doutor em Teologia e Chanceler do Bispado. Cumpridos onze anos como padre em Campinas, foi nomeado Bispo para a Diocese de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que então havia sido criada, permanecendo lá até 1920; quando da morte de D. Nery, foi nomeado para substituí-lo em Campinas, ainda que o clero local esperasse que o substituto de D. Nery fosse seu Bispo Auxiliar, D. Joaquim Mamede.⁶¹

Ainda como padre, em Campinas, destacou-se pelo trabalho nas paróquias em que atuou, com a fundação de inúmeras associações cristãs leigas. Foi combativo em relação aos protestantes. Utilizou-se da imprensa para tal, com a criação e a publicação de periódicos apologéticos da fé cristã-católica e com a publicação de seu livro *A Igreja Católica e o Protestantismo*.⁶²

Na instalação da Diocese de Campinas, em 1908, o Monsenhor Campos Barreto, que muito havia lutado para que a cidade fosse elevada a Diocese, recebeu do Papa Pio X o título de Camareiro Secreto de Sua Santidade, tornando-se, segundo o escritor de sua biografia, um nome familiar à Santa Sé, com o nome de antemão inscrito para o preenchimento de uma vaga no episcopado brasileiro. Essa oportunidade, aguardada no Vaticano, de premiar condignamente o sacerdote campineiro, surgiu com o desmembramento de Pelotas como diocese, no Rio Grande do Sul, em 1911.⁶³

Como bispo de Campinas, Dom Barreto governou a diocese por vinte e um anos, tendo como obras de destaque a grande reforma da Catedral em 1922, a instituição de colégios e pensionatos, como o Patronato São Francisco e o Colégio Ave Maria, das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria; o Ginásio São Luiz; a fundação de uma Congregação Feminina em 1928; das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, cujas religiosas ele levou,

⁶¹ Conforme biografia do bispo escrita por Júlio Mariano, na *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro, IBGE, 1952, pp. 373-375.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

de forma inovadora, a não usar o hábito nas ruas, mas a vestir-se como as senhoras modestas da época. Essas religiosas iam realizar seu apostolado nos finais das ruas de Campinas, nos extremos até onde chegava a cidade — à época, uma região de prostituição e também de concentração da população negra, segregada nas periferias nos anos posteriores à abolição da escravidão. Construiu o Seminário Diocesano da Avenida da Saudade, cujo prédio, já no governo de D. Paulo de Tarso, foi adquirido pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que fundaram ali, em 1953, o Colégio Dom Barreto. A receita obtida com a venda desse imóvel foi empregada na construção do novo seminário da Swift.

O seminário de Campinas prosseguiu sua trajetória regular, no Ginásio Santa Maria, até 1940. Em 1941 foi inaugurado o novo prédio do Seminário na Avenida da Saudade, para que pudesse atender o crescente número de alunos, mantendo suas características e um número equilibrado de seminaristas, conforme quadro abaixo

Quadro 7 – nº de seminaristas maiores e menores

Nº de seminaristas menores e maiores		
Ano	Nº Maiores	Nº Menores
1931	76	26
1933	70	34
1934	79	14
1935	59	39
1936	61	35
1937	60	34
1938	73	28
1939	72	28
1940	78	24
1941	88	24
1942	88	23
1943	98	29

Fonte: Relatórios Anuais da Diocese de Campinas, 1931-42. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1931-1942.

O novo seminário foi inaugurado em 1941, poucos meses antes de D. Barreto falecer, assim também se deu a fundação das Faculdades Campineiras, depois PUC-Campinas.⁶⁴ É conhecido como o Seminário de Dom Barreto, já que cada bispo que passou por Campinas entre 1908 e 2005 construiu novos seminários, com exceção de D. Antonio Maria Alves de Siqueira, que governou durante a crise vocacional ocorrida no período pós-conciliar.

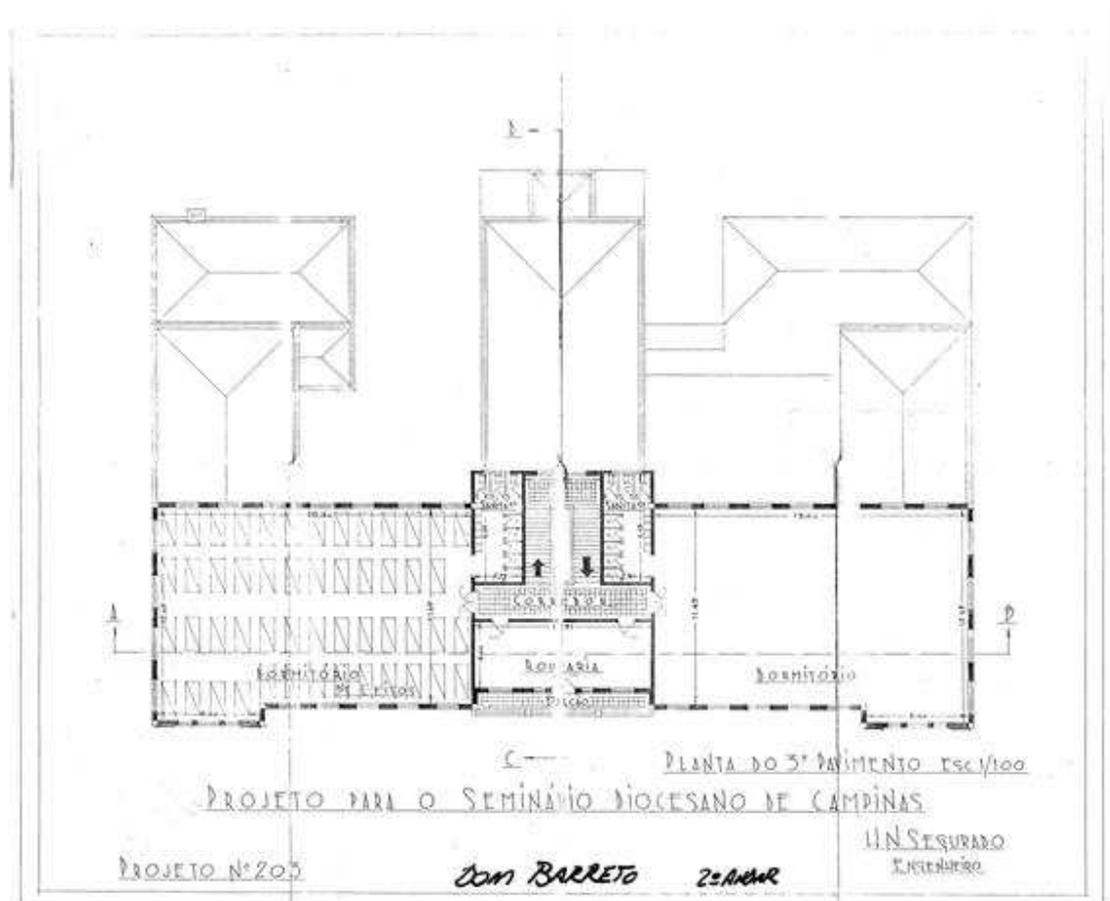
O seminário da Avenida da Saudade, que ocupa a área de um quarteirão, foi construído em três andares. No térreo, funcionava no corpo central a Capela, que tem o pé direito equivalente a dois pavimentos. Nesse mesmo pavimento, estava localizado todo o setor de serviços, lavanderias, depósitos, cozinhas, refeitórios; também os pátios cobertos e descobertos, campo de esportes, horta e quintal. O segundo pavimento abrigava todo o setor pedagógico, com as salas de aula, laboratórios e salas de estudo, bem como as instalações da direção e da secretaria. No terceiro pavimento, um pouco menor que os outros dois, localizavam-se dois conjuntos de dormitórios com a capacidade de cinquenta e um leitos cada um, podendo abrigar um total de até cento e dois seminaristas.

Com projeto arquitetônico de autoria do Engenheiro Hoche Neger Segurado, renomado construtor de Campinas na época, o exterior do prédio segue o estilo de arquitetura moderna, também presente em outros edifícios construídos na cidade nas décadas de 1930 e 1940, com janelas e portas retilíneas, com a ausência completa de arcos, mesmo nos corredores e no interior. A estrutura das colunatas internas segue o estilo retilíneo. O prédio é praticamente idêntico ao da Casa Generalícia e Noviciado das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, situado à frente do Seminário. Este estilo sóbrio de construção é reflexo do período da 2^a. Guerra Mundial, em que a possível escassez de

⁶⁴ D. Francisco de Campos Barreto faleceu no dia 22 de agosto de 1941. Deixou grandes obras, como o novo seminário diocesano, na avenida da Saudade; a fundação das Faculdades Campineiras, também em 1941, que depois se tornaram a Puc-Campinas; A Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, por ele fundada em 1928, com o enorme prédio da Casa Generalícia e Noviciado, no bairro da Ponte Preta.

recursos econômicos, de material e, mesmo, de oferta de mão-de-obra qualificada justificaria construções de estilo mais simples.

Anexo I - Planta do 2º Seminário Diocesano



Na década de 1940, o local em que estava situado o Seminário, na Avenida da Saudade, caminho para o Cemitério de mesmo nome, era ainda um lugar afastado, retirado da cidade. O bairro mais próximo era o agrupamento de casas adiante dos trilhos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. A região do seminário era deserta, situada logo após aquele agrupamento de casas, tendo mais adiante o cemitério, também chamado de “Fundão”, por ser o último limite da cidade.

Por outro lado, com a instalação da Paróquia de Santo Antonio na capela da Rua Abolição e posterior construção da sua nova igreja matriz, na mesma Avenida da Saudade, à frente do seminário e com o crescimento populacional do bairro, este chegou aos limites do seminário. Poderia este também ser um motivo de mudança do seminário para um local mais retirado da cidade, como era comum acontecer com os seminários tridentinos, romanizados.

O seminário na Avenida da Saudade funcionou de 1941 a 1952, retornando por três anos ao Ginásio Santa Maria (1º Seminário) no bairro do Bosque, porque o prédio da Avenida Saudade fora vendido para as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado que, a partir de 1953, iniciaram nesse local as atividades do Colégio Dom Barreto. Como já mencionado anteriormente, os recursos obtidos com a venda do Seminário para o Colégio permitiram dar impulso à construção do novo seminário no Bairro Swift, então mais distante, no caminho para Valinhos.

* * *

D. Paulo de Tarso Campos – 3º. Bispo de Campinas: O terceiro bispo diocesano de Campinas, Dom Paulo de Tarso Campos, nascido em Jaú, no interior de São Paulo, em 1895, estudou na Escola Caetano de Campos, em São Paulo, para onde se transferiu sua família. Ingressou no Seminário Menor de Pirapora em 1913 e estudou Filosofia e Teologia no famoso Seminário da Avenida Tiradentes, ordenando-se padre em 1920, na Igreja da Consolação, em São Paulo, vindo depois a ser pároco da Igreja de Santa Cecília, sucedendo a outros importantes padres que depois se tornaram também bispos, como D. Sebastião Leme e D. Duarte Leopoldo e Silva.⁶⁵

D. Paulo exerceu o cargo de professor no Seminário de São Paulo de 1923 a 1928, quando foi destinado a estudar na Universidade de Lovaina, na Bélgica, especializando-se em Ciências Sociais. Já em 1935 foi nomeado Bispo de Santos, onde desenvolveu amplo trabalho na área da assistência social às populações litorâneas e também assistência solidária aos remanescentes indígenas do litoral. Já em 1941, com a morte de D. Barreto,

⁶⁵ Cf. Monografia Histórica do Município de Campinas, R. de Janeiro, IBGE, 1952, em artigo do Pe. Agnello Rossi, pp. 377-381.

em Campinas, D. Paulo de Tarso foi nomeado pela Santa Sé Bispo Diocesano de Campinas, tendo tomado posse em março de 1942.⁶⁶

D. Paulo, sem dúvida, tinha as qualidades necessárias exigidas para ser bispo, conforme podem atestar o seu currículo citado acima e também o depoimento de um colega de turma no seminário, que corrobora esta tese, o Mons. Armando Lacerda, do Rio de Janeiro que foi amigo de infância e colega de seminário de D. Paulo. Numa correspondência a D. Paulo, que tratava de outro assunto, confirma as qualidades do prelado e, na carta de 18 de junho de 1954, escreveu:

Exmo e Revmo. Snr. Dom PAULO, DD Bispo de CAMPINAS

ALEGRA-me sobremaneira a necessidade de dirigir-me a V. Excia.

[A seguir expõe o assunto burocrático e, depois, faz o seguinte elogio a D. Paulo:]

Soube que o SEMINÁRIO de V. Excia já está funcionando. QUEM diria nos nossos tempos de SEMINÁRIO E FAZENDA, que entre nós estava um grande Bispo?

Era inteligente (o primeiro), virtuoso, ótimo colega e amigo, campeão de futebol, etc. mas, naquele tempo, os mitrados nos apareciam como deuses, “rari nantes in gurgite vasto”.

Bendito seja Deus porque nossa geração não fracassou...

Perdoe-me as divagações, e abençoe muito o servo ínfimo, sempre admirador e amigo.

Mons. Armando Lacerda

Diretor Nacional da União Missionária do Clero

(conservados neste trecho os grifos datilográficos originais).

Em Campinas, o trabalho de D. Paulo estaria voltado para o enriquecimento da oferta de serviços pastorais aos fiéis, proporcionando a vinda de congregações religiosas masculinas e femininas para a Diocese que, em 1958, foi elevada pelo Papa Pio XII ao *status* de Arquidiocese, ou seja, uma diocese que tem a primazia sobre outras menores à sua volta e seu bispo passa a ser Arcebispo.

⁶⁶ Idem.

Dentre muitas atividades, a obra de D. Paulo em Campinas compreendeu a organização e a realização de sete Congressos Eucarísticos, sendo cinco regionais, um provincial, que envolvia todas as dioceses satélites, e um diocesano. Deu também largos passos para a implantação do trabalho da Ação Católica na Diocese, criando novas paróquias, incrementando o surgimento de movimentos leigos; a construção do Templo Votivo do Santíssimo Sacramento; a ampliação das Faculdades Campineiras, tornadas Universidade Católica de Campinas, depois Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com a criação de vários cursos; e a construção do novo seminário, na Swift, o maior até então na Diocese e na província, no qual nos deteremos mais pormenorizadamente, por significar o período de apogeu da obra dos seminários na Arquidiocese de Campinas.

A construção de um novo seminário e de grandes proporções justifica-se: a partir das alegações da necessidade de instalações maiores, que comportassem um número bem maior de seminaristas, o terceiro bispo de Campinas, D. Paulo de Tarso Campos, em 1952 empreendeu a construção de um novo seminário, o terceiro, nos altos do bairro Swift, nos arredores da fábrica de mesmo nome que funcionou no caminho para Valinhos, também às margens dos trilhos de trem da Cia. Paulista de Estradas de Ferro.⁶⁷

Algumas fotografias hoje em posse do arquivo do Seminário de Filosofia de Campinas revelam aspectos interessantes da vida do seminário em Campinas, pois “toda obra de arte reflete a personalidade de seu autor”⁶⁸ e, assim, obviamente o fotógrafo, ao realçar determinado enfoque em detrimento de outros, interpreta uma realidade e dá a público essa sua interpretação. O seu ponto de vista sobre o objeto passa então a ser assumido pelos observadores. No caso das fotos seguintes do Seminário de D. Paulo de Tarso, percebe-se uma nítida intencionalidade no registro das imagens. A intenção do encomendante destas fotografias refletem o nítido desejo de registrar e contar a história do

⁶⁷ A fábrica inglesa Swift, iniciou suas atividades no local em 1905, tendo sido fechada em fins da década de 1980. O grande edifício ao estilo das fábricas inglesas, com tijolos à vista e alto telhado, foi demolido, sem quaisquer orientações dos Conselhos de Defesa do Patrimônio Histórico, tendo sido construído em seu lugar um prédio com as mesmas proporções, para funcionamento de uma loja da Rede de Hipermercados “Extra”, do Grupo Pão de Açúcar, do empresário Abílio Diniz.

⁶⁸ DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. Campinas-SP: Ed. Papirus, 1993.

seminário a partir da perspectiva da ordem, da vida organizada, das hierarquias arranjadas, obedecidas.

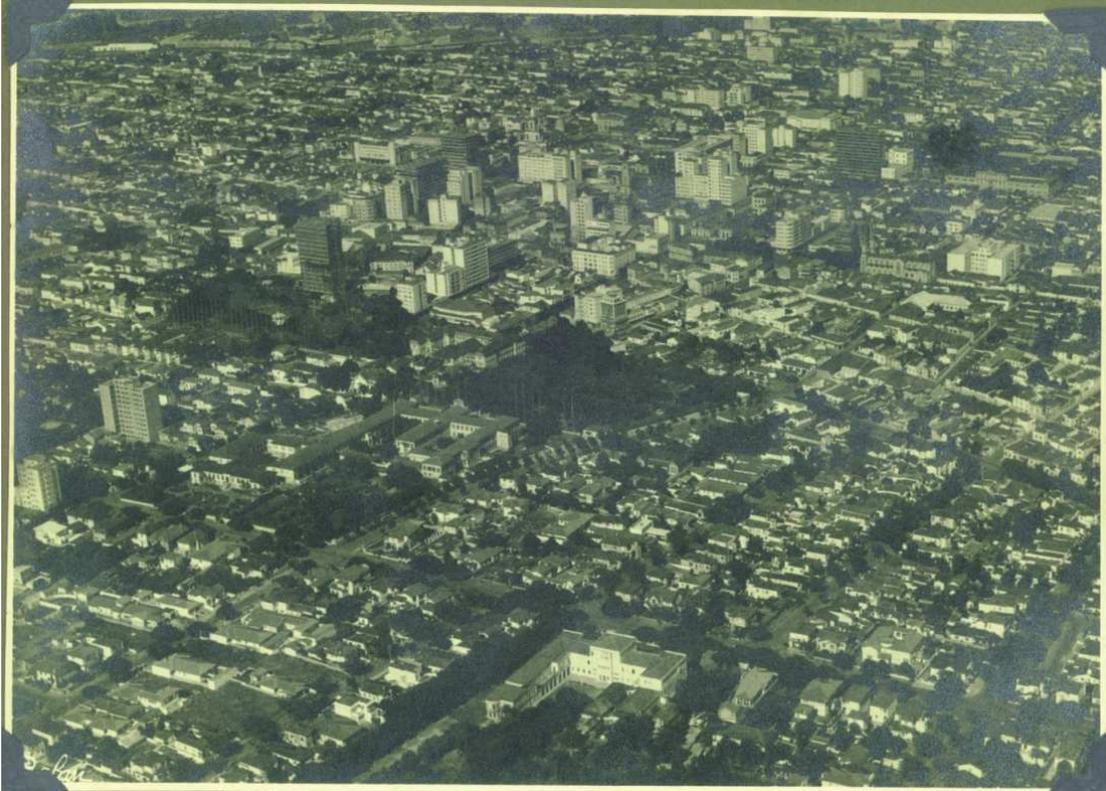


Fig. 3 - Vista aérea da Cidade de Campinas, década de 1950

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

Campinas, na década de 1950, já apresentava aspecto de uma cidade urbanizada e que dava saltos largos em direção a ser um centro industrial e tecnológico. A foto acima revela já os primeiros arranha-céus despontando no cenário da cidade, misturando-se com a estrutura de casas térreas ou no máximo assobradadas então existente. Aos poucos muitas das construções antigas, com arquitetura de estilo europeu, vão cedendo lugar aos arranha-céus. Porém, a idéia de o seminário ir sempre recuando diante do avanço da cidade que cresce ao seu entorno é uma idéia persistente do Concílio de Trento presente também em Campinas, onde os seminaristas precisariam estar totalmente preservados do mundo.

Com a presença do Núncio Apostólico do Brasil, D. Armando Lombardi, o seminário de D. Paulo de Tarso Campos foi inaugurado oficialmente em 1955, ocupando

uma área de dez mil metros quadrados, em terras adquiridas dos herdeiros de Joaquim Inácio e Georgina Valente.⁶⁹

O projeto do Seminário de D. Paulo teve a assinatura do Eng^o Francisco Decourt Homem de Mello, de família tradicional na cidade, na década de 1950. Da família Homem de Mello, além de vários engenheiros, saiu também um dos bispos da Diocese de São Carlos.

As proporções do Seminário de D. Paulo são grandes. O terreno tem doze mil metros quadrados. A construção do andar térreo tem quatro mil e trezentos metros quadrados e o pavimento superior tem três mil e oitocentos metros quadrados, perfazendo um total de oito mil e cem metros de construção, com plantas aprovadas pela Prefeitura Municipal em 1952.



Fig. 4 - Vista Aérea do 3º Seminário

⁶⁹ O terreno adquirido custou Cr\$ 762.375,00 (Setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros), em 19/08/1952. Atualmente, o bairro à direita do seminário, na estrada para Valinhos, denomina-se Vila Georgina e o bairro à esquerda do seminário denomina-se Vila Joaquim Inácio. Os herdeiros vendedores são: Ciro de Campos Valente e esposa Leonor Valente; Nelson de Campos Valente e esposa Nísia de Souza Valente; Lourenço Bellochi e esposa Zoê Valente Bellochio; Ari de Campos Valente e esposa Vicentina Trefiglio Valente; Gilberto de Campos Valente e esposa Leonor Benedita de Almeida Valente; e Guiomar Valente Faria.

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

A foto de vista aérea do seminário mostra como a região onde este foi instalado, à época, era totalmente desabitada e mostra também a grandeza do conjunto arquitetônico projetado aos moldes do seminário tridentino, seguindo exatamente a estrutura dos mosteiros, isolados do mundo externo, com seus claustros e pátios voltados para dentro. As dependências que dão acesso diretamente para a rua são a capela e os dormitórios da equipe administrativa.

Mons. Bruno Nardini, construtor da Igreja Matriz de Valinhos e criador da Festa do Figo naquela cidade, que ajudou muito no período da construção do seminário, quando D. Paulo visitava semanalmente as obras. Foi nomeado Primeiro Reitor do Seminário e Mons. Luiz Fernandes de Abreu foi vice-reitor e professor de 1957 a 1964. O padre prefeito de disciplina foi Pe. Mateus Ruiz Domingues.

Na abertura do Regulamento do Seminário, já no primeiro artigo, vêm estampados claramente os objetivos dessa instituição: “o seminário é uma instituição eclesiástica, destinada exclusivamente à formação de levitas do Senhor, onde eles se preparam para uma vida mais santa que a dos leigos, tanto na conduta exterior como na interior.” E aqui reside a visão de Igreja e de clero reforçada pelo Concílio de Trento: uma Igreja piramidal, em que os padres necessariamente são mais santos que os leigos, conforme explicita claramente o regulamento, a exemplo do que aconteceu com os mosteiros na Idade Média, quando se difundiu o ideal monástico como superior ao estado de vida laical.

O bispo é a autoridade maior de todo o processo formativo em sua diocese e cabe a ele, segundo o regulamento, a “superintendência geral do seminário, que confiará sua direção e administração interna e imediata a um prudente sacerdote de sua confiança, com o cargo de Reitor, que, por sua vez, terá dedicados auxiliares, dele sempre dependentes na orientação geral da casa”.

O Regulamento do Seminário legisla sobre todos os aspectos práticos da vida formativa: o início das aulas e o retorno das férias, que deve obedecer a rigoroso cumprimento de prazo, sob pena de expulsão do seminário; os lugares a serem ocupados nos dormitórios; o procedimento nos atos internos, aos quais os seminaristas “deverão

dirigir-se em fila, modestamente e com os braços cruzados”; o silêncio, ao qual deve ser dada a importância máxima, não sendo este mera proibição de falar, mas sim um meio de progredir na vida espiritual e intelectual. Sua prática é indispensável para o espírito de recolhimento, que por sua vez, facilita o espírito de oração e o estudo, enquanto que o demasiado falar prejudica o sossego do espírito e a ação da inteligência.

Em relação aos atos religiosos e de ofício, o regulamento exigia dos seminaristas “religiosos silêncio na capela, nas classes, na sala de estudos, no refeitório, nos dormitórios, nas filas, ao passarem de um lado para o outro e, em geral, em todas as horas e lugares que não são de franco recreio” e era considerada falta grave principalmente a desobediência do silêncio nos horários de dormir. Com tudo isso, o seminário visava formar um padre introspectivo, que mais viesse a ouvir que falar, a não ser nos momentos próprios em que a função o exigisse.

Segundo Goffman (1961), a obediência às regras nas instituições religiosas — como os conventos, por exemplo —, que se aplica perfeitamente também ao caso dos seminários tridentinos, deve ser acompanhada de uma “mística”, por assim dizer, não residindo apenas no campo das relações humanas.⁷⁰

Os atos de obediência devem ser vistos como uma espécie de sublimação da vida e das vontades próprias atendendo a valores mais elevados. Assim Goffman relata a mística das freiras: “Eis outra maravilha de viver obedientemente. Se você obedecer, ninguém estará fazendo nada mais importante que você. Uma vassoura, uma caneta e uma agulha são iguais para Deus”, apontando nesta afirmativa a tentativa de igualar as diferenças e os privilégios dos que têm mais habilitações que outros, pondo no mesmo nível os três serviços.⁷¹

Goffman recolhe de mosteiros excertos em que a obediência é reafirmada em nome de Deus: “A obediência da mão que as controla e o amor no coração da freira que as

⁷⁰ GOFFMAN, Erwing. *Manicômios, Prisões e Conventos*. S. Paulo: Ed. Perspectiva, 1961. A edição aqui utilizada é de 1974, pp.82-83.

⁷¹ Idem.

sustenta é que fazem uma diferença eterna para Deus, para as freiras e para todo o mundo” e também: no mundo, as pessoas são obrigadas a obedecer a leis feitas pelos homens e restrições ao trabalho diário. As freiras contemplativas decidem obedecer a uma regra monástica inspirada por Deus. A moça que escreve à máquina pode fazê-lo apenas para ganhar uns dólares, e desejar poder parar. A freira varre os claustros do mosteiro por amor a Deus e, nessa hora, prefere varrer, a qualquer outra ocupação no mundo.

Isso faz transparecer uma idéia que “cimenta” todo o projeto da instituição calcado na obediência, mas, nesse caso, atribuída não à ordem humana, mas a uma ordem divina.⁷²

Outro aspecto da disciplina apontado por Goffman diz respeito ao controle dos internos de acordo com os objetivos da instituição. Via de regra, nas instituições fechadas, os profissionais vêm prestar seus serviços no local e, no caso do seminário, os padres que ali moram são os que exercem a maioria dos serviços como professores, ficando reservados para profissionais externos apenas os serviços mais necessários, como os de limpeza, de barbearia ou de atendimento médico, porque, no caso dos religiosos, dos conventos, não é conveniente aos monges saírem de casa, “pois isso não é saudável para suas almas”.⁷³

O Seminário foi construído em dois pavimentos com capacidade para abrigar até trezentos seminaristas, porém o número maior de alunos foi de duzentos e vinte. A expectativa de Dom Paulo de Tarso a respeito dos frutos que poderiam sair do seminário era de que se formassem dez padres por ano, apesar do investimento voltado para um número de trezentos. O número maior de ordenados foi da turma que terminou a formação em 1963, com dez padres, todos ordenados na Catedral.⁷⁴

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ São eles: Pe. Ercílio Turco, hoje Bispo de Osasco-SP, Pe. Francisco Vasconcelos, Pe. Waldemar Tinoco, Pe. Paschoal Brazilino Canoas e o Pe. Luís Carlos Magalhães; os padres Gastão Ferragutt, Domingos Jorge Velho, Flávio Boltz e Sinval Francioso deixaram o ministério após alguns anos de ordenação. O Mons. José Machado Couto faleceu em 2003 e foi o que talvez mais se destacou, dentre os dez: sempre ligado à educação, foi diretor do Colégio Pio XII, tendo exercido altos cargos na PUC-Campinas; foi nomeado consultor da Congregação para Educação Católica no Brasil e também nomeado Monsenhor, por Paulo VI, e Monsenhor Protonotário Apostólico, pelo papa João Paulo II, em 1997. Entre o clero local diz-se que tinha entrada franca no Vaticano e muitas vezes teria conseguido auxílio econômico para a PUC-Campinas.

O seminário tem dois pavimentos, sendo que no andar térreo concentravam-se no frontal os aposentos do padre reitor e dos padres que compunham o corpo educacional do seminário. Na ala “A”, no térreo, localiza-se ainda a Capela, que tem proporções de um templo paroquial, com capacidade para trezentas pessoas; a residência das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, responsáveis pela cozinha e pelas roupas; a rouparia e a despensa. No corpo central, na ala dos fundos, estavam o grande refeitório, a cozinha, o refeitório dos padres e a copa. Na ala “B” havia o auditório, do mesmo tamanho da capela, e três salões para estudo, de dezoito metros quadrados, que eram ocupados para os estudos sem os professores. No terceiro corpo, nos fundos, havia três galpões de vinte e cinco metros quadrados que serviam para os momentos de recreio em separado: um para os pequenos, outro para os alunos chamados médios e o terceiro para os alunos grandes. Havia ainda, entre esses galpões cobertos, três grandes pátios internos. A construção, como referido anteriormente, foi feita de tal forma que era voltada para dentro, não havendo nenhuma espécie instalação voltada para o exterior.⁷⁵

Na ala “C” concentravam-se os serviços mais esporádicos e específicos. Havia todo um bloco dedicado a barbearia, ao consultório dentário, à livraria e ao ambulatório médico,⁷⁶

Nos fundos do seminário há ampla área verde, do estilo chácara, em que estão localizados os campos de futebol para o tempo de lazer. No pavimento superior da ala “B” ficavam ainda as salas de aula e os aposentos do Diretor Espiritual e do Diretor de Disciplina.

No pavimento superior da ala “A” estava parte da residência das irmãs, com acesso independente; em parte isolada ficavam as instalações sanitárias do conjunto de dormitório dos pequenos, composto de vinte cameratas (divisórias com até oito camas), e também o conjunto de dormitórios e sanitários dos maiores.

⁷⁵ Os seminários, em todas as partes, de acordo com os parâmetros propostos pelo Concílio de Trento, foram construídos ao estilo das “instituições totais”, conforme Foucault (*Vigiar e Punir*). Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1975, sendo que a edição utilizada neste trabalho é a 31^a, de 2006, em que os mosteiros, os conventos e também as prisões eram construídos com pátios internos, evitando todo contato com o mundo exterior.

⁷⁶ Para os serviços de barbearia, atendimento dentário, médico e livraria, o seminário recebia periodicamente os profissionais.



Fig. 5 - Capela das irmãs

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

A formação presbiteral oferecida pelo seminário era em regime de internato, acolhendo alunos a partir dos onze anos de idade, que estudavam no seminário a partir do que seria hoje a quinta série do Ensino Fundamental até o final da terceira série do Ensino Médio. Estavam os alunos divididos em três grandes grupos: os menores, os médios e os maiores. Cada grupo tinha seus afazeres e estudos em separado uns dos outros, assim como pátios para recreação, refeitórios, dormitórios e sanitários eram também separados a partir dessas três classificações.

O ambiente do dormitório era muito simples. Cada aluno tinha uma cama e um criado-mudo. Havia na camerata um guarda-roupa comum, alto, para que pudessem ser guardadas as batinas. Malas e outros objetos de menor uso ficavam guardados no maleiro, que era um local à parte.



Fig. 6 - Dormitórios com as cameratas

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

Conforme se pode observar, a forma como estavam organizados os dormitórios revela a estrutura de pouca individualidade, de ambiente modesto, mas que preserva, sobretudo, a simetria em seu aspecto geométrico. Todos os espaços do seminário são marcados por essa tônica de harmonia, de ordem, geradora de um estilo vida que também pudesse sempre ser pautado pela regra, pela ordem, pela simetria. Nos ambientes de repouso, como os dormitórios, os alunos só poderiam permanecer nos horários destinados ao repouso, ou seja, à noite. E, chegando à noite ao dormitório, após as orações coletivas, o aluno tinha como dever logo fazer suas breves orações e deitar-se, sendo proibida qualquer conversa ou brincadeira.

Próximas aos dormitórios estavam as instalações sanitárias, que seguiam o mesmo estilo simétrico: uma seqüência de pias e vasos sanitários, A permanência ali devia restringir-se apenas aos momentos previstos no regulamento.

Na parte frontal superior ficava o aparato pedagógico, como secretaria, biblioteca, diretoria e salão nobre e, na ala “B” superior, o conjunto de dormitórios e sanitários dos alunos médios. Também aí ficavam os estúdios ou sala de estudos. Na ala “C” superior estavam as salas de aula, o laboratório e a sala de música.



Fig. 7 - Capela vista de cima

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

As orações e os ofícios religiosos eram realizados na Igreja grande e destes momentos participavam todos os alunos, desde os menores até os maiores. Havia sempre a presença do padre prefeito de disciplina ou do diretor espiritual. Raramente o Reitor do Seminário participava dos momentos de oração, pois era uma figura um tanto preservada, que raramente aparecia, fato que fazia reforçar e assegurar mais ainda a sua autoridade máxima.

Os superiores e o reitor, de forma especial, eram figuras imbuídas de grande autoridade no seminário. O Regulamento previa que os alunos podiam procurar o Reitor em

seus aposentos apenas em casos graves e perfeitamente justificáveis. Tal artigo reflete o fato de que o relacionamento entre superiores e seminaristas era restritivo, respeitoso e carregado de uma aura de autoridade. Não era por qualquer motivo que um seminarista teria a liberdade de aproximar-se do reitor, o que revela um tipo de relacionamento formal e de autoridade.



Fig. 8 - Refeitório

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

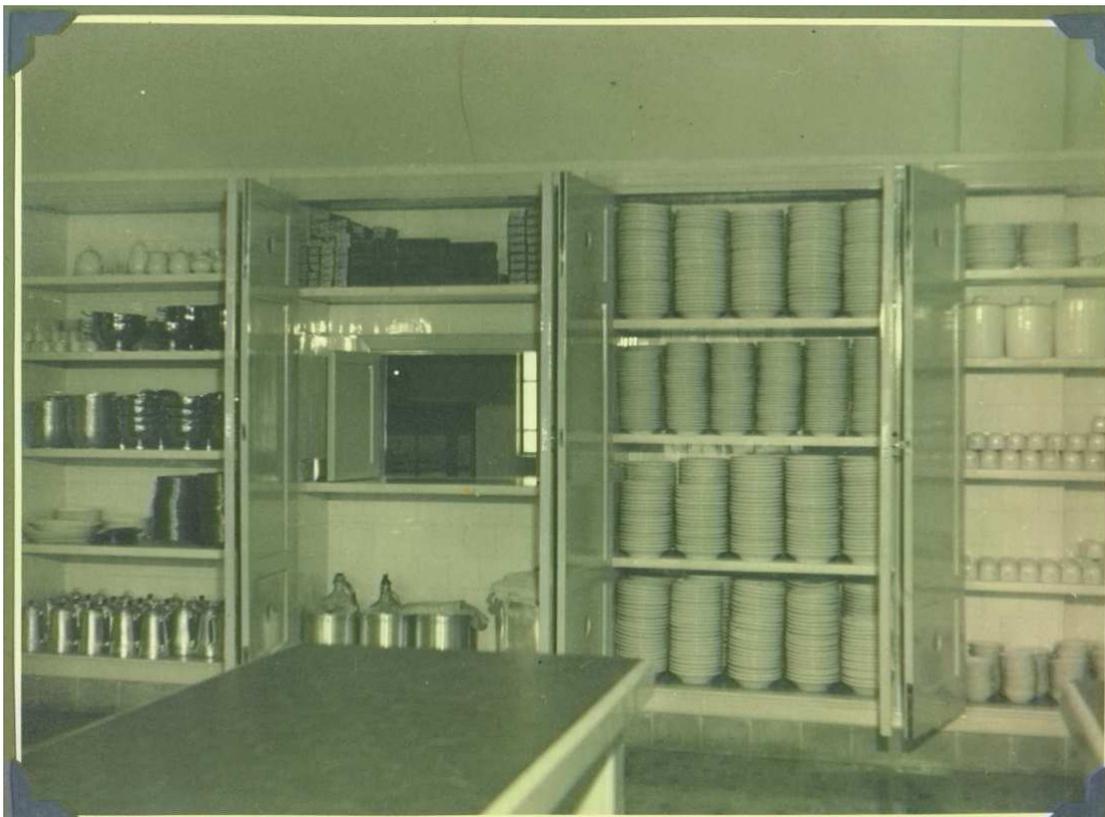


Fig. 9 - Copa

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

No refeitório grande, todos participavam também das refeições, mas de certa forma divididos por tamanho e com lugares pré-determinados. Não havia rotatividade de lugares, para que os alunos se acostumassem à ordem das coisas. Os padres professores faziam suas refeições no refeitório anexo, reservado a eles. Somente os padres responsáveis pela disciplina é que faziam as refeições juntamente com os alunos. As Irmãs, por sua vez, também tinham o seu refeitório em separado, sua própria capela, conforme ilustra a fotografia abaixo, e toda estrutura de residência separada na ala “A”, próxima às instalações específicas de seus ofícios: lavanderia, rouparia, cozinha, despensa e refeitórios.

Quadro 8 – Professores do Seminário

Professores do Seminário	
Mons. Luiz Fernandes de Abreu	Vice-Reitor e professor
Côn. Luis de Campos	Latim, Grego, Francês e Inglês
Mons. Euclides Senna	Aritmética, Matemática, História e Geografia
Pe. Lúcio Valente	Português
Côn. Haroldo Niero	Português
Pe. Lauro Sigrist	Português, Religião e História Universal
Ir. Leonora	Português
Ir. Tereza	Português

As aulas com os professores funcionavam no período da manhã. Após o almoço havia um tempo de recreio, com esportes, e em seguida se iniciavam os estudos nas salas próprias, sob a supervisão dos prefeitos de estudo e de disciplina. À noite, após o jantar (que era, na verdade à tardinha), havia ainda mais um turno de estudos, após o qual todos deveriam se recolher para os dormitórios. Ali o aluno só poderia permanecer no período da noite. Mesmo após o almoço não havia descanso. O silêncio era regra geral para toda a casa, em todos os momentos de estudo.



Fig. 10 - Sala de aula

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

Os professores-padres que residiam no seminário eram parte importantíssima nesse processo educativo do seminário interno, como desenvolvimento da “pedagogia do exemplo”, citada por Hule (1997)⁷⁷ como tão cara à formação moral e religiosa da Igreja Católica, expressa também pelos padroeiros pessoais ou de organização. Da mesma forma, destacavam-se a “vida de sacrifício” e de oração, através dos retiros espirituais, e as recompensas representadas pela certeza de estar próximo de Deus. E, além da pedagogia do exemplo, enquadra-se no seminário a pedagogia do silêncio e do recolhimento, perpassando as práticas educacionais, buscando o controle de toda sorte de comportamentos, como as paixões e os próprios projetos pessoais, em benefício da vida para o amor de Cristo que se abraça na carreira sacerdotal. Todas essas estratégias eram, por assim dizer, “cimentadas”

⁷⁷ Cf. UHLE, Águeda Bernadete Bittencourt. *Educação Escolar – Um compromisso da família com a Igreja*, mimeo, 1997

pelo Diretor Espiritual, que agia como uma espécie de controlador e moderador do interior dos alunos.



Fig. 11 - Sala de estudos

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

Havia intervalos durante os estudos da manhã e da tarde, quando era servida uma merenda, geralmente frutas. Era muito comum ser servido um preparado líquido cremoso feito à base de milho. Todos os horários do seminário eram controlados por uma sineta acionada pelos responsáveis pela disciplina.

Segundo Foucault (1975), o controle das atividades através do estrito cumprimento dos horários que regulam toda a vida dos internos é uma herança vinda desde as comunidades monásticas. Os seminários e os colégios internos trouxeram para dentro de sua instituição a vida e a regularidade características das instituições totais desde há vários séculos; daí porque as ordens religiosas são mestras de disciplinas, especialistas do tempo e das atividades regulares. Foucault aponta que nos internatos, assim como no Exército, começa-se a contar a hora por quartos, minutos e segundos, tornando a divisão do tempo

cada vez mais esmiuçada, cercando, o mais intensamente possível, as atividades por ordens a que se tem que responder imediatamente.⁷⁸

Essa relação disciplinar, já estabelecida em algumas fábricas do século XVII, na França, era também aplicada na educação dos seminários, onde havia um tipo de aprendizagem corporativa com uma relação de dependência individual e total em relação ao mestre; duração estatutária de um tipo de formação que conclui com uma prova qualificatória; troca total entre o mestre que dá o seu saber e o aprendiz que oferece o seu serviço. Há, na verdade, uma transferência de conhecimentos do mestre para o aluno.⁷⁹

Este tipo de escola contempla uma apropriação do tempo e das existências singulares para reger as relações do tempo, dos corpos e das forças, para realizar uma acumulação da “duração” e inverter em utilidade sempre aumentada o movimento do tempo que passa. Assim, as disciplinas que analisam o espaço devem ser compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo que era decomposto em seqüências separadas e ajustadas, pois, segundo Foucault (1975), o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica e tais procedimentos fazem com que revelem um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, ao que se chama de tempo “evolutivo”.⁸⁰

⁷⁸ Cf. FOUCAULT, M., op. cit. pp. 124-125.

⁷⁹ Idem, p. 133

⁸⁰ Idem.



Fig.12 - Claustro

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

O estilo de construção sólida, grande, com pórticos, arcos, corredores e com o pátio voltado para dentro do conjunto arquitetônico está em consonância com o estilo de formação e com a mentalidade de Igreja propostos pelo Concílio de Trento. O aluno crescia nesse ambiente, apreendendo esse modelo de Igreja. Uma Igreja sólida, firme, de formas harmoniosas e, ao mesmo tempo, organizada, inculcando a noção de ordem, de estaticidade, das coisas perenes, de uma Igreja que antecipa já neste mundo a grande ordem escatológica do mundo vindouro.

A instituição total, segundo Goffman (1961), é “um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização social”[...] funcionam como “estufas para mudar pessoas”, ou seja, cada pessoa acaba sendo um experimento natural sobre o que pode fazer ao eu. E, numa vida comum, o indivíduo tende a realizar as funções diversas da vida em locais diferenciados: o brincar, o dormir, o trabalhar, com diferentes pessoas e co-

participantes e ainda sob diferentes autoridades. Já na instituição total, todas essas atividades acontecem sempre num mesmo espaço fechado, delimitado, com os mesmos co-participantes. A instituição total, segundo Goffman, representa a ruptura que separa essas esferas da vida.⁸¹

Por sua vez, o interno é levado a exercer, dentro da instituição, um estilo de vida que acaba fazendo com que ele viva, na verdade, não a própria vida, mas aquilo que a instituição vai moldando e exigindo dele e dos demais. Na verdade, ele passa a viver uma representação, ou seja, assume na própria vida o perfil, o jeito de ser, as maneiras que dele espera a instituição.⁸² E, para isso, o interno geralmente espera ter e trabalha por ter certo controle da maneira como apresentar-se diante dos outros. Nesse caso, há também um outro tipo de representação, ou seja, aquela que se dá do candidato para a instituição, a imagem que tenta transmitir de si à instituição.⁸³

A vida do seminarista é totalmente regulada pelo seminário: férias com a obrigatoriedade de freqüentar a Catedral; passeios unicamente com a presença superiores; saídas à cidade apenas em casos de extrema necessidade e com justificativa; proibição de jogos de azar, de amizades particulares, de formação de grupinhos; obrigatoriedade de asseio, de corte de cabelo baixo; proibição de assobiar, de falar muito de si mesmo; orientação para não ostentar os próprios méritos e virtudes. Ao ser necessário mencionar as autoridades, nunca dizer “o Bispo”, “o Reitor”, mas “o Exmo. Sr. Bispo”, “o Revmo. Reitor”, “o Sr. Padre”; nas férias deverão abster-se de sair para visitas e, se estas forem necessárias, que nunca sejam demoradas e, ao retornar, deverão entregar carta de apresentação e boa conduta nas férias, redigida pelo pároco.

No caso da formação seminarística, há uma expectativa explícita da Igreja em relação ao candidato ao clero. O seminário é o canal pelo qual a pessoa passará por várias transformações, visando a construção de uma identidade e de uma personalidade objetiva, que supõe o detrimento da subjetividade. Há um perfil, traçado pela Igreja, pelo seminário tridentino, de como o padre deve “ser” e agir no mundo e na Igreja. O seminário presta-se a

⁸¹ Cf. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. S. Paulo: Ed. Perspectiva, 1961 (1974).

⁸² Cf. GOFFMAN, Erving. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1975.

⁸³ Cf. GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1975.

forjar, a moldar esse padre. O candidato que não consegue amoldar-se a esse imperativo, a esse tipo de representação, acaba sendo eliminado do processo.



Fig. 13 - A Imaculada – Frente do Seminário

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

A fotografia acima, pertencente ao Arquivo do Seminário de Filosofia de Campinas, que apresenta a Imaculada, patrona do seminário, bem à frente e de forma justaposta à parte mais nobre do conjunto arquitetônico que é a Igreja, é significativa por apresentar num ângulo de visão a desejada ordem das coisas. Quem vê a foto coloca-se invariavelmente abaixo, olhando o ideal a ser atingido, o de uma Igreja sólida, forte, grande, robusta diante do mundo. No meio, entre os dois extremos, está a figura augusta da Imaculada, a Virgem concebida sem pecado, fazendo com que qualquer um se perceba pequeno diante da grandiosidade da Igreja e sinta que a Virgem é a mediadora para se atingir a grandeza da Igreja, desde que seja imitada como modelo de pureza, de dignidade, de força diante de todos os percalços do mundo. A estátua da Virgem representa o ideal de santidade proposto para que se possa chegar a fazer parte de uma Igreja grande e forte, onde não há lugar para fraquezas e limites.

O exercício é, segundo Foucault (1975), a técnica pela qual se impõem aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas. Assim, ao dirigir o comportamento para um estado terminal, o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo, realizando, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação. Este patamar a que chegou o exercício passou pelas práticas militares, religiosas, universitárias e, muitas vezes, foi até utilizado como ritual de iniciação, como cerimônia preparatória, como ensaio teatral, como prova. Porém, afirma o mesmo Foucault que sua origem é religiosa: apareceu primeiramente no sistema pedagógico dos jesuítas⁸⁴, tendo na sua expressão linear, progressiva, a idéia de acompanhar a criança até o termo de sua educação de ano a ano, com exercícios de complexidade crescente.

O capítulo sétimo do Regulamento do seminário aborda o sistema avaliativo do aluno, que aparece com o título de “Meios de Emulação”, havendo notas mensais atribuídas aos alunos pelo padre responsável pela disciplina e pelos padres professores e apresentadas a todos os alunos em voz alta, perante toda a comunidade, e enviadas também aos pais. Os

⁸⁴ Idem , pp. 135-137.

melhores alunos, a critério do Reitor, ⁸⁵“terão seus nomes inscritos por um mês no ‘Quadro de Honra’ e terão direito a um valioso prêmio ao encerramento dos trabalhos escolares.” E, para serem promovidos à série seguinte, deveriam os seminaristas prestar exames das disciplinas cursadas, segundo os critérios da Santa Sé para os seminários diocesanos. Também se incentivava a criação de agremiações literárias que promovessem alguns saraus durante o ano, por ocasião de datas cívicas e religiosas.

E tudo isso direcionado para o tema da perfeição à qual o mestre é o condutor, para onde serão conduzidos os alunos, para um aperfeiçoamento autoritário dos alunos pelo professor. Tudo isso, considerando-se o esforço permanente de levar toda a comunidade para a salvação. Sob esta forma ascética ou mística, o exercício era uma forma de ordenar o tempo “aqui de baixo” para a conquista da salvação, para economizar o tempo, para guardá-lo de uma forma útil e para poder exercer o poder sobre os homens por meio do tempo organizado.⁸⁶ Aí, pode-se observar a estreita relação que há entre exército, religião e pedagogia.

Na contramão do bom êxito estão as punições que no seminário, além das reprimendas periódicas, culminavam com a expulsão do seminarista. Aí observa-se, como Foucault, que o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios e que deve ser essencialmente corretivo, pois “castigar é exercitar. Assim, a punição na disciplina, não passa de elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção”.⁸⁷ Esta é a tônica do seminário tridentino: sempre e em todos os momentos deve haver a vigilância, para garantir que o jovem, ao longo dos anos no seminário, tenha a oportunidade de exercitar-se na busca do bem e na construção de um modelo de vida. O seminário é então essa grande escola do exercício em que se praticam todas as “lições”, até que, ao final, na diplomação, o padre possa ser no mundo o que a Igreja espera dele.

⁸⁵ Cf. Regulamento do Seminário da Imaculada- Campinas, impresso, 1956.

⁸⁶ Idem, p. 137.

⁸⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1987, pp.150-151.



Fig.14 - Foto da Turma Anual I

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas



Fig. 15 - Foto da Turma Anual II

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

As fotografias anuais dos grupos de seminaristas com todo o corpo dirigente do seminário são demonstrações nítidas da aspiração em relação ao clero: um corpo solidamente formado, para combater, no mundo, em favor dos interesses de Deus e da Igreja. A foto estampa a organização, a simetria, a ordem dos menores à frente e os maiores atrás, o corpo administrativo todo à primeira fila, tendo no lugar central o bispo, ladeado pelas autoridades maiores do seminário. As fotos ressaltam, sobretudo, a uniformidade representada pela extrema igualdade das vestimentas, do estilo de apresentação pessoal, que deve sempre se diluir no conjunto do corpo coletivo, evidenciando que o valor objetivo das coisas sempre se deverá sobrepor ao subjetivo que, de preferência, deve ser ofuscado, retraído e guardado. Do padre, espera-se que seja membro de um imenso corpo e que, dentro deste, possa exercer suas funções com a máxima sobriedade, sem a mínima exaltação da figura pessoal, do corpo, das aparências, mas, no espírito do que propõe o Concílio de Trento, seja uma figura exemplar, inspiradora às pessoas dos mais nobres ideais de sublimidade, de caráter, de vivência dos valores evangélicos, de pureza; por fim, que seja uma figura angélica dentro do mundo dos mortais.⁸⁸

⁸⁸ Cf. LIBÂNIO, João Batista. *A Volta à Grande Disciplina*. São Paulo: Ed. Loyola, 1984.

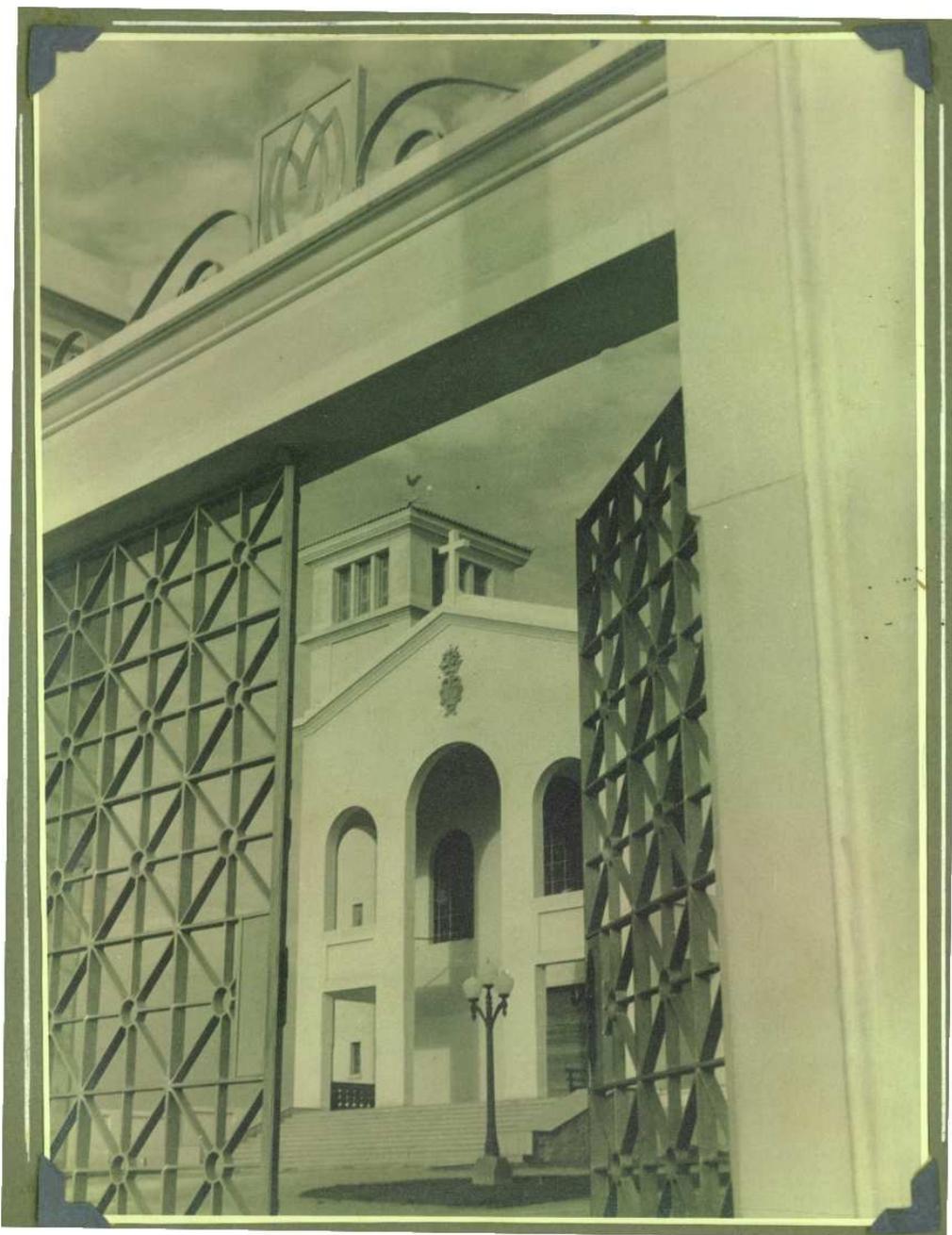


Fig.16 - Portão entreaberto

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

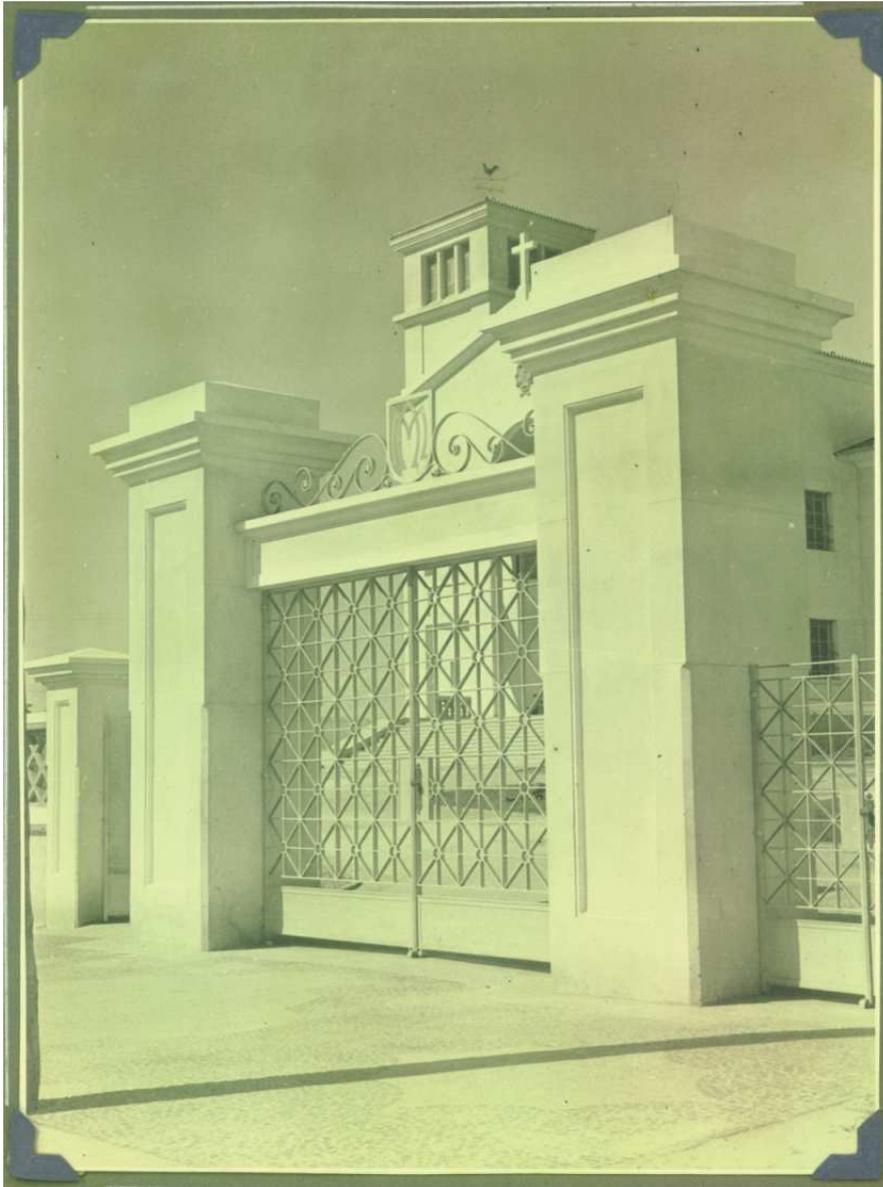


Fig. 17 - Portão Central

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

A imagem sugerida pela fotografia acima, mais que de um portão, remete à idéia de “portal” do seminário, lembrando a segurança das cidades fortificadas da Idade Média, em que os mosteiros e a Igreja podiam oferecer segurança em relação ao mundo que aniquilava e devorava. A porta entreaberta significa o convite a todos os que desejam realmente apostar na entrega de uma vida de ascese dentro do corpo da Igreja. A Igreja aparece como

uma grande fortaleza instalada dentro do mundo que é “um vale de lágrimas” e, portanto, deve ser desprezado e aspirados os dons celestes e a vida que não é deste mundo. Entrar por este portão significa adentrar um novo modo de vida que garante, além da segurança neste mundo, a felicidade plena no mundo após a morte.⁸⁹

No que se referia à dimensão intelectual no seminário, as provas tinham o objetivo de indicar se o aluno atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem estivesse em conformidade com a dos outros e para diferenciar as atividades de cada indivíduo. E, já as séries prescreviam a cada um, de acordo com o seu nível e sua antigüidade, os exercícios adequados.

Os seminários adotaram o rigor do tempo aplicado ao desenvolvimento industrial europeu dos séculos XVII e XVIII: um rigor religioso, prescrevendo que o operário, ao chegar à fábrica pela manhã, deveria começar suas atividades lavando as mãos e oferecendo seu dia e seu trabalho a Deus; fazer o Sinal da Cruz; e iniciar seu trabalho.

⁸⁹ Com referência ao texto bíblico de Mt 19,27, em que os discípulos interrogam Jesus acerca do futuro deles, já que deixaram tudo para seguir o Mestre, Jesus responde: “... tereis o cêntuplo de tudo o que deixaram, já nesta vida e, no fim do mundo, a vida eterna...”.

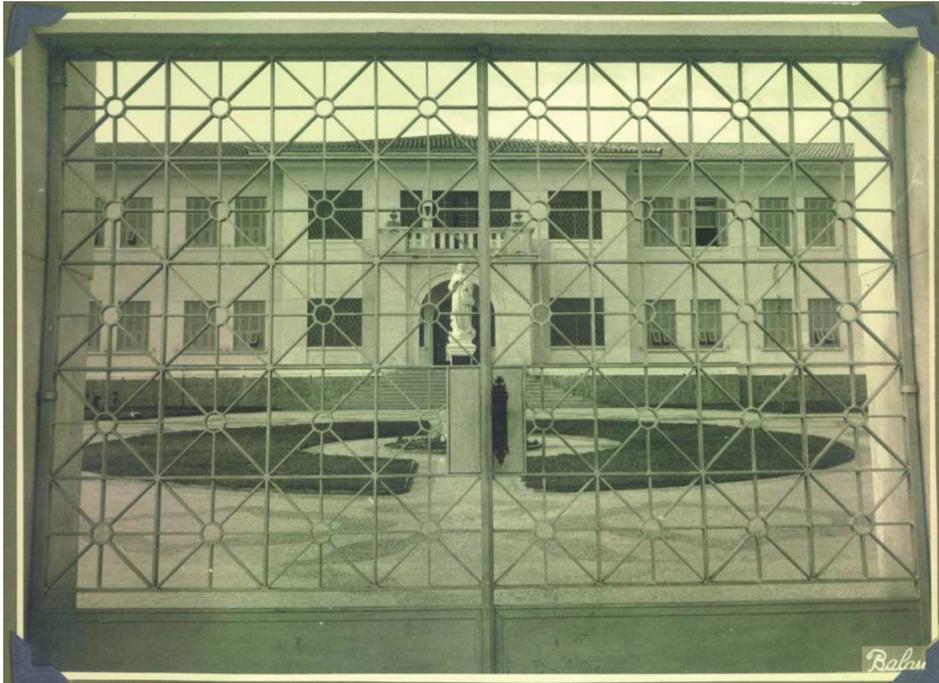


Fig.18 - O olhar revelador de um ponto de vista sobre o Seminário

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

A imagem acima é sugestiva do espírito que perpassa a organização da vida do seminário e, ao mesmo tempo, apresenta a mentalidade da época no que se refere à liberdade. O seminário seria, assim, a exemplo das antigas fábricas, o local da seriedade, da produtividade, o lugar em que não há espaço para o lúdico, para a brincadeira, mas o lugar de uma vida austera assumida na Igreja perante o mundo. Claramente a imagem acima dá a idéia de “prisão”. Ao entrar no seminário e na vida eclesiástica, o jovem saberia que estaria guardado para sempre de tudo aquilo o pudesse ligar ao mundo exterior; que seria lançado no mundo exterior, mas não faria parte dele; que estaria no mundo sem estar, na realidade, dentro dele. É este o objetivo da função sacerdotal que vem desde o Antigo Testamento: o padre é retirado do mundo normal para ser oferecido e oferecer a Deus os sacrifícios das pessoas, idéia retomada pelo Concílio de Trento com total intensidade.

Nesse sentido, os seminários também procuraram garantir a qualidade do tempo empregado, através do controle ininterrupto, da pressão dos superiores de disciplina, da anulação de tudo o que pudesse perturbar e distrair, visando a construção de um tempo

totalmente útil e transpondo para o seminário aquilo que era prescrito para as fábricas em relação aos empregados: proibição, durante o trabalho, de divertir os companheiros com gestos ou qualquer outra maneira, de fazer brincadeira, de comer, de dormir, de contar histórias, aventuras ou outras conversações que viessem a distraí-los. Assim, o tempo medido deveria ser um tempo sem impurezas nem defeitos, um tempo de boa qualidade e, durante todo o seu transcurso, o corpo deveria estar aplicado a seu exercício. Essa exatidão e essa regularidade consistiam nas virtudes fundamentais do tempo disciplinar, fazendo com que o tempo penetrasse o corpo e, com ele, todos os controles minuciosos do poder.⁹⁰

O regulamento do seminário de D. Paulo, no seu capítulo quarto, é muito claro e rígido ao tratar do andamento da vida do seminário, já de início definindo que “a disciplina é um conjunto de normas práticas que regulam a vida do seminário. Tenham-na, pois os seminaristas, em grande apreço, persuadindo-se de que, mais tarde, serão sacerdotes modelos, à proporção que tiverem observado a disciplina nos tempos escolares”.⁹¹

Dizia ainda o regulamento: “que haja perfeita obediência dos seminaristas para com os seus Superiores. Cada um execute, pronta e alegremente, cada uma das ordens recebidas, abstando-se de qualquer réplica ou crítica”. E, ainda: que se aceitem com espírito submisso as advertências, recusas a pedidos, correções, procurando tirar de tudo o melhor proveito. Conformem-se com as prescrições do regulamento imposto indistintamente a todos, e evitem, quanto possível, pedir aos superiores que lhes abra exceção neste ou naquele ponto. Porque tais singularidades podem prejudicar o bom andamento da comunidade.

Por esses artigos do regulamento pode-se notar a objetividade com que era tratada a formação do clero: não devia haver espaço para o despontar das subjetividades. Para ser um bom padre no futuro, o regulamento, um conjunto ‘imposto’ das normas mais importantes do seminário, deveria ser cumprido na íntegra e, apontava que os melhores alunos deveriam ser imitados e que seriam dignos de censura aqueles seminaristas que não tivessem a coragem de se igualar aos colegas modelos.⁹²

⁹⁰ Idem, pp. 128-129.

⁹¹ Regulamento do Seminário da Imaculada - Campinas, mimeo, cap. da disciplina.

⁹² Idem.

No tocante à ética presbiteral engendrada já nos primórdios da formação, o regulamento posicionava-se muito claramente quanto à proibição das delações e denúncias levianas, permitidas apenas quando os alunos fossem interrogados pelos superiores. Por outro lado, nos artigos seguintes o regulamento fomentava o espírito de vigilância mútua, apontando ser dever do seminarista denunciar ao superior qualquer falta notada que pudesse comprometer o bom nome do seminário.

Havia ainda no capítulo da disciplina proibições claras quanto ao seminarista manter qualquer tipo de contato com as religiosas e com os funcionários, bem como adentrar sem autorização nos espaços reservados para o serviço, como cozinha, oficinas. Também era vedada qualquer tipo de comunicação entre alunos de diferentes idades: mesmo no recreio não era permitido aos maiores conversar ou ter qualquer contato com os menores.

O capítulo da disciplina prevê ainda a expulsão do seminarista se este fizesse qualquer ato contra a moral ou contra a religião; se apresentasse aversão aos estudos; se manifestasse “desrespeito à autoridade do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, Reitor, Diretor Espiritual e outros superiores. Serão também eliminados do processo formativo os incorrigíveis, isto é, aqueles que, depois de repetidas admoestações e correções oportunas, derem pouca esperança de emenda.”

No bom emprego do corpo, nada deveria ficar ocioso ou inútil, sendo os resultados obtidos frutos de verdadeira ginástica. Foucault (1975) cita o exemplo do educador francês católico João Batista de La Salle, ao especificar aos mestres das escolas cristãs a exata postura do corpo quando do exercício da escrita. Afirmava ele que a boa caligrafia era fruto de um rigor corporal que abrangeia o corpo como um todo, desde a ponta dos pés até a extremidade do dedo indicador e que um corpo disciplinado seria a base de um gesto eficiente. Assim, a caligrafia foi um aspecto muito trabalhado na formação dos padres. Havia aulas regulares no currículo, fazendo com que os padres tivessem grafia exemplar, conforme se pode atestar ao observar a escrituração dos livros de atas daquele período.⁹³

⁹³ Idem p. 130.



Fig.19 - Encenação Teatral

Fotos: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas



Fig. 20 - Encenação Teatral

Fotos: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

Por outro lado, como atestam as fotos acima, havia também os momentos de lazer e de desenvolvimento cultural, que, mais que para amenizar a pesada rotina, serviam para o desenvolvimento da saúde corporal, aliada à mente sã. Não, porém, no sentido de culto ao corpo, como hoje se faz, mas para um conhecimento maior das pessoas e para a canalização das energias vitais, como a sexual, que precisavam ser sublimadas. Havia times formados pelos maiores, pelos médios e pelos menores, no seminário.

O contato com o mundo exterior, não fazia parte da programação, nem mesmo através de jornais. As saídas eram permitidas somente nas férias de julho e de final de ano. Ocasionalmente havia passeios coletivos, por ocasião da Páscoa ou outra festividade. Geralmente, os alunos eram levados para um dia de lazer na Chácara São Joaquim, em Valinhos-SP, que hoje pertence a um grupo de religiosas. .

Ainda no que se refere a contato com o mundo externo, apenas os padres tinham aparelhos de rádio. Os alunos participavam comunitariamente de alguma transmissão radiofônica muito raramente, quando, por exemplo, da Declaração do Dogma da Imaculada Conceição, pelo Papa Pio XII em 1950, ou na divulgação do nome do novo papa.

As famílias podiam visitar os alunos de mês a mês, obedecendo a uma escala; no entanto, não tinham acesso às dependências do seminário. Essas visitas aconteciam, geralmente, nos domingos à tarde, em um dos galpões externos. Se, porventura, as famílias tivessem necessidade de pagar as taxas do seminário (para aqueles pagantes), ou de entregar alguma encomenda para os filhos, isto era feito diretamente com o Sr. José, funcionário responsável pela portaria e pela contabilidade. Não havia, portanto, contato com os pais fora dos dias determinados.

Como o seminário se localizava fora da cidade, o transporte público não chegava até ele. Havia sim, já na década de 1950, uma linha de ônibus que ia apenas até às portas da fábrica da Swift, onde havia moradores. O percurso de aproximadamente 1,5 quilômetro, da Swift até o seminário, era feito pelos pais a pé.

Uma característica do seminário de D. Paulo é que os trabalhos manuais não cabiam aos internos e mesmo os serviços de limpeza eram realizados por funcionários, já que o serviço de cozinha ficava a cargo das religiosas. A presença de irmãs à frente dessa e de

outras tarefas pode revelar, além de uma medida de economia, também a presença de uma equipe de pessoas afinadas com o espírito da vida religiosa de então, que garantiria a educação para a disciplina dos futuros padres.



Fig. 21 - Cozinha – Irmãs em Serviço

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia – Arquidiocese de Campinas

Algumas plantações no quintal do seminário eram cuidadas por funcionários.⁹⁴ Também não constava no currículo nenhuma disciplina ou atividade relacionada à Arte; apenas havia geometria incorporada à disciplina matemática.

A Direção Espiritual foi realizada por vários anos pelo Pe. Lauro Sigrist. Este serviço diferia da confissão, por ser mais um aconselhamento e um acompanhamento da vida espiritual. Já as confissões eram atendidas pelo Mons. Fortunato, vigário coadjutor do Carmo, e também pelo Pe. Santo Armelin.

A procedência dos alunos era diversa: muitos vinham de Campinas, mas a grande maioria vinha das cidades da região, como Amparo, Elias Fausto, Conchal, Piracicaba. A maioria era procedente da roça, pertencendo a famílias de trabalhadores rurais.

⁹⁴ Consta que no período de D. Paulo havia dois funcionários, Sr. Geraldo e Sr. Domingos, que cuidavam da limpeza e do quintal. Havia ainda o Sr. Ferrúccio, que vinha de Sousas e realizava de tempos em tempos os serviços de barbearia. Médicos e dentistas no local não havia, embora houvesse consultório dentário, ambulatório e enfermaria. Casos mais graves eram levados para serem atendidos na cidade.

O clero de Campinas sempre manteve um número estável e a diocese sempre teve expressividade no cenário nacional, como vanguarda, desde os tempos de D. Nery, que era uma figura de expressão nacional, pois tinha relacionamento com o poder político nacional. Além disso, vários bispos oriundos de Campinas foram nomeados e, nos anos 1960, sob o influxo do Vaticano II, padres da diocese destacaram-se na aplicação das determinações do Concílio, principalmente nas mudanças litúrgicas. É o caso da CALMAS-Comissão Arquidiocesana de Liturgia Música e Arte Sacra, que forneceu subsídios impressos e fonográficos a todas as partes do Brasil. Destacou-se aí também o Mons. José Antonio de Moraes Busch, que foi professor de Teologia Pastoral e Pastoral Litúrgica no Instituto Superior da CNBB de 1969 a 1974. Foi também coordenador da Comissão Nacional de Tradutores de Textos Litúrgicos e Membro da Comissão Mista Brasil e Portugal para redação final dos textos litúrgicos, além de Assessor Nacional de Liturgia da CNBB. Hoje, Mons. Busch é Vigário Geral e Ecônomo da Arquidiocese, uma espécie de figura número dois no clero, logo em seguida do bispo.

No âmbito da presença da Igreja na sociedade civil, destacaram-se vários padres, dentre eles o Padre Narciso Vieira Ehremberg que, como assessor da JOC — Juventude Operária Católica —, teve presença marcante nos setores juvenis da sociedade e também como professor da Universidade Católica. Também é destaque o Pe. José Arlindo de Nadai que, tendo sido Vigário Geral por vários anos, foi o responsável por algumas conquistas, como a organização do Serviço de Capelania no Hospital das Clínicas da Unicamp, ainda nos anos 1980. Por seu intermédio a Igreja de Campinas conseguiu autorização definitiva junto àquela universidade, para poder ter uma presença religiosa junto aos doentes de um hospital público. Foi organizador do Serviço de Escuta Cristã na Catedral de Campinas, que consiste em um grupo de pessoas preparadas, geralmente psicólogos, que atendem gratuitamente as pessoas que procuram alguém para conversar. Foi também diretor do Curso de Psicologia da Universidade São Francisco e diretor do Curso de Teologia e Ciências Religiosas da PUC-Campinas, tendo sido assessor nacional da CNBB.

Nesse período, em várias partes do mundo vinham acontecendo movimentações em torno de mudanças políticas desde o final dos anos 1950, inclusive o expressivo movimento da juventude em 1968, na França. No Brasil, houve movimentos sociais e políticos que

sacudiram o País, com o surgimento de guerrilhas, de protestos aos governos militares e com as estratégias de combate aos movimentos de esquerda. A Igreja, com o Concílio Vaticano II, não faria nada mais que ouvir o mundo e os movimentos de renovação por toda parte, engajando-se num processo de abertura.

Ao longo de toda a sua história, a Arquidiocese de Campinas forneceu ao episcopado brasileiro vários padres nascidos na cidade ou nos limites da Arquidiocese. Isso revela, dentro de um processo tão rigoroso como é o da escolha de um bispo — que envolve destaque intelectual, expressividade da pessoa junto à sociedade e à comunidade religiosa, além de comprovação de virtudes morais e capacidade de dialogar junto a todos os segmentos de uma sociedade, dentre outros —, a importância e a seriedade no processo de formação do clero.

Anexo II - Bispos oriundos da Diocese de Campinas

	<u>Nascimento</u>	<u>Bispo de</u>	<u>Funções</u>
D. João Batista C. Nery	Campinas-SP	-Espírito Santo-ES -Pouso Alegre-MG -Campinas-SP	
D. Joaquim Mamede S. Leite	Sumaré-SP	-Aux. Campinas -Aux Rio de Janeiro	
D. Francisco de C. Barreto	Campinas-SP	-Pelotas-RS -Campinas-SP	
D. Luiz Antonio Guedes	Mogi-Mirim	-Aux. Campinas -Bauru-SP	
D. Antonio de Castro Mayer	Campinas-SP	-Campos-RJ	
D. Joaquim José Vieira	Itapetininga-SP	-Ceará	
D. Agnelo Rossi	Campinas-SP	-Barra do Piraí-RJ -Ribeirão Preto-SP -São Paulo-SP	

Cardeal

			Prefeito da Congr. p/ Evang. dos Povos Cúria Romana
D. Tomás Vaquero	Pirassununga-SP	-S.João B.Vista-SP	
D. Amaury Castanho	Campinas-SP	-Aux. Sorocaba -Valença-RJ -Jundiáí-SP	
D. Aniger Melillo	Campinas-SP	-Piracicaba-SP	
D. Antonio Celso Queiroz	Pirassununga-SP	-Aux. São Paulo -Catanduva-SP	- Secr. Geral CNBB duas gestões Secr. CELAM 1995-98 Delegado Sínodo dos Bispos para as Américas ano 2000
D. Idílio Soares	Limeira-SP	-Petrolina-PE -Santos-SP	
D.Francisco Borja do Amaral	Campinas-SP	-Lorena-SP -Taubaté-SP	
D.Roberto P. de Almeida	Amparo-SP	-Aux. de Jundiáí-SP -Tit. de Jundiáí-SP	
D. Ruy Serra	Campinas-SP	-São Carlos-SP	
D. Constantino Amstalden	Indaiatuba-SP	-São Carlos-SP	
D. Ercílio Turco	Campinas-SP	-Limeira-SP -Osasco-SP	

Anexo III - Planta do Seminário de D. Paulo de Tarso

O Seminário de D. Paulo pode ser considerado o auge dos seminários na arquidiocese de Campinas, em vários aspectos: o porte do seminário com capacidade para 300 seminaristas; o número de padres ordenados no período deste seminário; a aplicação das regras propostas pelo Concílio de Trento na formação presbiteral; o número de bispos procedentes do clero de Campinas.

Ainda assim, o Seminário funcionou com poucos alunos, até o seu fechamento definitivo em 1973. O Pe. Paschoal Brazilino Canoas foi o seu último reitor, de 1963 a 1973, quando do fechamento. Os poucos alunos, talvez em número de dez, estudavam no 2º e 3º anos do Ensino Médio no Colégio Arquidiocesano Pio XII. Nos últimos anos, as religiosas já haviam deixado o trabalho no seminário e no espaço menor anteriormente ocupado por elas como residência, na ala “A”, atrás da Igreja, funcionou o seminário nos últimos anos.

Vale dizer que a trajetória dos seminários em Campinas, no seu primeiro período desde D. Nery, na década de 1910, até os anos 1960 com o Concílio Vaticano II, que aqui se chama de “um modelo persistente”, está inserido no contexto histórico global e, além deste, num contexto específico da cidade de Campinas.

O primeiro e o segundo bispo, D. Nery e Dom Barreto, mais ainda o primeiro que o segundo, envolveram-se plenamente na cultura cafeeira da cidade. A Igreja em Campinas ⁹⁵ não pôde deixar de vincular sua ação a esse contexto sócio-político-econômico local, ao qual ela necessariamente teve que aliar-se. Seu patrimônio e seu *status* forjaram-se em consonância com os interesses da política cafeeira. Vale lembrar que a construção da

⁹⁵ A idéia resultante desta expressão parece não corresponder ao que se pretende dizer. Sugiro três outras formas: 1) “A Igreja em Campinas não pôde deixar de vincular sua ação a esse contexto”, 2) “A Igreja em Campinas não pôde desvincular sua ação desse contexto” ou 3) “A Igreja em Campinas não pôde deixar de ter sua ação vinculada a esse contexto”.

Matriz de N. Sra. da Conceição, depois Catedral, foi assumida desde a origem como um projeto da elite, dos cafeicultores, do poder público em sintonia com as Irmandades religiosas, instituições de prestígio e poder na vida da cidade. A própria nomeação do cônego Nery para bispo deveu-se a uma retribuição por seus serviços prestados à cidade, porém via elite cafeicultora.

Da mesma forma, na década de 1930, com a mudança dos rumos da política no Brasil, na era de Vargas, que fez um nítido rompimento do projeto cafeicultor, com o projeto de um país rural, dando lugar agora a um projeto industrializador do País, em Campinas a tônica dessa política seria sentida.

Desde 1933, houve em Campinas surtos de reformas urbanísticas que, por fim, em 1938 entraram em vigor na figura de Francisco Prestes Maia, coincidentemente no período de instalação da República Nova de Getúlio Vargas. No vácuo dessa renovação, a arquitetura da cidade iria passar por profundas transformações, como espelho dessa nova classe social que surgia com o Varguismo.

Nos anos seguintes, com a inauguração da Rodovia Anhangüera, todo o perfil de Campinas mudaria, com a vinda progressiva de indústrias para a região. E, juntamente com o projeto industrial de Getúlio, fazia-se necessário apagar da memória os resquícios da política anterior, o café, representada pela pujança arquitetônica da cidade. Em Campinas, isso seria sentido principalmente com o intencional desaparecimento de inúmeras e sólidas construções que, de certa forma, marcavam o imaginário coletivo plasmado pelo café. Assim, em nome de necessárias reformas urbanísticas e do alargamento de ruas e avenidas, muitos casarões são demolidos, abrindo-se espaço a uma nova feição da cidade e à concretização do desejo de que a cidade, outrora devastada pela febre amarela, viesse a se tornar metrópole industrial.

Em nome dessas mudanças intencionais, muitas das principais edificações dos tempos passados foram demolidas: o mercado das Andorinhas, parte dos escritórios da Companhia Mogiana, o Palacete Ambrust, no Largo do Carmo, o sobrado da Sapataria Smart, no Largo do Rosário; houve o alargamento da Rua Conceição e de muitas outras no centro histórico, com a demolição de vários edifícios, do Teatro Municipal e da Igreja do

Rosário, com a anuência da Diocese.⁹⁶ Com isso descaracterizava-se completamente a imagem primeira da cidade.

Assim, tirando-se dos olhos, tentou-se tirar da memória aquilo que fazia lembrar o passado, ou seja, a classe dominante anterior. Em seu lugar, surgiram novos edifícios a partir dos anos 1930 e 1940; os arranha-céus; o Palácio da Justiça, no estilo sóbrio dos “caixotões” de concreto, como tentativa já de implantar novo estilo arquitetônico na cidade, trazendo no bojo as inovações propostas pelo modernismo da Semana de 1922 que, na visão de Battistioni (2002), nada tinha de moderno em termos de arquitetura, mas que era na verdade neocolonial.⁹⁷

Com essas mudanças, os seminários também foram mudando de local; o seminário de D. Paulo de Tarso, no bairro Swift, apresenta um projeto eclético que, mesmo conservando linhas clássicas, revela abertura ao novo, evidenciada também em outras atitudes. A anuência à demolição da Igreja do Rosário, por exemplo, significa que a Igreja se inseria no processo renovador político-social-econômico que então se instaurou, tendo a Igreja de Campinas sido elevada do *status* de Diocese para Arquidiocese, em 1958, pelo Papa Pio XII, quando da comemoração dos cinquenta anos de criação da Diocese. O Bispo Diocesano passou a ser Arcebispo Metropolitano, portanto o metropolitano da região. Essa distinção conferiu prestígio à Igreja local e, ao mesmo tempo, revelou sua importância, bem como a importância político-econômica da região. A Arquidiocese tem ascendência sobre suas dioceses sufragâneas.

⁹⁶ BATTISTONI FILHO, Duílio. *Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas*. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 2002, pp. 50 ss.

⁹⁷ Idem.

Capítulo Segundo

Um modelo em luta

1 – A secularização e o desmonte do projeto do Concílio de Trento: A identidade Vaticano II

O desgaste da Igreja tridentina e a perda da força que o cristianismo tinha para falar em nome da humanidade abrem espaço para o fenômeno da secularização e do ⁹⁸carismatismo⁹⁹. Num sentido inverso, poder-se-ia dizer que esse fenômeno da secularização, que vinha lentamente emergindo desde o século XV, foi simplesmente sufocado pela força da implantação das teses do Concílio de Trento. Pois, se analisarmos mais a fundo o anseio e os projetos da modernidade a partir do final da Idade Média, esta já se apresentava na direção de um secularismo, da substituição do teocentrismo pelo humanismo e o período do renascimento seria paradigmático neste sentido. O movimento iluminista pode ser visto também como mais um grande momento de erupção do secularismo, diante do qual todas as ações da Igreja para extirpá-lo nada mais foram do que a defesa de seu projeto religioso, que consistia na cristianização da sociedade.

No que se refere ao carisma, este é um elemento que tem ares de conservadorismo, se comparado ao espírito do Concílio Vaticano II. Mas esse carisma também não se aliou à identidade tridentina. Pelo contrário, tinha forças que colaboravam para sua destruição, porque vinha marcado por um espontaneísmo, por uma liberdade diante da instituição e porque tinha uma forma social de vivência da religião mais privada do que coletiva, indícios já da pós-modernidade.

Diante do iminente desmoronamento do projeto elaborado no Concílio de Trento, surgiram movimentos como o do Mons. Lefebvre, na França, que teria como bandeira a

□ Cf. LIBÂNIO, J. B. op. cit. à p. 2.

recusa ao Concílio Vaticano II, afirmando ter este um caráter protestante e de crise de fé. Mons. Lefebvre, adepto do projeto tridentino, poderia ter até certa razão, ao atacar o Concílio Vaticano II, considerando que este concílio foi um grande movimento de protesto à identidade tridentina. De fato, segundo a visão tradicionalista, a entrada da colegialidade na administração da Igreja, proposta pelo Concílio Vaticano II, seria fatal para a sobrevivência de uma instituição que sempre foi monárquica. Colegialidade tem fortes ligações com democracia que, em uma linguagem teológica, pode-se chamar de *koinonia* (comunhão).¹⁰⁰

Em relação ao ecumenismo, proposto pelo Concílio Vaticano II, os setores tradicionalistas não o apoiavam justamente por entenderem que aquele abre espaço para o reforço de outra identidade. Reconhecer e conviver com o diferente significa aceitá-lo, dar-lhe liberdade de ação. Na visão de alguns grupos, o ecumenismo acabou por dar à Igreja um caráter protestante.

O Concílio Vaticano II propôs a construção de uma nova identidade. O Papa Pio XII – último representante da identidade tridentina – foi muito cauteloso nas ações que permitiram a abertura da Igreja na liturgia, no estudo bíblico, alguns anos antes do Concílio. Foi, por outro lado, muito duro com os teólogos em relação à teologia, no que tange aos fundamentos da fé, aos dogmas.¹⁰¹ Tem-se a impressão de que Pio XII atuou na transição para realizar a abertura necessária à Igreja, cômico que era das uma das conseqüências que a abertura traria. Isso pode ser sentido no fato dele não ter montado o colégio de cardeais que elegeria seu sucessor. À época de sua morte, o colégio cardinalício estava composto de apenas 51 cardeais, quando o número fixado por Sisto V¹⁰² era de 70. Hoje, o colégio é formado por 135 eleitores, um número recorde, já que o limite atual está fixado em 120 cardeais. Do total dos 195 cardeais, são eleitores do papa aqueles que têm menos de 80 anos de idade.

¹⁰⁰ Palavra da língua grega antiga que significa “comunhão”. Seu sentido foi muito utilizado pela teologia católica.

□ Os teólogos da Nouvelle Théologie

¹⁰² Papa que governou a Igreja de 1585 a 1590, período de aplicação da Contra-Reforma, a Reforma Católica, para combater a Reforma Protestante.

A tarefa da substituição de Pio XII não consistia em algo fácil. Depois de duzentos anos, tinha-se novamente um papa nascido em Roma, de família de advogados e grande preparo intelectual. O pai de Pio XII era advogado do consistório e seu irmão, também advogado, participou das negociações dos Pactos Lateranenses entre Pio XI e Mussolini, que em 1929 solucionaram a “questão romana”, pendente desde a ocupação de Roma e dos Estados Pontifícios (1870); foi então reconhecido o Estado do Vaticano e a soberania plena do papa sobre a cidade. Este, por sua vez, obrigou-se a reconhecer Roma como capital do Estado italiano.¹⁰³

Diante da situação política mundial no alvorecer dos anos 1960, a Igreja parecia ter certa dificuldade em lidar com os novos meios de comunicação, como a televisão; com os movimentos da juventude na Europa; com a música; com as propostas de “amor livre” e tantos outros acontecimentos. Diante dos grupos que queriam um papa para a abertura da Igreja e os que eram partidários do estilo de Pio XII, os cardeais resolveram eleger um papa de transição, já com idade avançada, que governaria por poucos anos, até se pensar em que estratégias a Igreja tomaria diante daquele novo mundo, complexo e contestador, que surgia.

Elegeram-se o Cardeal Angelo Giuseppe Roncalli, (João XXIII) de Veneza, com 77 anos de idade. De uma família de camponeses, muito pobre, estudou com ajuda do vigário de uma cidade vizinha. cursou teologia em Roma e, quando ordenado, foi secretário do Bispo de Bérghamo e capelão militar na Primeira Guerra. Ao final desta, foi chamado para trabalhar com o Papa em Roma. Depois, ao ser nomeado bispo, trabalhou nos Bálcãs por vinte anos. De 1944 a 1953, trabalhou como núncio apostólico em Paris, travando a chamada “batalha dos bispos”, em que tentou defender os bispos que De Gaulle se propôs a afastar por suposta colaboração com os nazistas. Cardeal em Veneza de 1953 a 1958, demonstrara atitudes de abertura, dando, por exemplo, as boas vindas a um congresso socialista ocorrido na cidade em 1957. Na França, havia apoiado os padres operários que,

□ Na concordata ligada aos pactos, o Estado italiano reconheceu a religião católica, inclusive pela jurisdição civil, com a obrigatoriedade da forma eclesiástica do casamento. Em 1947 esses acordos seriam retomados pela Constituição da República Italiana. Cf. FRÖHLICH, Roland. *História da Igreja*. S. Paulo: Ed. Paulus, 1987.

ao realizarem uma experiência de trabalho profissional nos subúrbios, foram duramente perseguidos pela Igreja.

Em janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, em Roma, o “Papa Buono”, como era chamado João XXIII, anunciou a convocação de um Concílio Geral da Igreja, um ato delicado, pois, sendo infalível – conforme definição do Concílio Vaticano I, de 1870 - o papa não necessitava consultar toda a Igreja. Mas João XXIII o faz, alegando ser necessário à Igreja ouvir os “sinais dos tempos”.¹⁰⁴ Mais ainda, o Papa João XXIII parecia compreender a necessidade de convocar o concílio, principalmente pelo fato de ser um historiador da Igreja. Tendo em mente uma visão de toda a trajetória da Igreja ao longo de sua existência, mais que ninguém ele a entendia e percebia a necessidade de mudar de rumo, de romper de vez com a identidade tridentina. Em um mundo avesso aos dogmas, ávido por mudanças, não haveria outro recurso à Igreja a não ser tentar aproximar-se e reconciliar-se com o mundo moderno, primeiro ouvindo-o, para em seguida poder falar-lhe.

Assim, o 21º Concílio Ecumênico¹⁰⁵, realizado em quatro grandes sessões, foi aberto em 11 de outubro de 1962, tendo a primeira sessão durado dois meses e discutido assuntos como liturgia, problemas sociais, relação Igreja-mundo moderno. Os primeiros

□ Expressão cunhada pelo teólogo dominicano Marie Dominique Chenu, da Escola “Nouvelle Théologie”, em 1937, que, depois de apropriada por João XXIII, tornou-se uma das preocupações do Vaticano II.

□ O Concílio é chamado ‘Ecumênico’ porque foi aberto a observadores de outras religiões, principalmente da Igreja Ortodoxa que, desde 1054, havia rompido a unidade com a Igreja de Roma, quando os legados do papa Leão IX depuseram a bula de excomunhão do patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário, sobre o altar da Igreja de Santa Sofia. O patriarca por sua vez excomungou o papa.

A questão do primado da Igreja de Roma sobre as Igrejas do Oriente sempre gerou polêmicas por parte dos outros quatro grandes patriarcados: Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Constantinopla. Estes patriarcados aceitavam o primado do Bispo de Roma, porém não havia aceitação da autoridade jurídica do Bispo de Roma sobre todas as outras Igrejas. A proposta defendida pelos outros quatro patriarcados era a de união das cinco Igrejas como autoridade jurídica sobre a Igreja Universal, por considerarem seu peso histórico e de tradição no Oriente. Porém, como não houve entendimento neste sentido, o cisma rompeu a unidade da Igreja Latina com a do Oriente. É um movimento diferente do protestantismo, em que os que protestaram saíram da comunhão com a Igreja e fundaram uma nova Igreja. Com o cisma não acontece o mesmo movimento. Há, sim, um processo de excomunhão mútua, mas ambas as Igrejas pleiteiam o *status* de serem “a verdadeira Igreja fundada por Jesus Cristo”.

pré-textos formulados por comissões do Vaticano para o início dos trabalhos foram todos rejeitados, porque não apresentavam sinais de abertura, mas de um continuísmo que o Concílio não tinha por objetivo.

Com um pontificado de apenas cinco anos, João XXIII, que morreu de câncer em 1963, conseguiu apenas presidir o Concílio durante a primeira sessão. Pelas normas, com a morte do papa, o concílio poderia cessar, já que o papa o preside. Mas o sucessor de João XXIII, o cardeal Montini, de Milão, eleito papa, assumiu o título de Paulo VI. Liderava o grupo progressista que desejava a abertura da Igreja já no conclave que elegeu João XXIII para transição, portanto, deu continuidade ao Concílio. No período subsequente desenvolveu uma política de abertura social e de reformas na Cúria, tendo como marco importante a Encíclica “*Populorum Progressio*”, (“O Progresso dos Povos”), de 1967, marcando uma nova etapa no pensamento social da Igreja, na linha iniciada por seu predecessor. Dialogou com os não católicos do Terceiro Mundo e com as nações comunistas. Realizou várias viagens ao exterior, dando nova marca ao papado como presença na sociedade. Em 1965, encontrou-se com o patriarca Atenágoras, da Igreja Ortodoxa, e ambos retiraram as excomunhões. Porém, no aspecto moral a Igreja não se abriu tanto. A encíclica “*Humanae Vitae*” (“Sobre a Vida Humana”), de 1968, que trata do controle da natalidade, provocou reações da sociedade e grandes debates na Igreja. A encíclica rejeita qualquer intervenção no ciclo natural da fecundidade da mulher.

O episcopado católico, que fora convocado por João XXIII, em 1959, para assumir um papel significativo nos rumos e destinos da Igreja universal entrou no Concílio Vaticano II, em 1962, com uma atitude tímida, seja por não conhecer a realidade de Roma, seja por estar alocado em reuniões com parceiros totalmente desconhecidos. Os bispos compreendiam mal o latim, além de que os primeiros esquemas das grandes discussões não tinham nada de inovador, dando a impressão de que esse seria mais um concílio, cheio de enfadonhas discussões.¹⁰⁶

□ Cf. ALBERIGO, Giuseppe. “O Vaticano II e sua história”, in *Concilium- Revista Internacional de Teologia*, no. 312 – 2005/4, (Nijmegen – Holanda) Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, Edição Portuguesa, p. 7 [431], em número inteiramente dedicado a análise do Concílio Vaticano II, sob o título: “Vaticano II: Um futuro esquecido?”

As congregações gerais eram momentos pesados, em que cabia à maioria apenas escutar os extensos relatórios, restando apenas o empenho de participação nas comissões, onde se poderia ter um espaço ativo de discussão. Mesmo assim, Alberigo, historiador da Igreja, afirma que o Concílio Vaticano II foi a obra-prima do episcopado católico e do Espírito Santo. Assim, a maioria dos bispos foi percebendo nesse Concílio uma ocasião singular de renovação da Igreja, na esteira dos movimentos formulados décadas antes pelo movimento litúrgico, bíblico, ecumênico, de refontalização¹⁰⁷ e sob o acoamento da secularização das sociedades.¹⁰⁸ Assim, o fervor do clima criado em Roma pela prolongada presença de mais de dois mil bispos, de peritos em teologia – canonistas, historiadores, bem como jornalistas - desempenhou um papel importante na tomada de consciência dos bispos.¹⁰⁹

Por parte dos meios de comunicação, o Concílio Vaticano II teve um destaque considerável, pois durante as próprias assembleias foram publicados volumes que recolhiam os principais relatórios nas várias línguas, registrando a sua composição multicultural e a variedade de linhas, com uma incalculável documentação produzida. Sabe-se que a cada dia se produziam e se distribuía dezenas de textos dentro e fora da Assembleia, fazendo com que, com a autorização de Paulo VI, as normas referentes aos arquivos do Vaticano e a abertura destes ao público fossem abrandadas, gerando a publicação de três séries de Atas Conciliares que perfazem mais de 60 volumes.¹¹⁰

Ao se perguntar o que foi o Concílio Vaticano II, muitas respostas surgiram: graça, fumaça, tormenta, a consagração da continuidade, a primavera, o ar fresco, a ocasião perdida, a traição, a apostasia, o dom, a repetição, o desastre, o renascimento, a atualização (*aggiornamento*), a vocação, a embriaguez, o *kairós*, mas segundo Melloni, interessa, sim, compreender a condensação desses juízos que criam oportunidades de respostas,

¹⁰⁷ Termo utilizado pela Igreja em referência às propostas do Concílio Vaticano II, que tencionou fazer uma volta à Igreja primitiva, portanto às primitivas fontes da vida cristã.

□ Idem, p. 9 [433].

□ Idem, p. 10 [434].

□ Idem, p. 11 [435].

oportunidades iniciadas antes que o Vaticano II terminasse e que talvez ainda não estejam concluídas.¹¹¹

Os estudiosos do Concílio Vaticano II, como Melloni(2005), perguntam-se hoje se o Vaticano II é mesmo o “novo pentecostes¹¹²” que o papa João XXIII anunciou, ou se é a *máquina* para produzir condenações que os órgãos da cúria preparam meticulosa e inutilmente? O próprio Melloni responde que sobre esse embate há visões de Igreja, como a de Congar, que sustenta que tudo ainda está nas mãos do *antigo regime* e que, apesar de tudo, ainda reinam Pio IX ou Bonifácio VIII; outros como o Cardeal Siri, não se dão conta de que a construção “pacelliana” (Pio XII) está para afundar sob o peso da *coadunatio* conciliar; outros ainda, citados por Melloni, pensam que “mediando” é que se poderá fazer “passar” os conteúdos de caráter reformador preparados pelos grandes movimentos do século XX. Por outro lado, ainda há feridas geradas pelo Concílio, que acabaram causando muita dor, como a recusa de Paulo VI ao acolher o pedido de beatificação por aclamação de João XXIII; a aprovação dos cinco quesitos que definem a sacralidade do episcopado e a colegialidade como princípio ordenador da eclesiologia; a introdução da definição de Maria, mãe de Jesus, como a Mãe da Igreja, à revelia do Concílio; a rejeição da *Lumen Gentium* pelo mais brilhante consultor do Cardeal Frings como sinal de protesto a Paulo VI; além do itinerário da *Gaudium et Spes*, continuamente reescrita para contentar as diferentes correntes e visões sobre a relação Igreja-mundo.¹¹³ Ainda, o escândalo, para alguns, das condenações não efetuadas ao comunismo, da dissuasão nuclear, do anti-semitismo.

□ MELLONI, Alberto. “O que foi o Vaticano II? Breve guia para os juízos sobre o concílio”. In: *Concilium-Revista Internacional de Teologia* no. 312 – 2005/4, (Nijmegen – Holanda) Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, Edição Portuguesa, pp. 34 [458]-35 [459].

□ Pentecostes na Igreja é celebrado como memória da ação do Espírito Santo na Igreja, enviado aos apóstolos e Maria, reunidos em um cenáculo, fazendo com que, a partir dessa experiência, os seguidores de Jesus perdessem qualquer medo e, imbuídos de coragem, partissem mundo afora evangelizando. Jesus, logo após a sua ressurreição, partindo de volta ao céu, deixou à Igreja o seu Espírito, que a conduziria até o fim dos tempos. (Cf. várias passagens dos Evangelhos e, especificamente Atos 2,4).

¹¹³ Os documentos “Lumen Gentium” e “Gaudium et Spes” talvez sejam considerados os documentos mais importantes do Concílio Vaticano II. A “Lumen Gentium” (Luz dos Povos) redefine a Igreja e sua missão. A Igreja agora passou a ser entendida não mais como apenas a hierarquia: Papa, Bispos, Padres, mas define Igreja como todo o Povo de Deus em marcha. Todas as pessoas são membros do Povo de Deus e têm a

Na análise do legado do Vaticano II, alguns termos aparecem com força: “adaptar”, palavra que faz eco da linguagem tridentina; “execução da reforma”, como posição diversa escolhida pela comissão de liturgia; “atuação”, termo também ligado ao processo litúrgico e “recepção, termo historicamente clássico e teologicamente complexo que supõe elementos de filtro, de verificação”. Há ainda exigências mais duras, como a de encontrar chaves hermenêuticas como “interpretação literal” ou “interpretação aumentativa”.¹¹⁴

Por outro lado, intuições importantes surgiram, como a do Pe. Rouquette, que em 1963 declarava encerrada a Contra-Reforma iniciada pelo Concílio de Trento; a tese do teólogo Dominique-Marie Chenú, que em 1961 vislumbrava no concílio o fim de uma “era constantiniana” e, ainda, o Pe. Yves Congar, que em 1965 diria que o caminho que se iniciou com o Concílio Vaticano II estava todo por fazer, por ponderar — intuições que passaram um tanto despercebidas por causa do destaque que a reforma litúrgica teve.¹¹⁵

Melloni fala de “alarme-liturgia”: a velocidade das mudanças que se tornam visíveis, o protagonismo tumultuoso das comunidades, a força inventiva e muitas vezes subversiva do povo cristão; a derrubada do ritualismo por meio de formas espontaneístas que substituem o “banal velho” pelo “banal novo”; desmorona o exibicionismo romântico da estética vulgar do início do século XX, o canto gregoriano que acabou se tornando mecanizado pelos acentos nacionais e, segundo Melloni, entra em seu lugar um não menos banal infantilismo musical, tornado mais agressivo pela explosão da globalização do “pop”; o vacilar da disciplina. Assim, (sacralidade e colegialidade) são definidas e são princípios - “definem a sacralidade do episcopado e a colegialidade como princípios ordenadores da eclesiologia” e fez soar o alarme com o fato de que as autoridades não conseguiam

mesma dignidade, diferindo nas responsabilidades. O documento “Gaudium et Spes” (“Alegrias e Esperanças”) define a relação da Igreja com o mundo. A Igreja, segundo o documento, não é mais apenas uma realidade compartimentada, fora do mundo, mas está inserida neste, daí que, “as alegrias, as dores e as esperanças do mundo de hoje, são também as alegrias, dores e esperanças da Igreja”. O mundo é assumido em sua totalidade pela Igreja, superando-se a antiga divisão Igreja-mundo.

□ Idem, p. 37 [461].

□ Idem, pp. 37 [461]-38 [462].

controlar esses processos, sempre mais difusos e espontâneos, reagindo com a disciplina. Ao mesmo tempo, os fiéis, diante dessas reações, viam resquícios de épocas autoritárias.¹¹⁶

Houve um esforço grande no sentido de que as orientações e diretrizes conciliares chegassem às bases. Surgiram, na Europa, várias publicações de cunho catequético de interpretação feita por comentaristas a respeito das diretrizes conciliares. No Brasil, houve a iniciativa de Guilherme Baraúna, frade franciscano que organizou dois amplos comentários à “Lumen Gentium” e à “Sacrosanctum Concilium” com a contribuição de analistas sobre os eixos principais destes documentos. Diante de todo esse esforço de aplicação do Concílio, Melloni pergunta pela maioria dos bispos conciliares e seus teólogos que, com o passar do tempo, desencantaram-se com determinadas atitudes diante das escolhas papais de grande impacto, no que diz respeito, por exemplo, ao campo da moral, ou mesmo às nomeações episcopais que acabaram por desarticular as conferências episcopais, deslegitimando seus expoentes. Assim, vários pontos de vista emergiram: os que pensavam que tudo deveria ser posto em prática logo para que não se corresse o risco de se tornar o Concílio “letra morta”; outros se preocupavam com o desencantamento com certa insuficiência do Sínodo dos Bispos; outros, ainda, afirmavam que a traição à tradição se consumara, restando apenas aguardar a restauração¹¹⁷ que, no entender de outros, dar-se-ia com João Paulo II.

Segundo teólogos como Hans Küng (2005), nenhuma outra Igreja realizou desde o tempo da Reforma Protestante uma reforma tão grande, tão organizada e sem grandes divisões, assumindo posturas relevantes em relação a aspectos candentes no mundo atual. O autor acima destaca que, se não tivesse havido o Concílio Vaticano II, a liberdade e a tolerância religiosas continuariam a ser vistas na Igreja Católica como produtos perniciosos do espírito modernista e, nos países católicos, continuar-se-ia negando a presença de outras religiões.¹¹⁸

□ Idem, pp. 38 [462]-39 [463].

□ Idem, pp. 41 [465].

□ KÜNG, Hans, “O Concílio esquecido?”. In: *Concilium- Revista Internacional de Teologia*, no. 312 – 2005/4, (Nijmegen – Holanda). Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, Edição Portuguesa, pp. 139 [563]-140 [564]. Hans Küng, padre, teólogo, nascido na Suíça, estudou na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, na Sorbonne e no Institut Catholique de Paris. Atuou como perito no Concílio Vaticano II, nomeado pelo Papa

Em relação à infalibilidade do papa promulgada pelo Concílio Vaticano I (1869/1870), Hans Küng avalia que o Vaticano II, depois de prolongadas discussões conseguiu introduzir uma mudança difícil de ser aceita pelos ideólogos defensores da infalibilidade: Todo ser humano tem direito à liberdade religiosa e pode, sem pressão alguma, agir de acordo com a sua consciência, justamente nos assuntos de religião, cessando também nos países católicos a discriminação aos protestantes. Desde o concílio, deixaram de existir obstáculos à formação de pastores, construção de igrejas de outras denominações religiosas, difusão da Bíblia e contribuições para a vida social.

Hans Küng aponta que outra contribuição do Concílio Vaticano II, ainda que tímida, foi o posicionamento por parte da Igreja católica na separação provocada pela Reforma Protestante do século XVI, reconhecendo os outros cristãos como comunidades ou igrejas, tendo sido estabelecidas ações comuns de mútuo conhecimento, de diálogo e colaboração, incluindo orações em comum. A pedido do próprio Papa João XXIII, renunciou-se expressamente a novos dogmas e condenações. Houve incentivo na linha ecumênica em relação à Teologia, de forma particular no campo da Exegese Bíblica, na História da Igreja, na pedagogia religiosa e na Teologia Prática. Se não tivesse havido este concílio, o movimento ecumênico ainda estaria vivendo dias de verdadeira “guerra fria”.¹¹⁹

Um terceiro ponto de contribuição do concílio, segundo Hans Küng, foi a postura assumida pela Igreja em relação às grandes religiões, que teriam continuado a ser objeto de discussão negativa e polêmica, com inimizades, sobretudo com os muçulmanos e particularmente com os judeus. Porém, para o Vaticano II, todos os povos, com suas diferentes religiões, constituem uma comunidade que, de diferentes maneiras, tenta responder às mesmas questões fundamentais sobre o sentido e o caminho da vida; não se

João XXIII. De 1963 a 1980 foi professor de Dogmática e Teologia Ecumênica. A partir de 1980, professor e diretor do Instituto de Pesquisa Ecumênica na Universidade de Tübingen (Alemanha). Teve sucessivos problemas com a hierarquia da Igreja durante o governo de João Paulo II, no que concerne à doutrina, tendo sido afastado da cátedra por suas posições tidas como muito abertas. Encontrou-se recentemente com o Papa Bento XVI, o que poderia significar um possível reatamento com a Igreja.

□ Idem, p. 141 [565].

deve condenar nada do que é sagrado e verdadeiro em outras religiões, “raios da única verdade que ilumina todos os seres humanos”¹²⁰.

No que se refere à liturgia, esta seria, sem o Concílio Vaticano II, clerical, realizada numa linguagem estranha e incompreensível, em que o povo apenas “assistia” às missas; houve, porém, o resgate do sentido de que todo o povo é sacerdotal, com celebrações comunitárias de ampla participação de todos, com a comunhão distribuída sob as duas espécies; celebrações com os ritos simplificados, realizadas e cantadas em língua vernácula, adaptadas às circunstâncias peculiares de cada nação. O culto da Palavra de Deus, dirigido por leigos e independentemente da celebração eucarística foi incentivado.¹²¹

Em relação aos estudos bíblicos, bem como à espiritualidade bíblica, houve avanços e passaram a ser aceitos pela Igreja novos métodos de interpretação bíblica, reconhecendo-se a importância da Escritura no estudo da Teologia; a tese da inerrância bíblica passou a ser exigida apenas para as verdades da salvação e não mais para o que concerne ao conhecimento científico.¹²²

Hans Küng aponta ainda vários aspectos positivos advindos com o Concílio, como a valorização da Igreja Particular, na pessoa do bispo. As Igrejas Particulares, como comunidades de culto, são primitivamente Igreja e os bispos, sem o prejuízo do primado do papa, passam a ter certa influência, de forma colegiada, na direção da Igreja, por meio do Sínodo dos Bispos. Sem a influência do Concílio, Küng reflete que a Igreja teria continuado a ser uma espécie de Império Romano sobrenatural, tendo no vértice o papa como soberano, abaixo dele os bispos e os padres e, por último, em atitude passiva, o povo; seria na verdade uma Igreja clericalista, jurídicista e triunfalista.¹²³

Conforme análise de Hans Küng, o mundo teria continuado a ser visto como negativo pela Igreja, não fosse o impulso do Vaticano II, quando a Igreja optou por ser solidária com a humanidade, trabalhar em harmonia com ela, sem rejeitar as suas perguntas, mas, antes, procurando dar respostas, colocando em lugar da polêmica o diálogo; em lugar

□ Idem, p. 141 [565].

□ Idem, p. 142 [566].

□ Idem, p. 143 [567].

□ Idem, p. 143 [567].

da conquista, o testemunho convincente.¹²⁴ Também se pode dizer que a Igreja acolheu muitos anseios do Iluminismo, declarando-se em favor da liberdade, da dignidade e dos direitos do ser humano. Posicionou-se por total rejeição às guerras, pelo sim à democracia e pela separação amigável entre Igreja e Estado; pelo trabalho em prol da comunidade internacional dos povos; pela defesa dos mais fracos; deu ênfase ao amor nas relações humanas e à responsabilidade da vida matrimonial.¹²⁵

No que se refere à nova Eclesiologia surgida no Concílio Vaticano II, a de Igreja concebida como Povo de Deus opõe-se a imagem de Igreja hierárquica. O concílio apresentou a comunidade de fé como *communio*, como Povo de Deus que neste mundo se encontra permanentemente a caminho, um povo peregrino e pecador, que precisa estar disposto a uma reforma permanente (Igreja *semper reformanda*), que se abordará mais detalhadamente à frente.

2 – “Lumen Gentium”: uma nova eclesiologia, um novo presbítero

O Concílio Vaticano II, ao repensar e redefinir a Igreja, na Constituição Dogmática “Lumen Gentium”¹²⁶ contemplou a realidade daquela, ao mesmo tempo, como “mistério”,

□ Vale lembrar que até as décadas de 1940/1950 eram comuns as polêmicas, principalmente entre católicos e protestantes, em que as divergências eram postas a público. Têm destaque o Pe. Leonel Franca, jesuíta, reitor da PUC do Rio de Janeiro, que escreveu diversas obras apologéticas do catolicismo e de ataque ao protestantismo e, em Campinas, o Pe. Barreto, depois Dom Barreto.

□ KÜNG, Hans, op. cit., pp. 113[537]-114 [538].

□ Constituição Dogmática sobre a Igreja, promulgada pelo Papa Paulo VI no dia 21/11/1964. O texto primário “De Ecclesia” elaborado pela comissão pré-conciliar e apresentado em 1962, foi violentamente criticado e amplamente modificado até chegar à redação final.

“Povo de Deus” e “missão”¹²⁷ e apresentou a tensão entre dois tipos eclesiológicos: o da Igreja-sociedade e o da Igreja-comunidade. O paradigma de Igreja-comunidade predominou no primeiro milênio e o de Igreja-sociedade predominou no segundo. E, dentre todos os embates em torno da questão, o documento final da “Lumen Gentium” optou por uma solução conciliadora, a fim de evitar rupturas maiores. Fez-se assim uma junção das duas concepções: a de hierarquia e Povo de Deus, com a possibilidade de realizar uma síntese entre ambas, como defende Boff (2004)¹²⁸.

Ainda segundo Boff, essa tentativa de junção das concepções apareceu nitidamente no documento “Lumen Gentium” e o problema foi resolvido sem invalidar a concepção societária, inserindo-se a categoria *communio*, que serviria de ponte entre as duas visões. E daí se inferem três níveis de comunhão: a comunhão eclesial ou espiritual que atende aos vínculos entre os batizados e entre as várias igrejas particulares; a comunhão eclesiástica, que faz a ligação entre as várias igrejas locais com a Igreja de Roma; e ainda, a comunhão hierárquica, que significa o vínculo estrutural e orgânico entre todos os membros da hierarquia entre si e de todos com o cabeça, o papa.¹²⁹

Conforme Ghirlanda,¹³⁰ a chave para interpretação da Eclesiologia proposta pela “Lumen Gentium” é a hierarquia que cria, pela palavra e pelo sacramento, o Povo de Deus, reunindo as duas categorias: *communio* da eclesiologia Povo de Deus e a categoria hierarquia da eclesiologia societária. Sem a hierarquia não haveria comunidade eclesial; neste ponto está a tensão entre as duas categorias, introduzindo uma ruptura na comunhão.

Diante desta tensão, a solução apontada por Boff para que haja uma ponte entre as duas concepções é a definição real e não metafórica de Igreja como *communitas fidelium* (comunidade de fé, comunidade dos homens e mulheres de fé). A Igreja deve ser vista não como um corpo sacerdotal que cria comunidades, mas como a comunidade daqueles que

□ Cf. ALMEIDA, Antonio José de. “Por uma Igreja ministerial: os ministérios ordenados e não-ordenados no “Concílio da Igreja e sobre a Igreja”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.), *Concílio Vaticano II: Análise e Prospectivas*. São Paulo: Edições Paulinas, 2004.

□ Cf. BOFF, Leonardo. **Novas fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho**. Campinas-SP: Verus Editora, 2004, pp. 21-35.

□ Idem.

□ Gianfranco Ghirlanda, citado por Boff, L., op. cit. p. 31-32.

responderam com fé à convocação de Deus em Jesus por seu Espírito. A rede dessas comunidades forma o Povo de Deus, resultado de um processo participativo e comunitário, e do seio da comunidade é que surgem as várias funções, como a necessidade de anunciar, de celebrar, de atuar no mundo, de criar coesão e unidade dos fiéis e dos serviços.¹³¹

O Concílio Vaticano II instaurou uma nova visão da Igreja, ou seja, da comunidade eclesial. Para uma Igreja concebida como Povo de Deus, decorre necessariamente que a questão da salvação não é mais um problema a ser resolvido de forma intimista e individual entre o crente e Deus, mas agora se torna um problema de toda a comunidade eclesial. A salvação e a santificação são oferecidas a todos, mas para serem assumidas na comunidade, no nível coletivo do Povo de Deus, que é a Igreja.

A Igreja, Povo de Deus reunido pela Trindade, é a base para um novo entendimento da vocação humana e cristã, vista não mais de forma individualizada, mas em sua relação com todas as outras vocações. Nessa perspectiva, o Concílio Vaticano II vê o chamamento divino como convite à santidade dirigido a todas as pessoas humanas, por meio de respostas diferenciadas a esse chamado.¹³²

Nessa perspectiva, o chamado e a salvação de Deus não se dão apenas no plano meramente individual, mas na comunhão, na fraternidade, na constituição de um povo, o Povo de Deus. A vocação pessoal deve ser realizada e vivida por cada um, à medida que assume a própria missão, na interação e no relacionamento com os demais.¹³³

Então, os ministérios na Igreja são exercidos por cada cristão e cristã batizados de forma colegiada, sintonizada com a comunidade, com seus anseios, com suas necessidades, na vivência e na celebração de fé. Cada qual exerce na Igreja e no mundo as funções específicas de sua consagração batismal, na observância da especificidade das vocações. Nesse sentido, o concílio conclamou a Igreja a ser toda ela ministerial e, em decorrência disso, houve o desabrochar e o desenvolvimento de muitos ministérios e serviços na vida da

□ Cf. BOFF, Leonardo. *Novas fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho*. Campinas-SP: Verus Editora, 2004, pp. 21-35.

□ OLIVEIRA, Valnei P. *Equipe Vocacional Paroquial: um mutirão pelas vocações*. S. Paulo: Ed. Loyola, 2003.

□ Idem.

Igreja. Nesta linha de pensamento, pode-se também afirmar que a queda no número de vocações ao sacerdócio tenha ocorrido, não apenas por isso, mas também em função da descoberta de novas formas de participação na vida da Igreja, como a descoberta e o resgate de novos serviços e ministérios laicos.

Em decorrência da diminuição do número de padres em toda a América Latina, foi grande o contingente de padres estrangeiros que vieram prestar auxílio à pastoral, também para fazer frente ao grande número de missionários estadunidenses protestantes patrocinados pelos Estados Unidos para combater o “Perigo Vermelho”, fazendo alusão à ameaça do comunismo, conforme relata Illich.¹³⁴

Diante da diminuição do número de padres e religiosos em todos os lugares e alimentados por essa nova visão da problemática vocacional, os ensinamentos do Concílio Vaticano II foram aplicados tendo em vista a animação vocacional de toda a Igreja, formando-se equipes paroquiais de animação vocacional.¹³⁵ Aos poucos foram sendo substituídas as antigas equipes paroquiais, chamadas em muitos lugares de “Obra das Vocações”, que tinham por objetivos únicos a conquista de candidatos ao sacerdócio e à vida religiosa e, no plano material, buscavam conseguir recursos materiais e econômicos para o custeio e a manutenção dos seminaristas durante todo o tempo de sua formação.

Assim como o mistério da Igreja, o chamado vocacional também compreende um mistério que não é simples objeto de conhecimento teológico; deve ser *fato* [grifo do autor] vivido em que a alma do fiel, antes de ser capaz de definir a Igreja com exatidão, pode apreendê-la numa experiência co-natural,¹³⁶ mistério de Deus na vida das pessoas. Apropriando-se da explicação de mistério dada à Igreja por Boff, entende-se também o mistério de Deus na história pessoal e comunitária, no sentido que o entendiam os primeiros cristãos. Fala-se mais da Santíssima Trindade, do Filho e do Espírito do que da

□ ILLICH, Ivan. 1967, citado por BÔA NOVA, Antonio Carlos. *Clero e Povo – O catolicismo da América Latina nos anos 60*. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1981.

□ OLIVEIRA, Valnei P. *Equipe Vocacional Paroquial: um mutirão pelas vocações*. S. Paulo: Ed. Loyola, 2003.

□ Cf. AAS 56. 1964. P. 623-4, citado por BOFF, L., op. cit. p. 15.

Igreja. Quer dizer, aprofundam-se aquelas realidades, verdadeiramente misteriosas, que estão nos fundamentos e na razão de ser da pessoa, da Igreja e do mundo.¹³⁷

Entendido dessa forma, o chamado vocacional, reconhecido como obra e ação de Deus na vida das pessoas e das comunidades, não constitui apenas um assunto de *foro* íntimo, que tem a ver apenas com indivíduos isoladamente. É importante enfatizar a mediação das pessoas, dos fatos e acontecimentos, enfim, de toda a comunidade eclesial que é chamada a descobrir, a cultivar, a acompanhar e a encaminhar os vocacionados para a realização plena da sua vocação na comunidade, a serviço desta. Portanto, a responsabilidade vocacional passa a ser de toda a Igreja e não apenas dos padres ou da hierarquia.

Nessa perspectiva de compreensão do chamado de Deus nos anos que se seguiram ao Vaticano II, foi dado forte incremento à criação de uma Pastoral Vocacional de novo enfoque, que visava a promoção das diversas vocações na vida da Igreja e do mundo, na linha de uma Igreja toda ministerial, servidora da humanidade e da vida, assembléia de vocacionados, escolhidos para desempenhar, dentro da especificidade própria de cada vocação, o serviço que lhes compete.

As Equipes Vocacionais Paroquiais (EVPs) aos poucos foram vendo com mais clareza o caminho a ser trilhado e o quanto ainda havia a percorrer. Aos poucos uma pastoral assistencialista, de arrebanhamento de candidatos ao sacerdócio e à Vida Religiosa foi cedendo espaço em muitos lugares a uma pastoral madura, crítica e consciente de seu papel, no que diz respeito ao esclarecimento e à promoção das diversas vocações dentro das linhas propostas pelo Concílio.

O Ano Vocacional, em 1983, também uma decorrência do espírito do Vaticano II, celebrado e vivenciado por toda a Igreja foi um dos instrumentos que muito contribuíram para a formulação de uma nova mentalidade vocacional, propulsor de novas formas de visão e de acompanhamento vocacional.

De acordo com a nova compreensão eclesiológica a partir do Vaticano II - de Igreja Comunhão do Povo de Deus -, decorreu necessariamente uma nova mentalidade em relação ao presbítero e à sua atuação no mundo. Para uma nova eclesiologia, há que se pensar em

□ Idem.

um novo presbítero. e aí talvez confluem a crise própria do tempo que assolou as vocações e os seminários, a partir do Concílio Vaticano II, como também uma certa provocação da crise dos seminários, fomentada pelos próprios bispos e dirigentes da formação presbiteral.

Tomando como exemplo o caso da Arquidiocese de Campinas e observando a evolução do seminário e o crescimento gradativo do número de seminaristas, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 9 – nº de seminaristas (1927-1959)

Nº de seminarista			
Seminário			
Ano	Sem. Maiores	Sem. Menores	Total
1927	12	75	87
1929	17	82	99
1941	23	88	111
1942	29	101	130
1946	21	54	75
1947	22	91	113
1948	22	93	115
1950	24	70	94
1951	20	65	85
1956	22	182	204
1957	29	204	233
1959	32	185	217

Fonte: Anuários da Arquidiocese de Campinas¹³⁸.

□ Dados obtidos nos Anuários da Diocese de Campinas, Typografia da Casa Genoud, Casa Mascotte, Companhia Stella Ltda., Tipografia A Tribuna, Casa ao Livro Azul, Campinas-SP.

Embora, numa visão geral, o quadro acima mostre regularidade no número de seminaristas, observam-se em dados momentos alguns períodos de crise. Por exemplo, em 1946, pode ser atribuída a crise ao período da 2^a. Guerra Mundial, e o período de 1950, 1951, com número menor de seminaristas, pode estar relacionado à transição para o Seminário da Swift, ainda em construção.

Por outro lado, a observação do progressivo número de seminaristas na Arquidiocese de Campinas, durante a solidificação do processo de formação seminarística iniciado em 1913 com Dom Nery, revela um fato curioso: o de que, mesmo na crise dos anos 1950, 1960, ou já às suas portas, o número de seminaristas se mantivesse tão elevado e em progressiva expansão. Assim, pergunta-se se essa crise dos seminários não teria sido favorecida pela própria direção da Igreja que, naquele momento, desejava efetuar um verdadeiro rompimento do processo formativo em consonância com as exigências que vinham do mundo exterior, pois, pelas vias naturais, o número de seminaristas ainda se manteria por alguns anos. Mas, mesmo que a Igreja tivesse persistido no modelo formativo anterior, este não subsistiria facilmente à avalanche renovadora do próprio mundo a partir dos anos 1960 e seguintes.

O relato de religiosos que permaneceram em suas congregações e que hoje se reportam àquele momento diz que também o abandono da Vida Religiosa feminina foi grande e que à época não havia maiores justificativas, conforme relato em entrevista de uma religiosa, Ir. Maria Élide, da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado:

[...] naqueles tempos havia um abandono da Congregação muito grande. Muita gente saía simplesmente porque muitas estavam saindo. Era comum no jantar ver um determinado número de pessoas e, no dia seguinte, na próxima refeição, outras tantas religiosas já não estavam mais, haviam deixado o convento. E, isto tudo, sem nenhuma explicação a nós ou justificativa. Eu mesma, não sei como não acabei saindo[...]

Há que se notar que no período do Concílio Vaticano II a preocupação da Igreja foi de fomentar uma nova mentalidade, de uma Igreja gestada pelo concílio. Assim, segundo

Libânio (1984), pode-se falar na construção de uma nova identidade, que tinha como preocupação a implosão da identidade tridentina. Esta nova identidade tinha por objetivo inculcar uma outra mentalidade eclesiástica e o fez com o apoio da hierarquia. Nesse período, fica evidente o que não servia, porém, não se tinha clareza suficiente desse novo modelo. Nesse sentido, o Vaticano II propiciou na Igreja o surgimento de um período de abertura a várias experiências no campo da liturgia, no trabalho com a juventude e em vários outros campos.

Observam-se de início as dificuldades, nos primeiros anos, com os padres mais antigos, que não aceitavam totalmente as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, cuja expressão mais significativa estava na liturgia, bem como na adaptação do corpo todo da Igreja às mudanças. Em segundo lugar, houve o crescimento de um clima de permissividade, de novas experiências que se faziam em todos os lugares, em nome da renovação proposta pelo concílio.

Talvez um dos aspectos mais esperados pelo clero e que terminou em frustração para muitos, tenha sido uma esperada abolição do celibato sacerdotal compulsório. Mas, em 1967, o Papa Paulo VI pôs fim às expectativas, promulgando a Carta Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* (*Sobre o Celibato Sacerdotal*), com a finalidade específica de fazer uma reflexão sobre o valor do celibato e expor as razões da Igreja para, naquele momento, reafirmar tal instituição.¹³⁹

Esse aspecto teria sido um divisor de águas no que se refere à mudança desejada pelo Concílio Vaticano II. Sendo a abolição do celibato uma das grandes expectativas em relação ao Concílio e tal não acontecendo, poder-se-ia considerar que foram frustradas partes significativas das reformas desejadas pelo Concílio.

Em 1971, o Sínodo dos Bispos em Roma trataria da questão do ministério sacerdotal. Em julho de 1968 foi promulgada a Carta Encíclica *Humanae Vitae*. Pelas determinações em relação a estes importantes aspectos da vida da Igreja, já se percebia que a autoridade eclesial seguiria um rumo que tentaria frear um pouco o período de

¹³⁹ Carta Apostólica *Caelibatus Sacerdotalis*. Coleção Documentos Pontifícios – Documentos de Paulo VI. São Paulo: Paulus, 2001.

experimentações suscitado pelo concílio. Seguiu-se então um período de volta à normatividade, um período de opções mais rígidas.

No vácuo desse desencanto com possibilidades de novas formas de exercício do ministério presbiteral; com a explosão crítica dos anos 1960, em que as instituições e os velhos padrões de moral e comportamento estavam sendo colocados todos em xeque; e com o surgimento de uma nova ética social e política diante do aparecimento de governos ditatoriais na América Latina, a formação de uma nova identidade presbiteral e uma nova metodologia no processo formativo faziam-se necessárias.

O Vaticano II aprofundou a natureza de todo o ministério ordenado, refletindo sobre o presbiterado, apresentando-o como “missionário” e “ministerial”, diante da inadequação da visão pré-conciliar, que o apresentava “sacral” e “cultural”, visões estas que se confrontaram no Concílio, vindo a prevalecer a linha missionária, na *Lumen Gentium*, nº 28, que se inspira na teologia do Evangelho de João (Pai-Cristo-Apóstolos), como no Decreto *Presbyterorum Ordinis*¹⁴⁰.

Ainda segundo Almeida, do ponto de vista teológico, o texto mais importante do Decreto *Presbyterorum Ordinis* é o nº 2, que declara:

O Senhor Jesus, “a quem o Pai santificou e enviou ao mundo” (Jo 10,36), foi ungido, pois, todo o seu corpo místico participar da unção, do Espírito pela qual ele foi ungido. Pois nele os fiéis todos tornam-se um sacerdócio santo e régio [...] Não existe assim membro que não tenha parte na missão de todo o Corpo [...]. O mesmo Senhor, porém, instituiu alguns como ministros entre os fiéis, para que estes se unissem num só corpo, em “todos os membros não desempenham a mesma atividade” (Rm 12,4) [...]. Por isso, tendo enviado os apóstolos assim como Ele próprio fora enviado pelo Pai, Cristo, por meio dos mesmos apóstolos, tornou os sucessores deles, os bispos, participantes de sua consagração e

□ Cf. ALMEIDA, Antonio José de. “Por uma Igreja ministerial: os ministérios ordenados e não-ordenados no “Concílio da Igreja e sobre a Igreja”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.), *Concílio Vaticano II: Análise e Prospectivas*. São Paulo: Edições Paulinas, 2004.

missão. O múnus do ministério deles foi por sua vez confiado em grau subordinado aos presbíteros [...].¹⁴¹

Assim, destacando o Corpo Místico, o Concílio reafirma a Igreja e sua missionariedade, situando os ministérios no seu interior. E isso fica bem claro na relação existente entre a *Lumen Gentium* e a *Presbyterorum Ordinis*, não obstante aparecer também nos documentos a referência aos aspectos culturais e sacrais do ministério.

Mais forte ainda aparece o destaque à missionariedade do presbítero, na Igreja e no mundo, a partir do nº 3 da *Presbyterorum Ordinis*, ao frisar a relação necessária do presbítero com o mundo: o presbítero é aquele que oferece sacrifícios a Deus pelos pecados, mas não é alguém que está fora ou acima do mundo — imerso nas realidades humanas, é um irmão entre irmãos. Assim, a possível segregação do presbítero em relação ao mundo se dá não em função de que este fuja das realidades da vida e do mundo, mas para que se consagre totalmente à obra do Senhor.¹⁴²

Segundo Almeida, o esquema da eclesiologia missionária que retoma os três múnus, dos quais os presbíteros também participam (proclamação autorizada da Palavra, presidência da Liturgia e guia pastoral do Povo de Deus), veio substituir o esquema medieval dos dois poderes: poder de ordem e poder de jurisdição, não sem resistências. Tal fato pode ser averiguado, pois que, passados quarenta anos do Vaticano II, não se termina por conceber o presbítero e o próprio ministério ordenado nas visões cultural e sacral, tamanha foi a força com que o Concílio de Trento conseguiu imprimir suas idéias e normas.

Nessa linha, havia que se recuperar a dimensão comunitária do presbiterado e o Concílio Vaticano II o faz utilizando a expressão presbíteros no plural; destacando a ligação de consagração-missão entre todos os presbíteros e destes com os bispos; reforçando a ação de presbitério, da comunhão dos presbíteros entre si e com o bispo. Assim, a doutrina da *Lumen Gentium* no número 28b, sobre a colegialidade presbiteral, foi retomada no nº. 7 do documento *Presbyterorum Ordinis*.

Em relação à instituição do presbiterado, o documento *Presbyterorum Ordinis* não apenas reforça a idéia da instituição deste na última ceia, mas afirma que os apóstolos

□ Citado por ALMEIDA, José de, op. cit.

□ Cf. ALMEIDA, Antonio José de, op. cit.

participam de toda a sua missão: anúncio-santificação-pastoreio no mandato recebido por Jesus. Este mandato, depois, foi transmitido legitimamente em grau diverso a pessoas diversas na Igreja.¹⁴³

Esta, por meio do Concílio Vaticano II, fez um esforço em seus documentos para imprimir uma nova marca ao exercício do sacerdócio, visto agora como serviço ao povo de Deus, e não mais na visão antiga, que considerava o sacerdote membro de uma nobreza eclesiástica. Aos presbíteros, como cooperadores dos bispos, cabe a missão de anunciar o Evangelho a todos, para constituírem e aumentarem o Povo de Deus executando o mandato do Senhor: “Ide a todo o mundo e anunciai o Evangelho a toda criatura.” (Mc 16,15). Segundo a *Presbyterorum Ordinis*, é no coração dos infiéis que se desperta a Palavra de Deus e no coração dos fiéis esta mesma Palavra é alimentada. Logo, o presbítero tem a missão primeira de anunciar o Evangelho, pois, conforme diz o apóstolo Paulo, a fé nasce pela pregação da Palavra (Rm 10,17).¹⁴⁴

Segundo Almeida, teologia e espiritualidade não se justapõem, mas a espiritualidade retira da Teologia do Ministério as linhas mestras da vida espiritual do presbítero. Os presbíteros alcançarão a santidade se desempenharem suas tarefas de modo sincero e incansável no Espírito de Cristo, aí residindo a essência da espiritualidade.

O serviço presbiteral deve partilhar com todos a verdade do Evangelho, levar os povos a glorificarem a Deus, transmitindo a catequese e a doutrina da Igreja, tratando as questões do tempo à luz dos ensinamentos de Cristo. Na verdade, devem não ensinar sua própria sabedoria, mas ensinar o próprio Verbo de Deus, convidando a todos para a conversão e a santidade.¹⁴⁵

Da mesma forma, o ministério da Palavra deve ser exercido segundo as necessidades diversas dos ouvintes e os carismas dos pregadores. Em relação aos sacramentos, o Decreto P. O. expressa a incumbência do serviço, afirmando que Deus, o único santificador, quis assumir homens como sócios e auxiliares seus, para servirem

□ Idem.

□ *Presbyterorum Ordinis*, II, 4.

□ Idem.

humildemente à obra da santificação. Por isso, os presbíteros são consagrados por Deus, pelo ministério do Bispo, feitos de modo especial participantes do Sacerdócio de Cristo.¹⁴⁶

Todos os sacramentos, ministérios eclesiais e tarefas apostólicas ligam-se à Sagrada Eucaristia e a ela se ordenam, já que esta contém todo o bem espiritual da Igreja, a saber, Cristo, nossa Páscoa e pão vivo, dando vida a todos por meio de sua carne vivificada e vivificante pelo Espírito.¹⁴⁷

A assembléia eucarística é o centro da comunidade dos fiéis, presidida pelo Presbítero. Assim, estes ensinam os fiéis a oferecer a divina vítima no sacrifício a Deus Pai e a fazer com ela o oferecimento da vida. E, no mesmo Espírito de Cristo, instrui a comunidade a submeter seus pecados com coração contrito à Igreja no sacramento da Reconciliação. É também serviço do presbítero ensinar o povo a participar das celebrações da Sagrada Liturgia, a praticar ao longo da vida o espírito de oração, segundo as graças e a necessidade de cada um. Incentivam ainda todos a cumprir os deveres do próprio estado, enquanto atraem os mais adiantados a praticar os conselhos evangélicos. Por fim, devem levar todo o povo a celebrar o Senhor de todo o coração por hinos e cânticos espirituais, em todo o tempo, e a propósito de tudo render graças a Deus Pai em nome de Jesus Cristo.¹⁴⁸

Os presbíteros, exercendo o múnus de Cristo-cabeça e Pastor na parte que lhes toca, reúnem em nome do Bispo a família de Deus como fraternidade animada por um só objetivo e levam-na, por Cristo, no Espírito a Deus Pai. E, ao edificarem a Igreja, os presbíteros hão de conduzir-se com todos, na mais nobre humanidade, a exemplo do Senhor. Por isso, no governo do Povo de Deus os presbíteros são chamados a cuidar, como educadores na fé, que todos os fiéis cheguem ao Espírito Santo, a cultivar a vocação pessoal segundo o Evangelho, uma caridade sincera e a liberdade pela qual Cristo nos libertou. Devem também os presbíteros promover a maturidade do povo, capacitando-o a descobrir em todos os acontecimentos a vontade de Deus.

Em relação à vida dos presbíteros, a formação dos candidatos deve ter presente que a vocação presbiteral é um chamado à perfeição, ou seja, o presbítero é alguém que é

□ Idem , II, 5.

□ Idem.

□ Idem.

chamado a configurar-se ao Cristo Sacerdote, na qualidade de ministro da Cabeça, para construir e edificar todo o Corpo de Cristo, que é a Igreja, como cooperador da ordem episcopal.¹⁴⁹

Instruídos pelo Espírito, os presbíteros deverão exercer o ministério da justiça, alimentados também pelo ato litúrgico cotidiano e pelo ministério exercido em comunhão com o bispo. Isto tudo, tendo em vista atingir os objetivos pastorais, a difusão do Evangelho e a renovação interna da Igreja em diálogo com o mundo de hoje.¹⁵⁰

Na terceira parte do documento *Presbyterorum Ordinis*, que trata da Vida e Ministério dos Presbíteros, há um apelo à santidade presbiteral, a ser alcançada de maneira autêntica, o que se dará como conseqüência do desempenho sincero e incansável de suas tarefas no Espírito de Cristo.¹⁵¹

Em resumo, o Concílio Vaticano II fez uma reviravolta dentro da Igreja. Foi mais movimento de chegada que ponto de partida, acolheu os anseios de movimentos anteriores que vinham conseguindo lentamente abertura em vários aspectos da vida da Igreja. O Concílio não fez muito mais que atender e dar espaço aos movimentos e aos anseios por renovação da vida da Igreja e da teologia que já estavam em curso desde o final do século XIX.

Uma das grandes marcas ou contribuições trazidas pelo Concílio Vaticano II foi a formulação de uma nova eclesiologia, ou seja, uma nova concepção a respeito do ser da Igreja, de sua missão no mundo, do papel a ser desempenhado pela hierarquia e pelos fiéis — aos poucos se foi criando uma nova mentalidade. A partir da definição de Igreja como “Povo de Deus e Comunhão”, necessariamente também haveria que pensar em um outro tipo de presbítero, não mais amoldado, conforme o modelo anterior proposto pelo Concílio de Trento; para tanto, o Concílio Vaticano II reformulou, por meio de seus documentos, os ideais propostos para o clero e para sua formação.

Assumir esse novo processo de formação do clero consistiu em um ato determinado por parte da Igreja, mesmo diante do fato de que em muitos lugares havia ainda um grande

□ Idem III, 12.

□ Idem.

□ Idem III, 13.

número de candidatos ao clero, com seminários cheios. Daí a necessária “parada” proposta pela própria Igreja e o desencadeamento do processo de liberdade para a saída de todos os descontentes. No período que sucedeu ao Concílio seria instaurada uma grande crise do clero e das vocações, que deveria perdurar até os inícios dos anos 1980, principalmente pela abolição do celibato, o que não acabou acontecendo.

A visão cultural e sacral do ministério não foi eliminada pelo Concílio, mas foi redefinida a partir da desejada volta às fontes da teologia e da fé cristã. Assim, a releitura feita ampliou o significado do termo “sacerdócio”, que foi estendido em seu entendimento a todos os batizados e, quando aplicado aos presbíteros, engloba também os ministérios da Palavra e guia pastoral. Assim, após o Concílio, assumiu o sacerdócio a noção de “ministerial”, não como um estágio superior ao sacerdócio comum, mas “ministerial”, com diferença de essência e, “existencial”, com diferença de grau. O sacerdócio ministerial participa do único sacerdócio de Cristo pela linha do serviço específico a ser desempenhado e não da simples existência cristã, da qual ele também compartilha com os outros batizados, pois o sacerdócio ministerial não é uma intensificação do sacerdócio comum, mas um meio para a realização deste. O sacerdócio comum é então voltado à ordem dos fins, à realização plena do batismo e da vida cristã na caridade, enquanto que o sacerdócio ministerial enquadra-se na ordem dos meios, justamente como um “serviço” prestado ao Povo de Deus.¹⁵²

Ainda segundo análise de Almeida, verificou-se no Concílio Vaticano II a ocorrência da sempre mais intensa aplicação do termo “presbítero”, em detrimento do cada vez menor uso do termo “sacerdote”. Presbítero associa-se ao Novo Testamento e quase nunca quer fazer referência ao sacerdócio antigo, mas à função do servidor da comunidade em associação ao epíscopo, já que no Novo Testamento as duas funções não estavam ainda isoladas, mas apareciam juntas. O termo “sacerdócio” faz referência ao Antigo Testamento, em que a pessoa separada do povo era encarregada de oferecer sacrifícios e holocaustos a Deus para, no agrado do Senhor, adquirir as bênçãos ao povo. O Concílio segue esta mesma linha bíblica do Novo Testamento, rompendo uma tradição que se foi forjando durante muitos séculos, fazendo acontecer uma reviravolta terminológica.

□ Idem.

Passados quarenta anos do Vaticano II, tal mudança terminológica acaba fazendo diferença na vida das comunidades e do povo. Já não se ouve mais entre as pessoas religiosas o termo “sacerdote”, a não ser em círculos muito alheios à vida eclesial. Por outro lado, o termo “padre”, utilizado no Brasil e em alguns outros lugares, termina por não desaparecer e é entre o povo em geral a terminologia corrente, a mais usada. Outrossim, este vem revestido da noção de presbítero, já que a palavra *presbyter* do grego refere-se ao ancião, àquele que era o mais velho da comunidade, não necessariamente em idade, mas em respeitabilidade perante o povo e, na realidade ocidental e na brasileira especificamente, está equiparado à noção de “pai”. Assim, o padre deve cultivar para com a comunidade um relacionamento paterno e não paternalista, em que exerça uma função na qual a comunidade possa respeitá-lo e amá-lo.

No período pré-conciliar, eram correntes definições do sacerdócio que aos poucos foram sendo superadas ou reordenadas. Assim, as fórmulas *Alter Christus* na linguagem da mediação, o sacerdote como “outro Cristo”, ressaltando a função cultural. Também a questão do caráter e do agir do sacerdote *in persona Christi*. O Concílio não a eliminou, mas a inseriu no caráter da eclesiologia missionária, tirando-lhe a aura sacral e tornando-a mais eclesial, dinâmica. Assim, o Decreto *Presbyterorum Ordinis* no n° 2 diz que o sacerdote deve configurar-se a Cristo, participando da própria ordem com que o Cristo constrói, santifica e rege o seu povo. E, em relação ao “agir na pessoa de Cristo-cabeça” refere-se não somente ao múnus de presidir a eucaristia no interior da comunidade, mas prolongando a presença de Cristo no mundo. Ainda que esse gesto seja o ponto mais alto do ministério ordenado, ele é visto e concebido como serviço em favor dos fiéis. Assim, a formulação “mediador” também será rejeitada, porque atenta contra a unicidade da mediação de Cristo, esvaziando a consistência sacerdotal do Povo de Deus.

3 - A experiência das pequenas casas

Com o Concílio Vaticano II, novos ventos sopravam na vida da Igreja, colocando em questão inclusive a formação presbiteral. Tendo o seminário de Campinas alcançado o auge da formação sob o governo de D. Paulo de Tarso Campos, chegando a ordenar dez padres em um ano, começa a decadência desencadeada pelas mudanças pelas quais passava o mundo nos anos 1960 e acelerada pelo Concílio Vaticano II.

Nos fins dos anos 1950, quando se concluíram as obras do grande seminário de D. Paulo, não se tinha ainda uma visão de que a política da Igreja mudaria tão rápido nos anos seguintes com a realização do Concílio Vaticano II.

O então Reitor do Seminário Episcopal de São Paulo (Filosofia) em Aparecida, o Pe. Bernardo José Bueno Miele foi proposto por D. Paulo de Tarso Campos para ser seu bispo auxiliar e, tendo sido aceito pela Santa Sé, foi nomeado em 22 de novembro de 1962, permanecendo em Campinas até sua transferência como Arcebispo Coadjutor de Ribeirão Preto, em 10 de fevereiro de 1967.¹⁵³ Chegou a Campinas no momento em que os seminários iam deixando de receber alunos e o número de seminaristas ia baixando sensivelmente.

Paralelamente, ocorria um movimento nas ordens, nas congregações e nas dioceses, pois, a partir do Concílio Vaticano II, os religiosos e membros do clero que não se encontravam realizados, pois enfrentavam uma mudança radical na política da Igreja, tiveram liberdade para deixar a vida religiosa.¹⁵⁴

□ Conforme depoimento de Dulcinéia Bueno, que foi secretária de D. Miele, numa viagem de volta de Aparecida, em visita aos seminaristas de sua Diocese, o bispo D. Paulo de Tarso Campos teria comentado com o padre que o acompanhava que iria propor à Santa Sé o nome do Pe. Miele para Bispo Auxiliar de Campinas.

□ Até o Concílio Vaticano II era algo muito complicado o fato de um religioso ou um clérigo deixar o seu ministério. Além da grande pressão exercida pela Igreja no sentido de a pessoa não sair, havia uma mentalidade corrente na própria Igreja, segundo a qual a pessoa que abandonasse o estado clerical estava, na verdade, dizendo não a Deus, não à sua vocação. Para ela não havia perdão.

Quadro 10 – Padres que deixaram o estado clerical a partir de 1963

Padres do clero de Campinas que deixaram o estado clerical a partir de 1963:

- 1) Pe. Hugo Antoniazzi
- 2) Pe. Antonio Celso Moreira
- 3) Pe. Hermínio Bernasconi
- 4) Pe. José Augusto Chiavegatto
- 5) Pe. Claret Rocha de Toledo Piza
- 6) Pe. Antonio Fahul Ramek Saad
- 7) Pe. Luiz Carlos Daólio
- 8) Pe. Paulo Nogueira
- 9) Pe. Claudinei Pessoto
- 10) Pe. Décio Maróstica
- 11) Pe. Izael Sicolin
- 12) Pe. Vivaldo Luiz Ifanger
- 13) Pe. Lúcio Valente
- 14) Pe. Antonio Long
- 15) Pe. Joaquim do Nascimento
- 16) Pe. Gabriel Lomba Santiago
- 17) Pe. Artur Biazon

18) Pe. Gastão Roque Ferragut

19) Pe. Flávio José Boltz

20) Pe. Domingos Jorge Velho

Fonte: Anuários da Arquidiocese de Campinas.

Nos fins do ano de 1966 e seguintes, definiu-se na Arquidiocese de Campinas que seria feita uma experiência no campo da formação, sob o impulso renovador do Vaticano II, no que diz respeito ao Seminário Maior.

A definição exata dessa nova determinação do seminário maior, com relação a documentos, principalmente, é muito precária e só pôde ser apurada a partir de informações fornecidas por várias pessoas do clero e fora dele, à época ligadas à vida da Igreja de Campinas, como se fosse montado um quebra-cabeça.

Mesmo com a forte diminuição no número de seminaristas, o seminário de D. Paulo, no bairro Swift, funcionou até 1973 como seminário menor, tendo como Reitor o Mons. Bruno Nardini, e sempre com uma equipe de padres compondo o corpo formativo, conforme quadros abaixo:

Quadro 11 – Diretoria do Seminário Menor Imaculada - 1966

Diretoria do Seminário Menor da Imaculada – 1966

Mons. Bruno Nardini – Reitor

Cônego Luís de Campos - Vice-Reitor

Pe. Pascoal Brazilino Canoas - Ministro de Disciplina e Professor

Pe. José Machado Couto – Ecônomo

Pe. José Arlindo de Nadai – Diretor Espiritual

Pe. Antonio Lúcio Campos de Almeida – Professor

Pe. Euclides Senna – Professor

Quadro 12 – Diretoria do Seminário Menor da Imaculada - 1967

Diretoria do Seminário Menor da Imaculada – 1967

Mons. Bruno Nardini – Reitor

Cônego Luís de Campos - Vice-Reitor

Pe. Pascoal Brazilino Canoas – Professor e Capelão da Igreja Cura D’Ars

Pe. José Machado Couto – Ecônomo

Pe. Pascoal Brazilino Canoas – Diretor Espiritual

Pe. Luis Carlos Daólio – Prefeito de Estudos

Pe. Antonio Fahul Ramek Saad – Ministro de Disciplina

Pe. Antonio Lúcio Campos de Almeida – Professor

Pe. Euclides Senna – ProfessorFonte: Livro das Provisões, Arquidiocese de Campinas, Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.¹⁵⁵

Observe-se que do quadro docente do seminário, o Pe. José Arlindo de Nadai deixou o cargo de Diretor Espiritual no ano de 1967, para coordenar a experiência das pequenas comunidades formativas em uma residência anexa ao Colégio Pio XII.

Nos livros de Provisões da Arquidiocese, após consulta, verificou-se que não existe nenhum registro da residência formativa anexa ao Colégio Pio XII. Por outro lado, o Pe. João¹⁵⁶, que viveu nesta época no ambiente da Cúria Diocesana, afirmou que no tempo de D. Paulo não havia muito rigor quanto aos registros sobre nomeações, transferências, etc.

De início, percebeu-se que as pessoas não gostavam de tocar neste assunto, mas que, por outro lado, a experiência das pequenas casas ainda ecoava em alguns setores ou pessoas como um modelo formativo mais livre e positivo. Percebeu-se em muitas das pessoas entrevistadas que o modelo formativo em regime mais aberto marcou a vida da Igreja local.

□ Nos anos seguintes não constam registros de alteração desta Diretoria nos arquivos da Cúria. Porém, através da informação de padres, sabe-se que o registro, nessa época, das funções que não as de pároco, não era feito com regularidade. Observou-se também que, nos livros de Registro, parece haver delegação para outras pessoas fazerem a Escrituração, talvez mesmo os seminaristas, o que se pode observar em alguns momentos, por tratar-se de caligrafia menos elaborada, talvez de adolescente. Já nos poucos registros relativos ao seminário ou a outra função considerada importante há a intervenção de uma caligrafia rebuscada, ao estilo dos padres mais velhos, conforme se observou em outros registros. Observou-se também que os registros reassumem rigor escriturístico a partir do momento em que o Pe. Euclides Senna assumiu o serviço da chancelaria, por volta de 1970/71.

¹⁵⁶ Nome fictício.

O receio em falar do assunto pode estar associado ao fato de que este é um capítulo que não ficou bem resolvido na história da Igreja de Campinas, gerando, ainda hoje, certo mal-estar entre os envolvidos.

Deslocou-se, então, em 1967, o Pe. José Arlindo de Nadai, da equipe do Seminário do Swift para a coordenação de uma casa anexa ao Colégio Pio XII, em que residiriam os estudantes de filosofia, devendo estes freqüentar o Curso de Filosofia na então Universidade Católica de Campinas.¹⁵⁷

O Pe. José Arlindo de Nadai, ao falar da iniciativa da pequena Casa de Formação, afirmou que o fator determinante para a instauração desse novo processo deu-se, principalmente, em decorrência de que os seminaristas não mais poderiam ser enviados a estudar no Seminário do Ipiranga, conforme novo acordo entre os Bispos das dioceses do Estado de São Paulo.

Essa experiência foi marcada pelo fracasso, pois não chegou a levar nenhum candidato à ordenação. E isso deve ter sido traumatizante para todas as partes envolvidas no projeto, o que pode justificar a dificuldade das pessoas em falar sobre a história.

O “fracasso” dessa experiência formativa, na verdade, representava o fracasso de um projeto maior, de formação mais aberta, inserida na cidade, de se ter um presbítero mais imerso no mundo a partir do que se intuiu como desejo do Concílio Vaticano II.

Nesse período do pós-concílio, exigiu-se uma mudança na vida da Igreja e, como conseqüência, também na formação presbiteral. Na realização desse novo projeto, houve também, com certeza, a atuação direta do Bispo Auxiliar D. Miele que, tendo participado de três das quatro sessões do Concílio Vaticano II, voltava de Roma com uma visão atualizada da política da Igreja, o que colaborou para que D. Paulo, que também havia ido ao Concílio, assumisse o novo estilo de formação presbiteral.

□ Segundo depoimentos, D. Paulo de Tarso Campos sempre fumou muito e, nos últimos anos, sofreu de doença pulmonar causada pelo fumo, o que o levou prematuramente à morte. Um ex-aluno do seminário relatou que era comum D. Paulo chegar de surpresa no seminário “com seu cigarro à mão” e, aí era uma correria geral para os quartos para se arrumar, porque no dia-a-dia os padres davam aulas sem *clergimann*, e os alunos usavam trajes mais informais.

A experiência das pequenas casas no campo da formação expressou as determinações surgidas sob inspiração do Concílio Vaticano II, que propôs um novo estilo de presbítero e, conseqüentemente, de formação. Tendo D. Antonio Maria Alves de Siqueira sido nomeado arcebispo Coadjutor com Direito de Sucessão na Arquidiocese de Campinas, em 27 de outubro de 1966, e tendo tomado posse definitiva como Arcebispo Metropolitano de Campinas em 19 de setembro de 1968, ele daria continuidade ao processo formativo desencadeado a partir do Concílio. Porém, nos doze anos em que esteve à frente da Arquidiocese de Campinas, enfrentou o chamado pior período da crise das vocações, justamente de 1968 a 1976, tendo ordenado apenas catorze padres.¹⁵⁸

Quadro 13 – Ordenações Presbiterais após o 1962

Ordenações Presbiterais na Arquidiocese de Campinas após 1962 (Concílio)		
Data	Nome	Ordenante
08/07/1962	Pe. Álvaro Augusto Ambiel	D. Aníger Mellilo
08/07/1962	Pe. Antonio Teixeira Filho	D. Aníger Mellilo
05/01/1963	Pe. José Arlindo de Nadai	D. Aníger Mellilo
01/12/1963	Pe. Ercílio Turco	D. Paulo de Tarso Campos
“	Pe. Flávio Bolts	“
“	Pe. Francisco Vasconcelos	“
“	Pe. José Machado Couto	“
“	Pe. Luís Carlos F. Magalhães	“
“	Pe. Sinval Francioso	“
“	Pe. Gastão Roque Ferragutt	“
“	Pe. Pascoal Brazilino Canoas	“
“	Pe. Waldemar Tinoco	“
“	Pe. Domingos Jorge Velho	“

□ De acordo com as normas da Igreja, há várias formas de nomeação de Bispos. No período em questão, D. Antonio foi nomeado Arcebispo Coadjutor com Direito de Sucessão. Isso implica que o bispo anterior, D. Paulo, ainda seria o arcebispo, mas o nomeado poderia exercer também todas as funções, com a garantia de que oportunamente seria o substituto definitivo, quando da cessação dos ofícios do anterior. Em 1968 cessou o governo de D. Paulo, quando D. Antonio obteve o título definitivo de Arcebispo Metropolitano de Campinas, porém já pastoreando a Arquidiocese desde 1966.

06/12/1964	Pe. José Roque de Paiva	D. Bernardo Miele
05/12/1965	Pe. Antonio Fahul Ramek Saad	D. Paulo de Tarso Campos
“	Pe. José Júlio	“
11/12/1966	Pe. Décio Maróstica	D. Antonio Maria A. Siqueira
18/12/1966	Pe. José Luís Nogueira de Castro	D. Paulo de Tarso Campos
10/01/1968	Pe. Izael Sicolin	D. Antonio Maria A. Siqueira
21/12/1969	Pe. José Veríssimo Sibinelli	“
15/02/1970	Pe. Oswaldo Mateus	“
28/10/1970	Pe. Rúbens Butti	“
15/08/1971	Pe. Benedito Ferraro	“
06/01/1972	Pe. José de Oliveira	“
29/04/1972	Pe. Jacinto Domeni Martins	“
20/05/1972	Pe. Luiz Antonio Guedes	“
24/02/1973	Pe. Benedito Malvestiti	“
12/04/1973	Pe. Gilberto Schneider	“
28/06/1973	Pe. Antonio Pontes de Moraes	“
06/11/1974	Pe. Pedro Piacente	“
22/12/1974	Pe. Luiz Roberto Benedetti	“

Fonte: Registro de Ordenações, Arquidiocese de Campinas, Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

Em relação às ordenações mencionadas no quadro acima, sabe-se que até a turma do Pe. José de Oliveira, ex-estigmatino, assumido no quadro formativo de Campinas e ordenado pela Arquidiocese, os alunos estudaram filosofia pelo Seminário Central de São Paulo, em Aparecida, e Teologia no Ipiranga. A turma que se iniciou com o Pe. Jacinto Domene Martins fez filosofia e teologia no Ipiranga, em São Paulo, e a turma ordenada a partir de 1973, com o Pe. Benedito Malvestiti, foi a última turma a estudar em São Paulo, no Ipiranga, e iniciou os estudos em 1966.

Em fins de 1966, depois do término do Concílio, propriamente no ano letivo de 1967, teve início a aplicação prática das determinações conciliares. Assim, o Seminário Episcopal do Ipiranga, no qual todos os seminaristas maiores do Estado de São Paulo cursavam filosofia e teologia, passaria a não mais receber alunos de outras dioceses, a não ser a de São Paulo, fazendo com que cada região, chamada de Província Eclesiástica¹⁵⁹, organizasse os seus seminários maiores, com a instalação gradativa de cursos de filosofia e teologia, com o intuito principal de que os estudos fossem inseridos na realidade local e mais conformes ao *Ethos* próprio das dioceses. Na verdade, Campinas acabou sendo uma referência para a formação presbiteral para o interior do estado, devido à estrutura que já havia há anos de parceria com a então Universidade Católica de Campinas.

Visando satisfazer essa necessidade da formação mais próxima da vida do povo, os alunos passaram a habitar uma residência de proporções pequenas, anexa ao Colégio Arquidiocesano Pio XII, sob a direção do Pe. José Arlindo de Nadai, e cursavam filosofia na Universidade Católica de Campinas. Alunos das dioceses vizinhas, como Piracicaba, também estudavam filosofia nessa mesma universidade, assim como os seminaristas da Província de Ribeirão Preto, até que se organizassem os cursos superiores lá. Congregações religiosas como os Claretianos e a Congregação do Sagrado Coração de Jesus também mantinham seus seminaristas no Curso de Filosofia de Campinas.¹⁶⁰

Os alunos mais destacados e lembrados pelas pessoas que conviveram nesse período são: Bruno Nardini Feola, sobrinho do Reitor do Seminário de Campinas, Mons. Bruno Nardini. “Bruninho”, como era apelidado, era filho de industrial de Americana-SP, proprietário das Indústrias Nardini. Não morou no seminário menor, tendo entrado direto

□ As cidades maiores e mais importantes tornaram-se arquidioceses e, conseqüentemente, passaram a sedes provinciais, tendo os arcebispos certos poderes sobre os bispos e dioceses vizinhas que formam a região provincial.

□ Os Padres Estigmatinos, que até os anos 1980 também mantinham uma residência de formação seminarística no Jardim Nova Europa, com estudos internos, fecharam essa residência de formação e venderam o imóvel para uma Cooperativa Médica, que instalou naquele prédio o Hospital Santa Edwiges. O único espaço do seminário que foi preservado foi a capela dedicada à Santíssima Trindade. Os seminaristas Estigmatinos foram transferidos para um Seminário no Jardim do Vovô, onde passaram a residir e foram estudar Filosofia na PUC-Campinas.

para a Filosofia, residindo com os demais seminaristas na casa do Bosque. Ao deixar o Seminário, prosseguiu na carreira docente, tendo logo depois, por ocasião da morte do pai, a pedido da mãe, assumido o controle das Indústrias Nardini. Sérgio Cardoso, filho de funcionário do Banco do Brasil, segundo depoimento do Pe. Nadai, era o “intelectual” da casa. Hoje é professor da USP – Universidade de São Paulo —, ligado ao grupo da Profa. Dra. Marilena Chauí. Gabriel Alves da Silva formou-se em Sociologia e trabalha hoje em uma grande empresa. Pe. Nadai referiu-se a ele como “fiel da balança”.

De fato, de acordo com correspondência por ele enviada, Gabriel aparenta ser um tipo de pessoa muito crítica, que não mede palavras a respeito das relações dos alunos na época. Sérgio Antoniazzi, apelidado de “Boi”, também deixou o seminário. Seus parentes são políticos influentes na cidade de Valinhos-SP. Paulo Aurélio Venturoli, filho de dono de madeira, é sociólogo e trabalha hoje na Bahia. Segundo Pe. Nadai, era “um rapaz muito bom”. Bosco (João Bosco de Carvalho, de Brodósqui) é um outro aluno da casa do qual não se tem notícias. Sabe-se que se casou e que talvez viva em Piracicaba. Pe. Nadai expressou-se a seu respeito: “era um namorador”.

Assim se expressou Pe. José Arlindo de Nadai:

A determinação de uma pequena casa vem ao encontro à definição da CNBB, Regional Sul I, do Estado de São Paulo, de que os alunos não seriam mais enviados para o grande seminário de São Paulo, mas que deveriam fazer a filosofia e a teologia na própria realidade local.

O seminário menor ainda continuaria no Swift e os maiores estudariam filosofia na PUC e morariam na residência do Pio XII

A estrutura era a seguinte: os alunos faziam todo o serviço da casa. O café da manhã também era feito aí. As refeições vinham do Seminário da Swift.

Os alunos envolveram-se amplamente nos movimentos estudantis e nas lutas políticas dos jovens da época.

D. Paulo de Tarso nunca visitou a casa, ainda que esta ficasse à distância de um quarteirão da Cúria Metropolitana. Várias vezes, o bispo parava com seu carro à porta da casa, me chamava e, na rua, na calçada, perguntava sobre o andamento da casa.

Havia reuniões do movimento estudantil na casa. Certa vez uma reunião dos rumos do movimento estudantil foi feita na casa, com a presença dos alunos, alunas, professores e padres que ministravam aulas. Não havia lugares para todos, assim, sentaram-se no chão, num círculo.

Inesperadamente chega à casa o pe. Roberto Pinarello de Almeida (depois bispo de Jundiaí), a título de cumprimentar seus amigos padres. Na manhã seguinte Pe. Nadai recebia um telefonema de D. Paulo de Tarso Campos solicitando uma conversa com ele. Na Cúria, sentado à ponta de uma mesa comprida, o bispo dizia: “Muito bem! Está feita a sua experiência de Seminário! E, com a presença de odaliscas”, referindo-se à presença de moças na casa, na noite anterior e apontando para o Pe. Nadai a direção da porta da rua. “Pensei que ali era o fim de meu mandato, mas não foi. Fiquei por mais um tempo no cargo.”

Estudavam na PUC várias congregações: alunos da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, que também faziam uma experiência na casa paroquial da Igreja São José, na Vila Industrial. Os claretianos também.

Os claretianos certa ocasião expulsaram três alunos. Pediram ao reitor que voltasse atrás. Não voltando atrás da decisão, todos os 20 alunos saíram. Pe. Nadai acolheu aqueles que foi possível na casa e também na casa paroquial do Bonfim, onde trabalhava. Outros foram acolhidos pelo então nomeado bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, também claretiano.

“Certa vez fui chamado à Delegacia de Polícia, pois os alunos haviam sido presos. Interrogado pela polícia porque eles dirigiam meu carro, disse: eu emprestei o carro a eles, se fizeram outra coisa, não posso responder por eles. Logicamente não podia deixar que ficassem presos, pois com certeza, utilizaram o carro para campanha política, proibida na época.”

Em seguida à experiência desta casa, a mesma foi transferida para a casa paroquial da Paróquia de N. Sra. Das Graças, na Vila Nova, com o intuito de que novas turmas não tivessem contato com esta turma “problemática”. Porém, a experiência não teve frutos também, voltando ainda a formação por mais um tempo na casa do Colégio Pio XII, tendo

sido substituído o Pe. Nadai, pelo Pe. Antonio Fahul, que posteriormente também deixou o ministério sacerdotal.

Eram comuns certos atritos entre o Bispo e os padres responsáveis pela Arquidiocese com a proposta formativa da casa acerca do tipo de vida que se vivia no Seminário. Pe. Nadai os defendia, dizendo que não era possível manter um estilo de vida tridentino no seminário, uma vez que se havia optado pela formação aberta, ao estilo do Vaticano II, com os alunos presentes na universidade, assumindo logicamente as preocupações da vida de então.

A proposta formativa dessa casa visava uma formação mais inserida na realidade local e paroquial, na medida do possível, sem os rigores do seminário tridentino, já que se tratava de uma casa de proporções não tão grandes como era o seminário.

Na verdade, um dos objetivos importantes dessa nova experiência formativa era que os alunos viessem a estudar Filosofia na universidade, e não mais em regime de internato, para estar inseridos no mundo da universidade, para evitar a segregação, o distanciamento da vida social e, também, para aproveitar os recursos da própria Arquidiocese, que tinha toda a estrutura do Curso de Filosofia dentro de sua própria Universidade Católica.

Essa mudança de lugar – geográfico, histórico, cultural, religioso – da formação presbiteral não deixou de ser sempre conflituosa, seja para a hierarquia da Igreja, que esperava colher frutos dessa experiência, seja para os alunos, que forçaram a situação de ida para a universidade.

O fato de o arcebispo nunca ter entrado na casa para uma visita oficial, como é praxe acontecer em todos os seminários, pode revelar que a proposta alternativa não fosse parte do projeto de formação do clero pensado por ele. Pois, sendo o bispo o reitor nato do seminário, esperava-se sua presença na casa em determinadas ocasiões. Também deveria haver muita resistência por parte do clero em relação à nova proposta formativa, pois o clero formado no seminário tridentino com certeza tinha muita dificuldade em aceitar um estilo mais aberto de formação, em que os seminaristas tinham liberdade de ir e vir, estudavam e envolviam-se com os problemas dos alunos e da universidade, relacionando-se livremente com alunos de ambos os sexos.

Ainda que houvesse a alegação de que o Seminário Central de São Paulo passaria a não mais receber alunos de outras dioceses, o que teria forçado cada região a ter seus próprios centros formativos, os fatores externos foram muito fortes e determinaram um novo tipo de experiência. De fato, conforme consta nos depoimentos do seminarista Paulo Venturoli¹⁶¹, os alunos teriam forçado a ida para a universidade: *havíamos combinado que se fôssemos enviados para São Paulo, sairíamos todos. Assim esta casa [Casa do Bosque] foi arrumada para tentar segurar a turma. O Pe. Nadai ficou entre a cruz e a caldeirinha. Ele, por outro lado, soube compreender nossa inquietude, ele acreditou na gente.*

Tratava-se agora de um grupo de jovens estudantes seminaristas, e não mais de adolescentes, que viviam sob a orientação marcada dos superiores; havia na proposta daquela casa um clima de liberdade, de responsabilidade nos estudos e na organização da vida, bem como da vida pastoral. Havia a possibilidade de uma vida profissional, como foi o caso de alguns. Houve inclusive divergências na casa por este motivo: o próprio grupo exigiu que os que trabalhavam fora contribuíssem economicamente na casa, mas os que não trabalhavam tinham suas despesas custeadas pela Igreja.

Quando se pergunta se o projeto de formação de pequenas casas assumido pela Igreja de Campinas era ou não um fenômeno isolado dessa arquidiocese, pode-se dizer que se tratava de algo que vinha ocorrendo outras regiões. Pode-se questionar, ainda, se esse processo era algo especificamente planejado pela Igreja ou se vinha em função das pressões da própria sociedade, do mundo externo. A primeira alternativa tem sua razão de ser, já que a Igreja, desde o Papa Leão XIII (1878-1903) e ao longo do século XX, teve, de forma mais acentuada, grupos e movimentos clamando por uma abertura maior ao mundo e seus problemas, tais como o movimento litúrgico e bíblico, principalmente, a partir do final do século XIX. Ocorre que nos anos 1960 subiu ao poder na Igreja o Papa João XXIII, que

¹⁶¹ Paulo Venturoli foi seminarista na residência do Bosque nos anos de 1967 e 1968. Ao sair do seminário prosseguiu seus estudos na USP, Universidade de São Paulo, graduando-se em Ciências Sociais. Em setembro de 2006, enviou escritos comentando sobre o período do seminário do Bosque e sobre a vivência dele e dos outros seminaristas na Universidade. Também forneceu muitas informações através de contato telefônico em 2006.

abriu espaço para que se realizasse a abertura da Igreja ao mundo, tendo no Concílio Vaticano II sua expressão maior.

É necessário afirmar que o mundo externo à Igreja acabou por exercer uma grande pressão sobre a sua vida interna. Novos valores impunham-se, no mundo, à ética, além do poder dos meios de comunicação e sua influência sobre as pessoas.

Os anos 1960, com seus grandes acontecimentos, como a chamada Revolução Sexual, a Revolução da Juventude, iniciada na França, os crescentes protestos contra os Estados Unidos na guerra do Vietnã eclodiram com tal força que a Igreja não podia seguir ignorando as pressões sociais sobre todas as instituições: família, escola, Estado; em decorrência desses acontecimentos, a formação presbiteral foi alterada.

Na verdade, os anos 1960 significaram um momento de inflexão histórica de tais proporções, de mudança de paradigmas, de escolhas assumidas na época pela Igreja, das quais ainda hoje se colhem os resultados. Foi um período que causou mudanças muito grandes na sociedade, estendendo-se à Igreja, mesmo que esta tivesse uma estrutura que se supunha hermética ao mundo moderno. Aquilo que se conteve durante séculos, pelo menos nos últimos quatro emergiu com tal força, que suas ondas revoltas causaram grande desestabilização em vários setores.

Segundo depoimento do ex-padre Claret Rocha de Toledo Piza,¹⁶² os alunos que estudavam no seminário do Ipiranga viviam uma rígida disciplina. Conta ele que, mesmo já adultos, estudantes do último nível, a Teologia, todos com mais de vinte anos de idade, usavam batina, eram obrigados à tonsura, andavam em fila indiana com as mãos postas por sobre o peito, em silêncio. Nos momentos comunitários, como café da manhã e outras refeições ou mesmo no trânsito de um lugar ao outro do seminário eram obrigados a guardar silêncio e não tinham chave alguma do seminário. Daí se entender as dificuldades apontadas pelo Pe. Nadai com a hierarquia da Igreja, que esperava dos estudantes da Casa

□ O ex-padre Claret, hoje tem 81 anos de idade. Depois de completar 25 anos de sacerdócio, em 1975 deixou o ministério sacerdotal, vindo depois a casar-se com a Profa. Áurea Sigrist, também de família de padres ligados à colônia de Helvetia e educadora da região de Campinas. Hoje, o casal tem uma Escola de Educação Básica, chamada “Lumen Verbi”, em Paulínia-SP, com uma proposta pedagógica diferenciada, funcionando em período integral, mantendo em seu currículo aulas de latim.

do Bosque o mesmo rigor disciplinar anterior, o que já não era mais possível, pelo estilo de vida assumido na universidade, no trabalho e na vida social..

Em depoimento, o Pe. Antonio Pontes de Moraes, da última turma (1966) que estudou no Seminário Central de São Paulo, no Ipiranga, relata que sua turma já não mais foi obrigada a usar a batina e nem a fazer a tonsura no cabelo. Vivenciou relativa abertura no que diz respeito à disciplina: tendo conquistado a confiança do Reitor do Ipiranga, o Pe. Benedito Ulhoa Vieira Cintra, depois bispo Auxiliar de São Paulo e também Bispo de Uberaba, o grupo conseguiu as chaves do portão da frente e dos fundos do seminário, tendo a turma assumido com o reitor uma forma de co-responsabilidade com a instituição. Estes relatos mostram como lentamente a estrutura disciplinar rígida dos seminários não se sustentava mais, caminhando para progressiva abertura, no mesmo ritmo que o mundo. Porém, o mesmo padre acima relata os rigores exigidos aos seminaristas, quando de uma visita que fez a D. Paulo de Tarso vestido à paisana. O bispo o teria repreendido: “Nunca mais se apresente ao arcebispo sem trajar terno e gravata”.¹⁶³

Depoimentos de alunos que estudaram nos cursos de Ciências Humanas da então Universidade Católica de Campinas, à época dos seminaristas da Casa do Bosque, ajudam a compreender o momento político vivido naqueles anos de 1967-1969, principalmente. No Movimento Estudantil, estavam em jogo as Reformas da Universidade. Em 1968, houve uma grande greve na Universidade Católica de Campinas. Os alunos buscavam reformas e entravam em constantes choques com o Reitor, Mons. Salim, e também com a direção da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na pessoa do então Cônego Amauri Castanho. Criou-se um impasse muito grande na Universidade com a não-aceitação da rematrícula do estudante Luís Carlos de Freitas, hoje professor na Unicamp, por ser ele uma liderança do movimento estudantil e ter-se declarado ateu publicamente. Foi um período de muitas passeatas e os seminaristas estavam também completamente envolvidos em todo este movimento. No Congresso da UNE em Ibiúna, foram presos alunos da PUC-Campinas, como Augusto Petta, Luís Carlos de Freitas e Helena Costa Lopes.

□ Pe. Antonio Pontes de Moraes foi o antepenúltimo padre ordenado antes da grande crise dos anos 1970. Atualmente é pároco da Paróquia Senhor Bom Jesus do Bonfim e professor de Antropologia Teológica na PUC-Campinas.

Muitos dos jovens que participavam do movimento estudantil ligado à universidade pertenciam também à JUC-Juventude Universitária Católica, movimento que contava com o apoio da Igreja. Os alunos pertencentes à JUC eram lideranças católicas presentes na universidade. Tinham uma forma católica de ser, não declarada. Não necessariamente precisavam dizer que eram católicos, mas eram ligados à Igreja e professavam os valores assumidos pela Igreja Católica.

Em Campinas, com a retirada do apoio da Igreja à JUC-Juventude Universitária Católica, esse núcleo de Campinas fundou a AP-Ação Popular, que contou com o apoio de José Dirceu, de São Paulo, e de Vladimir Palmeira, do Rio de Janeiro.

Conforme depoimento do Prof. Rui Campos, que na época era aluno de filosofia da PUC, pertencente à Congregação do Sagrado Coração de Jesus, os alunos envolveram-se totalmente no processo político:

A participação política na universidade foi muito intensa. Chegamos a ter um comício relâmpago no Pátio dos Leões, na Puc, onde tivemos a presença do José Dirceu. Um comício em que ele chegou, falou por um tempo aos estudantes e saiu de forma sorrateira, respaldado por alguns alunos que estavam preparados para levá-lo a uma rota de fuga, já que ele estava sendo perseguido pela polícia. Tudo foi muito rápido, pois se desse tempo de a polícia tomar ciência de sua presença, ele seria preso.

Após o desgaste do Pe. Amauri Castanho perante toda a comunidade acadêmica, acabou por afastar-se do cargo de diretor, indo trabalhar por um tempo no Templo Votivo do Santíssimo Sacramento, em Campinas; em seguida pediu licença para ausentar-se da Diocese por um ano, com destino a São Paulo para trabalhar com seu amigo, o Cardeal Agnelo Rossi. Em seu lugar assumiu a direção da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas o professor José Luis Sigríst, que havia sido seminarista da Arquidiocese alguns anos antes. Como vice-diretor assumiu o professor Sérgio Castanho. Segundo afirma Antonio Éuler: *o cargo de diretor de humanas sempre foi ocupado por alguém de 'direita', por um padre. Cargo que já havia sido ocupado pelo Cônego Agnelo Rossi,*¹⁶⁴

□ Padre do clero de Campinas, que chegou a um dos postos mais altos na hierarquia da Igreja. Foi bispo de Barra do Piraí-RJ, depois Cardeal Arcebispo de São Paulo, tendo sido promovido a Prefeito da Sagrada

Ainda segundo Antonio Éuler,

A JUC-Juventude Universitária Católica, com a perda do apoio da Igreja devido o envolvimento excessivo de seus membros na vida política do país, vai fazer com que os estudantes, deixando as fileiras da Igreja, empenhem-se mais fortemente no engajamento político. No seu final, a JUC-nacional confiada ao Cardeal Vicente Scherer, de Porto Alegre-RS, considerado conservador e que, retirando o apoio da Igreja ao movimento, praticamente a leva à extinção, não mais reconhecendo-a, vivendo esta na clandestinidade. Já em Campinas, o movimento da Ação Católica tinha o forte apoio do Pe. Narciso Vieira Erhemberg, que era muito bem considerado entre os alunos da universidade.

Em 22 de junho de 1968, morre, vítima de um enfarto fulminante, o Mons. Salim; os estudantes foram acusados pelo Cônego Amauri Castanho de terem matado o Monsenhor devido ao conflito estabelecido entre os alunos e o Reitor com relação à política universitária. Junto a esses alunos acusados estavam os seminaristas. O Mons. Salim, nos depoimentos dos estudantes, embora fosse apontado como conservador, era reconhecido pela sua postura ética e pela sua forma de conduzir a universidade, pela distribuição de bolsas, etc., que estavam acima de qualquer suspeita.

Segundo ainda Antonio Éuler, o grupo dos seminaristas participava ativamente do movimento estudantil. Tanto que, na vinda de Ibiúna, Augusto Petta, após a prisão, foi descansar na chácara da família do seminarista Paulo Venturoli, em Rio Claro-SP.

Havia outros seminaristas, não só da Arquidiocese, mas de outras congregações, que estudavam filosofia em Campinas, que tiveram também intensa participação política na época: Rui Campos e Antonio Ferron, ambos da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, este último, hoje, professor dos cursos de História e Geografia da PUC-Campinas;

Congregação para Evangelização dos Povos, em Roma. Foi considerado conservador por membros do clero e outros analistas, como revelou o próprio Pe. José Comblin, em conferência ao clero de Campinas, realizada no Curso de Atualização do Clero de Campinas, do ano de 1997.

Tarcísio Moura, da Congregação dos Estigmatinos, hoje Professor do Curso de Filosofia da PUC-Campinas, já tendo sido seu diretor.

Segundo afirma Antonio Éuler em seu depoimento, os seminaristas estavam envolvidos de tal forma no movimento estudantil que: certa vez, houve um incidente com o “spray” com que Antoniazzi fazia pichações. Os seminaristas eram oposição à Igreja, à PUC. Porém, não havia discriminação aos seminaristas por esta participação política por parte dos outros setores. Havia também uma República de estudantes, chamada de “Marginália”, na rua Dr. Quirino, a qual freqüentavam também os ex-seminaristas. A certa altura chegou-se ao ponto de se pedir para as moças pararem de ir lá, porque eles acabavam não tendo tempo para estudar, mostrando o quanto se levava a sério os estudos naquela época.

No mesmo ano de 1968, continuavam as pressões dos alunos pelas reformas na Universidade; um grupo de 49 professores que apoiavam os estudantes, em setembro, pediu demissão em conjunto, na esperança de que o Reitor, agora José Benedito Barreto Fonseca, acudado, cedesse às reformas. Ao contrário, o novo reitor aceitou a demissão dos professores, neutralizando o movimento e tirando para fora da universidade esse ponto de apoio dos estudantes que era o grupo de professores. Por outro lado, a situação dos cursos *antes do Pe. Amauri Castanho. Agora a direção estava nas mãos do Sigrist que era mais de esquerda.*

Ficou calamitosa. Os alunos recusaram os professores substitutos, fazendo um pacto de silêncio dentro das salas de aula ou mesmo virando-se em conjunto de costas para os professores, que acabaram não tendo clima para terminar o ano.

No início de 1969, a diretoria foi novamente trocada e o Reitor nomeou diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o professor do curso de Letras, Prof. Benedito Sampaio que, embora não fosse da preferência dos alunos, acabou sendo aceito, porque os alunos sabiam que naquele período do arrocho do governo militar poderia vir alguém ainda mais sintonizado com a política do governo militar que acabara de implantar o Ato Institucional no. 5, acabando com os direitos e liberdades.

Com a crise dos cursos da PUC, muitos alunos evadiram-se para outras universidades. Os próprios seminaristas, Sérgio Cardoso, Bruno Nardini e Paulo Venturoli foram estudar na PUC de São Paulo e pouco depois acabaram deixando o seminário. Por outro lado, esses estudantes, mesmo depois de terem deixado o seminário, indo residir em república em São Paulo, mantiveram certo rigor disciplinar e a moral aprendida no seminário. Um dos colegas de curso relata que, mesmo morando na república, não permitiam, por exemplo, que se freqüentasse a sala principal trajando bermudas.

O movimento de renovação na formação do clero foi generalizado, atingindo as distintas congregações; prova disso é que várias congregações religiosas fizeram a mesma experiência que a Arquidiocese de Campinas.

Depoimento do Sr. Felipe Augusto Petta, estudante de Ciências Sociais na então Universidade Católica de Campinas no período de 1966 a 1968 e hoje presidente do Sindicato dos Professores de Campinas:

Pertenci à JEC (Juventude Estudantil Católica) em Jaboticabal, minha cidade de origem. A JEC teve um forte impacto na vida dos jovens de minha época. Formavam-se núcleos de reflexão acerca da religião e sua relação com os problemas do mundo. Tudo era feito de forma discreta para não se dar um “ar de carola” ao movimento. As pessoas, muitas vezes os próprios padres iam se achegando da gente, nos convidavam para uma reunião de jovens para reflexão de assuntos da atualidade. E, para surpresa, quando chegava o dia desta reunião, havia outros tantos jovens conhecidos da gente, jovens bons da nossa classe, em número de mais ou menos quarenta.

Recordo-me em minha cidade do Pe. Antonio José de Souza, muito presente no meio da juventude. Em todas as reuniões ele comparecia. Líamos o Evangelho e buscávamos aplicá-lo à vida, aos problemas do mundo. Os jovens nas reuniões semanais assumiam compromissos de vida. Na próxima reunião cobrava-se o que se tinha feito e assumiam-se outros compromissos.

Estava em voga o método “Ver-Julgar-Agir” que foi marcante para nós. Quando vim a Campinas para freqüentar a Universidade comecei a participar da JUC (Juventude Universitária Católica). A JUC parecia que não era tão consistente como a JEC. Porém havia figuras marcantes, como o professor Pe. Narciso Erhenberg. Na JUC, no movimento

estudantil, vivíamos um clima de transformação social necessária, no impulso das Encíclicas sociais de João XXIII.

Havia ainda o Pe. José Antonio Moraes Busch¹⁶⁵ e o Pe. Antonio Celso de Queirós¹⁶⁶, que eram assessores da JEC, porém nessa época o Pe. Busch já não estava mais. Pe. Celso dava aulas nas Ciências Sociais. Era muito respeitado e considerado entre os jovens. O pessoal gostava muito de suas aulas, pois ele “puxava” para o social. Por ser mais aberto, acabava tendo bom relacionamento com os setores do movimento estudantil, conseguindo mais resultados junto a este que a linha dura do Pe. Amauri Castanho. No Progresso marcou época também a Profa. Amélia Palermo, quando do Congresso da UNE em Ibiúna, eu já era professor no Progresso e, tendo sido preso lá, um grupo de pais de alunas exigiu que Dona Amélia me demitisse, caso contrário tirariam suas filhas do colégio. Dona Amélia argumentou que o professor era um jovem idealista e que estava lutando por direitos e não estava em farras. E que, se havia apenas estas duas alternativas, os pais poderiam tirar suas filhas do colégio, que o professor continuaria. Por fim os pais não tiraram as filhas do colégio.

Os seminaristas, no geral, causavam boa impressão e tinham muita participação no movimento estudantil e na vida política da Universidade. O Rui Campos¹⁶⁷, que era seminarista dos padres do Sagrado Coração de Jesus, tornou-se um amigo.

Aquele foi um momento difícil para os seminaristas, pois a Igreja retirava seu apoio à JUC devido o seu processo de politização, o que faz com que esta desemboque na AP – Ação Popular — diante do quadro político nacional e eles, como membros da Igreja, viam-se

□ Nessa época encontrava-se trabalhando na CNBB, na Comissão de Liturgia, tendo sido presença marcante junto a D. Clemente José Isnard no processo de renovação litúrgica no Brasil, especialmente nas comissões para tradução dos textos litúrgicos.

□ Já na década de 1970 tornou-se bispo Auxiliar de São Paulo, a convite de D. Paulo Evaristo Arns. Foi por muitos anos Secretário Geral da CNBB. Atualmente é Bispo de Catanduva. Foi professor da PUC e do Colégio Progresso de Campinas. Acompanhou a cisão do Colégio Progresso, que deu origem à Escola Comunitária de Campinas.

□ Após desistir do seminário, continuou os estudos, radicando-se em Campinas, sendo até hoje professor dos Cursos de Geografia e História da PUC-Campinas.

com dificuldade para enfrentar os problemas políticos, praticamente indo contra a hierarquia.

Por outro lado eram vistos como os outros jovens. Nada de especial. Eram sim capacitados, estudiosos. Havia destaques como o Sérgio Cardoso, que hoje trabalha com a Marilena Chauí; o Bruno Nardini, que teve depois que trabalhar nas empresas do pai; o Bosco, ao desistir do seminário foi professor do Colégio Evolução, casou-se com a Zezé, uma colega de curso e, hoje está em Ribeirão Preto.

O Pe. Nadai - guardo uma imagem muito positiva dele. Era equilibrado, uma pessoa muito boa.

Às vezes, as reuniões do movimento estudantil eram realizadas na casa dos seminaristas. As brigas dos universitários em Campinas estavam em sintonia com as lutas contra a reforma universitária proposta pelo governo, principalmente com o acordo MEC/USAID, com os Estados Unidos. Aqui tínhamos um Diretor muito rígido, que proibia, por exemplo, o uso de minissaias e que se fumasse na universidade. Na ocasião vetou o nome da estudante de Psicologia, Glória, para compor a chapa do Diretório, porque esta era protestante. Anos depois, esta mesma aluna foi professora e diretora do Curso de Psicologia.

Na época queríamos mudar tudo. Achávamos que conseguiríamos mudar tudo.

Diante das propostas de reforma universitária do governo militar, e isto gerava o protesto dos alunos, o Pe. Amauri procurava seguir estas reformas na íntegra. A crise dentro da universidade, na verdade, estava relacionada com a crise pela qual passava o País. As polêmicas em torno de sua pessoa eram grandes, até porque ele estava em contato diário com os alunos.

Também houve o episódio da expulsão do estudante Luís Carlos de Freitas¹⁶⁸ que, através de liminar na Justiça, conseguiu retornar à Universidade, tendo embates diretos com o Pe. Amauri Castanho. Tudo isso gerava intensa mobilização dos alunos.

Nesse período também foram demitidos dois professores que apoiavam os alunos: Luís Otávio Seixas, diretor da Psicologia, e Rodolfo Caniato, professor da Matemática. Com a morte de Mons. Salim, assumiu o Vice-Reitor, um leigo, Benedito José Barreto Fonseca,

¹⁶⁸ Atualmente professor da Faculdade de Educação da Unicamp.

quando a crise se agrava. Pois Mons. Salim, apesar de conservador, não permitia a entrada da polícia na Universidade.

Nos funerais de Mons. Salim, o Pe. Amauri Castanho acusou os estudantes de serem culpados da morte do Reitor, que morre no auge dos conflitos de 1968 e neste meio estavam os seminaristas.

Com o agravamento da crise, 49 professores dos cursos de Humanas decidem pedir demissão em massa, esperando que o novo reitor não aceitasse. Mas o Reitor aceitou a demissão como forma de neutralizar a influência desses professores na vida universitária. Aí a crise agravou-se mais. Os alunos não aceitaram os novos professores. Não falavam nenhuma palavra em aula e, muitas vezes, assistiam as aulas com as cadeiras viradas de costas para os professores.

A gente percebia que os seminaristas enfrentavam algum tipo de problema com a estrutura da Igreja, mas não sabíamos exatamente o que era.

Pe. Amauri¹⁶⁹ era muito duro em suas posições, em relação à moral. Mons. Salim¹⁷⁰ era mais aberto.

□ Oriundo de família aristocrática de Amparo-SP, com certa condição econômica, era Diretor das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica de Campinas, que englobava nove cursos: Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais, História, Geografia, Matemática, Serviço Social, Letras e Direito. Após as crises dos anos de 1968/69, renunciou ao cargo de Diretor. Conforme registro no livro de provisões da Arquidiocese, em 05/09/1969, afastou-se por um ano da Arquidiocese, indo trabalhar na Arquidiocese de São Paulo, que tinha à época como Arcebispo o Cardeal Agnelo Rossi, oriundo do clero de Campinas e que era seu amigo. Alguns anos mais tarde, tornou-se bispo no interior do Rio de Janeiro, depois vindo a ser bispo da Diocese de Jundiaí-SP, tendo falecido em outubro de 2006.

□ Mons. Dr. Emílio José Salim, natural do distrito de Sousas, Campinas, era parente de Amauri Castanho. Foi praticamente o fundador da Universidade Católica de Campinas e da de São Paulo, exercendo o cargo de Reitor das duas universidades por um certo período. D. Barreto assinou a criação da Universidade e logo após alguns meses veio a falecer. Mons. Salim levou à frente o projeto da Universidade, tendo sido seu reitor de 1941, na fundação, até 22 de junho de 1968, quando de sua morte. Residia num quarto dentro da própria universidade e, literalmente, à noite fechava as portas do prédio em que hoje funciona o Campus Central. Segundo depoimento dos alunos, embora fosse conservador, nunca aceitou o Golpe Militar de 1964. Nunca permitiu que a polícia entrasse na universidade para prender alunos. Dizia: “nos meus alunos ninguém põe a mão dentro da universidade”.

Os seminaristas desempenhavam no nosso meio uma forte influência, pois mostravam-se contrários a uma Igreja conservadora. Havia uma certa contradição, pois eram membros da Igreja, mas participavam dos diretórios estudantis que, lutando contra a política da universidade, estavam lutando contra a própria Igreja. Participavam dos diretórios estudantis, das passeatas, dos congressos de estudantes. Sérgio Cardoso (seminarista) também foi preso em Ibiúna. Havia muitas prisões naquela época. Geralmente ficávamos presos por quatro ou cinco dias. Porém, as principais lideranças, José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luiz Travassos presidente da UNE, só foram soltas por ocasião do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

A partir dos depoimentos pode-se perceber que esses seminaristas estavam engajados no movimento estudantil — em total efervescência naqueles anos —, no qual eles acreditavam e por cujas teses lutavam.

O motivo imediato da desistência da carreira sacerdotal por esses seminaristas era o envolvimento na luta contra a política interna da Universidade. Porém, mais do que isso, para os católicos havia um “projeto de Brasil”, a ser conquistado com base nas idéias socialistas. Havia um projeto de educação para o Brasil, projeto este expresso pela UNE, fundamentado na hegemonia do “Movimento Ação Popular” (AP), com a liderança do Pe. Henrique de Lima Vaz, de Belo Horizonte. A reforma universitária era um tema candente desde o final dos anos 1950, mas já nos anos 1960 esteve em pauta como tema obrigatório.

Pode-se perceber por meio dos vários depoimentos ouvidos neste trabalho que havia um descontentamento generalizado com a universidade, mais especificamente com o Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Pe. Amauri Castanho.¹⁷¹

Por outro lado, nessa época de efervescência social, de mudanças sociais profundas acontecendo, a prática de um certo moralismo exacerbado dentro da universidade revelava o desejo de a Igreja fazer com que o espaço da universidade fosse um espaço sagrado, um espaço da vivência plena dos valores do catolicismo, dentro de uma cidade como Campinas que, na entrada do seu período de industrialização, mostrava-se secularizada, aberta aos novos valores, talvez mesmo agnóstica.

Os depoimentos apurados convergem todos na mesma direção, abordando a problemática da liberdade nos anos 1960, o regime militar, a luta dos estudantes universitários, dentre outros temas. As queixas contra a Universidade, contra a direção do Cônego Amauri Castanho aparecem em todos os depoimentos da mesma forma, revelando que foi aquele um momento marcante na vida dos estudantes. Eis o que diz Maria Damaris Picarelli Porto, estudante de Letras à época da Casa do Bosque:

Eu cursava Letras-Francês em 1967, os “meninos” [seminaristas] faziam Filosofia. Eles moravam numa casa que tinha uma estrutura diferente do seminário, sob a orientação do Pe. Nadai, que era uma “lição de vida”. Eu freqüentava direto a casa. Almoçava ou jantava lá muitas vezes. Muitas reuniões importantes do movimento estudantil foram feitas lá.

Recordo-me com muito carinho de uma celebração eucarística em que participei na casa, presidida pelo Pe. Nadai. Estávamos todos ao redor da mesa. Foi uma celebração marcante, muito bonita. A espiritualidade era levada a sério.

A religião voltada para o social era muito marcante e nos fazia posicionar diante dos problemas políticos da época – a ditadura - e éramos convocados a tomar posição: ou se era a favor, ou se era contra. Não havia meio termo.

O sentido de liberdade era vivido no dia-a-dia, nos compromissos da faculdade e não apenas na teoria.

Mantínhamos um trabalho social no Bairro do São Bernardo. Na época havia os cursos de alfabetização de adultos, chamados de “madureza”. Fizemos lá eu, o Bosco, a Maria José uma experiência maravilhosa. Lembro-me que um aluno da madureza presenteou o Bosco no casamento com um recorte de jornal afixado numa moldura, com a sua aprovação no vestibular para o Curso de Direito.

O Paulo Venturoli, nós o apelidamos de “Patinhas”, pois o pai era dono de madeireira.

A casa tinha um andar térreo e um pavimento inferior, tipo porão.

No 1º piso havia dois quartos, uma sala grande, a capela, a cozinha. Na parte de baixo havia os quartos. Eu freqüentava a casa. Embora eles não se tornaram padres, eles puderam dar

uma contribuição muito brilhante à sociedade, na moral, no exemplo de vida. Eu muito à casa, mas ninguém podia falar nada, pois nunca fizemos nada que nos desabonasse.

Claro que havia meninas que ficavam apaixonadas pelos seminaristas. Havia um certo romantismo em torno deles. Até porque era novidade os seminaristas na universidade.

Porém eles eram extremamente estudiosos. Mesmo nas ocupações que fazíamos ao Pátio dos Leões, lá também se estudava.

Em 1968, na universidade o regime era muito rígido em todos os sentidos. Era muito “durão”. Com a crise dos 49 professores praticamente os cursos foram fechados.

Trabalhei no Colégio Progresso com pessoas que ajudaram na minha formação profissional. Havia uma preocupação constante em se colocar o Evangelho no dia-a-dia. Tinha uma visão prática da realidade, sem forçar, sem impor nada. Dizia que em tudo era necessário estudar e refletir, porém a decisão era de cada um, inclusive a opção de abraçar ou não o catolicismo.

O depoimento da aluna Regina Beltramelli revela também o grande engajamento político dos jovens na universidade:

No nosso tempo, muitos tinham uma visão contra a ditadura. Os que fizeram filosofia se tornaram muito críticos da realidade. Os seminaristas eram vistos como pessoas normais. Eu não me envolvia muito.

Pegamos todo o processo de 1968. Muitas eram as discussões: a pílula, o sexo livre, o movimento da juventude... A França, o “Che”, os Estados Unidos no Vietnã, o “68 bravo do AI-5”. A esquerda era um socialismo estalinista. Na época brigávamos pela UNE. Tivemos comícios relâmpagos na faculdade com “Zé Dirceu”, “Travassos”. Saíamos em passeatas pela Av. Francisco Glicério.

O Cônego Amauri Castanho, *antes Pe. Amauri Castanho*, que era diretor, também dava aulas de Cultura Religiosa. Ele nos deixou de “Exame Oral”, porque nos declaramos a favor do “desquite”. “Éramos um povo rebelde.”

O Pe. Narciso era fantástico. Ele dava aulas de Filosofia Crítica da História. Um espetáculo. Ele fez o meu casamento em Amparo, há 35 anos. O Pe. Narciso usava muito da liberdade. No início do dia, passava na classe, deixava a proposta de trabalho e dizia: “Façam como quiserem e onde quiserem. No final do dia eu passo para recolher”.

Os depoimentos das jovens que freqüentavam a casa não fazem alusão ao problema do celibato compulsório em relação aos seminaristas, de seus conflitos com a estrutura da Igreja devido ao seu relacionamento com mulheres. Mas a ida inesperada daquele padre relatado no depoimento do Pe. Nadai, apenas a título de cortesia aos seus irmãos padres e que culminou na severa chamada de atenção ao Pe. Nadai pelo Sr. Bispo, pode revelar que talvez em alguns setores do clero, poderia estar correndo algum tipo de comentário a respeito do relacionamento dos seminaristas com moças, principalmente, no uso de sua liberdade de ir e vir da casa para a universidade e vice-versa.

Tal assunto deveria deixar a hierarquia muito preocupada, pois colocava em questão a própria exigência do celibato compulsório aos padres.

Em trecho de seu depoimento, Paulo Venturoli aponta para algumas questões: Quando ainda estávamos no Seminário Menor, na Swift, às vésperas das férias havia palestras proferidas pelos padres, visando preservar os seminaristas dos apelos do mundo, fazendo-os assumirem determinado comportamento moral.

Nos diziam nessas palestras: “Cuidado com as primas!” Eram feitas nestas ocasiões recomendações para o devido relacionamento com a família, daquilo que se podia ou não fazer.

Em relação às mulheres: não me lembro exatamente... No meu caso, tive entusiasmo por uma moça, mas foi uma coisa muito superficial... Eu estava muito a fim de ser padre, então a ótica era diferente. Dei uma dura nesta moça, quando ela tentou pegar na minha mão, dizendo-lhe severamente de meu compromisso com o ser padre, compromisso com a Igreja. Porque o meu fiel propósito era ser padre.”

O “clima” tanto na casa, como na sala de aula era espetacular. Éramos um bando de irmãos. Não havia isto de ficar olhando as mulheres com segundas intenções. Elas eram olhadas como irmãs nossas, era um relacionamento de família.

Houve sim um episódio que talvez tivesse chamado a atenção do clero: certa vez, após uma reunião que terminou tarde, foi necessário que a “Magda” e uma outra moça pousassem na casa. Como a casa era pequena, arrumaram-se colchões na capela, que era o único lugar mais reservado. Alguém que presenciou os colchões no dia seguinte [possivelmente algum padre ou funcionário] teria ficado escandalizado com o fato, mas não havia nada. O clima entre nós e as meninas era de muito respeito. Talvez isto tenha dado origem ao comentário de D. Paulo ao Pe. Nadai, quando disse: “com a presença de odaliscas na casa”. Eu me lembro desta frase! [risos]...

Dois jovens vieram de Brodósqui para morar na casa e estudar na PUC. Eram o Bosco e o Lício.

No Seminário Menor tivemos uma rica experiência com a presença do Pe. José Comblin¹⁷² que havia chegado da Bélgica e morou por um tempo no seminário dando aulas.

Havia uma certa rotina de missas e orações na casa, claro que tudo isso adaptado às circunstâncias da universidade, dos horários de cada um, havendo tolerância principalmente com aqueles que foram trabalhar fora.

O nosso ideal era uma coisa muito forte. Tínhamos muita ligação com o movimento estudantil, porque este representava uma opção pelo povo.

Depois da crise dos 49 professores demitidos da universidade, os cursos ficaram muito fracos, praticamente fecharam, então alguns alunos foram autorizados a terminar seu curso em São Paulo, na PUC, havendo a possibilidade inclusive de alguns mudarem de curso. Eu passei a fazer Ciências Sociais em São Paulo e o Gabriel também. Passamos a morar em São Paulo em casas de estudantes e vínhamos a Campinas a cada quinze dias para mantermos mínimo contato com a casa, mas logo em seguida acabamos deixando o seminário...

Na cerimônia de exéquias do Mons. Salim, presidida pelo Pe. Amauri Castanho, ouvimos dele a seguinte frase dita na cerimônia: “Vocês mataram o Mons. Salim!”.

□ Hoje octogenário, é um articulista dos mais críticos à Igreja, um dos intelectuais mais considerados da Igreja do Brasil. Segundo histórias que correm entre o clero mais velho, ele não teria sido bem aceito no clero de Campinas, tendo ir trabalhar no nordeste do Brasil.

Pe. Nadai dizia que a experiência não foi perdida, mesmo que todos tivessem saído. Pois foi dado um embasamento humano muito forte, que lançou na sociedade pessoas comprometidas.

O depoimento de Paulo Venturoli aponta a problemática do celibato, que foi o motivo principal da saída de todos os alunos da casa. Desde o seminário menor esta era a grande preocupação da Igreja com os seminaristas.

Outro aspecto apontado por Paulo Venturoli refere-se ao desejo de realização de um trabalho mais direto com os problemas e as necessidades das pessoas, principalmente quando diz que seu projeto de “ser padre” não cabia dentro da estrutura da Igreja.

Ainda que não se falasse de Teologia da Libertação nesse projeto de formação, os alunos na verdade foram descobrindo em suas vidas um forte apelo para ligar a vida com a teologia, com o sacerdócio e, especificamente, com a vida do povo, com o bem do povo que precisava ser promovido.

O depoimento do ex-diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, José Luís Sigrist, revela de forma bem clara os motivos que acabaram levando os jovens da Casa do Bosque a não prosseguirem nos estudos seminarísticos. Aponta toda a problemática interna e externa da política estudantil da época, vivenciada muito fortemente pelos seminaristas:

Depoimento de José Luís Sigrist – ex-seminarista do Seminário Menor da Imaculada de Campinas, ainda no seminário da Av. Saudade, de Dom Barreto. Foi diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em substituição ao Pe. Amauri Castanho na época de sua renúncia e, hoje professor aposentado da Faculdade de Educação da Unicamp: Eu estudei e morei no Seminário Menor da Imaculada de Campinas, na Av. Saudade. Sou irmão do Pe. Lauro Sigrist¹⁷³. Estudei Filosofia em São Paulo no Ipiranga e, depois,

□ A família Sigrist tem vários padres. É uma das famílias que vive até hoje no núcleo de descendentes de imigrantes suíços nos arredores de Campinas, em Indaiatuba-SP. São famílias de um catolicismo muito forte e que se mantêm unidas no povoado chamado Helvetia através de fortes vínculos culturais da terra de origem,

querendo D. Paulo de Tarso Campos enviar estudantes a Roma para a Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, dos jesuítas, fui indicado em maio de 1952 pelos professores da Filosofia e pelo Pe. Zioni,¹⁷⁴ reitor, como sendo o melhor aluno, portanto apto para tais estudos no exterior.

Tive a oportunidade de estudar na melhor Universidade de Teologia da época, da Teologia ortodoxa, bem entendido, porque havia o Instituto de Louvain, na Bélgica com os expoentes Henri de Lubac, Jéan Daniélou e também na Alemanha Karl Rahner, olhados com suspeita pela Igreja de Pio XII.¹⁷⁵

No 3º ano de Teologia deixei o seminário, porém tenho lembranças muito positivas deste tempo, ainda que fosse marcado por rotina, rigores, poucos espaços para o desenvolvimento da liberdade pessoal.

Aquela era uma Igreja tradicional, triunfalista e rigorosa, claro que, se comparado com o que vem depois.

preservados até hoje. Narra um ex-seminarista dessas famílias que era costume cada família enviar pelo menos um ou mais filhos para o seminário. Vários destes tornaram-se padres. A família Amstalden teve um padre do clero de Campinas, que chegou a ser Bispo da Diocese de São Carlos; da família Ambiel ordenou-se o Pe. Álvaro Augusto Ambiel, atual Cônego-pároco da Catedral de Campinas; da família Ferragutt ordenou-se o Pe. Gastão Roque Ferragutt, que deixou o sacerdócio alguns anos depois de ordenado.

□ Ter sido apontado pelo Pe. Zioni como melhor aluno e aluno exemplar, merecedor de estudos em Roma não significava pouca coisa, dado o rigor com que este padre levava a direção do Seminário de São Paulo, de acordo com depoimentos diversos daqueles que foram seus alunos. Em 1968, D. Vicente de Carvalho Marchetti Zioni, já Bispo de Bauru, foi promovido a Arcebispo de Botucatu, causando um mal-estar muito grande na sua futura arquidiocese, pois praticamente a maioria dos padres havia estudado no Ipiranga e tinham sido seus alunos quando ele foi Reitor. Como tivesse sido exageradamente rigoroso e duro com os alunos no seminário, os padres que o conheciam e que pediram afastamento da diocese foram em número de vinte. Um renomado padre de Campinas, também seu aluno no Ipiranga, certa vez comentou a respeito deste episódio: “Os padres de Botucatu estavam cobertos de razão. Quem conheceu o Pe. Zioni sabe muito bem como ele era duro”. Este episódio originou um trabalho de mestrado na Universidade de São Paulo, denominado: *Padres Rebeldes*, de Terezinha Santarosa Ianlochi, em 1992, sob a orientação do Prof. Dr. Augustin Wernet.

□ Alguns destes renomados teólogos que eram considerados a vanguarda do catolicismo progressista foram perseguidos por Pio XII, porém, no governo seguinte, de João XXII, foram chamados pelo próprio papa para serem peritos do Concílio Vaticano II.

D. Paulo de Tarso Campos era um bispo da Igreja tradicional, dos mais doutos da CNBB na época. Doutorou-se em Louvain, na Bélgica, e junto com Mons. Salim exerceu o reitorado simultâneo da PUC de Campinas e da PUC de São Paulo, mesmo sendo bispo de Campinas. Era letrado, um conservador-centralizador e cioso de seu poder, que exercia com grande liderança no clero, defendendo-o sempre, até às últimas conseqüências, ainda que depois, particularmente, ajustasse as contas com o padre. Na universidade Mons. Salim tinha total autoridade.

Em relação à experiência da Casa do Bosque – todos os seminaristas eram alunos do curso de filosofia e eu freqüentava a casa vez por outra, que estava sob a direção do Pe. Nadai, pessoa extremamente capacitada, o que foi certamente uma boa escolha.

O que ocorreu na casa talvez não pudesse ter ocorrido se os seminaristas tivessem continuado no regime do seminário fechado, porque teriam sido preservados das experiências que tiveram como alunos inseridos totalmente na vida da universidade. Com certeza o estilo de abertura pode ter sido o facilitador para que nenhum dos alunos chegasse à ordenação. Na verdade foi o movimento estudantil que politizou suas vidas, porque naquela época o movimento estudantil era algo muito significativo. E, também, porque os universitários da época tinham um outro perfil, diferente do de hoje. Só chegava à universidade quem tinha condições econômicas.

Após a crise de 1968 Pe. Amauri Castanho não tinha mais clima para continuar como diretor da Faculdade. Ele foi infeliz quando negou a renovação de matrícula a um aluno da Pedagogia, o Luís Carlos de Freitas que, sendo membro do “Centrinho dos Estudantes” (uma espécie de Diretório dos Estudantes, mas pertencente à Universidade), declarou-se ateu. Os professores revoltaram-se e apoiaram o estudante, organizaram movimento em seu favor que, por fim, por via judicial conseguiu sua rematrícula na Universidade. Neste episódio a crise foi tão grande que a universidade foi invadida em várias instalações, exigindo de Mons. Salim a demissão do Pe. Amauri Castanho.

Mons. Salim, consultando o Conselho Universitário, também ouviu deste que seria melhor a renúncia ao cargo pelo Pe. Amauri. A Congregação da Faculdade sugeriu que se fizesse uma lista tríplice e os nomes foram: 1º lugar Pe. Narciso Erhemberg; 2º José Luís Sigrist e 3º Sérgio Castanho. Como na época a CNBB começava a pedir que os padres não

ocupassem certos cargos na vida pública, fui nomeado Diretor, tendo como vice o Sérgio Castanho.

Mons. Salim me disse: “Felizmente, ainda que não concorde com os nomes de vocês por causa de suas idéias, vocês foram os escolhidos porque amam muito esta universidade!” E isto alguns dias antes de sua morte.

Nós éramos progressistas, mas não necessariamente éramos esquerdistas, porque não aceitávamos o PC. Eles não tinham força dentro da universidade porque nós não dávamos chance.

Fui diretor em substituição ao Pe. Amauri de maio de 1968 [auge da crise] até janeiro de 1969. Período do AI-5, dezembro de 1968. Eu estava na Casa do Bosque no dia da publicação do AI-5. Juntamente com os seminaristas assistimos pela televisão à leitura do Ato. Instaurou-se um clima de muito medo e desânimo. Dissemos uns aos outros: “Agora está tudo acabado. Cada um que se salve, que agora não há mais nada o que fazer!”

Ficamos na direção por pouco tempo, porque, com a morte de Mons. Salim, assumiu o vice, Barretinho [Benedito José Barreto Fonseca] que fez o seu jogo antiético. Para entender sua nomeação já como vice de Mons. Salim, talvez o fato se explique por ser ele irmão do médico Joaquim Barreto, que era o médico particular de D. Paulo no palácio. Provavelmente este tinha muita influência sobre D. Paulo.

Mons. Salim sofreu muito com a saída de Amauri Castanho, que era uma pessoa muito boa, embora eu discordasse de suas posturas. Ele era totalmente apologético.

Quando saí da PUC fui trabalhar na UNESP em Rio Claro, depois na Unimep de Piracicaba e, por fim, de 1976 a 1999 na Unicamp, juntamente com o Frei Joaquim Benjamin, onde me aposentei.

Os seminaristas eram muito bem vistos na universidade, me lembro bem, porque foram meus alunos. Eles eram bons alunos. Na filosofia eram os melhores, sem dúvida.

No que se refere à vida afetiva, era natural que tivessem sido muito assediados, já que a estrutura de universidade e do seminário aberto propiciava isto inevitavelmente. E esta era uma questão que não os afligia de modo particular. Porém a exigência do celibato compulsório pela Igreja fez com que todos acabassem saindo.

A experiência da Casa do Bosque fracassou menos por estarem numa casa aberta, diferente do seminário fechado e mais por estarem plenamente na vida universitária.

A casa foi uma forma de ir para a universidade.

A Igreja da época era muito elitista, daí que os padres tinham, em sua maioria, uma “cultura de elite”. Tinham pleno domínio do sistema filosófico cristão-católico, a neo-escolástica, o neo-tomismo. E o desafio era saber que curso de filosofia montar, com quais autores, etc. Toda esta capacidade se refletia nos sermões que eram impecáveis, manifestando um nível de instrução bastante bom, ainda que a geração do Nadai já era diferente da dos padres mais antigos. Pois, na verdade, os padres então tinham “tempo” para estudar. Estudava-se pelo menos quatro horas de manhã e quatro horas à tarde. Sem desmerecer a experiência do trabalho que é muito rica, não há como se ser bem formado conciliando trabalho profissional e trabalho intelectual. É impossível ter tempo para as duas tarefas. Hoje a coisa é bem mais leve!

O depoimento acima, de José Luis Sigrist, aponta para o fato de que havia fortes lutas internas na Universidade Católica de Campinas naquele período. O grupo liderado pelo novo Reitor, Barreto Fonseca, teria conseguido maior espaço na universidade com a morte do Monsenhor Salim.

Um dos grandes problemas do clero atual, a capacitação escolar, é revelado por José Luís Sigrist que, ao referir-se aos “sermões” dos padres antigos, mostra a diferença que havia entre a educação dada no seminário fechado e os alunos que hoje são egressos da escola pública.

Na verdade, os alunos antes oriundos da classe média traziam uma bagagem cultural, uma postura diante das normas, diante da formação proposta pela Igreja que garantia um determinado nível cultural ao clero. Os alunos que hoje entram no seminário são oriundos das camadas mais baixas da sociedade. Trazem deficiências escolares difíceis de serem superadas. Na verdade, um dos grandes problemas da formação do clero atual é o fato de a Igreja ter perdido a classe média em seus quadros de seminário. E isso fica evidente quando os depoimentos relatam a seriedade com que os alunos estudavam. O problema, logicamente, não se refere a classes sociais, mas a oportunidades que são

oferecidas à classe média e alta e não às camadas mais pobres. É muito difícil um jovem de classe média optar hoje pela carreira sacerdotal, principalmente pela imposição do celibato.

Alguns trechos do depoimento do seminarista Paulo Aurélio Venturoli mostram como, aos poucos, mesmo o projeto da pequena casa vai frustrando as expectativas dos seminaristas, vai se tornando pequeno em relação às possibilidades que aqueles alunos vislumbravam com o ser padre na época:

Aos poucos fomos percebendo que a estrutura da Igreja não conseguiria absorver nosso projeto de ser padre, que era maior que a Igreja, que extrapolava os seus limites. Começamos a perceber que não cabíamos dentro da estrutura da Igreja. Começamos a nos sentir um corpo estranho na estrutura da Igreja. Éramos um corpo estranho!

Eu queria ser padre, nós queríamos, mas não queríamos deste jeito, com a Igreja da época. Não queríamos nos enquadrar no que a Igreja queria, assim caminhamos para uma ruptura, embora o projeto era o serviço aos outros, mas não havia espaço para nós.

Me pergunto, por que de repente tudo desembocou nisso? Porque não havia outro caminho. A trajetória de consciência que fizemos não nos permitia mais nos enquadrar no que havia. O sacerdócio que sonhávamos não cabia na Igreja que existia então.

Aos depoimentos acima vem juntar-se o depoimento do Pe. Amauri Castanho, que mantém fidelidade ao que os outros depoentes todos disseram. D. Amauri, já bispo e no final da vida, quando deste depoimento, abordou a problemática do estudante Luís Carlos de Freitas, pivô da crise com os estudantes na universidade. Por outro lado, posicionou-se contrário à linha dos estudantes, que seguiam as diretrizes do Movimento Estudantil no Brasil, afirmando serem eles influenciados pelo esquerdismo em vigor na época.

No seu depoimento o Pe. Amauri Castanho exalta a figura do Mons. Salim, apontando-o como uma das maiores personalidades do clero ligado à universidade na época. Embora a PUC-Campinas tenha sido criada por decreto e desejo do Bispo D. Francisco de Campos Barreto, sabe-se também que este viveu apenas mais alguns meses

depois de tal ato. Na verdade, o projeto da universidade de Campinas foi levado a cabo desde sua fundação, em 1941, graças ao empenho do Mons. Salim, até a sua morte em 1968.

Depoimento dado em 2004 por D. Amauri Castanho, bispo de 1976 a 2006. Na época do depoimento era Bispo Emérito de Jundiaí-SP. Quando Cônego da Arquidiocese de Campinas, exerceu o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas, de 1963 a 1968, período de crise na Puc e nas universidades brasileiras. Faleceu em Outubro de 2006.

O Mons. Salim era meu tio e nasceu em 1905, tendo morrido em 1968. Ele era filho de libaneses. O Líbano é o maior país em número de católicos maronitas do Oriente. Fez os primeiros estudos em Sousas e parte da formação secundária no Liceu N. Sra. Auxiliadora e parte no Seminário de Campinas.

Estudou Filosofia no Seminário provincial de São Paulo, em Pirapora, e fez Teologia e doutorado em Teologia, em Roma, em 1924. Os alunos mais capacitados iam estudar em Roma. Ele morou no Colégio Pio Latino Americano, por que o Pio Brasileiro só seria inaugurado em 1934. Estudava na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Foi pároco da Igreja do Botafogo e, logo depois, Diretor do Ginásio Santa Maria, tendo recebido de Dom Barreto a incumbência, em 1941, de fundar a Faculdade de Filosofia de Campinas, futura PUC. Ao lado do Pe. Leonel Franca, jesuíta, Reitor da PUC do Rio de Janeiro, tornou-se o sacerdote brasileiro de maior projeção no Ensino superior, no que se referia a conhecimento de legislação. D. Paulo de Tarso Campos foi nomeado pelo Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, reitor da PUC de São Paulo e, Mons. Salim, vice-reitor. Mas, na prática, com os encargos de bispo de D. Paulo, praticamente Mons. Salim

era o Vice-Reitor em exercício, exercendo concomitantemente o cargo de Reitor da Universidade Católica de Campinas.

Em Campinas o braço direito do Mons. Salim foi o Cônego Agnelo Rossi, quando em 1956, na solenidade de elevação das Faculdades Campineiras ao status de Universidade Católica de Campinas, solenidade que teve lugar no antigo Teatro Municipal de Campinas, o Sr. Núncio Apostólico comunicou também a nomeação do Cônego Agnelo Rossi para Bispo de Barra do Piraí-RJ.

O Mons. Salim foi um homem muito influente no Rio de Janeiro, no MEC - Ministério da Educação e Cultura. Ajudou a organizar 19 faculdades católicas pelo Brasil, dentre elas a PUC de São Paulo, a PUC de Curitiba, a Universidade Católica de Santos, a de Goiânia e a Faculdade de Itu, sob os cuidados da Irmãs de São José de Chamberry .

Também por essa época a Universidade Católica do Rio de Janeiro adquiria o título de pontifícia.

São 198 universidades católicas no País hoje. Só em São Paulo a PUC-SP, a PUC-Campinas, a Universidade Sagrado Coração, de Bauru, A Católica de Santos. A maior hoje é a Unisinos, no RS, dos jesuítas. Há também a PUC de Porto Alegre, que está com os Irmãos Maristas, assim como a de Curitiba. Também a Universidade Católica de Pelotas e a Universidade São Francisco, dos franciscanos.

Assim chegamos ao ano crítico de 1968. O mundo universitário, no mundo inteiro viveu um período conturbado em todos os lugares, numa linha de esquerda, marxista, socializante, porque aquele era o grande momento da Guerra Fria e do comunismo no mundo com Josef Stalin. Então houve na Universidade Católica de Campinas muita agitação. Aí a história seria longa... porque tudo começou com um rapaz que era aluno de Pedagogia e eu já era diretor. Um rapaz indisciplinado, insubordinado, esquerdista... ele conseguiu sensibilizar alguns presidentes de diretórios, até mesmo professores, alguns destes até muito beneficiados pelo Mons. Salim. Um deles foi muito decepcionante, foi o Prof. Benedito Sampaio, o avô do político. O que era professor no meu tempo de menino: Francisco e sua irmã eram professores do Curso de Neo Latinas. Quando assumi havia sete cursos e eu organizei mais dois cursos, o de Ciências Sociais e o de Pedagogia. A Faculdade de Filosofia era a grande faculdade da Universidade, com 2.500 alunos, sobre

um total de seis mil. Quando Mons. Salim faleceu já havia a Faculdade de Ciências e Letras, a Faculdade de Ciências Administrativas, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Biblioteconomia, Faculdade de Canto Orfeônico, que teve como diretor o maestro Viela. Aí vem a grande crise em 1968.

A crise teve origem no 2º semestre de 1967, mas o clímax da crise foi no reinício das aulas em fevereiro de 1968. Eu era diretor e, um dos problemas criados por este aluno, Luís Carlos... que era de Pedagogia, ele está vivo, está por aí... depois teve problemas com os militares. Eu deliberei como diretor, em não readmitir a matrícula dele. Mas ele tinha terminado já o 3º ano de Pedagogia, já era bacharel. Então ele poderia terminar o Curso e licenciar-se em outra faculdade, mas ele conseguiu um habeas corpus, ou liminar e ele ganhou. Foi a primeira vez que um juiz deu uma liminar contra uma instituição particular no Brasil. Geralmente se dá contra excessos do governo, etc. Então as coisas se complicaram, porque eu havia condicionado a minha permanência à não readmissão dele. Se por uma liminar ele teve direito de ser matriculado, então apresentei a minha demissão. Veja, estamos mais ou menos no mês de março e eu me afastei. Havia uma luta pela conquista do poder universitário no meio dos alunos em Campinas. Este grupo de esquerda, com o apoio de alguns professores, sobretudo de filosofia, pois Direito não entrou nessa. Isso tudo levou a manifestações públicas contra a minha pessoa e à pessoa do Monsenhor Salim. Manifestos... E pequenos comícios no Pátio dos Leões.

D. Paulo vinha acompanhando toda esta crise, muito preocupado, porque era o chanceler. D. Miele esteve de passagem por Campinas. Não se envolveu. Mas D. Paulo tinha responsabilidade como presidente da mantenedora, a Sociedade Campineira de Educação e Instrução.

Houve um momento em que D. Paulo foi procurado por este grupo, que era apoiado por alguns professores. D. Paulo se convenceu que, se eu apresentasse a demissão, outros problemas seriam superados. Então eu apresentei, depois de 17 anos de PUC. Mas os problemas só se agravaram. E a tempestade foi tal que se concentrou na pessoa de Mons. Salim e ele teve um infarto e veio a falecer prematuramente, embora ele sempre tenha sido cardíaco. Há um ramo da minha família com problemas do coração. Ele não tinha boa saúde. Não queira saber o que ele fazia para beneficiar um maior número possível de

alunos. Um dos grandes alunos beneficiados, “um pobretão”, que fazia mais política universitária do que estudava, era o Orestes Quércia. Todo mês ele estava lá na Reitoria, em uma sala muito bonita, na Rua Marechal Deodoro, pedindo dispensa da taxa.

Depois, como governador de São Paulo, Orestes Quércia foi muito agradecido. Então ele deu o nome do Mons. Salim ao Parque Ecológico, para uma escola estadual e, também para aquela praça na esquina do Campus Central. Posteriormente a avenida principal, maior do Campus, na Rodovia Dom Pedro I. Na cidade houve uma comoção geral com seu funeral. Eu estava em Campinas, colaborando num Cursilho de Cristandade. Chamado, consegui ainda encontrá-lo com vida, mas já estavam procurando reanimá-lo com aqueles métodos violentos... estava estendido no chão. Mas ele veio a falecer. A causa foi em parte uma saúde precária que ele tinha, mas a gota d’água, o motivo próximo foi este clima. Não houve um arrefecimento deste clima. Não há dúvida que discordavam da linha de fidelidade que a universidade tinha ao magistério, ao bispo, ao papa. Então foi uma crise que teve uma fundamentação ideológica de esquerda. Depois é que os comunistas se tornaram mais fortes. Hoje presidente nacional da UNE, é comunista, o Petta. Eles faziam isto... Faziam mais política que estudavam e receberam o apoio de alguns professores. Os professores que deram apoio maior, eu vou lembrar pelo menos dois: Prof. Luís Sigríst, não me lembro o nome todo, irmão do Pe. Lauro Sigríst. Foi até Reitor da Universidade Metodista de Piracicaba. O outro foi o professor Francisco Sampaio. Estes eram as cabeças do movimento.

Do clero não havia padres apoiando-os. Eram cinco ou seis padres trabalhando na PUC. Foi o grande momento da JUC, a liderança de todo o movimento secundarista. Nas escolas foi a JEC. Havia em Campinas 23 grupos na arquidiocese. Eu acompanhava, com a minha lambreta, ia até Pirassununga, Leme, etc., isso em 1952, 1953 e 1954. O Cônego Agnelo Rossi era assistente eclesiástico da JUC. Todas as iniciativas mais importantes eram tomadas por jucistas. A JUC produziu gente de grande valor, como Franco Montoro e Antonio Queiroz Filho, líderes do PDC - Partido Democrata Cristão, enquanto este sobreviveu, até 1964. Cônego Agnelo, eu, Pe. Tomás Vaquero, Pe. Roberto Pinarelo de Almeida, Mons. Salim. Depois chegou o Pe. Antonio Celso de Queirós, mas este já é

posterior. Havia padres alunos, especialmente os Estigmatinos. O Arcebispo de Sorocaba, D. Jose Lambert, foi meu aluno. O Mons. Couto foi também aluno.¹⁷⁶

Sempre com ao apoio do Mons. Salim, eu, como diretor, organizei os cursos também do Colégio de Aplicação Pio XII, o antigo Ginásio Santa Maria. Um belíssimo corpo docente com quase todos ex-alunos nossos. O Pe. Roberto Pinarello foi nomeado diretor do Pio XII e, depois Vice Reitor da PUC. Com a morte do Mons. Salim houve eleição... [parece que foi eleição], mas é claro que houve uma nomeação do 1º Reitor, José Benedito Barreto Fonseca. Talvez o conselho Universitário apresentasse o nome... Talvez nomeação não me lembra bem. Mas ele já tinha uma grande projeção, pois era promotor público. Era diretor do Direto. Era muito ligado ao Mons. Salim. E, nesta crise, me afastei e fui servir à Igreja de São Paulo como jornalista, por cinco anos, a chamado de D. Agnelo Rossi, que já era Cardeal de S. Paulo.

No falecimento do Monsenhor toda a cidade participou, foi um cortejo público impressionante. Foi velado numa sala à entrada do Campus Central, no Salão Nobre. Muitos alunos que não faziam parte daquele grupo e muitos professores foram. “Ele foi assassinado” por aquele grupo prematuro, com muita irresponsabilidade. Ele está sepultado em uma capela mortuária de nossa família no Cemitério da Saudade. Ali, um aluno, o Álvaro Iglesias, [ele era presidente do Diretório de Direito que não entrou neste grupo] também o homenageou. Era uma grande liderança, muito amigo.

Depois disso houve uma expansão meio explosiva da PUC, com a nomeação de um reitor leigo.

O novo reitor, Barreto Fonseca, recebeu uma instrução, não só ele, mas todos os reitores do Brasil. Depois saiu o AI-5 e o Decreto 477, [já estamos no regime militar]. O 477 foi um decreto presidencial do Gal. Costa e Silva, dando muita força aos reitores para controlar a fermentação marxista nas universidades. Aí houve uma debandada, houve processos, houve prisões. No meu tempo nós não tivemos esse apoio. Aí surgiu a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Engenharia. Os nove cursos de Filosofia Ciências e Letras transformaram-se em institutos, começaram a se multiplicar os Campi. A Universidade Católica se tornou PUC, mas entrou em dificuldades financeiras muito sérias. Quem salvou a situação foi o

□ Com exceção do Mons. Couto, todos os padres citados acima se tornaram Bispos.

Vaticano, fazendo um empréstimo “de pai para filho” de dois milhões de dólares. Na realidade, eu sei qual foi a causa desta crise financeira. Aumentou o número de alunos, então não deveria haver crise. Mas a crise foi a faculdade de Medicina e a de Engenharia., porque primeiro foi adquirido o Hospital e Maternidade Celso Pierro. Aí se investiu muito dinheiro. A faculdade se tornou deficitária. A medicina teve como diretor um irmão do Barreto Fonseca, Joaquim Barreto Fonseca. Isto também não repercutiu bem. O 1º diretor de Engenharia foi um irmão de Dr. José Melhado Campos. Alíás, já no meu tempo, a faculdade sustentava as outras, porque os cursos técnicos são bem mais caros. A Faculdade de Filosofia se autofinanciava e ajudava na manutenção de outros cursos. Houve um crescimento notável. Hoje tem 20 mil alunos. Acima da PUC hoje, tem apenas a Unisinos, no Rio Grande do Sul, com 25 mil; Curitiba, com 20 mil. As outras são menores. Sem dúvida, a mais qualificada das “PUCs” é a do Rio de Janeiro, mas todas têm bom conceito. A iniciativa da construção do Campus I foi ainda do Mons. Salim.

A Engenharia passou a funcionar lá em cima, no grande seminário da Swift. D. Paulo, se vivesse hoje, choraria, porque a Cúria modelar foi alugada. A residência episcopal da Nova Campinas, alugada e o Seminário. Ele mesmo todos os dias fiscalizava as obras do seminário. D. Paulo era um homem pouco comunicativo, mas muito culto. Enquanto D. Paulo esteve à frente da arquidiocese o clero era muito unido. Foi sucedido por Dom Antonio Maria Alves de Siqueira, culto, mas mais místico pregador de retiros de religiosas, autor de livros também. Depois veio D. Gilberto. Lamentavelmente o clero de Campinas, que sempre foi bem unido e bem formado, mudou um pouco de fisionomia. Não só diminuiu o clero de Campinas, com poucas ordenações por ano. Houve uma divisão por motivos ideológicos e este grupo, durante o pastoreio de D. Gilberto que, de forma alguma quero desmerecer, acabou imprimindo à diocese outras linhas e diretrizes pastorais. Foram diminuindo as vocações diocesanas e houve uma espécie de marginalização do clero menos jovem, mas de excelente formação. O que me preocupa muito é que houve, parece, um dilaceramento da alma cristã da PUC de Campinas. Ela continua formando bem as pessoas. Às vezes sai uma liderança católica, quando deveria ter um número notável de cristãos na política, etc. Isso não vem acontecendo. Antes era notável o número de economistas, desembargadores católicos. Nesse momento isso é preocupante. Há a paróquia universitária

hoje, mas que tem pouca incidência sobre os alunos. Já nós, os cinco padres, convivíamos no dia-a-dia com os alunos. Eu e o Monsenhor Salim morávamos na própria universidade.

O Mons. Salim era escritor também. Seu principal Livro: *Ciência e Religião*, em dois volumes. Saíram quatro edições, pela Vozes de Petrópolis. O 1º volume, *Ensaio de Apologia do Espiritualismo*. O 2º volume: *Ensaio de Apologia do Catolicismo*. Era um tempo de polêmica, sempre com os não-católicos. O livro é muito culto e todos os seminários acabaram adotando-o como livro de texto. Não saiu uma 5ª edição por causa do Concílio Vaticano II. Os franciscanos pediram ao Monsenhor uma atualização a partir do Vaticano II e ele não teve tempo de fazer.

Tem também, um *Dicionário de Doutrina Social da Igreja*, com os textos oficiais. Depois, também a *Revista da PUC* dependia dele.

No depoimento de D. Amauri Castanho, fica evidente sua concepção de Igreja, de universidade e de mundo. Ele imaginava a Igreja, a universidade e as outras instituições como um gueto, um oásis onde pudessem circular livremente as idéias e os valores católicos, desconsiderando a influência do mundo exterior, ignorando mesmo as mudanças ocorridas no mundo nas décadas anteriores.

Seu depoimento revela o jogo de forças presente na universidade nos anos 1968. A direção da universidade e a Igreja mais afinada com a política em vigor, com o governo militar; os alunos, por sua vez, no lado oposto, lutando pelas reformas na universidade e na sociedade, sob a influência das idéias socialistas.

O processo que ocorreu com os seminaristas de Campinas não foi um acontecimento isolado da realidade de Campinas, mas um fenômeno que vinha de fora para dentro da Igreja e fazia com que os novos tempos interferissem de cheio na formação presbiteral.

Nas décadas de 1950/1960, gradativamente, as influências do mundo de então começam a invadir as instituições em geral. A Igreja Católica e os seminários não passaram ilesos a esse fenômeno que veio desestabilizar toda a construção da formação do clero arquitetada pelo Concílio de Trento que — conforme Benelli expõe(2006) ao fazer um percorrido histórico do seminário tridentino — afirma que não havia nada imposto de fora

na formação e que todas as imposições vindas de fora obedeciam a uma lógica própria do paradigma conventual.¹⁷⁷

Um dado que aparece nos relatos de D. Amauri Castanho e que confirma sua posição política não favorável à esquerda, conforme relatado nos diversos depoimentos acima, diz respeito à diminuição do número de seminaristas e, conseqüentemente, de padres na Arquidiocese de Campinas, fato que ele atribui à opção por uma Teologia mais encarnada na realidade social dos anos 1960 e seguintes, a Teologia da Libertação. A partir de seu relato, evidencia-se a existência de dois grupos muito distintos ideologicamente no clero de Campinas e fica claro que o grupo mais libertário acabou assumindo o controle da formação do clero, sendo que a relação entre ambos era de excessiva hostilidade.

Benedetti (2000), que aponta uma crise dentro da Igreja nos anos 1960-70 devido a vários fatores, como a presença de um conservadorismo na hierarquia, a desestruturação da Ação Católica, mesmo assim afirma que essa “é a época da formação de uma geração de padres que ele denomina de “os filhos da crise” que assegurarão à Igreja uma presença social (de modo especial junto às classes populares) durante os anos da ditadura. Uma geração atípica.”¹⁷⁸

Esses padres, ordenados entre 1971 e 1974, que Benedetti chama de filhos da crise, correspondem a uma geração pós-Conferência de Medellín e teriam uma ação evangelizadora marcadamente direcionada para a defesa dos interesses das classes populares. Também o autor acrescenta a esse grupo aqueles padres que foram ordenados a partir de 1961 e que, com o Concílio Vaticano II, resisitiram e não deixaram o ministério sacerdotal. Afirma o autor que esse grupo, na verdade, pleiteava uma ação evangelizadora que tinha como meta principal a busca do Reino de Deus. É um grupo que viveu a contestação e pensava até em “destruir a Igreja em favor do Reino,” no dizer do próprio Benedetti.¹⁷⁹

□ Cf. BENELLI, Sílvio José. *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. S. Paulo: Editora UNESP, 2006.

¹⁷⁸ Cf. BENEDETTI, Luiz Roberto. *Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico*. S. Paulo: Ed. USP, 2000.

¹⁷⁹ Idem.

Esse é um grupo composto por aqueles que “são padres por opção,” pois viveram uma socialização religiosa pré-conciliar na linha ultramontana de Pio XII e sofreram o Vaticano II como um processo de ressocialização religiosa, sendo uma geração atípica, se comparada com a que vem depois, com a reorganização dos seminários. Eram padres ligados à Teologia da Libertação e os grandes teólogos desta corrente fazem parte dessa geração. Em Campinas, esse grupo era constituído por aqueles que implementariam as Comunidades Eclesiais de Base e teriam influência decisiva nos rumos da pastoral, de 1974 em diante.

A geração que viria em seguida, com a reorganização dos seminários iria se identificar muito mais com as propostas de um reformismo intramuros, modernizado, do que com as análises e posturas da Teologia da Libertação.¹⁸⁰

De acordo com relatos de Ivani Conti, que em 1968 era uma jovem que freqüentava a Paróquia de São José, na Vila Industrial, onde a Congregação do Sagrado Coração de Jesus fixou a residência formativa de seus seminaristas que também estudavam filosofia na PUC-Campinas, o processo pelo qual passou aquele seminário foi parecido com o que, de modo geral, ocorreu em Campinas:

O seminário estava vinculado à Casa Paroquial e os seminaristas tiveram um papel muito positivo na vida comunidade. Foi um tempo rico em que eles envolveram-se completamente na vida da paróquia. Fizemos teatros, reuníamos os grupos de jovens para bate-papos, celebrações mais restritas na Casa Paroquial. Ficamos todos muito amigos dos seminaristas. Porém, daquele grupo de sete seminaristas que veio estudar em Campinas, nenhum deles acabou chegando ao sacerdócio. Eu mesma acabei me casando com um deles, depois que ele deixou o seminário devido a uma intensa crise de fé. Os outros, aos poucos foram saindo todos.

O mais bonito é que nós os víamos como jovens iguais a nós. O relacionamento era de sincera amizade. Nosso grupo ia ao cinema. Somente mais tarde é que resolvemos namorar, quando o Rui já havia deixado o seminário. A maioria acabou sendo professor.

¹⁸⁰ Idem.

Em relação à política, fui doutrinada por eles, porque naquela época a vida política do País estava muito difícil. A gente não era informada de nada. A gente nem se preocupava com isso. Porém tivemos amigos que foram inclusive torturados.

Em relação à estrutura do seminário, nós tínhamos um vigário que era uma santa criatura, mas de formação antiga. Estes padres da formação antiga parece que eram educados para terem certo “medo de mulher”. Era um padre holandês. Em suas pregações, tudo vinha do demônio. Assim, os alunos tiveram dificuldade com a estrutura do seminário, porque vinham de uma experiência anterior, de seminário menor, fechado, uma estrutura totalmente “organizada”, sem contato com outros jovens. Depois caindo numa estrutura aberta, tiveram dificuldades em se amoldar.

Deste grupo apenas um era de família rica, os outros eram todos de famílias pobres. Flertes não havia, pois éramos todos amigos. Para nós era normal que os seminaristas estivessem presentes em tudo. Algumas pessoas mais velhas estranhavam um pouco. Assim como também se estranhou quando entrou o violão na Igreja. Para nós era muito bom que eles estivessem em tudo, pois nos ajudavam muito; eram extremamente úteis; eram pessoas boas. Estabeleceu-se um clima de camaradagem. Nas festas que fazíamos, todos dançavam. Quando começaram a deixar o seminário, respeitou-se a liberdade deles.

Não existem registros escritos dessa experiência tópica na Arquidiocese de Campinas. Averiguando os livros do arquivo da Cúria, os registros de provisões, não existe nenhuma determinação de transferência dos estudos seminarísticos de filosofia que eram feitos em São Paulo, para a Casa do Bosque. Esse dado revela o caráter efêmero, experimental, desse projeto que durou apenas alguns anos. Por outro lado, houve pressões da hierarquia em relação à mudança do estilo formativo nos dois sentidos: tanto havia o anseio de aplicar as determinações de abertura do Vaticano II, como também a preocupação com a imersão total dos seminaristas na realidade do mundo.



Fig. 22 - Casa Anexa ao Colégio Pio XII, residência do Seminário

Foto: Arquivo Pessoal – José Eduardo Meschiatti

É significativo o relato de um contemporâneo e amigo dos alunos da casa, que revela que o seminarista X., desde os tempos do seminário do Swift “pulava” o muro dos fundos do seminário, ausentando-se sem autorização “para fazer as suas”...

Com a estrutura da pequena comunidade formativa, esse espírito de liberdade invadiu completamente a vida dos seminaristas que, agora, estavam livres da estrutura disciplinar e poderiam direcionar suas vidas da maneira como entendessem melhor. E isto aparece no relato de Antonio Éuler, que lembra o fato narrado pelo seminarista Sérgio Cardoso, a respeito da repreensão pública recebida pelos seminaristas, vinda da parte do Monsenhor Salim, em pleno Pátio dos Leões na PUC, quando das manifestações políticas e contra a universidade: “Muito bem, vocês são seminaristas e estão aí lutando contra a própria Igreja!”

Outro dado apontado pelo seminarista Gabriel revela que aqueles jovens haviam entrado plenamente no ritmo de vida, igual ao de qualquer jovem da época, ao relatar: *E o*

Bruninho, desfilando com seu “Bugue” (automóvel esporte, juvenil, muito desejado pelos jovens da época) cheio de jovens em plena Avenida Glicério por ocasião da Copa do Mundo!

A mudança do espaço geográfico da formação presbiteral, deslocando-se esta para a pequena comunidade e para os estudos no ambiente da universidade, juntamente a outras realidades, dos outros cursos ali existentes, gerou e significou uma mudança radical na forma de conceber as relações entre Igreja e seminarista. De acordo com Benelli (2006)¹⁸¹, “o jogo de forças de uma dada situação histórica particular torna-se possível pelo espaço que a define. Esse espaço é compreendido como o resultado de práticas de longa data e como o campo onde elas se exercem, de onde emergem os sujeitos que apenas aí operam”. O mundo seria não apenas um mascaramento de uma realidade mais profunda e real, mas a superfície e também a profundidade daquilo que aparece.

Ainda segundo Benelli (2006), a luta pela dominação não é apenas uma relação dramática entre opressores e oprimidos, dominantes e dominados, mas a emergência de um campo estrutural de conflitos. No caso desse período da formação presbiteral, a universidade tornou-se o quartel general de concentração das forças que clamavam pela libertação do modelo formativo anterior.¹⁸² E justamente nesse processo é que se pode dizer que ambas as partes não tinham clareza dos rumos a serem seguidos no que dizia respeito à formação presbiteral. Com o Concílio Vaticano II, as dioceses viram-se obrigadas a fazer um processo de abertura na formação presbiteral, com o receio e as dúvidas a respeito das garantias de sucesso. Os formandos, eivados pela dinâmica dos anos 1960, entraram com todas as forças num processo de imersão no mundo, nas realidades da universidade e do movimento estudantil. Essa relação igreja-formando tornou-se muito conflitiva nessa época, tendo em vista as disputas de poder por parte da Igreja e por parte dos formandos, que se viam libertados da vigilância que haviam vivido no processo anterior do seminário fechado.

□ BENELLI, Sílvio José. *Pescadores de Homens* – Estudo psicossocial de um seminário católico. S. Paulo: Ed. Unesp, 2006, p.46.

□ Idem.

Segundo (Benelli, 2006), “o seminário se apresenta como um estabelecimento que encarna o poder disciplinar e os diversos procedimentos que esse tipo de poder implementa,”¹⁸³ acarretando um rompimento na experiência tópica da pequena comunidade formativa, em que a figura do reitor não era mais a de um fiscalizador ou controlador das vidas da instituição, que agora também não era mais fechada e isolada do mundo, como se viu pelos depoimentos dos alunos e freqüentadores da casa e, também, no depoimento do próprio coordenador da casa, o Pe. Nadai. Fica evidente que o surto renovador do concílio Vaticano II havia suscitado novas formas de exercício do poder na Igreja; *antes do Pe. Amauri Castanho. Agora a direção estava nas mãos do Sigrist que era mais de esquerda.*

Esta nova forma de exercício do poder, sendo aplicada no início do processo de formação do padre, deveria, em longo prazo, motivar o surgimento de novas relações no seio de toda a Igreja.

Fig. 23 – Anos 1960 – Estudantes em protesto contra a Ditadura Militar

Anexo IV – Outros depoimentos

¹⁸³ Idem, p. 316.

Depoimento de Rui Campos, que foi seminarista da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, que em 1967 trouxe seus seminaristas para estudarem filosofia na PUC-Campinas:

Nossos seminários menores eram em Itapetininga e em Pirassununga, sendo que a Filosofia e a Teologia eram feitas em São Paulo.

No ano de 1967 a filosofia foi transferida para a PUC-Campinas, e fomos morar na Paróquia São José, da Vila Industrial.

Passávamos onze anos no seminário fechado e, quando saíamos não tínhamos muita noção das coisas. Eu fiquei oito anos sem ir para casa. Tínhamos apenas quinze dias de férias. Daí que se possa compreender qualquer problema que aconteça com os padres. Pois o isolamento causava muitos traumas. Os padres na formação de antes tinham uma vida muito sofrida e isolada das pessoas e do mundo.

O ano de 1968 foi um ano daqueles históricos, tais como o de 1848. Há uma crise muito grande entre os alunos e a universidade. Fizemos muitas passeatas saindo do pátio dos Leões para a Avenida Francisco Glicério. Porém, os alunos eram sérios. Quando, por exemplo, ocupávamos o Pátio dos Leões, não saíamos de lá por nada, dia e noite, porém, era comum levarmos os textos que tínhamos que ler para as matérias e o tempo não era perdido.

Em 1967, 1968 e 1969 os alunos tiveram uma participação política importante na vida da universidade. São muitos desafios políticos advindos da participação no movimento estudantil.

Por outro lado, este foi um período de crises de fé. Eu mesmo tive uma grande crise de fé e acabei deixando o seminário em 1969 e quase passei fome para conseguir pagar a universidade por minha própria conta, mas foi um ponto de honra. Eu poderia ter ficado no seminário até terminar o curso, mas não achava correto. Arquei com as conseqüências.

Lembro-me bem dos seminaristas: o Sérgio Castanho, o Bruno Nardini, que era de família rica. Eram lideranças importantes. Fomos acusados pelo Pe. Amauri Castanho de termos matado o Mons. Salim. Era um momento em que se questionava tudo: o celibato, a disciplina, a Igreja. A maioria dos seminaristas deixou o seminário. Da minha casa ninguém

se ordenou. De Campinas também não. Como experiência para a Igreja foi ruim, pois ela perdeu quase todos os seus candidatos ao sacerdócio.

Para a PUC também foi ruim. Veio um novo Reitor, o Barreto Fonseca. Todos os professores da filosofia saíram. A PUC assumiu o projeto do Governo Militar, em que a realidade não podia ser discutida, fazendo surgir toda uma geração despolitizada. O professor Tarcísio Moura foi torturado. O estudante da Pedagogia Luís Carlos de Freitas foi o pivô da crise. Ele teve sua matrícula vetada pelo Pe. Amauri, porque, sendo líder do centrinho dos alunos, órgão da universidade, havia se declarado ateu. 1967/68 foram anos bons, porém, tristes devido à ação dos militares. Na universidade o Mons. Salim era presente sempre, já D. Paulo era mais distante. Em dezembro veio o AI-5, que fez um fechamento político total.

Na nossa experiência de seminário nas pequenas casas havia, de modo geral, uma certa elasticidade em relação a horários. Não havia tanto rigor nos horários de entrada e saída. Os alunos de Ribeirão Preto que estudavam conosco tinham sido alunos de D. Gilberto, quando este, ainda como padre, foi reitor do seminário de Ribeirão.

O rigor dos horários era coisa do seminário pré-Vaticano II. Nós, apesar de não termos horário para chegar no seminário, tal elasticidade nos horários não se dava por “vadiagem”, mas porque estávamos envolvidos no movimento estudantil, na causa dos estudantes. Mesmo sendo relativamente livres, não tínhamos a liberdade sexual que se tem hoje. Não havia isto de “sair para beber”. Muitas vezes fazíamos reuniões do movimento estudantil na Casa do Bosque (Seminário de Campinas) para elaborarmos documentos. Estudava-se muito naquela época, até “tarde da noite”. Interessante que, mesmo ocupando a PUC (Pátio dos Leões), os alunos ficavam estudando. As pessoas achavam um pouco estranho os seminaristas terem tal participação política. Porém, havia padres que incentivavam o movimento e que, depois, vieram a deixar o sacerdócio: o Pe. Lúcio, que dava aulas de Metafísica; o Pe. Arnaldo Lemos, das Ciências Sociais que deixou o ministério na década de 1970; uma ex-freira que se casou com um ex-padre que dava aulas. Lembro-me de uma noite ter ido à Casa do Bosque para assistir pela televisão o Festival de Música Popular Brasileira, da TV Record, por que em nosso seminário não havia televisão.

Depoimento de Maria Inês Gracioli Teixeira, estudante de Ciências Sociais, no 3º ano em 1968:

Vivemos um momento de crise muito séria na universidade com a expulsão do estudante Luís Carlos de Freitas, que se defrontou diretamente com a direção. Era já o tempo próximo do AI-5 e tudo se tornava difícil para o movimento estudantil.

Tínhamos um descontentamento muito grande com o diretor, Pe. Amauri Castanho. Já o Mons. Salim parecia mais compreensivo e apaziguava a situação. Em certas situações foi um pai para os estudantes.

Lembro-me do relacionamento próximo com Mons. Salim, pois fazia parte da Comissão que distribuía as bolsas de estudo e o Mons. tinha um senso de justiça muito grande. Certa vez, analisando o pedido de uma aluna ele disse: “Para esta aluna não daremos bolsa. Sua família é rica na cidade. Seu pai me cobra juros altíssimos quando preciso de dinheiro emprestado para a universidade”. Ele conhecia muito bem a cidade, as famílias influentes e suas relações.

A turma anterior à minha tinha tido muitos problemas com a direção, inclusive com o uniforme. Imagine que naquela época se exigia que os alunos fossem à universidade de uniforme. Mas isto era um problema, porque a realidade havia mudado e muitos trabalhavam e vinham direto para a universidade. A calça comprida para as mulheres também não era permitida. Havia restrições à roupa e, principalmente, à minissaia [que na época era muito mais comportada que a de hoje].

Mas os problemas sérios referiam-se à política estudantil, à luta política. Em 1965 o Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia havia sido fechado, havendo mesmo uma rivalidade entre Centro Acadêmico e Diretório Acadêmico, sendo este segundo mais ligado à política da universidade. Pe. Amauri queria o cumprimento à risca das ordens do governo. Mesmo assim, o Centro Acadêmico continuou funcionando na clandestinidade e, muitas vezes, a reunião era na própria casa dos seminaristas. Havia muitos protestos ao governo brasileiro e sua política educacional, a partir do acordo com os Estados Unidos, o acordo MEC/USAID.

Temia-se que as diretrizes da educação no Brasil fossem determinadas pelos Estados Unidos.

Em 1965, após o Golpe Militar de 1964, todo o movimento estudantil foi desmontado. A turma do Centro Acadêmico, fechado, assumiu o Diretório Acadêmico. O Felipe Petta assumiu a direção do diretório. Ele era muito querido pelos alunos, era um apaziguador. Conseguiu lidar com a divisão havida entre as lideranças. Havia dois grupos nítidos. Assim, o que se fazia no C.A., se fazia dentro mesmo da universidade no D.A. Houve brigas enormes quando do aumento das mensalidades. A universidade alegava que as exigências dos alunos não podiam ser cumpridas com valores que os alunos pagavam. Pedíamos o aumento da Biblioteca, a aquisição de livros, pois o que tínhamos era ridículo: poucos livros e um tanto de revistas velhas. Quando voltamos de férias, com o aumento da mensalidade, a biblioteca continuava a mesma, mas nos banheiros femininos haviam sido instalados bidês. Queríamos matar a todos! Ninguém havia pedido bidês, mas biblioteca, livros! Diante dos inúmeros protestos, Pe. Amauri acaba deixando a direção.

Quanto aos 49 professores que se demitiram, com certeza eles já se sentiam muito pressionados e estavam sendo vigiados pelo AI-5.

Porém, a confusão não terminava porque os formandos convidavam os professores demitidos para paraninfos. Diante da recusa da universidade, simplesmente não houve cerimônias de formaturas, que eram tradicionais na Universidade, com os grandes quadros nos corredores com as fotografias dos formandos e professores.

Com a saída dos professores ficamos órfãos de vez. Eles nos animavam na luta.

Os novos professores, não que fossem ruins, mas assumiram mais preocupados e interessados em fazer carreira em alguma universidade.

Em substituição do Pe. Amauri veio o prof. Benedito Sampaio, professor do curso de Letras. Mesmo lá ele não tinha um fã clube. Não é o que queríamos, mas teve nossa aquiescência, pois sabíamos que poderia vir alguém muito pior.

Me lembro do Bosco, que era seminarista - em nenhum momento tínhamos alguma restrição ou cuidado especial com eles por serem seminaristas. Eles estavam juntos na confusão.

Na época havia um arcebispo muito sábio, D. Paulo de Tarso Campos. Diversas vezes ele nos recebeu no Palácio Episcopal e foi sempre compreensivo nas reivindicações dos estudantes. Ele e Mons. Salim sempre seguravam as pontas. No fundo, percebíamos que ambos não eram favoráveis ao Golpe Militar. Eles tinham uma visão de mundo menos curta. Dizia Mons. Salim: “Até onde vamos ceder aos militares? Ou protejo esta turma que tem o ímpeto da juventude ou ninguém deterá este povo! [os militares]”.

Fazíamos constantes passeatas na Av. Francisco Glicério e gritávamos: “Abaixo a ditadura!”

Pe. Narciso era alguém muito falado na época.

D. Celso Queiroz¹⁸⁴ nos dava aulas. Era muito aberto às questões da política. Quando de sua nomeação para Bispo Auxiliar de São Paulo protestamos muito porque nós o queríamos aqui. Era frustrante, porque o melhor que tínhamos, o mais compreensivo agora iria nos deixar.

Depoimento de Antonieta Cassano, estudante de Sociologia nos anos em questão, da Casa do Bosque, que trabalhou por muitos anos como professora na Fundação Bradesco.

Eu não freqüentava muito a casa, mas a Damaris estava sempre lá. O Bruno e o “Boi” (Sérgio Antoniazzi) eram de famílias ricas.

O Sérgio Cardoso tornou-se professor de filosofia na USP. Outro dia eu o vi dando entrevista na televisão. Ele casou-se com a famosa estilista Glorinha Kalhil.

Um detalhe: eles [os seminaristas] eram extremamente bonitos, cultos, charmosos, daí que o assédio era maior.

Quando deixaram o seminário o Bruno e o “Boi” foram morar numa “república” na Granja Viana, em São Paulo. Uma bonita casa muito grande, na verdade alugada e mantida pela família do Bruno Nardini. Eu os visitei lá!

A influência da Igreja Católica em minha vida foi muito boa.

¹⁸⁴ Atualmente Bispo de Catanduva-SP e Vice-Presidente da CNBB. Foi secretário Geral da CNBB por vários mandatos e também Presidente da mesma Conferência.

A presença dos seminaristas na universidade era um verdadeiro testemunho de Igreja, de como se podiam conviver respeitosamente as pessoas. Também para minhas colegas isto foi importante.

Os padres tinham uma experiência de trabalho interessante [JEC] que começava já no ginásio: eles [os padres] iam convidando as pessoas, as lideranças de cada classe e, pelo seu exemplo de vida, a gente se aproximava. Houve cursos marcantes que foram dados pelo Pe. Busch e pelo Pe. Celso. Alguns alunos também davam palestras. Não era nada exagerado como é hoje [excessiva religião da mídia, carismatismo etc...]. Falava-se em Deus sutilmente, não se louvando [como hoje], mas através das reflexões sobre os problemas do mundo e dos povos. Era o evangelho aplicado à vida.

Os seminaristas - a influência maior foram as posturas. Eles eram muito éticos, davam exemplos para nós, de solidariedade, de vida em grupo...

Eles eram cabeças especiais, que todos se lembram deles e deste período pelo exemplo de postura e de convivência fraterna.

Eles cativaram inclusive os vizinhos da casa do Bosque pelo modelo de gentilidade. Foi um tempo de muita amizade.

Penso que, hoje ainda, a Igreja seja a referência para muitas pessoas, mas falta um que seja feito de forma diferente. A JEC deixou marcas profundas e exerceu um papel que é preciso retomar.

Eu não freqüentava muito a casa, mas a Damaris tinha uma amizade grande com eles, “muita amizade”. Ela tinha uma convivência mais íntima com eles.

A Damaris falava muito bem do Pe. Nadai.

O Pe. Amauri Castanho era cultíssimo. 1968/69 foi um período de muita contestação e ele representava o “status quo”. Eram profundamente humanos, [reitoria] apesar de tudo. Não se permitia que a polícia tocasse em nenhum estudante.

Pe. Narciso, Pe. Busch, Pe. Celso – eram as maiores influências. Eles faziam a gente pensar as realidades do mundo.

O Sérgio Castanho era um leigo muito ligado aos padres. Tínhamos um professor que faleceu, Pedro Kalhil, ligado ao Instituto de Economia. Ele citava as encíclicas sociais dos papas nas aulas. Os professores eram ligados à Teologia da Libertação.

Capítulo Terceiro

O velho no novo

1 – A reestruturação do Seminário em Campinas

Ao final do governo de Paulo VI, havia na Igreja um clima de perplexidade, de descontentamento, de volta ao conservadorismo e, principalmente, ficou determinado o fim das experiências, ainda que necessariamente não tenha sido essa a tônica de todo o seu pontificado.

Se, por um lado, o concílio proporcionou abertura para o reconhecimento do homem como ser livre e de consciência pessoal e a possibilidade da construção de uma nova identidade, por outro, havia alguns pilares vacilantes: o clero e a família. Esta sofreu a influência de todos os novos valores emergentes dos anos 1960, principalmente a contestação da autoridade. O clero, por sua vez, entrou num período de grande crise. Com o clima de liberdade e autocrítica da Igreja, gerado pelo Concílio Vaticano II, muitos foram os padres e freiras que nos mais diferentes países foram autorizados a deixar a Igreja, se não estivessem realizados em sua vocação, já que até esse período só havia duas opções: permanecer em concubinato ou abandonar o sacerdócio para casar-se apenas no civil e ser considerado apóstata.¹⁸⁵ Houve, na verdade, uma mudança de mentalidade em relação à vocação religiosa e presbiteral. Se, até o final do Concílio de Trento, deixar a vida religiosa ou o sacerdócio consistia em dizer não a Deus e, conseqüentemente, ficar o religioso marcado pela culpa, pelo senso de erro, o Vaticano II atenuou um pouco essa mentalidade, concedendo a dispensa do sacerdócio aos padres e aos religiosos a dispensa dos votos.

Melloni (2005) chama de “metamorfose do descontentamento” esse mal-estar em relação às expectativas frustradas do Vaticano II e também em relação ao governo de Paulo VI:

A explosão da reforma litúrgica ocorre, na verdade, em sincronia com as grandes mudanças sociais e políticas de 1968-1973 e sua soma comporta uma metamorfose do descontentamento em algo cada vez mais agudo, cada vez mais áspero. A minoria que saiu perdendo no Concílio Vaticano II reorganiza suas fileiras numa dupla direção: um *lobby* ameaçador sobre Paulo VI, a quem assustam com o “suicídio” da Igreja, e uma forma de paciente formação interna. Organizam revistas, ambientes, correntes prontas a denunciar os

¹⁸⁵ BÔA NOVA, Antonio Carlos. *Clero e Povo – O catolicismo da América Latina nos anos 60*. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1981, pp. 19, 100-101.

adversários – até mesmo o papa, para os mais extremistas – como portadores de um neomodernismo do qual encontram as provas em qualquer indicador sociológico.¹⁸⁶

Segundo o mesmo Melloni (2005), 1968 correspondeu a um número mágico, em que muitas coisas estavam eclodindo no mundo e, conseqüentemente, na Igreja:

Da guerra do Vietnã à revolta estudantil, da revolução sexual ao definitivo desmascaramento da União Soviética em Praga, do embate ideológico entre marxismo e ideologias da segurança, do avivamento da *Ostpolitik* ao aparecimento de uma pulsão revolucionária, o frasco do tempo é sacudido violentamente e a Igreja que ali se encontra engarrafada fica marcada. Emerge uma inesperada unanimidade: antigas minorias e antigas maiorias conciliares, teólogos e bispos, fiéis e pastores: todos falam em traição e, para todos, aquilo que acontece em 25 de Julho de 1968, data da publicação da *Humanae Vitae*, é a prova. Assim, com todo esse avançar dos acontecimentos no mundo e na Igreja, as correntes na Igreja sentiam-se traídas: os que queriam reformas radicais e rápidas, bem como os que foram vencidos pelas reformas do Vaticano II.¹⁸⁷

O fluxo de padres que retornaram ao estado leigo, no Brasil, durante a década de 1960, apresentou expressiva evolução, conforme quadro abaixo:

Anexo IV – Desligamento de sacerdotes no Brasil (1960-1970)

Desligamento de sacerdotes no Brasil (1960-1970)

¹⁸⁶ Cf. MELLONI, Alberto. “O que foi o Vaticano II? – Breve guia para os juízos sobre o concílio”. In: *Concílum, Revista Internacional de Teologia*. Nijmegen – Holanda, Vol. 312-2005/4, p. 41[465].

¹⁸⁷ Idem.

Ano	Clero Secular	Clero Religioso	Total
1960	2	4	6
1961	7	6	13
1962	28	9	37
1963	15	9	24
1964	8	9	17
1965	4	20	24
1966	33	34	67
1967	43	55	98
1968	91	65	156
1969	92	75	167
1970	162	127	289

Fonte: CERIS, Departamento de Estatística

Paralelamente a tudo isso, o individualismo de antigos bispos foi cedendo lugar ao aparecimento de um novo episcopado, mais coeso, com o desmembramento de muitas dioceses e do conseqüente trabalho colegiado dos bispos. Aos poucos, o episcopado foi assumindo a fisionomia de uma verdadeira corporação.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Idem, p. 103-105.

Na estrutura da Igreja, cabe ao presbítero o papel de articulador entre o bispo e os fiéis, tendo sido o autoritarismo dessa estrutura bastante questionado a partir do Concílio Vaticano II. Cada instância buscava maior participação nas decisões da Igreja, mas recusavam a idéia dessa mesma participação por parte dos subalternos. Era comum que padres partilhar do planejamento diocesano, mas refreavam a participação de leigos nas decisões paroquiais. Porém, nesse período dos anos 1960, em que as desistências de sacerdotes foram numerosas, tal fato poderia ter servido de estímulo a uma transformação das estruturas eclesiais, mediante a redefinição das funções do sacerdote e da sua relação com os leigos.¹⁸⁹

Com as inúmeras desistências de sacerdotes, em 1965 os padres estrangeiros representavam mais de um terço do clero em quase todos os países latino-americanos, o que alude ao fato de que a América Latina não consegue procurar soluções efetivas para o problema da falta de padres.¹⁹⁰

A crise do clero dos anos 1960 atingiu obviamente os seminários, que viram reduzidos os seus quadros. Bôa Nova chama a atenção para dois aspectos que permearam esta crise: primeiro, porque em toda a Igreja o significado do sacerdócio estava em questão; segundo, porque a estrutura de seminários fechada havia sido considerada inadequada para um pleno processo de escolha e maturação da vocação.

A modernização da formação não ocorreu sem choques e mesmo os que se modernizaram passaram pela crise. Em muitos casos, a inauguração de seminários era recente e colocava-se em questão o destino de tais instituições.¹⁹¹

Em contrapartida a todos esses reveses, o norte proposto pelo Concílio Vaticano II em relação aos ministérios estava sintonizado com o modelo eclesial conciliar, em que se buscavam superar as concepções insuficientes e falhas da Igreja como “sociedade”,

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

“sociedade desigual” e “sociedade perfeita”, que dominaram a eclesiologia por séculos,¹⁹² conforme afirmou o papa Gregório XVI (1831-1846): “Ninguém deve desconhecer que a Igreja é uma sociedade desigual, na qual Deus destinou a uns como governantes, a outros como servidores. Estes são os leigos, aqueles são os clérigos”.¹⁹³

O Vaticano II recuperou da Igreja antiga a noção de que os ministérios ordenados são lidos à luz do episcopado e, por isso, coligados à missão apostólica e tidos como serviços/ministérios na tarefa de anunciar o evangelho e pastorear a comunidade, derivados da ordenação, não apenas a consagração da eucaristia, e em tudo como participantes do sacerdócio pleno do bispo. O bispo na eclesiologia local antiga, anterior a Jerônimo, é apresentado como o ministério fundamental da Igreja, como sinal e garantia da unidade. Não é mero delegado ou lugar-tenente do papa, mas verdadeiro e próprio pastor, que guia a sua Igreja em comunhão com a *Catholica* e, pela ordenação, tem a tríplice função de pregador, liturgo e pastor nesta Igreja.¹⁹⁴

O presbítero é visto como inserido no ministério episcopal, sacramentalmente partícipe, ainda que em forma reduzida, sendo que o ponto de partida não é apenas o poder sacerdotal de consagrar a eucaristia, mas a missão episcopal de anúncio, de celebração e de guia pastoral. A ele cabe o mesmo tríplice múnus que cabe ao bispo, diferenciando-se apenas pela extensão de exercício.

Os diáconos constituem o grau inferior da ordem, recebendo a imposição das mãos não para o sacerdócio, mas para o ministério, para servirem o povo de Deus na diaconia da liturgia, da Palavra e da caridade. E, ainda em relação aos ministérios não-ordenados, a *Lumen Gentium* não faz uma abordagem explícita, porém, no conjunto dos textos, podem ser deduzidos sua natureza, seu fundamento e sua destinação.¹⁹⁵

¹⁹² Cf. ALMEIDA, Antonio José de. “Por uma Igreja ministerial: os ministérios ordenados e não-ordenados no “Concílio da Igreja e sobre a Igreja”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.). *Concílio Vaticano II: Análise e Prospectivas*. São Paulo: Edições Paulinas, 2004.

¹⁹³ Citado por BOFF, Leonardo. *Novas fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho*. Campinas-SP: Verus Editora, 2004, p. 30.

¹⁹⁴ Cf. ALMEIDA, Antonio José de. op. cit.

¹⁹⁵ Idem.

A partir da nova eclesiologia do Concílio Vaticano II e também da redefinição do papel dos bispos, deveria então haver a preocupação de formar um novo tipo de presbítero, com uma formação que se desvincilhasse do aspecto meramente cultural, de celebração dos sacramentos, mas que o fizesse apto e preparado para a co-responsabilidade na tarefa evangelizadora da Igreja, gerando uma visão missionária do ministério ordenado que prevaleceu na *Lumen Gentium*, a partir do nº 28, e também na *Presbyterorum Ordinis*.

Em 1974, em uma reunião do clero de Campinas em Itaici, D. Antonio Maria Alves de Siqueira nomeou o Côn. José Júlio reitor do Seminário de Campinas. Durante os anos de 1974 e 1975, o Cônego José Júlio residiu com aproximadamente 32 jovens na ala “A” do seminário de D. Paulo de Tarso, no Swift, na parte que, no auge do seminário, correspondia à residência das religiosas. No grupo de alunos, que era pequeno, havia todos os níveis: alunos cursando supletivo ginasial, alunos cursando o Ensino Médio no Colégio Pio XII, aproximadamente dez alunos cursando Filosofia. Nesses dois anos o curso de filosofia foi realizado nesta mesma casa internamente. Alguns professores, como José Luiz Sigrist e alguns outros padres, ministravam o curso. O número de seminaristas era pequeno porque, a partir dos anos 1970, seguiu-se uma grande crise das vocações ao seminário, bem como no clero. Muitos padres nesse período acabaram deixando o estado sacerdotal.

O Côn. José Júlio pode ser considerado o precursor dos Encontros Vocacionais na Arquidiocese, prática que depois foi se tornando comum nas dioceses, para seleção e acompanhamento dos candidatos ao seminário. Ele os iniciou ¹⁹⁶ em 1974 e esses encontros tornaram-se prática constante na arquidiocese.

Aos poucos se foi percebendo nas Igrejas particulares as carências na formação do clero e, ainda mais, se considerado que agora, durante a crise das vocações, os alunos entravam no seminário jovens ou até na idade adulta, trazendo, portanto, já um arcabouço de vivências familiares, afetivas e, além disso, eram egressos de uma escola pública cada vez mais deficiente.

Assim, mesmo tendo experiências no campo da formação presbiteral em várias partes, a Igreja, a partir de exortações da própria Congregação para Educação Católica

¹⁹⁶ O verbo “iniciar” já contém a idéia expressa por “a partir de”. Por isso sugiro a eliminação desta expressão.

(responsável também pelos seminários), de 04 de janeiro de 1980, pedia aos formadores que aspectos urgentes fossem considerados na formação seminarística: formação do pastor a partir dos documentos da Igreja, tendo em vista uma formação mais espiritual dos futuros padres.¹⁹⁷

O documento pedia que aspectos como o significado autêntico do silêncio, da Eucaristia, a ascese pessoal, bem como a presença de Maria na vida dos seminaristas não poderiam ser esquecidos na formação dos futuros padres. O clero, ao receber esse documento, receou que uma interpretação “ao pé-da-letra” pudesse fazer um retorno a uma prática formativa antiga, anterior ao Vaticano II, causando equívocos, como, por exemplo, a reprodução de devoções e da procura da perfeição por si mesma, tendo em vista o nível de crítica social atingido já pelos seminaristas até então, que pediam, num relatório do Encontro dos Estudantes de Teologia do Estado de São Paulo ocorrido no mesmo ano de 1980, que a formação do padre não perdesse de vista a preocupação com a “necessidade para o Reino de Deus, de uma pastoral de transformação das injustiças estruturais do pecado social”.¹⁹⁸

Outras experiências no campo da formação aconteceram Brasil afora. Campos (1981) cita uma, significativa e explorada pela imprensa em 1980, quando a Teologia da Libertação estava no seu auge, no Brasil, e falava-se, no eco desta teologia, de uma “Teologia da Enxada”. O jornal *Lar Católico*, de Juiz de Fora-MG, em 1981 publicava:

D. José Maria Pires, filho de índia e negro, está tentando um novo estilo de formação do clero. Não é necessário nenhuma escolaridade. Aos poucos eles aprendem. Pela manhã trabalham na enxada, num local a 150 quilômetros de João Pessoa. À tarde, assistirão às aulas, à noite atuarão em comunidades da região. Depois de dois anos, eles irão trabalhar junto a paroquianos por quatro anos. Só depois, a critério do bispo da diocese, é que poderão vir a ser ordenados.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Cf. Campos, José Narino de, *Brasil: uma Igreja diferente*, S. Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1981, pp. 110-112.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Idem, p. 113.

Percebe-se de forma latente que havia, nesse período, um conflito entre duas visões de igreja e de formação dos padres, de concepção da missão e da dignidade do sacerdote no Brasil: uma tradicional, de Roma; outra de padres e bispos, que queriam fazer do presbítero um homem menos diferenciado dos outros homens e comprometido diretamente com suas lutas na edificação da cidade terrestre.²⁰⁰

Segundo Campos (1981), o Papa João Paulo II conhecia toda essa realidade a partir de múltiplas informações que recebia da Igreja no Brasil. E, estas foram, com certeza, algumas das razões que o levaram a ser exigente e a aconselhar os bispos que o fossem também, no que se referia à formação integral dos seminaristas, para que estes não fossem ludibriados pelos próprios mestres e não viessem a causar à Igreja prejuízos irreparáveis.²⁰¹

O Papa João Paulo II expressou sua preocupação com a Igreja do Brasil e com seu processo formativo do clero, manifestando-se aos bispos, quando de sua visita à Fortaleza, em relação à formação presbiteral:

Sede pais atentos e vigilantes dos futuros sacerdotes. Eu me sentiria bem feliz se, deste nosso encontro, ficasse nos vossos corações de pastores a firme convicção de tornar-vos mais ainda em suas dioceses, suscitadores de vocações para o ministério presbiteral e para a vida religiosa. Um bispo pode estar certo de jamais ter perdido o tempo, os talentos e as energias que despender para este fim. Velai, pois, por vossos seminários, com a consciência de que toda imperfeição ou desvio que houver na formação dos futuros sacerdotes, por temor de ser exigente por acomodação ou por menor atenção de vossa parte, em colaboração com os formadores por vós escolhidos, é um dano para os próprios seminaristas, hoje, e um dano maior para a Igreja amanhã.²⁰²

Em dezembro de 1975, D. Antonio e o então bispo coadjutor, D. Gilberto Pereira Lopes, fundaram o Instituto Paulo VI, ligado à Pontifícia Universidade Católica de

²⁰⁰ Idem, p. 113.

²⁰¹ Idem, p. 114.

²⁰² Idem, p. 114.

Campinas, onde deveriam os alunos cursar Filosofia. Esse instituto seria a entidade acadêmica da Arquidiocese, que teria seus alunos estudando na universidade.

Assim erigiu-se o Seminário Maior de Campinas, com o título de Seminário da Imaculada. Os alunos passaram a estudar filosofia na PUC-Campinas e a morar em uma residência — até então pertencente às Irmãs Andrelinas — na Rua D. Libânia, no centro de Campinas, nas proximidades do Campus Central da PUC.

Conforme relatou o Cônego José Júlio, que foi o padre escolhido para a restauração do seminário em Campinas:

Neste período é realizada uma espécie de permuta: a arquidiocese desocupa plenamente o prédio do seminário de D. Paulo e o aluga à Puc-Campinas, trazendo renda para a Arquidiocese e a universidade realizará parte de sua expansão nestas instalações, oferecendo uma oferta mais ampla de novos cursos à comunidade, sendo que ainda não havia os Campi I e II. Para que esta transição fosse feita, valeram muito os esforços do Côn. Haroldo Niero, que era membro do Conselho Universitário da Puc-Campinas e Diretor do Instituto de Filosofia e também do Pe. Luiz Roberto Benedetti.

Em 1977, tendo ido fazer Pós-Graduação em Roma, mestrado em Teologia Sacramentária no Instituto Santo Anselmo, o Côn. José Júlio foi sucedido no seminário pelo Pe. Luiz Antonio Guedes, que mais tarde se tornou bispo auxiliar de Campinas e que atualmente é bispo de Bauru.

Em 1981 a arquidiocese de Campinas inaugurava o novo Seminário de Filosofia, no Jardim Santa Genebra, tendo esse prédio sido ampliado em 1996, para poder atender até 30 seminaristas. Esse número de seminaristas maiores, somente de filosofia, reflete que a crise das vocações dos anos 1970, que se estendeu até os 1980, havia passado.

Após as experiências feitas no campo da formação presbiteral, ao assumir o governo da Arquidiocese de Campinas, em 1976, com certeza o arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes já vinha com a preocupação de um novo perfil formativo, a partir das informações que havia recolhido a respeito do funcionamento e dos frutos do processo anterior à sua chegada.

O novo seminário de Filosofia construído pela Arquidiocese, de certa forma fez um retorno ao modelo de seminário tridentino, pelo menos no aspecto das instalações físicas, considerando-se é claro, as circunstâncias do tempo presente. O seminário segue o mesmo estilo de organização do antigo seminário tridentino, com horários, deveres e obrigações litúrgicas, comunitárias e acadêmicas.

A diferenciação está na idade em que o jovem entra para o seminário, que não mais é a de pré-adolescente ou de adolescente, mas já jovem/adulto. Outro fator que muda o sentido da formação é o fato de os alunos cursarem filosofia no *campus* da PUC, juntamente com o universo dos muitos estudantes da universidade. Este fato foi uma conquista remanescente do período das pequenas casas.

Na atualidade, este fato de estudar na universidade é constantemente valorizado pelos professores como um dado de abertura ímpar por parte da Igreja; é uma conquista estar no mundo da universidade, e não trancado em salas de aula internas no seminário. Por outro lado, esse valorizar constante reflete que pode estar havendo, por parte dos alunos que chegaram recentemente ao processo formativo e não vivenciaram o seminário fechado e que estudaram em escolas iguais às de outras crianças, um relaxamento da disciplina. A liberdade não vem sendo devidamente valorizada. São constantes as queixas de que determinados seminaristas têm um comportamento moral não muito adequado à sua condição seminarística no *campus*. Há três ou quatro anos atrás, houve incidentes no *campus* que, de certa forma foram encobertos pela equipe formativa. Queixas chegaram aos reitores de que alguns alunos molestavam verbalmente alunas de outros cursos. Outro episódio referia-se a um seminarista que se encontrava “cabulando” aulas e estava abraçado e aos beijos com uma garota. Todos esses episódios correram de boca em boca entre os seminaristas. Havia, além do medo da expulsão, também o medo de perder a conquista de estudar na universidade, medo de que os cursos voltassem para dentro dos seminários.

A casa do grande seminário apresenta maior conforto aos seminaristas, se comparada ao seminário de D. Paulo, pois os alunos possuem um quarto individual para dormir e realizar seus estudos. Hoje, os alunos que têm mais recursos já possuem seus microcomputadores. Há biblioteca comum, refeitórios também comuns. Os sanitários fazem parte de um complexo comunitário. Em relação a estes, talvez ainda demorará para

que mude a mentalidade de que os alunos possam ter apartamentos individualizados com estrutura higiênica particular, como banheiro, por exemplo. Ainda persiste na Igreja a idéia de que o seminário deve ser um lugar que não pode apresentar todas as comodidades. O seminarista deve “sofrer” pelo menos um pouco, para que não se torne individualista ou “aburguesado”.

Não existem mais as religiosas que cuidam da parte de alimentação e de roupas, mas há duas funcionárias, cada uma responsável por um desses setores. Elas funcionam muitas vezes como substitutas das mães dos seminaristas, suprimindo certa carência afetiva destes.

As saídas são permitidas apenas para a universidade e nos finais de semana, quando os alunos fazem um estágio de pastoral, residindo aos sábados e domingos em uma paróquia, na companhia de um padre, para apreender a realidade da pastoral. Nas férias os alunos passam a residir com suas famílias, tão logo terminem os semestres letivos. Não existem mais as “neuroses” em relação aos contatos de férias, com mães, primas, tias, sobrinhas, etc.

O seminário possui um automóvel tipo perua Kombi que serve para as saídas comunitárias. O transporte para a PUC é terceirizado. A Kombi da casa, por ser de uso da comunidade formativa, não está franqueada aos alunos. As saídas que se fizerem necessárias deverão ser realizadas com transporte coletivo. Hoje em dia, os pais, que em sua maioria são possuidores de automóveis, prestam-se também a transportar os filhos. Nota-se uma evolução que acompanha o mundo do consumo da sociedade atual: no seminário do Swift, os pais não tinham carros e iam a pé ao seminário visitar os filhos. Na experiência das pequenas casas, os que tinham mais recursos acabavam, ainda que de forma não oficial, utilizando carros dos pais, como era o caso do “Bruninho”. Hoje, acontecem alguns casos, ainda raros, em que algum seminarista possua seu próprio carro. Mas seu uso não está permitido na estrutura do seminário.

Há um padre que visita o seminário uma vez por semana e tem a função de Diretor Espiritual. Atende os alunos que desejarem um acompanhamento espiritual mais próximo e eventuais confissões e também preside a celebração da eucaristia nesse dia. Atualmente, esta função é desempenhada pelo Côn. José Luiz Nogueira de Castro.

Há o diretor de estudos, que tem a função de acompanhar a vida acadêmica dos alunos, mas seu trabalho limita-se a ajudar os alunos que têm mais dificuldades na realização dos trabalhos e nos trabalhos de conclusão de curso. Atualmente, o Diretor de Estudos da Filosofia é o Pe. Luiz Roberto Benedetti.

Há questionamentos sobre o desempenho acadêmico de determinados seminaristas, que têm dificuldade em dedicar-se aos estudos por várias horas seguidas ao longo de um dia e após o período de aulas na universidade. Na maioria dos casos, não parece se tratar de dificuldades intelectuais. Na verdade, parece que os seminaristas, como a maioria dos estudantes brasileiros que estudam apenas para as avaliações, não têm o hábito de leitura. Em consequência, têm dificuldades em fazer um trabalho científico. Destacou-se um caso em que o seminarista foi a uma biblioteca de uma grande universidade em Campinas, escolheu uma tese de mestrado ou doutorado que tratava de Marx e, literalmente, copiou um capítulo dessa tese, transformando-a em seu trabalho de conclusão de curso. Seu reitor, na ocasião, fez o seguinte comentário: “Ele não estuda nada. Como é que vai ter capacidade de escrever um trabalho sobre Marx?” Pouco tempo depois, por outras questões, o aluno acabou deixando o seminário.

Em relação ao quadro de professores, os professores do Curso de Filosofia, quase na sua totalidade, são leigos e muitos são ex-padres. Não há, no momento atual, muitos padres que se interessem por aperfeiçoar seus estudos em Filosofia, porque a prioridade acaba sendo dada para os estudos teológicos. Assim, os padres que apresentam capacidades para prosseguir nos estudos de pós-graduação são em sua maioria aproveitados para especializarem-se em Teologia, julgando-se que esta ciência precisa ter garantia de ser bem ministrada para o padre, por tratar das verdades da fé.

Na PUC-Campinas, não existe cerceamento aos professores a respeito de linhas ideológicas adotadas em seus cursos. Mesmo a montagem do curso de Filosofia goza de liberdade plena: podem ser ministradas aulas de qualquer período, escola filosófica ou autor.

Em resumo, as características que definem o Seminário Maior de Filosofia são: tempo de amadurecimento da vocação; tempo de questionamentos profundos com o auxílio e/ou provocação da filosofia; tempo para criar empatia com o mundo do conhecimento, do saber racional e crítico; tempo de profunda reflexão, que visa a busca de sentido para a vida

e para a vocação abraçada. Em última instância, tempo para tornar-se filósofo no mundo e para o mundo, sendo amigo/amante da sabedoria (*sofia*). Na linguagem figurada, seria “entrar no mar”, deixar o contraste acontecer e sentir suas águas.

Anexo V - Reitores do Seminário de Filosofia

1976	Pe. José Júlio
1977/1980	Pe. Luiz Antonio Guedes *
1980/1983	Côn. Álvaro Augusto Ambiel **
1984/1986	Pe. Pedro Pastrana
1987/1992	Pe. Paulo Crozera
1993/1996	Pe. Cláudio Zaccaria Menegazzi
1997/1999	Pe. Geraldo Correa
1999/2003	Pe. Pedro Piacente
2004 em diante	Pe. Jerônimo Antonio Furian

* Bispo Auxiliar de Campinas de 1997/2001. Bispo de Bauru desde 2002.

** Pároco da Catedral de Campinas, desde 1999.

Anexo V - Planta do Seminário de Filosofia

Analisando a planta do Seminário de Filosofia, percebe-se que o prédio foi projetado tendo em mente o aproveitamento máximo do terreno, em uma época em que já não mais se dispunha de grandes espaços de terra para a construção. O terreno onde foi

construído o seminário pertencia a uma capela da arquidiocese, que desmembrou uma parte, doando-a para a construção do seminário.

No pavimento térreo, concentram-se os espaços destinados às atividades comuns: capela, salas de aula, biblioteca, sala de televisão, sala de computação, refeitório, cozinha e serviços. Há ainda garagem, quadra de esportes e um gramado à frente do seminário.

No pavimento superior, estão os dormitórios e os sanitários coletivos. Um aspecto que não se faz presente nesta construção e era característica marcante do seminário tridentino é que os dormitórios têm suas janelas tanto para frente do edifício, dando para a rua, como também para os fundos. Não houve a preocupação excessiva de isolar o seminarista do mundo exterior. O estilo da construção também é simples, com materiais não de primeiríssima qualidade, mas obedece a um estilo sóbrio de construção, do tipo utilitário, com tijolos à vista, típico dos anos 1980.

Não houve a preocupação estética da construção, ou seja, não se buscou fazer com que esta fosse um lugar agradável. Prezou-se apenas a praticidade. Há queixas das muitas turmas que lá passaram, em relação ao aconchego necessário, que a casa deveria oferecer e não oferece.

Por outro lado, salvaguardou-se a privacidade mínima dos seminaristas, proporcionando-lhes dormitórios individuais. Mas o próprio tamanho do prédio e sua forma de organização acabam remontando ao seminário de Trento.

* * *

Até 1978, os candidatos ao sacerdócio de todas as dioceses do Estado de São Paulo cursavam Teologia no Seminário Central do Ipiranga. A partir dessa data os bispos do Estado, sob a liderança do Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, definiram que, se não fosse possível a cada Diocese ter seu próprio instituto de Teologia, pelo menos que se fizesse uma Teologia mais próxima da realidade em que os padres iriam atuar no futuro.

Em 1978 foi fundado o Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da PUC-Campinas, com a criação do curso de Teologia, que teve à frente o Pe. José Benedito de Almeida David, depois vice-reitor, na seqüência reitor da PUC-Campinas, no período de 1998 a 2005.

De início, os alunos residiam na casa dos Padres Estigmatinos, no Jardim Nova Europa, até que a casa da Rua Carolina Florence, de propriedade da Paróquia Nossa Senhora das Graças, na Vila Nova, fosse adaptada para seminário. Alguns alunos residiram também no Centro de Pastoral Pio XII, por falta de acomodação para todos.

O seminário foi organizado nos moldes do seminário de filosofia. Os alunos estudavam na PUC e nos finais de semana cumpriam estágio pastoral junto a alguma paróquia da diocese. Aos poucos, toda experiência diferente do padrão não foi mais permitida, como, por exemplo, o seminarista viver todos os dias da semana em uma paróquia e conciliar trabalho profissional com estudos e pastoral.

O seminário de teologia sempre teve a fama de ser a parte mais liberal de todo o período de formação, porém, nos últimos anos, este segmento também entrou na linha de fechamento. Este fechamento, não assumido explicitamente pela equipe formativa, segundo os responsáveis pela formação, parecia necessário. Afirma-se que os alunos não tinham o exigido rigor nos estudos. Também há o fato de que as saídas de casa aconteciam indiscriminadamente, passando os alunos fora de casa, no centro da cidade, em casas de amigos das paróquias, boa parte dos dias ou as noites, prejudicando e sacrificando o necessário tempo que deveria ser dedicado aos estudos.

Em 1998 foi construído um novo edifício para o seminário de Teologia, com capacidade para até vinte seminaristas alojados em quartos individuais, no Bairro Parque São Quirino, próximo ao *campus* I da Puc, já que o seminário da Vila Nova havia se tornado pequeno e não era prático, por ter muitas adaptações. O seminário foi inaugurado com a presença do núncio apostólico do Brasil, na época D. Alphio Rapsarda.

A casa de teologia seguiu também a inspiração dos grandes seminários tridentinos, com claustro e jardim voltados para dentro do edifício. Em relação a outros seminários, este apresenta maior conforto individual. Os quartos são individuais e há um sanitário para cada dois quartos. Parece que a questão dos sanitários individuais, próprios de qualquer

habitação dos dias de hoje, ainda consiste em algo com que a Igreja tem certa dificuldade para lidar. É tônica em todas as casas de formação, não só de Campinas, mas de outros lugares, que os sanitários sejam comuns.

Os serviços são realizados por duas funcionárias, uma na cozinha e outra na lavanderia. Não existe mais a figura das religiosas nos seminários. Os seminaristas dos três seminários da arquidiocese realizam a faxina de todo o prédio, com exceção das cozinhas. Este é um dado que não havia nos seminários tridentinos, onde os funcionários ou as religiosas faziam esses serviços.

O seminário contém, no pavimento superior, os aposentos dos alunos e dos padres diretores. No andar térreo, há a biblioteca, com aproximadamente doze mil obras de teologia, sala de estudos, capela, jardim do tipo claustro, quadra de esportes, refeitório, despensa, cozinha, lavanderia e sala de televisão com TV a cabo, esta última considerada uma grande comodidade e abertura ao mundo.

O seminário possui um veículo tipo perua Kombi e mais um veículo de passageiros para o transporte diário dos alunos para a PUC e que serve também para as saídas comunitárias.

Em relação aos professores do Curso de Teologia da PUC-Campinas, estes são, via de regra, padres com alguma qualificação em nível de pós-graduação na área teológica. Exceções existem em relação a leigos ministrarem aulas, mas são exceções.

Dos professores do Curso de Teologia da PUC-Campinas, a sua maioria fez mestrado em alguma área da Teologia, geralmente em universidades de Roma. Outros, mais qualificados, possuem doutorado, geralmente feito no exterior; escrevem livros e publicam, periodicamente, artigos de Teologia em revistas especializadas. Destacam-se no curso de teologia os professores doutores Pe. Pedro Carlos Cipolini, Pe. Luiz Roberto Benedetti, Pe. Benedito Ferraro, da arquidiocese de Campinas, e também padres de outras dioceses, como o Pe. Benedito José de Almeida David e o Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves.

O diretor espiritual é sempre um padre escolhido pelo reitor, com a anuência do arcebispo, e seu trabalho consiste em acompanhar os horários de oração em uma tarde semanal, presidindo nesse dia a celebração da eucaristia. Há também o diretor de estudos,

cuja escolha segue o mesmo critério do orientador espiritual, que atende aqueles alunos que possam ter alguma dificuldade nos trabalhos exigidos na universidade.

Desde 2004 foi contratado também um psicólogo leigo, ex-religioso, que atende individualmente os alunos que desejarem. Periodicamente são feitas algumas reuniões de terapia de grupo. Esse profissional realiza o mesmo trabalho no seminário de filosofia.

Para a última etapa da formação presbiteral, o Seminário Maior de Teologia tem em resumo as seguintes características que o definem: que, já sob o ponto de vista da espiritualidade, o candidato ao sacerdócio possa aprofundar a sua fé com a ajuda dos questionamentos e dos conceitos apreendidos durante os cursos de Filosofia e Teologia; tempo de concluir suas convicções de fé, do próprio amadurecimento da fé e das convicções religiosas; tempo de envolvimento profundo no mistério “Fé-Revelação”; e, por fim, tempo de pré-doação total, tendo em vista a ordenação presbiteral ao final do curso. É, por assim dizer, o “tempo da imersão total nas águas profundas do mar”.

Anexo VI - Reitores do Seminário Maior de Teologia

1978/1980

Pe. Luiz Antonio Guedes *

1980/1985	Pe. Ercílio Turco **
1986/1990	Pe. Luiz Antonio Guedes *
1991	Pe. Wilson Denadai ***
1992/1997	Pe. Benedito Malvestiti
1998/2002	Pe. Elisiário César Cabral ****
2003 em diante	Pe. Cláudio Zaccaria Menegazzi

* Bispo Auxiliar de Campinas de 1997/2001. Bispo de Bauru desde 2002.

** Bispo de Limeira e atualmente Bispo de Osasco.

*** Vice-Reitor da PUC-Campinas de 2002/2005. A partir de 2006, Reitor da PUC-Campinas.

**** Vice-Diretor do Curso de Teologia da PUC-Campinas, de 2000 a 2001. Diretor do Curso de Teologia da PUC-Campinas, de 2002 em diante.

Anexo VII - Planta do Seminário de Teologia

O estilo de construção do Seminário de Teologia também atende às necessidades e à funcionalidade que os dias atuais exigem. Embora possua um claustro, há também dormitórios voltados para a rua. Tal fato leva a crer que esse jardim interno cumpre mais um aproveitamento do terreno do que a intenção de resgatar o estilo tridentino. Se assim fosse, não haveria dormitórios voltados para a rua.

O estilo da construção também é simples, do tipo econômico, com materiais que não são necessariamente de luxo. Tem o estilo de tijolos à vista, dominante nessa época.

* * *

Em 1993, sob o impulso da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*, (*Dar-vos-ei pastores*), de João Paulo II, em que se propõe um alinhamento da formação presbiteral em âmbito mundial, com a indicação de que as Igrejas particulares criassem o seminário propedêutico, a Arquidiocese de Campinas criou o seu Instituto Vocacional Propedêutico São José, na cidade de Pedreira, à época pertencente à Arquidiocese de Campinas.

O Propedêutico, segundo o documento de João Paulo II, deve ser um período de discernimento e maturação das sementes da vocação sacerdotal. Nesse período, devem ser trabalhadas com os jovens as quatro dimensões principais da formação: a humano-afetiva, a comunitária, a intelectual e a pastoral.

O Curso propedêutico recebe apenas jovens que já terminaram o Ensino Médio e que têm já esboçado o desejo de ingressar na carreira sacerdotal. Casos em que o jovem deve ainda terminar o Curso Médio deverão ser encaminhados para locais onde existe o Seminário Menor.

No seminário propedêutico, o jovem deverá passar um ano ou mais, de acordo com a necessidade, a fim de aprofundar a vivência das quatro dimensões da formação propostas pelo papa na *Pastores Dabo Vobis*. Porém, neste ano acaba sendo mais forte a vivência da dimensão intelectual ou da comunitária, dependendo da tônica que é dada, em cada lugar,

principalmente aos limites e às deficiências trazidos pelos alunos em seus cursos de Ensino Médio. Os candidatos ao clero são, em sua grande maioria, egressos do Ensino Médio público.

Consiste este ano do Curso Propedêutico em um aprofundamento intelectual, ao estilo de um Curso Pré-Vestibular, com ênfase nas disciplinas mais necessárias para a aprovação nos vestibulares de filosofia. No caso de Campinas, os alunos fazem o curso de Filosofia na PUC-Campinas, daí a necessidade de um preparo razoável, principalmente nas disciplinas da área de ciências humanas. Também é um ano em que o jovem deverá fazer uma forte experiência de vida comunitária, aprofundamento espiritual, bem como trabalhar aspectos de sua vivência humano-afetiva.

Na Arquidiocese de Campinas, o Seminário ou Curso Propedêutico tem uma história um tanto sinuosa. Teve seu início na então Região Leste da Arquidiocese, hoje Diocese de Amparo. À época acreditava-se que o grande celeiro das vocações da Igreja de Campinas fosse a região de Amparo, primeiro por haver vários padres oriundos dessa região e por ser ela uma região que tem como base econômica as atividades ligadas ao setor primário da economia. Daí haver uma associação entre contingente vocacional e mundo rural. Porém, após a divisão das dioceses, verificou-se que na parte de Campinas continuou havendo certa regularidade no surgimento de vocações e relativa constância dos números.

Em 1998, na Missa dos Santos Óleos, em que se reúnem na Catedral todo o clero arquidiocesano, lideranças leigas e muitas pessoas do povo, D. Gilberto Pereira Lopes anunciava um novo passo em direção da formação presbiteral, com a nomeação do Pe. Mansur Rodrigues Mansur para Promotor Vocacional da Arquidiocese. Isto se dava porque toda a região leste da Arquidiocese havia sido desmembrada de Campinas e se tornado a Diocese de Amparo. Havia fortes indícios na época de que mais da metade das vocações de Campinas eram oriundas daquela região, daí a preocupação em intensificar o trabalho de descoberta de candidatos ao clero. O fato mereceu destaque no Jornal Correio Popular, de 10 de abril de 1998, com a manchete: “Arcebispo quer cruzada em busca de padres”.

Com a divisão das dioceses, em 1998, o Seminário Propedêutico instalou-se nas dependências do Seminário de Filosofia, no prédio do Jardim Santa Genebra. Havia dois reitores, o de Filosofia e do Propedêutico, residindo na mesma casa. A participação nas

refeições, nos ofícios litúrgicos, nas atividades comunitárias e esportivas eram comuns, porém os estudantes de Filosofia estudavam na PUC-Campinas, e os alunos do propedêutico, mesmo que já tivessem o Ensino Médio completo, freqüentavam a terceira série do Ensino Médio no Colégio Arquidiocesano Pio XII. Mas, por serem egressos da escola pública, em quase que total maioria, os alunos acabavam enfrentando muitas dificuldades para vencer a contento esse ano no Colégio Pio XII. Quando os alunos não conseguiam acompanhar o ritmo do colégio, era necessária a ajuda de professores particulares em várias matérias. Havia algumas aulas que eram ministradas, esporadicamente, pelo próprio reitor do Propedêutico, sobre o Catecismo da Igreja Católica.

A partir da posse de D. Bruno Gamberini à frente da Arquidiocese de Campinas, no seu primeiro ano como bispo, D. Bruno entendeu ser necessário haver um seminário específico para os alunos do propedêutico, por tratar-se de uma caminhada diferente da dos alunos de filosofia. Assim se manifestou o bispo a respeito do Propedêutico: “no propedêutico não podem morar alunos que já tiveram alguma experiência de vida seminarística. O Propedêutico é, por assim dizer, ‘virginal’”. Com isto queria o bispo dizer que nessa casa os alunos deveriam começar sua trajetória desde o ponto “zero”. Quanto menos contato houver com a caminhada dos que já estão há alguns anos no seminário, melhor para que se tente educar os alunos de forma mais isenta das preocupações de cada etapa formativa, começando-se a cada ano um novo processo formativo.

A impossibilidade de instalar o Seminário Propedêutico na residência das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, no Instituto Complementar São José, à Rua Culto à Ciência, que estava encerrando suas atividades, por sugestão do Mons. Busch, vigário geral da Arquidiocese, resolveu-se pela instalação do Propedêutico na ala “C” do antigo seminário de D. Paulo de Tarso Campos, no bairro Swift, que vinha sendo subutilizada como Casa de Encontros Pastorais da Arquidiocese. Porém, o prédio encontrava-se em total deterioração desde que a PUC-Campinas de Engenharia, deixou de alugar o prédio após a concentração da maioria de seus cursos nos *campi* I e II.

A solução encontrada foi a locação da ala “B”, a maior, para a Universidade São Francisco, dos Franciscanos de Bragança Paulista. Com os recursos advindos desse aluguel,

muitas obras da Arquidiocese passaram a ser mantidas. A parte dos fundos da ala “C”, após total reforma, servirá como Casa de Encontros da Arquidiocese.

A ala “C”, que nos tempos do seminário de D. Paulo funcionava como conjunto de salas de aula e serviços diversos como barbearia, dentista, livraria e ambulatório médico, foi totalmente reformada e adaptada para um seminário de porte médio, podendo abrigar aproximadamente trinta seminaristas. Após alguns contratempos e atrasos na entrega das reformas do prédio, em abril de 2005 iniciou suas atividades, em dependências exclusivas, o novo Propedêutico da Arquidiocese.²⁰³

Assim, as principais características que definem o seminário propedêutico são: um tempo de discernimento vocacional; preparação para os estudos superiores; preparação para o vestibular; revisão de estudos do Ensino Médio; tempo de experiência de vida comunitária; criação de hábitos de estudo. Lugar de ensinar aos candidatos um modo de ser Igreja, na Igreja. Nesse tempo, faz-se necessário ajudar o seminarista a desenvolver ou aprimorar a educação recebida em casa. Há que ensinar a rezar; a estudar; a cantar; a sensibilizar-se pelos problemas sociais e do povo; a portar-se à mesa, na capela, nos espaços comuns da casa, nos espaços privados, diante das pessoas; como se deve tratar bem, com respeito e educadamente a todas as pessoas. Há que se ensinar noções básicas da

²⁰³ Ainda não havia um reitor para a casa, assim, no período dos dois meses iniciais, o Pe. André Luis Rufino, emprestado da diocese de Bragança Paulista, respondeu pelo seminário. Porém, havia uma certa cobrança do Conselho de Presbíteros e do clero de Campinas para que na direção do Propedêutico fosse colocado um padre da própria arquidiocese. O Sr. Bispo alegava a falta de padres. Assim, a Comissão de Seminários da Arquidiocese sugeriu o nome de um seminarista que tinha experiência anterior como professor, para que este assumisse como coordenador do Instituto. A proposta foi bem recebida pelo arcebispo e, a partir de agosto de 2005, o seminarista assumiu a direção do seminário. O clero entendeu ter sido uma boa escolha e manifestou seu apoio à decisão do bispo no Conselho de Presbíteros. De qualquer forma, este foi um caso singular na história da arquidiocese, que alguém, ainda como seminarista, tenha assumido a direção de um seminário. Hoje o seminarista já é padre e continua à frente do Instituto.

vida em sociedade. Assim, ensina-se desde a tentativa de amoldar o jovem a um estilo de vida e de comportamento social do padre e que é, de certa forma, aquilo que o povo espera do padre: alguém que, sendo um representante do mundo religioso, seja respeitador e atencioso para com todos, num mundo de tantas carências. O Propedêutico tenta, inclusive, re-ensinar ao jovem hábitos de vida que porventura ele não tenha ainda apreendido, tais como noções de asseio pessoal. Nesse aspecto, faz-se necessário inclusive descer a pontos práticos, tais como orientar para que seja o futuro padre uma pessoa que toma banho regularmente ao despertar, que seja um homem que se apresenta ao povo barbeado todos os dias, etc. Em linguagem figurada, seria o tempo de “ver”, “olhar o mar”, antes de entrar em suas águas definitivamente.



Fig. 24 – Capela do Seminário de Teologia

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig.25 – Fachada do Seminário de Teologia

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fachada do Seminário de Filosofia

Fig. 26 – Fachada do Seminário de Filosofia I

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fachada do Seminário de Filosofia

Fig. 27 – Fachada do Seminário de Filosofia II

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig. 28 – Capela do Seminário de Filosofia

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig. 29 – Fachada do Seminário Propedêutico

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig. 30 - Capela do Seminário Propedêutico

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig. 31 – Cozinha do Propedêutico e funcionária leiga

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig. 32 – Sala de aula e professor leigo do Seminário PropedêuticoFoto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig. 33 – Refeitório – Comemoração de Aniversário de funcionária leiga

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia



Fig. 34 – Fachada do Propedêutico – Familiares, diretoria e ingressistas de 2006

Foto: Arquivo do Seminário de Filosofia

As fotografias do Seminário Propedêutico, bem como dos seminários de Filosofia e Teologia mostram que existe uma mudança significativa nas relações entre direção e seminaristas. Há um clima de descontração no dia-a-dia; os alunos freqüentam normalmente a cozinha; a relação com as funcionárias não é mais proibida, mas estas são consideradas pela equipe formativa como co-formadoras, porque também participam da vida do seminário e podem dar uma contribuição positiva ao processo; as funcionárias participam de forma mais próxima da vida da casa e dos seminaristas. O relacionamento tornou-se, após o Concílio Vaticano II, mais franco, sem barreiras e de mais liberdade. Tal fato não suprimiu elementos essenciais, presentes, desde sempre, no processo formativo, que é a distinção muito clara a respeito dos limites existentes entre formador e formandos, com toda a autoridade reservada ao primeiro.

Por outro lado, a exigência de organização rigorosa na vida dos seminaristas se fez necessária, devido ao modo e à educação escolar que tiveram, e não deixam de entrever que, no novo modelo formativo, estão presentes as estruturas antigas, do seminário tridentino, só que agora com outra roupagem, com outra forma, com outro tipo de relações.

Anexo VIII – Arcebispo quer cruzada em busca de padres

CIDADES

CAMPINAS, SEXTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1998

Arcebispo quer cruzada em busca de padres

MARIA TERESA COSTA

O arcebispo d. Gilberto Pereira Lopes conclamou o clero campineiro, ontem, para uma cruzada em busca de vocações sacerdotais nas paróquias da Arquidiocese de Campinas. Com a divisão da diocese, que separou a antiga Região Pastoral Leste de Campinas, caiu pela metade o número de seminaristas de Teologia que, quando formados, atuarão nas paróquias dos municípios da diocese de Campinas.

No apelo, feito durante a missa dos Santos Óleos e da Renovação das Vocações Sacerdotais ontem na Catedral e que reuniu 100 padres, 18 seminaristas, um diácono e um público que lotou o templo, o arcebispo anunciou a inauguração do novo prédio do Seminário de Teologia, que acontecerá dia 18 de maio.

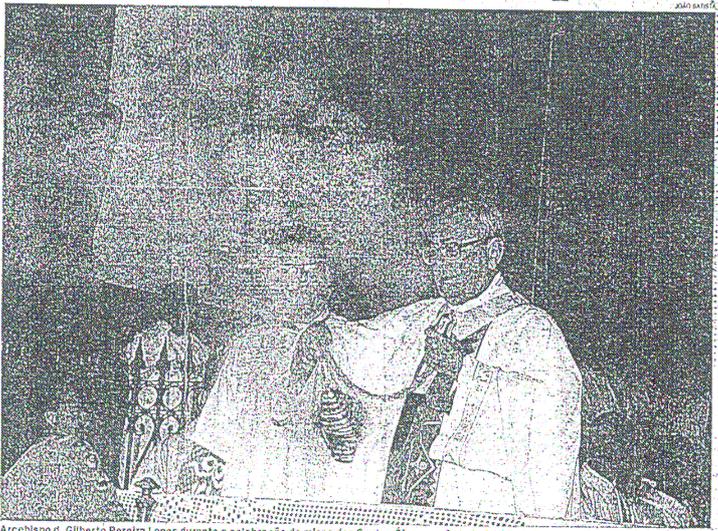
O prédio, construído com ajuda das paróquias no Parque São Quirino, tem capacidade para 20 seminaristas. "Construímos com esta capacidade porque pela primeira vez na história da diocese tínhamos 20 alunos. Mas aí aconteceu uma situação diferente e nova, que foi a divisão da diocese e o número de nossos alunos caiu pela metade", diz o arcebispo. A região onde está a nova diocese (de Amparo), com características rurais, era a que mais fornecia padres para a diocese de Campinas.

cações para a diocese de Campinas, precisamos de alguém com capacidade para enfrentar os desafios. Queremos uma pastoral vocacional que acolha a pessoa na compreensão urbana, sem repetir os métodos pastorais que vínhamos usando até agora", diz.

D. Gilberto disse que os padres precisam fazer um trabalho sério para despertar vocações no meio do povo, para que elas possam ser mais numerosas e qualificadas. Em Campinas estão instaladas as cinco casas de formação de presbíteros mantidas pelas dioceses da região. Os alunos estão se preparando para o presbitério cursando Teologia ou Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Os bispos das dioceses em Campinas no início do ano, chamaram a atenção para a necessidade de melhorar a qualidade dos futuros padres. Frutos de um sistema educacional superficial e de uma sociedade competitiva, os futuros padres hoje acabam sendo superficiais e competitivos também.

"Quem escolhe ser padre deveria se desapegar destas coisas, mas há muitas dificuldades de superação e muitas solicitações em outras direções. Isto nos preocupa muito e queremos a ajuda dos reitores das casas de formação para



Arcebispo d. Gilberto Pereira Lopes durante a celebração da missa dos Santos Óleos, na Catedral de Campinas: apelo ao clero.

Procissão vai percorrer 14 quilômetros

Pelo 30º ano consecutivo, os católicos farão hoje uma caminhada de 14 quilômetros de ruas e avenidas de Campinas, visitando sete igrejas com o nome de Nossa Senhora e refazendo parte da Paixão de Cristo, Lurdes, Rosário, Auxiliadora, das Dores, Capela da Casa de Saúde e terminará na Nossa Senhora do Carmo.

Em cada igreja, os fiéis entram para a leitura bíblica de uma das estações da

que vem sendo organizada ao longo dos anos por Aldo Morandi, um aposentado que se inspirou no relato de um compadre que havia visitado Jerusalém e estava entusiasmado com a manifestação de fé que viu na Via

com sete igrejas que tinham o nome de Nossa Senhora. Nos primeiros cinco anos apenas os homens participaram, porque os organizadores achavam que as mulheres não aguentariam percorrer os 14 quilô-

Anexo IX - Reitores do Seminário Propedêutico

Pe. Osmar Marques *

1993/1997 Pe. José Luiz Araújo

1998/1999 Pe. Carlos Roberto da Silva

2000/2002 Pe. Mansur Rodrigues Mansur

2003 Pe. Pedro Piacente **

2004 Pe. Jerônimo Antonio Furiam **

2005 em diante Pe. José Eduardo Meschiatti

* Pediu afastamento do ministério presbiteral em 2005, por tempo indeterminado.

** Reitor da Filosofia, acumulou a direção do Propedêutico em 2004 e a direção do Seminário de Filosofia, em função da morte repentina do Pe. Mansur Rodrigues Mansur.

Anexo X - Plantas do Seminário Propedêutico

2 – As linhas de continuidade do Concílio Vaticano II

A realização do Vaticano II poderia ser considerada, por um lado, uma trégua dada pela identidade tridentina; por outro, uma ruptura necessária, a qual a Igreja não mais podia avançar na história sem se defrontar com o mundo moderno e secularizado. Com a morte do Papa Paulo VI, e em seguida a morte do Papa João Paulo I, em 1978, João Paulo II assumiu o governo da Igreja, assumindo juntamente os anseios de uma Igreja que não tinha suportado o peso e as conseqüências de tamanha renovação. Esperava-se desse novo pontificado uma postura mais rígida no sentido de reestruturação, de reorganização da identidade católica. Nesse contexto, a palavra de ordem, proferida e proposta no pontificado de João Paulo II²⁰⁴ foi a retomada da disciplina na Igreja, na esteira do que, poucos dias antes, seu antecessor, João Paulo I, havia proposto como acento de seu pontificado.²⁰⁵

O que deu forte sustentação ao pontificado de João Paulo II foram justamente esses anseios de setores da própria Igreja, que viviam o assentamento da poeira levantada pelo Concílio. Este teria representado o rompimento de um grande dique. O momento seguinte ao rompimento é o da acomodação das águas revoltas. Este é o contexto de João Paulo II, um homem que veio do leste da Europa, da experiência da falta de liberdade religiosa e política instaurada pelos regimes de inspiração socialista em todo o Leste Europeu.

²⁰⁴ Em uma de suas poucas alocuções, o Papa João Paulo I havia esboçado a tônica de seu papado, ao afirmar que o momento exigia que se retomasse na Igreja a disciplina. Diz o Papa: ...“há que se retomar a disciplina na Igreja. E, falo da Disciplina Grande, da sã disciplina...” Cf. SEDOC, setembro de 1978, Ed. Vozes.

²⁰⁵ Cf. LECOMTE, B. *João Paulo II, Biografia*. S. Paulo: Ed. Record, 2004. Obra francesa de 2003, que analisa e avalia o pontificado de João Paulo II.

O Cardeal Wojtila (Papa João Paulo II), embora tenha vindo de uma experiência de Igreja cerceada em sua liberdade no seu país, a Polônia, teve a oportunidade completar sua formação estudando em Roma e, durante a 2ª Guerra Mundial, fazer a experiência da expropriação de seu país, acompanhou de perto o sofrimento do povo judeu na Polônia, tornando-se um defensor oculto de muitos judeus.

Como vários estudiosos da Igreja, o jesuíta João Batista Libânio, em sua obra *A Volta à Grande Disciplina*²⁰⁶, num balanço sobre o pontificado do papa Paulo VI (1963-1978), apresenta, a respeito deste, um acervo enorme de ensinamentos, a marca de sua personalidade, a grandeza de coração e a amplitude de mente. O crítico jesuíta aponta para uma certa sensibilidade mundial intra e extra-eclesial, que reteve desse papa uma imagem um tanto pessimista e alarmista, se forem tomados por base alguns de seus últimos discursos, nos últimos três anos de pontificado, em que faz críticas duras à sociedade de então, chamando-a de “sociedade dessacralizada, sem alma, sem amor”.

Libânio defende, por outro lado, a idéia de que o último ano de pontificado do papa não pode servir como parâmetro para uma análise mais negativa do governo do pontífice, já que no todo, como continuador do Concílio Vaticano II, bem como sua implementação na vida da Igreja, sua atividade é de grande valor, pois tem resultados com saldo positivo.

Nos últimos anos de seu pontificado, Paulo VI apresentava significativas mostras de desgaste, quando já se iam dez, doze anos do término do Concílio Vaticano II, que proporcionou grande abertura não só na estrutura, mas também na mentalidade da Igreja. Algumas opções que o papa se viu obrigado a enfrentar no pós-concílio acabaram por fazê-lo encerrar seu pontificado com certo sabor de isolamento e falta de apoio, o que não corresponde à totalidade do seu mandato, que tem uma característica de bastante abertura ao mundo moderno. Diante da questão sobre a natalidade, na Carta Encíclica *Humanae Vitae* (*Sobre a vida humana*), de 1968, o papa assumiu uma postura ortodoxa contra os métodos contraceptivos, o que teve uma repercussão extremamente negativa na imprensa internacional e que o deixou abalado.

²⁰⁶ LIBÂNIO, João B., *A Volta à Grande Disciplina*. S. Paulo: Ed. Loyola, 1984.

Tendo sido secretário do Papa Pio XII (1939-1958), o bispo Montini, depois Papa Paulo VI, acabou não sendo o seu sucessor, porque na época ainda não era cardeal. Mas, já no governo do Papa João XXIII (1958-1963), foi feito cardeal, vindo a suceder João XXII e concluindo o Concílio Vaticano II.

Paulo VI foi o primeiro papa a visitar a América Latina, em 1968, quando participou do Congresso Eucarístico Internacional, na Colômbia, abrindo neste mesmo país a 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na cidade de Medellín. É autor de um dos documentos tidos pelos críticos como dos mais avançados da Igreja: trata-se do documento *Evangelii Nuntiandi (Sobre a evangelização no mundo contemporâneo)*. Um dos fatos que colaboraram para que o papa tivesse uma grande sensibilidade e abertura ao mundo foi sua formação. O papa teria sido na infância e adolescência uma pessoa de frágil saúde, passando por seguidas enfermidades. Por conta disso, não estudou todo o tempo em seminários, mas fez parte de sua formação em sua própria casa. O contato mais direto com as realidades da vida poderiam ter suscitado no jovem Montini a formação de uma personalidade mais aberta.

Com a morte de Paulo VI em 6 de agosto de 1978, foi eleito papa o patriarca de Veneza, cardeal Albino Luciani, que adotou o título de João Paulo I, fazendo alusão aos dois papas anteriores, João XXIII e Paulo VI, responsáveis, o primeiro, pela convocação e o segundo, pela conclusão do Concílio Vaticano II.

Em sua primeira aparição pública após a eleição, o papa apareceu sorrindo nos meios de comunicação – “o papa sorriso” – e assumiu continuar a obra de Paulo VI, com o consenso universal deixado por João XXIII na perspectiva de reordenamento.

Em sua primeira radiomensagem, o papa disse:
Queremos conservar intacta a “grande disciplina” da Igreja, na vida dos sacerdotes e dos fiéis, tal como a celebrada riqueza de sua história a assegurou através dos séculos, com exemplos de santidade e de heroísmo, quer no exercício das virtudes evangélicas, quer no serviço dos pobres, dos humildes e dos indefesos. A esse propósito promoveremos a

revisão dos dois Códigos de Direito Canônico, o de tradição oriental e o de tradição latina, para assegurar, à linha interior da santa liberdade dos filhos de Deus, a solidez e a estabilidade das estruturas jurídicas.²⁰⁷

Já em sua mensagem ao clero romano, em 17/09/1978, João Paulo I fez questão de diferenciar a “grande disciplina” da “pequena disciplina”, porque o termo disciplina pode fazer alusão a rigorismo. Na fala do papa, a “grande disciplina” diz respeito a tudo aquilo que deve ser conservado na vida dos sacerdotes e dos fiéis e, a “pequena disciplina” se limita à pura observância externa e formal de normas jurídicas. E o papa continua:

Eu desejaria falar da “disciplina grande”. Esta só existe se a observância externa é fruto de convicções profundas e resulta de projeções, livres e alegres, de uma vida intimamente com Deus. Significa “comportar-se” em todas as circunstâncias da vida, segundo as máximas do Evangelho e os exemplos de Jesus, dominar as inclinações, criar clima de recolhimento.

Por essas falas, não sobram dúvidas de que o corpo da Igreja parecia precisar de reformulação, de nova orientação, principalmente pela referência à vida dos sacerdotes. E, ainda, ao tocar no tema das convicções, mais clara fica a percepção do papa e da Igreja sobre providências a serem tomadas. O papa teria assumido o governo da Igreja com um compromisso bem definido de cuidar da disciplina na Igreja.

Tendo falecido o Papa João Paulo I, com apenas 33 dias de governo da Igreja, reuniu-se mais uma vez o colégio dos cardeais; desta feita, após 450 anos, elegeu-se um papa não italiano, já que em muitas vezes a tradição tinha mostrado que vários papas eram provenientes das dioceses de Milão (Pio XI e Paulo VI) e Veneza (Pio X, João XXIII e João Paulo I). O conclave elegeu em 16 de outubro de 1978 o cardeal Karol Wojtila, da Polônia, que assumiu o título de João Paulo II. Este retoma o discurso de João Paulo I acerca da necessidade de retomar a “disciplina grande” na Igreja, mas dá um tom de

²⁰⁷ João Paulo I. Primeira Radiomensagem. In: *L'Osservatore Romano*, edição semanal portuguesa, 3/set/1978, nº 36 (457), p. 6.

aprofundamento, fazendo referências específicas ao “campo doutrinal” e às “normas litúrgicas”.

Libânio comenta a respeito da opção feita pelos dois papas sobre a questão da “grande disciplina”. Esta significa, por um lado, conforme fala do próprio papa, “não suprimir o que é bom, mas garantir a justa ordem própria do Corpo Místico de Cristo (Igreja), como garantir e regular a fisiológica articulação entre todos os membros que o formam”. Assim, disciplina relembra fidelidade ao magistério de São Pedro, principalmente *antes do Pe. Amauri Castanho. Agora a direção estava nas mãos do Sigrist que era mais de esquerda.*

À doutrina e às normas litúrgicas. Por outro lado, aparecem as primeiras preocupações dos dois papas acerca dos problemas que se evidenciavam já no final de governo de Paulo VI. Nessas falas estão embutidas e delineadas quais serão as preocupações programáticas. Sinal de que há uma situação a ser reordenada, por parecer confusa, talvez um tanto fora de controle, entregue aos impulsos subjetivos.²⁰⁸

Aqui vale a discussão de Michel de Certeau acerca de convicções em seu estudo *Credibilidades Políticas*²⁰⁹ quando afirma que as instituições, os partidos políticos, as igrejas, vivem numa “aparente confiança”, pois reúnem cuidadosamente as relíquias de convicções antigas; mediante essa ficção de legitimidade, vão mais ou menos gerindo seus negócios. Na verdade, o citado autor sustenta a tese, em 1984, de que as instituições estavam sofrendo diminuição da convicção por parte de seus adeptos. Fala de “ausência de uma credibilidade mais forte que os leva para outro lugar”.

Certeau entende por crença não o objeto do crer, como um dogma ou um programa, mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la, considerando-a verdadeira. Assim, crença é mais o modo de afirmar e de argumentar, que necessariamente o seu conteúdo. Grave é o dado da diminuição da crença, das convicções, porque são estas

²⁰⁸ Cf. LIBÂNIO, op. cit., p. 2.

²⁰⁹ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994 (nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard, já que a primeira edição data de 1984).

que sustentam o funcionamento da autoridade. “Hoje, existem demasiados objetos para crer e muito escassa credibilidade”.²¹⁰

A análise de Certeau vai na contramão da estratégia adotada pela Igreja, no sentido de que esta aposta em reforçar as convicções por meio do fortalecimento da disciplina, a fim de garantir a sadia sustentação de seu corpo. Um dos problemas que aparecem nas preocupações da Igreja é o da motivação do clero. Há, nesse período, uma preocupação de gerar novas motivações, de purificar e solidificar as motivações existentes. Certeau afirma categoricamente que “a sofisticação da disciplina não é capaz de compensar o desengajamento das pessoas” e exemplifica, apontando o que acontece nas empresas, quando a desmobilização dos trabalhadores cresce mais depressa que o controle policial de que é alvo. O desperdício de produtos e a perda de tempo, no caso das empresas, ilustra o fato. Na Igreja, um esmorecimento dos ideais do clero, um tipo de formação adotada no período pós-Vaticano II, mais lasciva, inculturada, que levava em conta as aspirações principalmente externas à Igreja, podem ser dados que revelem o fenômeno.

Falando especificamente das instituições políticas, mas também das religiosas, há, segundo Certeau, “uma cancerização do aparelho que responde ao desvanecimento das convicções. O interesse não toma o lugar da crença”. E, nesse esgotamento do “crer”, empresas e instituições refugiam-se nos *mass media*, procurando torná-los simulacros de credibilidade quando, por exemplo, as empresas adotam “Credo de Valores” que inspira toda a administração e deve ser adotado pelos quadros de empregados, procurando retomar uma identidade de “espírito” de família. Certeau coloca tudo isso em xeque e não acredita que sejam essas estratégias suficientes para recobrar as convicções. Seriam, a seu ver, atitudes paliativas. Assim, a pergunta que fica no ar é se, ao adotar a estratégia do enrijecimento da disciplina, principalmente ao seu clero, mais ainda, no processo formativo, a Igreja conseguiria recuperar o espaço perdido na sociedade com a perda de fiéis para outras religiões, como no caso do Brasil, em que ocorreu o crescimento das religiões evangélicas a partir da década de 1970, conforme dados dos censos demográficos do IBGE:

²¹⁰ Idem.

Quadro 14 – nº de católicos e evangélicos

Ano	Nº de católicos	Nº de evangélicos
1970	85 milhões 94%	5 milhões 6%
1980	106 milhões 92%	8 milhões 8%
1991	122 milhões 89%	13 milhões 11%
2000	125 milhões 79%	26 milhões 21%

As reservas de materiais para injetar credibilidade nos aparelhos, segundo Certeau, existem em duas minas tradicionais: a política e a religião; nesta última, o autor aposta que elas entram em um período não tão favorável, como ocorreu durante longo tempo, controlando e fomentado as reservas de crenças por toda parte.

A recuperação das crenças funciona então com base em duas hipóteses táticas consideradas errôneas: a primeira postula que a crença se mantém ligada a seus objetos e preservando estes, aquela se preserva. A outra tática, ao invés de supor que a crença permaneça ligada a seus primeiros objetos, afirma que ela, ao refugiar-se em “paraísos” do lazer, como a mídia, por exemplo, não tornaria tão difícil conter essa fuga. Na realidade, as crenças não regressam tão facilmente. As liturgias²¹¹ que se esforçam por animar e valorizar lugares de trabalho não transformam os mecanismos de funcionamento das crenças porque não produzem crentes, pois o público já não é tão crédulo: diverte-se com essas liturgias (festas) ou simulacros, mas não se engaja.

A esse respeito valeria um questionamento sobre a massa de participantes em megaeventos, sejam eles evangélicos ou católicos, como "show-missas", com padres que se tornaram astros da mídia. Apesar da capacidade imensa de mobilização que esses movimentos têm, parece que tudo isso funciona como agências de serviços religiosos, em que as pessoas, diante de suas necessidades (físicas, materiais, espirituais), procuram o produto à venda para sanar suas lacunas. O que sobressai é o fato de que tais movimentos, tanto evangélicos como católicos, não criam verdadeiros laços de comunidade, de pertença, de partilha de vida e de vivência, laços afetivos com outras pessoas. Nesse sentido, parece

²¹¹Com o termo “liturgias”, Certeau refere-se aqui a todo um aparato de demonstração e de manifestação pública de ideais, à semelhança do ocorre numa liturgia religiosa, mas não se trata especificamente desta.

que Certeau responde a essa questão, dizendo que as convicções não são geradas tão facilmente. Elas são frutos de um processo que necessita da descoberta de raízes, cultivo destas mesmas raízes e são, portanto, resultado de um processo que envolve as vivências mais profundas das pessoas, e não meras estratégias que se propõem garantidoras de eficácia.

Na linha das reformas a que se propôs o Papa João Paulo II, várias foram realizadas ao longo do seu pontificado. Reformou-se o Código de Direito Canônico, em 1983, atualizando as leis que regem a Igreja, já que a última edição do Código era de 1917. Reformulou-se a Catequese: já em 1979, no primeiro ano de pontificado, o papa divulgou o documento *antes do Pe. Amauri Castanho. Agora a direção estava nas mãos do Sigríst que era mais de esquerda.*

Cathechesi Tradendae (A catequese que se deve dar), em que propôs a reforma do catecismo, processo longo que se iniciou com uma ampla renovação do conteúdo e da forma catequética, no âmbito de toda a Igreja, culminando com a publicação de um Novo Catecismo Católico, em 1992.

A moral também foi alvo de vários documentos e de preocupações do governo de João Paulo II. Diante da gradativa liberalização dos costumes que se intensificou pela época do Concílio Vaticano II, surgiu a corrente católica da Moral Renovada, mais lasciva, mais aberta em relação à antiga Moral de Trento, a “moral dos manuais”²¹² e com posturas nem sempre referendadas pela ortodoxia católica. Assim, uma série de documentos foi lançada pelo magistério romano, tendo maior destaque a Carta Encíclica *Splendor Veritatis (O esplendor da Verdade)*, de 1993. Dentro das propostas do pontificado de João Paulo II constam posturas em relação à ética e à moral, vistas por certos setores como rigorosas, principalmente no que se refere à bioética, ao controle da natalidade, ao divórcio, dentre outros.

²¹² A *Moral dos Manuais* ou *Moral Casuística* surgiu no período do Concílio de Trento. Trata-se de um código contendo os possíveis casos de infração da moral e que era utilizado pelos sacerdotes para aplicação da penitência às infrações ou pecados. No manual constavam os casos e, a cada caso, havia uma pena correspondente, aplicada ao penitente pelo sacerdote.

Ainda no bojo das reformas propostas por João Paulo II, talvez as menos pronunciadas, mas que na verdade voltaram a se constituir em pontos nevrálgicos do resgate da “grande disciplina” referiam-se à formação do clero. No Brasil, por exemplo, em 1982, os seminários das Dioceses de Olinda e Recife receberam visita por parte de membros do Vaticano, a título de averiguação das linhas teológicas aí presentes e ensinadas aos futuros sacerdotes. Vale ressaltar que essa Diocese teve até 1989 à sua frente Dom Hélder Câmara, um dos bispos tidos como mais progressistas do Brasil e muito considerado no exterior.²¹³ Dom Hélder, sendo ainda padre, amigo do Cardeal Montini (futuro Paulo VI), fundou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, a primeira conferência episcopal do mundo.

Parece que o governo de João Paulo II teve uma grande preocupação com a reconstrução da identidade católica, diante da fuga de fiéis católicos das fileiras da Igreja;²¹⁴ na Europa, o secularismo a partir dos anos 1960 passou a ser entendido como rejeição à religião, diferente do processo que ocorreu na América do Norte, mais especificamente no caso dos Estados Unidos, em que secularismo correspondia a pluralismo em sentido genérico. Pluralismo, na América do Norte, passa pela compreensão de uma sociedade que comporta múltiplas possibilidades, religiões e ideologias. Enquanto na Europa os fiéis ainda mantêm sua identidade cultural cristã ou católica, suas convicções e raízes religiosas, mas em sua maioria, não mais freqüentam templos e práticas religiosas, na América houve um surto de crescimento e de busca religiosa muito grande. Talvez, no caso da América, o dado religioso se apresente mais como uma oferta de consumo diante de uma sociedade que se caracteriza pela avidez de necessidades, de consumo.²¹⁵

²¹³ Cf. BEOZZO, José O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1993.

²¹⁴ Outra iniciativa também adotada pelo papa foi a elaboração do *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. S. Paulo: Ed. Paulus, 2005, o último manual que o Papa João Paulo II publicou.

²¹⁵ Ainda no que se refere à capacidade de pluralidade religiosa na América, seria necessária uma análise mais aprofundada, que não cabe neste trabalho, a respeito do tipo de religião que impregnou a sociedade norte-americana, de caráter puritano-calvinista, que estaria aliada ao desenvolvimento econômico daquele continente, bem como o tipo de catolicismo ibero-luso-católico implantado na América Latina, que também tem sua relação com o desenvolvimento — ou subdesenvolvimento — deste continente: embora sendo um

Tal fato pode expressar-se nas estatísticas e nas preocupações da Igreja do Brasil em relação ao decréscimo de fiéis católicos. É o que aponta a pesquisa realizada pelo CERIS - Centro de Estatísticas e Investigações Religiosas -, ligado à CNBB, apresentada na 43ª Assembléia Geral da Conferência dos Bispos do Brasil, realizada em agosto de 2005, que tem dados um pouco diferentes daqueles do IBGE, apresentados anteriormente:

Quadro 15 – Porcentagem em cada denominação religiosa (1991-2005)

Ano	Católicos	Evangélicos	Sem Religião	Outras Religiões
1991	83,3%	9%	4,7%	3,4%
2000	73,9%	15,6%	Não inform.	Não inform.
2005	67,2%	17,5%	7,4%	3,5%

Fonte: Jornal Correio Popular, 11/08/2005, p. b-3.

Em relação à mobilidade religiosa, a pesquisa aponta que:

Quadro 16 – Mobilidade Religiosa

24% da população brasileira já mudou de religião em alguns momentos de sua vida.
 23,9% dos homens experimentaram a mudança de religião, contra 26,3% das mulheres.
 26,3% de adultos entre 36-45 anos e 27% entre 46-55 anos compõem o grupo etário que mais transitou entre religiões.
 84,6% dos evangélicos pentecostais já transitaram por religiões.
 Os evangélicos históricos são os que menos transitaram de religião.
 26,9% das pessoas que antes pertenceram a algum ramo do protestantismo regressaram para o catolicismo.

Fonte: Jornal Correio Popular, 11/08/2005, p. b-3.

catolicismo latino, gerou convicções religiosas diferenciadas em relação à sua matriz, também devido ao sincretismo ocasionado no continente latino-americano com a simbiose ou o sincretismo de um tipo de catolicismo que absorve elementos indígenas e africanos. Cf. BERGER, Peter L., *O Dossel Sagrado*. S. Paulo: Edições Paulinas, 1985.

3 - A formação do clero a partir das Conferências do CELAM

Benedetti (2000) fala da mudança controlada da ação da Igreja a partir do Vaticano II, que traria as marcas da continuidade. Aponta o Concílio Vaticano II como um grande marco, que deu respaldo à criação da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao surgimento de lideranças leigas, à organização de um episcopado que, diante do Estado, depois de ter deixado a condição de dependência, passou para a condição de autonomia e, nos anos 1960, assumiu uma situação de constante conflitividade.²¹⁶

O estudo de Benedetti avalia que, embora a Igreja reafirmasse sua tese de reorientação institucional, a hegemonia da Igreja popular não foi suficiente para romper as ligações com a classe dominante. Afirma que os elementos institucionais de ligação, estáveis e permanentes, apenas estiveram ocultos. Tal hegemonia expressava a impossibilidade de acordo com a burguesia no poder.²¹⁷

Diante das dificuldades para manter um projeto ousado, cresceu a ofensiva contra a Igreja Popular, levada a cabo pelo CELAM - Conselho Episcopal Latino Americano, rumo à reorganização de uma cultura católica moderada e conservadora, comandada pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, delineando a hegemonia emergente de um grupo de tendência liberal/democrática no interior da instituição, aliado com os setores das classes dominantes, estes identificados com a política oficial de “abertura democrática”.²¹⁸

As lutas da Igreja Popular manteriam suas forças, enquanto as situações de injustiça e de inúmeros problemas sociais se mantivessem, porém, elas teriam duração prevista, devendo acabar no momento em que a sociedade civil brasileira estivesse reconstruída sob um estado de direito.²¹⁹

²¹⁶ Cf. BENEDETTI, Luiz Roberto. *Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico*. S. Paulo: USP, 2000.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

Disso tudo, pode-se compreender um conjunto de fatores que vão desde a situação que levou ao surgimento de uma Teologia da Libertação, as ameaças em nível mundial e o medo do crescimento do socialismo, a ascensão do Papa João Paulo II ao governo da Igreja, sua preocupação com a inclinação esquerdista da Igreja na América Latina, o aflorar do Neo-liberalismo como orientador da política mundial — todos fatores que determinaram um novo direcionamento da Igreja em nível mundial, na América Latina, especificamente no caso do Brasil: a tendência a assumir um perfil novamente conservador, utilizando-se de estratégias como a nomeação de bispos mais conservadores e refletindo-se obviamente na formação do clero, que faria um retorno às formas tradicionais de seminários.

Passados três anos da conclusão do Concílio Vaticano II, o episcopado latino-americano reuniu-se na Colômbia, na Conferência de Medellín, numa tentativa de fazer viver, aplicar e aprofundar as diretrizes e o espírito do Concílio.

Tal Conferência foi marcada pela presença do Papa João Paulo II, pela primeira vez na América Latina. No seu discurso, Paulo VI manifestou sua emoção em realizar a primeira visita pessoal do Papa ao continente, ressaltando o passado missionário da América Latina.

De todos os países que participaram, o Brasil foi o que mais enviou representantes cardeais, arcebispos e bispos para a Conferência, que teria tido a participação de 275 membros, em sua maioria bispos, arcebispos e sacerdotes.

Em artigo publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira - REB*, por ocasião dos vinte anos da Conferência de Medellín, o Pe. José Oscar Beozzo enviou questionários a alguns padres e bispos participantes, na tentativa de colher as impressões destes sobre o impacto e a recepção e aplicação das conclusões no Brasil. Nem todos responderam, mas algumas respostas são significativas no que se refere à Vida Religiosa e Teologia na América Latina e, por extensão, pode-se entendê-las também como referência aos seminários.

Os questionamentos sobre a Vida Religiosa e a Teologia foram respondidos por D. Nivaldo Monte a partir da necessidade de inserção do social na vida pastoral. Tal idéia compreende a “tessitura de todo o escopo da Conferência”.²²⁰

Uma resposta mais abrangente em relação à Vida Religiosa foi dada por D. José Maria Pires, que vai também na linha da inserção: “Os religiosos – sobretudo as religiosas – encontram o caminho da inserção na Igreja e se tornam grande força de evangelização”. A partir de Medellín, multiplicam-se as Pequenas Comunidades inseridas na realidade do campo e da periferia urbana, instala-se um processo de revisão e questionamento das obras e toma corpo o Aggiornamento propugnado pelo Concílio Vaticano II. Em relação à Teologia, o mesmo Bispo, D. José Maria Pires, dizia: *Sente-se cada vez mais a necessidade de uma reflexão teológica bem próxima da realidade conflitiva e desafiante. Não basta mais a Teologia Escolástica aprendida no Seminário. E não pode o estudo da teologia ficar reservado aos clérigos: todos precisam refletir os acontecimentos e a caminhada à luz da Palavra de Deus [...] Vai se elaborando uma Teologia própria da América Latina, mas conservando fidelidade ao Magistério e comunhão com os pastores. É uma Teologia que responde às necessidades do Povo de Deus latino-americano, isto é, dos oprimidos. Tem que ser uma Teologia da Libertação.*²²¹

Também D. José Maria Pires aponta que Medellín deu o grande passo de operacionalização do Vaticano II, em que as intuições desse Concílio receberam uma “roupagem latino-americana” em Medellín que legitimou as incipientes Comunidades Eclesiais de Base e que Puebla viria a canonizá-las.²²²

Em artigo que faz um balanço da conferência de Medellín, José Comblin aponta que, mesmo diante dos embates ideológicos e dificuldades encontradas em Medellín, os bispos inauguraram um outro estilo no exercício da função episcopal, dando prioridade ao

²²⁰ Cf. BEOZZO, José O. Medellín: Vinte anos depois (1968-1988) – Depoimentos a partir do Brasil. In: *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, Volume 48, Fascículo 192, dezembro de 1988, pp. 771-805.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

aspecto profético, ao encontro com os homens e aos desafios da opressão e da pobreza. Aponta o artigo, que Medellín teve como base não simplesmente movimentos teológicos como o Vaticano II, mas uma prática pastoral nova.²²³

Nesta linha de pensamento, entendeu-se a formação do clero, na América Latina e no Brasil, a partir das orientações e da interpretação de Medellín, reconhecendo “a escassez de sacerdotes, com estruturas ministeriais insuficientes, às vezes inadequadas para um real trabalho apostólico”.²²⁴

A formação do clero, de acordo com o tópico que trata sobre o tema, aponta que aquela é instrumento fundamental de renovação de nossa Igreja e resposta às exigências religiosas e humanas de nosso continente.²²⁵

No documento de Medellín, os bispos reconhecem a crise vivida pela juventude e pela sociedade daqueles anos e como tudo isso se refletia nos seminários: tensões entre a autoridade e a obediência; ânsia de total independência; falta de equilíbrio para discernir entre o positivo e o negativo das novidades que surgem dentro da vida da Igreja; rejeição de certos valores tradicionais; exagerado ativismo que leva a descuidar sua vida de relação pessoal com Deus; desconfiança dos adultos.²²⁶

O documento prossegue dizendo, no nº 5:

Nota-se uma crise nos seminários, que se manifesta principalmente numa baixa notável na perseverança e no ingresso cada vez menor de seminaristas”. As causas são: educadores insuficientemente preparados; falta de unidade de critérios na equipe de formadores e de segurança entre os mesmos, para defender certos valores fundamentais dentro da formação; deficiência de uma orientação segura e pessoal no que se relaciona com o crescimento na fé e na vocação específica sacerdotal nos candidatos; abertura muito brusca nos seminários, sem graduá-la e sem preparar e assistir aos seminaristas; falhas de formação para uma maturidade humana plena; carência, em alguns seminários, de um espírito autêntico de

²²³ Cf. Comblin, José, Medellín: 20 anos depois – Balanço temático, in REB-Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, Volume 48, Fascículo 192, Dezembro de 1988, pp. 806-829.

²²⁴ Cf. CELAM-Conselho Episcopal Latino-Americano, Conclusões da Conferência de Medellín – 1968, São Paulo, Ed. Paulinas, 1998.

²²⁵ Idem, p. 182.

²²⁶ Idem, nº 4, pp. 183-184.

família; relaxamento na direção espiritual do seminário. A crise da figura do sacerdote, a valorização do leigo e do matrimônio como possibilidades de participação na missão da Igreja e maiores oportunidades para a promoção social, oferecidas pelo mundo.²²⁷

Em relação às baixas no número de seminaristas, a Conferência não hesita em localizar suas causas na insuficiência de educadores, na falta de critérios, dentre tantas outras que, na verdade, apontam para o fato de que a instituição seminário havia sofrido um desgaste, tal qual outras instituições a partir do efervescer de contestação gerado nas décadas de 1950 e 1960. Na verdade, o repentino esvaziamento dos seminários nos anos seguintes ao Concílio Vaticano II é revelador de uma “crise permitida” pela hierarquia da Igreja, quando não “desejada”. Havia a necessidade de rompimento com um modelo de seminário, de formação e mesmo de Vida Religiosa em que pressupostos antigos precisavam ser derrubados. Era muito comum, até o Concílio, as famílias mais católicas enviarem um de seus filhos para o seminário ou para a Vida Religiosa, a fim de cumprir uma vocação sacerdotal à qual não sentiam o verdadeiro apelo interior. Mais ainda, as saídas do seminário, da vida clerical, representavam no imaginário de muitos religiosos um “dizer não a Deus”. Assim, as pessoas permaneciam no estado clerical, muitas das vezes, uma vida inteira, a contragosto e sem a verdadeira vocação, simplesmente pelo medo do castigo por ter recusado a um suposto projeto de Deus.

Após a constatação da realidade da formação presbiteral nos anos que sucederam o Vaticano II, Medellín constatou e propôs diretrizes: maior integração na equipe de educadores e a atualização desse pessoal por meio de encontros, de cursos; esforços no sentido de que os seminaristas possam ter uma formação mais pessoal, num ambiente de família; integração do seminário na comunidade eclesial e na comunidade humana, em maior contato com os bispos e com os párocos; maior sensibilidade para as realidades do mundo atual e da família; renovação dos métodos pedagógicos; aplicação de uma sã psicologia ao discernimento e à orientação dos candidatos.²²⁸

²²⁷ Idem, n° 5, pp. 184.

²²⁸ Idem, n° 6, pp. 184-185.

Aqui, o documento retoma a idéia da inserção do formando na realidade social. Comunidades de formação que tenham o aspecto, a forma, o estilo e, conseqüentemente, o tamanho e o número de formandos de forma que se assemelhasse a uma família. Esta prática generalizou-se em muitas partes, principalmente no Brasil. Com a crise, o número de seminaristas diminuiu, o que possibilitou a experiência de um novo formato na Casa de Formação. Nessa época, foram muito comuns as experiências em que alguns formandos foram morar em uma casa pequena na companhia de um padre. Também a experiência concomitante à formação de um trabalho profissional foi amplamente permitida e difundida.

No que se refere ao Seminário Menor, a conferência incentivou maior incorporação do pessoal leigo, inclusive feminino; abertura para uma orientação vocacional pluralista; criação de novas formas de seminários menores, tais como semi-internatos, externatos, assistência a classes de colégios estatais, particulares, etc.²²⁹

O documento é muito ousado no que se refere ao Seminário Menor, ao propor uma formação aberta ao mundo plural, com a participação dos leigos, de mulheres, de semi-internatos. Há uma reviravolta total no estilo e na formação sacerdotal, se comparado ao seminário tradicional, que vigorou até o Vaticano II.

Em relação ao Seminário Maior, a conferência pedia que fosse dada uma formação pessoal à base de equipes e pequenas comunidades, sobre a qual a Santa Sé deu orientações precisas, conforme carta do Cardeal Garrone, de maio de 1968. No campo da formação intelectual, cumpriu-se a tendência de unir o pessoal de várias dioceses e comunidades em centros de estudos comuns e de freqüentar universidades católicas ou estatais, sobretudo para Filosofia.²³⁰

No tocante ao seminário maior, as mudanças e a abertura de mentalidade proposta por Medellín foi muito grande. Com a permissão da Santa Sé, destacou-se o incentivo às pequenas comunidades, visando uma formação de incidência mais personalizada para o candidato ao clero.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem.

Outro aspecto que chama a atenção na proposta para o Seminário Maior é o estímulo para que os estudantes fizessem seus estudos nas universidades católicas ou estatais, revelando o desejo de que também o jovem formando estivesse inserido no mundo universitário. O texto destaca, em relação a este aspecto, o Curso de Filosofia, visando que o futuro padre fosse formado totalmente inserido no mundo, nas preocupações dos homens e mulheres dos dias de hoje. Assim, deu-se a opção por uma formação, com suas várias dimensões, aberta e adaptada às realidades do mundo.

Ainda que o documento, ao final deste bloco que dá as diretrizes para os seminários e faz as constatações, ofereça a ressalva de que toda a descrição feita não implicaria um juízo de valor sobre as experiências mencionadas, percebe-se a grande abertura desejada pela conferência.

Os pressupostos teológicos que nortearam todo o estilo de formação presbiteral proposto por Medellín estão fundamentados no documento *Presbyterorum Ordinis* e *Optatam Totius*, do Concílio Vaticano II, dando à conferência uma interpretação do documento de forma a encarná-lo nas diversas realidades latino-americanas.²³¹

Nessa linha, a fundamentação teológica da PO tem fundamentação bíblica, na dinâmica do chamado-e-resposta, visando fazer com que o presbítero seja pessoa que alcance tal maturidade humana, capacitado a se tornar “guia de homens”. Pede ainda o documento de Medellín que os seminaristas na maturidade cristã alcancem a idoneidade do carisma sacerdotal, de modo a se configurarem ao Cristo Cabeça.²³²

Dentro das diretrizes, o documento de Medellín reforça as dimensões relativas à formação presbiteral, dentre elas a espiritualidade, e exorta a que os seminários insistam em algumas atitudes e virtudes, tais como saber interpretar, à luz da fé, situações e exigências da comunidade, numa atitude profética de compreender, com a ajuda do laicato, a realidade

²³¹ Além do documento *Presbyterorum Ordinis*, o concílio, depois de discussões de vários documentos preparatórios ao assunto da formação presbiteral, aprovou, na IV Sessão, de 1965, o documento *Optatam Totius*, como uma espécie de síntese de todas as propostas das comissões pré-conciliares no que se referiu ao tema da formação, documento em que a conferência de Medellín também tirou suas inspirações a respeito do tema “formação”.

²³² Cf. Doc. de Medellín, pp. 185-186

humana. E aí reside também um dos pontos de abertura do documento, que reforça a idéia de uma Igreja Povo de Deus, em comunhão ministerial, em parceria com as diversas vocações no pastoreio do povo de Deus. Aliado a tudo isso exige-se do sacerdote a íntima comunhão com os bispos para o julgamento das realidades que estão em conexão com o plano de salvação.²³³

Pede, ainda, o documento que o futuro presbítero cultive atitudes de continuada purificação interior, para captar as autênticas exigências da Palavra de Deus, para desenvolver uma forte paixão pela verdade e uma disposição habitual para defender-se da unilateralidade, na busca do bem-estar comunitário.²³⁴

Uma espiritualidade marcada pelos conselhos evangélicos é um dos tópicos em que o documento ressalta a necessidade de um amadurecimento afetivo e humano suficiente para que, na liberdade, o futuro presbítero possa renunciar aos bens, sem lhes dar um valor absoluto, assumindo a vigência do celibato, em consonância com o Vaticano II e o papa.

Insiste o documento, neste aspecto da afetividade, para que os seminários dêem bases sólidas para que o celibato possa ser cumprido na sua plenitude, diante das circunstâncias concretas em que o sacerdote latino-americano vive. Aborda ainda a necessidade de uma formação gradual, de acordo com o desenvolvimento de físico e psicológico, dando elementos para que a opção pelo sacerdócio seja uma escolha madura, consciente e livre, gerando capacidade de amor e de entrega sem reservas. Tudo isso, aponta o documento, é fruto de uma fé forte, que capacite a uma resposta generosa ao chamado de Deus. Contribuem, portanto, para isso, uma disciplina ascética e uma vida de oração, para atingir a maturidade no relacionamento com o sexo oposto e a realização do sentido da amizade e da capacidade para trabalhar em equipe.²³⁵ Nesse aspecto, o documento não traz novidade em relação à proposta disciplinar feita pela Igreja e reforçada e reassumida no Vaticano II.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

Quanto à espiritualidade, o documento exorta no sentido de que o seminarista faça a experiência pessoal de amor a Cristo, a ponto de conseguir fazer de sua vida um serviço de entrega total, como resultado do amor pessoal a Ele e ao Pai, pelo Espírito.²³⁶

Em relação à formação intelectual, o documento reforça a idéia de que é urgente a atualização dos estudos, de acordo com as orientações do Concílio, e insiste na inserção na realidade do continente, assim como na busca de um alto nível intelectual, tendo em vista a condição de pastores do povo de Deus.

Uma das novidades que o documento de Medellín traz em relação ao período pré-conciliar, refere-se à dimensão pastoral na formação do presbítero: exige que os professores dos seminários tenham experiência pastoral e que o clero, devidamente atualizado, possa colaborar na formação dos futuros presbíteros.

A exigência da formação para a pastoral prevê a preparação dos seminaristas em aspectos de particular importância do ambiente latino-americano, tais como Pastoral de Conjunto, preparação para a iniciação e assistência às comunidades de base; formação e treinamento na dinâmica de grupos e relações humanas e adequada informação para utilizar os meios de comunicação.²³⁷

No que se refere ao uso destes, parece que os avanços não foram tão significativos, porém, no que se refere à assistência às Comunidades de Base, este foi o acento forte dado na formação presbiteral. Nos anos que se seguiram à Conferência de Medellín, foi forte e incisiva a presença dos seminaristas na atuação pastoral que contemplasse a criação, o incremento, o apoio e o incentivo às Comunidades de Base.

Tratando da Pastoral Vocacional, no espírito da renovação proposta pelo Concílio, o documento exorta o incremento de uma verdadeira pastoral vocacional que valorize todas as vocações: as sacerdotais, as religiosas e as leigas, colocando o padre como um dos incentivadores mais diretos das vocações a partir da vivência fiel da sua própria vocação, sendo sensível ao chamado de Deus na comunidade.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem, n^os 20, 21 e 22, p. 190.

Sobre a Pastoral Vocacional o documento pede que se incentive a pastoral da juventude, como caminho para o incremento e a promoção vocacional. Levando os jovens a um amadurecimento pessoal e comunitário, no compromisso concreto com a vida da comunidade eclesial, despontará como resultado desse processo o surgimento de vocações na comunidade; de jovens que, a partir do compromisso com a comunidade, venham a fazer uma opção mais séria e definitiva para a vida presbiteral ou para uma vida de especial consagração.²³⁸

Aspectos importantes propostos pelo Documento de Medellín, no que se refere à Formação Presbiteral são a reflexão e a análise contínuas sobre a realidade, para que possam os futuros presbíteros interpretar os sinais dos tempos e criar atitudes e mentalidade pastoral adequadas; salienta o documento que todos aqueles envolvidos no processo formativo sejam, de fato, considerados educadores.²³⁹

O documento de Medellín, no nº 28, é enfático ao dizer que é necessária a busca de novas formas de preparação dos presbíteros na América Latina e, ainda que o documento também recomende cautela nas inovações, o seu espírito é o de abertura, de novidade, de busca de novos caminhos na formação.

Outro aspecto relevante do documento é o que concerne ao respeito pela realidade dos seminaristas e, por isso, recomenda que a formação seja dada no próprio ambiente de origem do seminarista. E, no que se refere aos padres estrangeiros que venham a colaborar no processo formativo, devem, antes, passar pelos centros nacionais ou internacionais, visando à compreensão pastoral da realidade, visando a inculturação.²⁴⁰

Outra experiência proposta pela Conferência de Medellín concerne aos seminários regionais ou internacionais, contanto que haja a integração entre os bispos responsáveis, abrangendo regiões pastorais e humanas homogêneas. Da mesma forma, o documento recomenda Institutos e Faculdades de Filosofia e Teologia comuns aos candidatos ao clero

²³⁸ Idem, n°s 23, 24 e 25, p. 191.

²³⁹ Idem, n° 26 e 27, pp. 192-193.

²⁴⁰ Idem, n°s 29 e 30, p. 192.

diocesano e religioso, o que, segundo o documento, promoverá para o futuro uma maior facilidade de integração pastoral e de inserção na realidade do mundo atual.²⁴¹

Por fim, o documento ressalta a necessidade e o valor da cooperação entre Celam e Oslam (Organização de Seminários Latino-Americanos), de um lado, e as Comissões Episcopais de Seminários e as Conferências Nacionais de Religiosos, de outro, com efetiva troca de informações sobre os problemas de formação do clero.²⁴²

Em 1979, reuniu-se mais uma vez o Episcopado Latino-Americano e realizou-se a chamada Conferência de Puebla, em *Puebla de Los Angeles*, no México. Coincidentemente, esta terceira conferência coincidiu com o final do período de Paulo VI. Em 1978, ao assumir o governo da Igreja, o Papa João Paulo II assim respondeu às perguntas dos jornalistas sobre sua ida a Puebla: “Temos que ver com ‘eles’ ”, ou seja, seria preciso primeiro consultar a Cúria Romana e os complexos organismos da estrutura do papado.

O Papa João Paulo II foi, em 1979, à Conferência de Puebla, para abri-la. Se Medellín contou com a presença do Papa Paulo VI, Puebla contava com a presença de João Paulo II. Sua presença vem fincada nas diretrizes de seu antecessor. Por diversas vezes, no discurso de abertura, João Paulo II citou Paulo VI e afirmou que este havia convocado a terceira Assembléia, reconfirmada por João Paulo I e, naquele momento, por João Paulo II. Fez questão de ressaltar que seu ato de reconfirmação da Assembléia de Puebla se ligava necessariamente à primeira, no Rio de Janeiro, em que teve origem o CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano.

Reforçou o papa a necessidade de se reconhecer o quanto a Igreja havia avançado de uma conferência à outra e que esta não podia desconhecer a realidade na qual a Igreja está inserida. Pediu ainda o papa que Puebla se norteasse também a partir das conclusões de Medellín, num espírito de continuidade, de reconhecimento da caminhada já feita pela Igreja.

²⁴¹ Idem, nº 31, p. 192.

²⁴² Idem, nº 32, p. 193.

O papa reiterou a necessidade de que a conferência de Puebla retomasse o Documento *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI (1975), que recolheu as conclusões do Sínodo de 1975 sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo, quando o Papa Paulo VI já havia proposto a temática a ser tratada em Puebla: “O presente e o futuro da evangelização na América Latina”, desenvolvendo-a em torno do eixo da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem.²⁴³

Em seu discurso inaugural, reiterou o papa a necessidade de uma evangelização libertadora:

“Como vedes, conserva toda sua validade o conjunto de observações que sobre o tema da libertação fez a *Evangelii Nuntiandi*.” E, mais adiante, à guisa de conclusão de seu discurso, disse o papa: “Tudo que recordamos acima [explicitando a respeito da verdade sobre Jesus Cristo, sobre a Igreja, sobre o Homem; sobre uma pastoral a serviço da unidade da Igreja e dos homens; sobre a defesa e a promoção da dignidade; retomando o discurso de Paulo VI na ONU; retomando documentos como a *Gaudium et Spes* e a *Populorum Progressio*; fazendo também a retomada de alguns Padres da Igreja na justificativa de uma ação social eficaz; apontando os temas da família, da juventude e das vocações sacerdotais e religiosas como tarefas prioritárias a serem cumpridas] constitui um rico e complexo patrimônio que a *Evangelii Nuntiandi* denomina doutrina social ou ensinamento social da Igreja, que nasce à luz da Palavra de Deus e do Magistério autêntico, da presença dos cristãos no seio das situações em transformação do mundo, em contato com os desafios que dela provêm. Tal doutrina social comporta, portanto, princípios de reflexão, normas de julgamento e diretrizes de ação”.²⁴⁴

²⁴³ Cf. CELAM, III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – A Evangelização no presente e no futuro da América Latina – Puebla: Conclusões, Texto Oficial da CNBB. S. Paulo: Edições Loyola, 1979, pp. 13-32, “SS. João Paulo II - Discurso Inaugural Pronunciado no Seminário Palafoxiano de Puebla de Los Ángeles, México” em 28 de janeiro de 1979. O documento principal nesta referência deverá receber itálico. Não me sinto segura para discernir qual seria ele.

²⁴⁴ Idem.

No seu discurso inaugural, dentre as tarefas prioritárias, o papa citou o tema das vocações sacerdotais e religiosas, apontando a falta de vocações no continente como um dos grandes problemas da Igreja. Afirmou que é papel de toda a comunidade cristã procurar e dar vitalidade a todas as vocações, e fez um pedido para que não se descuide da juventude na América Latina.²⁴⁵

Em seu comentário de apresentação do documento em edição para o Brasil, o Pe. Libânio aponta o cuidado que se deve ter ao analisar o documento de Puebla que, por sua extensão, complexidade e diversidade, pode fazer com que se percam de vista os dois eixos fundamentais que são:

primeiro, a questão ética, voltada para a realidade social do continente, revela a indignação e a vergonha de apresentarmos no concerto das nações como o continente cristão exibindo a ignomínia de ter uma sociedade tão estruturalmente injusta, opressiva, exploradora, desde os inícios de sua colonização até os dias de hoje. Há um grito de basta com tanta injustiça. E, segundo, o eixo que se coloca na linha da esperança de que há reservas nesse Continente a partir das quais teremos chance de superar essas contradições fundamentais.²⁴⁶

Puebla apontou como método de compreensão e atuação na realidade o Método Ver-Julgar-Agir. Assim, o ver é um assumir a realidade na qual se vive; o julgar é um diálogo com a cultura, com as diversas realidades à luz de critérios bíblicos, éticos e doutrinários; e o agir corresponde a um “assumir” um compromisso de transformação da realidade que, no caso de Puebla, implica a opção preferencial pelos pobres e jovens e também a conquista dos Direitos Humanos.

Nessa linha de análise proposta por Puebla todos são chamados a ver o rosto do “outro”, que provoca, convoca e evoca a um compromisso. Assim, o *locus* da Teologia é o

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Cf. CELAM, III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – A Evangelização no presente e no futuro da América Latina – Puebla: Conclusões, Texto Oficial da CNBB. S. Paulo: Edições Loyola, 1979. Apresentação didática no início do documento elaborada por João Batista Libânio, S.J., pp. 78-79. Também aqui proponho o itálico para o documento principal.

pobre. E, nessa esteira do reconhecimento, da emergência do outro, aparecem direitos novos a serem assumidos, como os direitos das mulheres, dos índios, dos pobres e tantos outros.

No Brasil, foram elaboradas a partir da inspiração de Puebla as “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral” que, num segundo momento, assumiram a forma de “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora”, com a preocupação de encarnar, na realidade, os rostos que se revelam e os desafios, de forma que todos sejam co-responsáveis pela exigência da evangelização, como pede o documento. A Igreja, tendo sua responsabilidade abrangente, depara-se com o desafio da pobreza e de tantas outras situações anti-evangélicas presentes no continente.

No que se refere especificamente aos seminários, o documento de Puebla, a partir do nº 869, faz uma retomada dos principais pontos já indicados pelo documento *Optatam Totius*, do Vaticano II, reafirmando a necessidade de garantir uma sólida formação humano-cristã e uma especial formação religiosa prévia ao Seminário Menor.²⁴⁷

Nos nºs 870 e 871 é retomada a tônica da formação dada por Medellín: que os formandos não percam o contato com a realidade, nem se desarraiguem do próprio contexto social; e também que se dê ênfase à Pastoral da Juventude como sementeira de vocações.²⁴⁸ Puebla insiste no fato de que o jovem deve adquirir uma espiritualidade sólida, a ponto de fazer uma opção vocacional livre e madura.

Em relação à Casa de Formação ou ao Seminário Maior, os documentos da Conferência de Puebla reforçaram a sua necessidade, em conformidade com o que foi pedido pelo Concílio Vaticano II, mas reconhecem que por toda a América Latina os seminários passavam por um grande processo de renovação, o que representava uma esperança e uma resposta à problemática da formação; contudo, afirma o documento que outras formas paralelas para a formação dos seminaristas poderiam ser pensadas, mas

²⁴⁷ Idem, nº 869, p. 264.

²⁴⁸ Idem.

sempre em consonância e com a aprovação da Conferência Episcopal, de acordo com a Santa Sé.²⁴⁹

No que se refere à espiritualidade, o documento de Puebla insiste na preocupação em buscar uma verdadeira experiência de Deus, vivendo em constante comunhão (com Deus), na oração e na Eucaristia e em sólida devoção à Virgem Maria.²⁵⁰

Em relação à formação intelectual, o documento reafirma a necessidade de atender a uma profunda formação doutrinal, de acordo com o magistério da Igreja, e uma adequada visão da realidade. Isto tudo, insistindo-se na austeridade, na disciplina, na responsabilidade e no espírito de pobreza, em autêntica vida comunitária e responsabilidade para o celibato.

O documento de Puebla insiste e recomenda os centros de formação em comum para o clero diocesano, como também para os religiosos e, neste ponto, há uma mesma insistência que já aparecia em Medellín como forma de incentivar um estilo de formação mais comunitária, vindo a facilitar o relacionamento futuro do clero.

Ainda o documento de Puebla ressalta a importância de uma verdadeira Pastoral Vocacional, que se interesse e trabalhe no fomento a todas as vocações na vida da Igreja. Que se façam campanhas de oração, a fim de que o povo tome consciência da necessidade de vocações. Que se acompanhe o processo de discernimento de todos os que se sentem vocacionados, ajudando-os a cultivar disposições básicas para o amadurecimento vocacional. Que a Pastoral Vocacional seja encarnada no momento histórico que vive a América Latina, tendo essa pastoral um posto prioritário na pastoral de conjunto e, mais especificamente, na pastoral juvenil e na familiar. Devem-se criar Institutos de aperfeiçoamento para formadores de sacerdotes, em nível local e continental, e aproveitar os Institutos internacionais da Europa, especialmente os de Roma. Deve-se, por fim, promover e orientar vocações missionárias, pensando, desde já, em Centros ou Seminários especializados com esse objetivo.²⁵¹

²⁴⁹ Idem, n°s 871-874, pp. 264-265.

²⁵⁰ Idem, n°s 875-876, p. 265.

²⁵¹ Idem, n°s 881-891, pp. 266-267.

Como se pode observar a partir das orientações de Puebla para a Pastoral Vocacional e também para a formação presbiteral, houve um esforço muito grande para colocar em prática uma nova mentalidade, uma nova concepção de Igreja a partir da proposta do Vaticano II. Pode-se dizer que o Concílio Vaticano II teve sua aplicação na América Latina, principalmente pelas conferências de Medellín e Puebla, que foram, por assim dizer, a atualização do Concílio na América Latina, com a novidade de propor avanços em questões que não foram alcançadas ou que o concílio não conseguiu trabalhar, como o problema dos pobres e a concretização da inserção no mundo, proposta pelo Concílio.

Ainda no que se refere à concepção de Igreja Comunhão de todo o Povo de Deus, esta, em Puebla, tomou a forma de Igreja de Comunhão e Participação, em que todo o Povo de Deus, membro do corpo de Cristo-cabeça, foi chamado a participar na construção da própria Igreja e de um mundo novo, bem como na tarefa evangelizadora do mundo.

A IV Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, aconteceu em Santo Domingo, República Dominicana, em 1992, em comemoração aos quinhentos anos da chegada dos cristãos e da evangelização do continente latino-americano.

A Assembléia convocada, presidida e inaugurada pelo papa João Paulo II teve como tema central “Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã”, com o lema: “Jesus Cristo, ontem, hoje e sempre” (Hb 13,8).

As conclusões de Santo Domingo inseriram-se num contexto de continuidade das reflexões já colocadas pelas conferências anteriores, a de Medellín e a de Puebla, e tiveram o intuito de aprofundar a problemática da evangelização no continente, a partir da temática proposta pelo próprio papa João Paulo II.

Como acontece muitas vezes, o documento de Santo Domingo acabou por afastar-se dos esquemas iniciais propostos, refletindo bastante o discurso inaugural de João Paulo II. Dividido em três partes, o primeiro capítulo, que tem como título “Jesus Cristo, Evangelho do Pai”, tem a finalidade de proclamar a fé e o amor em Jesus Cristo, pedir perdão pelas infidelidades, dar continuidade às Assembléias anteriores, com novo ardor, numa nova

evangelização, na promoção integral do homem, na inculturação do Evangelho nas culturas dos povos latino-americanos.²⁵²

A segunda parte do documento, sob o título “Jesus Cristo, Evangelizador vivo em sua Igreja” divide-se em três grandes capítulos que desenvolvem os aspectos fundamentais do tema da Assembléia: nova evangelização, promoção humana e cultura cristã. A terceira parte, mais breve, tem o título “Jesus Cristo, vida e esperança da América Latina e do Caribe” e ali se traçam as opções pastorais prioritárias: nova evangelização dos povos latino-americanos, com ênfase na atuação dos leigos, na pastoral vocacional, e dos jovens, mediante a educação e a celebração da fé missionária; uma promoção integral do povo pela opção pelos pobres, a serviço da vida e da família; e, em terceiro, a evangelização inculturada que penetre a cultura urbana, indígena e afro-americana por uma ação educativa eficaz e de uma moderna comunicação.²⁵³

Na terceira parte do documento, aparecem as prioridades pastorais, com as quais as Igrejas particulares da América Latina e do Caribe se comprometem em trabalhar; dentre estas, a pastoral vocacional,²⁵⁴ na linha de que “o ministério ordenado é sempre um serviço à humanidade com vistas ao Reino”.²⁵⁵

Em relação ao ministério ordenado, o documento apresenta alguns desafios, como o da unidade, retomando as idéias do Vaticano II, que propôs a dimensão comunitária do ministério: a colegialidade episcopal, a comunhão presbiteral e a unidade entre os diáconos. Ainda mais: o documento reconhece a existência de conflitos e divisões que nem sempre refletem a unidade. Apresenta preocupação com a falta de ministros e a sobrecarga de trabalho, reconhecendo, para tanto, a necessidade de reconciliação, na Igreja, entre pastores, entre pastores, o povo e as comunidades. Também reconhece o documento a

²⁵² Cf. CELAM, IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã – Jesus Cristo, ontem, hoje e sempre – Santo Domingo - Conclusões, Texto Oficial da CNBB. S. Paulo: Edições Loyola, 1993. Apresentação didática no início do documento elaborada por João Batista Libânio, S.J., pp. 47-58. Vale, aqui também, a mesma observação a respeito do itálico.

²⁵³ Idem, p. 52.

²⁵⁴ Idem, nº 302, pp. 191.

²⁵⁵ Idem, nº 67, p. 95.

necessidade de que o presbítero cultive uma espiritualidade profunda, que se trabalhe a formação permanente, a aproximação com as comunidades, e a atenção permanente aos diáconos.²⁵⁶

Quanto às vocações ao ministério presbiteral e aos seminários, o documento assume a concepção de Igreja “comunhão para a missão”, porém reconhece que, mesmo diante do fato inegável do aumento das vocações a que se tem assistido, como o interesse por uma pastoral que apresente aos jovens a possibilidade do “chamado do Senhor”, há uma problemática nova no que se refere às vocações ao ministério ordenado: a de que os jovens chamados não podem escapar às mudanças familiares, culturais, econômicas e sociais do momento. A desintegração familiar pode impedir uma experiência de amor que prepara para a entrega generosa de toda a vida. O contágio de uma sociedade “permissiva” e consumista não favorece uma vida de austeridade e sacrifício. Pode acontecer que a motivação vocacional esteja, sem que o candidato queira, viciada por razões não-evangélicas.²⁵⁷

Daí que a assembléia propôs, diante de tal problemática:

Estruturar uma pastoral vocacional inserida na pastoral orgânica da diocese, em estreita vinculação com a pastoral familiar e da juventude. É urgente preparar agentes e encontrar recursos para este campo de pastoral e apoiar o compromisso dos leigos na promoção de vocações consagradas. Fundamentar a pastoral vocacional na oração, na frequência aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência, na catequese de Confirmação, na devoção mariana, no acompanhamento com a direção espiritual e num compromisso missionário concreto, tendo em vista ajudar os jovens no processo de discernimento vocacional, procurando estimular as vocações provenientes de todas as culturas presentes em nossas Igrejas particulares. O documento ressalta ainda o fato de que o papa teria pedido atenção especial às vocações de indígenas.²⁵⁸

²⁵⁶ Idem, nº 69, pp. 95 e 96.

²⁵⁷ Idem, nº 78-79, p. 99.

²⁵⁸ Idem, nº 80, pp. 99-100.

O documento de Santo Domingo reforça a validade e a manutenção dos seminários menores e de centros afins, devidamente adaptados ao momento atual, principalmente aos jovens que se encontram nos últimos anos do curso médio. Reconhece o documento que em alguns países em que os ambientes familiares se encontram deteriorados, faz-se importante a presença de tais instituições na tentativa de conseguir as condições necessárias para o crescimento dos jovens na vivência cristã e de possibilitar a eles uma opção vocacional madura.²⁵⁹

Diferentemente do que pediam as conclusões de Medellín e de Puebla, o documento de Santo Domingo resgata e reforça a manutenção dos seminários menores. Isso pode ser explicado facilmente pela situação em que se encontram a família e a educação. Esta última tem sido deficitária cada vez mais: primeiro, no ambiente familiar, muitas vezes desestruturado; segundo, no que se refere às próprias instituições educacionais públicas nos países mais pobres. A idéia de fomentar o seminário menor vem ao encontro da necessidade de bem formar os jovens que têm procurado a vida sacerdotal.

Por outro lado, a questão não se encontra ainda resolvida. Primeiro, porque o seminário menor, ao estilo do que vigorou até o Vaticano II, não encontra mais lugar no mundo de hoje. Até porque, mesmo na idade de conclusão do curso médio, os jovens já trazem uma personalidade praticamente fechada, concluída, com uma concepção de igreja já formulada. Muitos dos jovens vêm de famílias desestruturadas, já tendo tido experiências profissionais ou de trabalho, experiências também no campo afetivo, o que não ocorria nos seminários pré-conciliares. Paga-se o preço de uma formação mais aberta, que permita ao jovem tomar uma decisão vocacional, e não se trata mais de dar condução à criança que era enviada pelos pais aos seminários. Este é um problema que, em 1992, a Igreja latino-americana já reconhecia e que somente tem se agravado.

Com essa preocupação, o documento relembra a palavra do papa no seu discurso inaugural, sugerindo que a pastoral vocacional esteja atenta ao fato de que é condição indispensável, para a nova evangelização, poder contar com evangelizadores numerosos e

²⁵⁹ Idem, nº 81, p. 100.

qualificados; em conseqüência, essa tarefa há de ser uma prioridade dos bispos e um compromisso de todo o povo de Deus.²⁶⁰

O documento reconhece, com alegria, o surgimento de muitos novos seminários maiores por todo o continente, mas também deixa clara sua preocupação com as dificuldades em reunir equipe formativa bem preparada e reconhece o problema de que, em muitos casos, o meio social do qual provêm os candidatos, com estilos de vida secularizados, os faz chegar ao seminário com limitações na formação humana e intelectual e muitas vezes também nos fundamentos da fé cristã.²⁶¹

Estes são problemas novos que de certa forma não se percebiam nos seminários e nos processos formativos anteriores ao Concílio Vaticano II. O problema do caráter, da maturidade, dos sinais distintivos de vocação, que antes eram preparados pela própria Igreja, hoje são questões colocadas à formação presbiteral e, com estas preocupações, o documento propõe que se assumam plenamente as diretrizes da exortação pós-sinodal *Pastores Dabo Vobis*; que, a partir dela, revejam-se as normas básicas para a formação sacerdotal em cada país; que se selecionem e preparem formadores, aproveitando os cursos do CELAM. Adverte o documento que, antes de se abrir um seminário, é necessário assegurar-se a equipe de formadores; promover um estilo de formação voltado para um projeto de formação permanente; e incluir, nos programas de formação, as preocupações e as prioridades pastorais propostas pelo Documento de Santo Domingo para a evangelização, principalmente no que se refere à promoção humana e a inculturação do Evangelho.²⁶²

4 – A política de formação do clero sob o pontificado de João Paulo II

²⁶⁰ Idem, nº 82, p. 100.

²⁶¹ Idem, nº 83, p. 100.

²⁶² Idem, nº 84, p. 101.

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Formação dos Sacerdotes, *Pastores Dabo Vobis*, do Papa João Paulo II, de 1992, é um documento em que o Papa acolhe as conclusões do Sínodo dos Bispos de 1990, dedicado ao incremento das vocações ao presbiterado e à formação presbiteral. O documento tem, no bojo de suas inferências sobre a formação presbiteral, a caminhada feita pela Igreja desde o Concílio Vaticano II.

A exortação *Pastores Dabo Vobis* (*Dar-vos-ei pastores*) toma a inspiração inicial no livro do profeta Jeremias (3,15), em que o profeta assegura que Deus jamais deixará o seu povo perecer por falta de pastores.

Esta é a tônica de todo o documento: a concepção de que o presbítero é chamado a ser pastor do povo de Deus. Não aparece tanto mais a figura do sacerdote, mas, na linha das intuições do Concílio Vaticano II, reforça-se aqui a noção pastoral, do presbítero como aquele que é chamado a desenvolver o seu serviço ao Povo de Deus no estilo dos pastores de Israel e, depois, do verdadeiro Pastor, Jesus Cristo.

O documento, além de ter como ponto de partida as orientações e os documentos conciliares, retoma conclusões de alguns dos Sínodos que abordaram a temática da formação presbiteral. Assim, o Sínodo de 1967, que dedicou várias de suas congregações gerais ao tema da renovação dos Seminários, deu impulso à Congregação para a Educação Católica para a elaboração do documento *Normas Fundamentais para a formação Sacerdotal* (*Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*).²⁶³

A Segunda Assembléia Geral Ordinária de 1971 dedicou metade de seus trabalhos ao sacerdócio ministerial, apresentado pelo Papa Paulo VI na abertura do Sínodo de 1974, que dizia respeito à doutrina sobre o sacerdócio ministerial e a alguns aspectos da espiritualidade e do ministério sacerdotal²⁶⁴

²⁶³ Cf. João Paulo II. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Formação dos Sacerdotes Pastores Dabo Vobis*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1992, pp. 7-9.

²⁶⁴ Idem, p. 10.

Já na sua introdução, o documento reitera a importância ocupada pelo tema da formação presbiteral em todo o período pós-conciliar:

nos anos mais recentes, e de vários lugares, chamou-se a atenção para a necessidade de voltar ao tema do sacerdócio, enfrentando-o de um ponto de vista relativamente novo e mais adaptado às presentes circunstâncias eclesiais e culturais. O acento deslocou-se do problema da identidade do padre para os problemas relacionados com o itinerário formativo ao presbiterado e com a qualidade de vida dos sacerdotes.²⁶⁵

Logo no início do documento, aparece a preocupação com as novas gerações de jovens que optam pelo ministério presbiteral, por apresentarem essas características distintas em relação aos padres de gerações anteriores; é destacada, também, a emergência de um mundo novo, como conseqüentes novos desafios também para o presbítero.²⁶⁶

Outra preocupação que aparece já na introdução do documento e esclarece os motivos da sua elaboração pela Igreja são os padres que já têm alguns anos de ministério, mas se encontram sofrendo por crises, dispersão nas crescentes atividades pastorais, por dificuldades em situar-se na cultura e na sociedade contemporâneas, além da necessidade de formação permanente.

A exortação *Pastores Dabo Vobis* ressalta, como esperanças, alguns aspectos do mundo de hoje e de nossa época, apesar das muitas contradições: a dignidade da pessoa humana, a sede de justiça e de paz, a procura da verdade, a busca de uma nova ordem planetária.²⁶⁷

No que se refere aos jovens, percebe-se a abertura aos valores religiosos, ao Evangelho e ao ministério sacerdotal. Por outro lado, há o fascínio da chamada sociedade de consumo, uma visão da sexualidade humana que faz perder sua dignidade de serviço à comunhão e à doação entre as pessoas. Na raiz de tudo isso, há uma experiência distorcida da liberdade, ao invés de uma obediência à verdade objetiva e universal. A liberdade é vivida como uma adesão cega às forças do instinto e à vontade de poder de cada um; em

²⁶⁵ Idem, p. 10.

²⁶⁶ Idem, p. 10.

²⁶⁷ Idem, pp. 17-21.

consequência, há um desmoronamento do consenso sobre os princípios éticos. No campo religioso, se não existe uma recusa explícita de Deus, há indiferença; justamente neste contexto é que o documento afirma haver uma dificuldade grande em compreender o verdadeiro sentido de uma vocação ao sacerdócio como dom livre e responsável de si mesmo em favor dos outros.²⁶⁸

O documento reconhece que o mundo de hoje passa por mudanças significativas no campo das ciências e da técnica, da informação, das culturas, das exigências éticas, da escala de valores. Englobando as possibilidades e os limites do progresso, é necessário que haja em todas estas situações um discernimento evangélico.²⁶⁹

No capítulo primeiro, o documento reconhece os grandes obstáculos presentes no mundo de hoje, como o racionalismo, que em nome de uma concepção de “ciência” torna a razão humana insensível ao encontro com a Revelação e com a transcendência divina; o individualismo, que inviabiliza verdadeiras relações humanas; o hedonismo, que coloca o prazer individual e imediato como o único bem possível, princípio e fim da vida moral; o materialismo; o ateísmo prático e existencial; a auto-suficiência; a desagregação da realidade familiar; as injustiças sociais e a concentração de riquezas nas mãos de poucos.

No campo religioso e cristão, também, o documento reconhece mudanças: a queda de preconceitos ideológicos e a obstrução ao anúncio dos valores espirituais e religiosos; novas possibilidades para a evangelização e o reflorescimento da vida eclesial; maior conhecimento das Sagradas Escrituras; maior vitalidade e força expansiva das Igrejas jovens; defesa e promoção dos valores da pessoa e da vida humana; desejo de Deus e de relacionamento vivo e significativo com Ele; formas de religiosidade sem Deus; subjetivização da fé: menor sensibilidade ao conjunto global e objetivo da doutrina da fé em favor de uma adesão subjetiva ao que agrada; multiplicação de inúmeras seitas; ignorância religiosa, escassa incidência da catequese; difícil diálogo ecumênico; desconfiança e quase insensibilidade para o magistério hierárquico; refúgio na superstição e

²⁶⁸ Idem, p. 24.

²⁶⁹ Idem, p. 28.

na religiosidade sem Deus; escassa presença e disponibilidade das forças sacerdotais, em que os fiéis ficam abandonados por longos períodos, sem o adequado apoio pastoral.²⁷⁰

Um aspecto importante que a Exortação *Pastores Dabo Vobis* aborda refere-se às dimensões da formação sacerdotal: formação humana, formação espiritual, formação intelectual e formação pastoral, recolhendo o documento o fruto dos trabalhos sinodais, estabelecendo dados adquiridos, mostrando metas irrenunciáveis, colocando à disposição de todos a riqueza de experiências e de itinerários formativos já experimentados positivamente, considerando a formação inicial distinta da formação permanente. A Exortação detém-se nas diversas dimensões da formação, como também nos ambientes e nos responsáveis pela própria formação dos candidatos ao sacerdócio.²⁷¹

A formação humana aparece, no documento, como proposta de fundamento de toda a formação sacerdotal, retomando a afirmação dos padres sinodais: “sem uma oportuna formação humana, toda a formação sacerdotal ficaria privada do seu necessário fundamento”, sob a alegação de que esta afirmativa dos padres sinodais constitui uma exigência mais profunda e específica da própria natureza do presbítero.²⁷²

Em relação à formação espiritual, o documento aponta que o presbítero deve procurar estar em comunhão com Deus e à procura de Cristo, pois “desta fundamental e indispensável exigência religiosa parte e se desenrola o processo educativo de uma vida espiritual, entendida como relação e comunicação com Deus”.²⁷³

Na verdade, a grande preocupação da Igreja com relação a esta dimensão, a da espiritualidade do presbítero, deve-se ao fato de que hoje em dia, havendo uma nova busca espiritual, espera-se que o padre seja realmente uma “pessoa de Deus”, uma pessoa

²⁷⁰ Idem, pp. 22ss.

²⁷¹ Idem, p. 115.

²⁷² Propósito 21, citado por João Paulo II. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Formação dos Sacerdotes Pastores Dabo Vobis*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1992. p. 116.

²⁷³ João Paulo II. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Formação dos Sacerdotes Pastores Dabo Vobis*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1992. p. 122.

portadora de uma vivência espiritual profunda, que possa alimentar a tantos quantos o procurem, nestes tempos em que as pessoas vivem em busca de sentido para a vida.

Mais ainda: de acordo com a Exortação, a formação espiritual deve levar o presbítero a procurar Cristo nos homens,²⁷⁴ ou seja, a cultivar uma verdadeira vida espiritual encarnada na vida das pessoas concretas e dos problemas e situações pelos quais passa o mundo de hoje.

Dentro do tópico que trata da formação para a espiritualidade, o documento *Pastores Dabo Vobis* apresenta vários aspectos relacionados ao celibato. Este vem acoplado à prática da caridade: “é nesta perspectiva [da caridade] que consiste o Dom de si mesmo por amor e que o futuro presbítero encontra o seu lugar na formação espiritual. A educação para a obediência, para o celibato e para a pobreza”²⁷⁵. Esses são três pontos nevrálgicos nos quais residem as grandes dificuldades do ministério presbiteral, além das dificuldades que a Igreja tem em lidar com aqueles que não se ajustam a esses requisitos do ministério presbiteral.

E, para tanto, a Exortação retoma o concílio Vaticano II, ao dizer:

que os alunos saibam, de modo bem claro, que não são destinados ao mando nem às honras, mas que devem se ocupar totalmente no serviço de Deus e no ministério pastoral. Sejam educados com particular solícitude para a obediência sacerdotal, na pobreza de vida e para uma abnegação de si mesmos, de tal maneira que se habituem a renunciar generosamente mesmo àquilo que, sendo lícito, não é conveniente, e a viver em conformidade com Cristo crucificado.²⁷⁶

Que o celibato não seja apresentado e, menos ainda, cumprido como uma simples norma jurídica, necessária à ordenação, mas que reflita a escolha de um amor maior e indivisível a Cristo e à sua Igreja. O celibato deve considerar-se como uma graça especial,

²⁷⁴ Idem, p. 133.

²⁷⁵ Idem, p. 134.

²⁷⁶ Decreto *Optatam Totius*, 9, citado por João Paulo II. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Formação dos Sacerdotes Pastores Dabo Vobis*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1992. pp. 134-135.

como um Dom, ao qual “não é dado a todos compreender, mas somente àqueles a quem foi concedido” (Mt 19,11).²⁷⁷

Reforçando a doutrina do celibato, a Exortação recomenda que o seminarista deve possuir grande maturidade psíquica e sexual, bem como uma vida assídua e autêntica de oração e deve colocar-se sob a guia de um diretor espiritual, que deve ajudar o seminarista para que ele mesmo chegue a uma decisão madura e livre, que se fundamente na estima da amizade sacerdotal e da autodisciplina, como também na aceitação da solidão e num equilíbrio pessoal físico e psicológico. Para tanto, o documento recomenda a necessidade que os seminaristas têm em conhecer a doutrina, conciliar também a Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, de 1967, bem como a instrução sobre a formação para o celibato sacerdotal, emanada da Congregação para a Educação Católica, de 1974. E ainda mais: o documento ressalta a necessidade que o seminarista tem de conhecer a natureza cristã e verdadeiramente humana, bem como os fins da sexualidade no matrimônio e no celibato, para poder instruir e educar os fiéis leigos acerca das motivações evangélicas, espirituais e pastorais próprias do celibato sacerdotal, de modo que ajudem os presbíteros com a amizade, a compreensão e a colaboração.²⁷⁸

Como se pode observar, a quantidade de artigos dedicados ao tema do celibato sacerdotal, dentro do tema da espiritualidade, aponta para o fato de que este consiste em um dos principais temas do debate atual em torno da formação e do próprio exercício do ministério presbiteral. E também aponta para a linha de espiritualidade desejada pela Igreja para os seus presbíteros: uma espiritualidade não divorciada da vida concreta e real, mas encarnada no seio da humanidade concreta, juntamente com seus problemas, suas angústias e suas alegrias.

A Exortação *Pastores Dabo Vobis*, ao abordar o tema da dimensão intelectual, associa-a às duas dimensões anteriores, a ponto de constituir uma sua expressão necessária:

²⁷⁷ João Paulo II. Exortação *Apostólica Pós-Sinodal sobre a Formação dos Sacerdotes Pastores Dabo Vobis*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1992. p. 136.

²⁷⁸ Idem, p. 137-138.

“ configura-se efetivamente como uma exigência irremediável da inteligência pela qual o homem ‘participa da luz da inteligência de Deus’ e procura adquirir uma sabedoria que, por sua vez, se abre e se orienta para o conhecimento e adesão a Deus”²⁷⁹.

Outra justificativa da formação necessária para a dimensão intelectual diz respeito às exigências do mundo atual e à nova evangelização deste mundo, em que o ministério ordenado deve manifestar tal urgência. Os padres sinodais escrevem: “se já cada cristão deve estar pronto a dar as razões da sua fé e da sua esperança em Cristo (cf. 1Pd 3,15), com muito maior razão os candidatos ao sacerdócio e os presbíteros devem manifestar um diligente cuidado pelo valor da formação intelectual na educação e na atividade pastoral.”²⁸⁰

A justificação pastoral da formação intelectual está ligada à unidade do processo educativo do futuro presbítero. Assim, o documento reforça a idéia de que, embora a obrigação dos estudos preencha grande parte do tempo de vida de quem se prepara para o sacerdócio, não compreendem os estudos uma atividade secundária, alheia ao crescimento cristão, humano, espiritual e vocacional; na realidade, por meio do estudo da Teologia, principalmente, o novo sacerdote adere à Palavra de Deus, cresce na sua vida espiritual e dispõe-se a desempenhar o seu ministério pastoral.²⁸¹

É dada importância aos estudos de Filosofia como desenvolvimento da consciência reflexiva, como busca da verdade que é revelada plenamente em Jesus Cristo. O documento enfatiza que o estudo de Filosofia ajuda o candidato a enriquecer sua formação intelectual com o “culto da verdade”, reconhecendo que esta não é criada e medida pelo homem, mas confiada ao homem como Dom da verdade suprema, o próprio Deus.²⁸²

No desdobramento da formação intelectual, o documento reforça, no número 53, a idéia de que a formação do futuro sacerdote se baseia e se constrói sobretudo sobre o estudo da “sacra doutrina”, da Teologia. O valor e a autenticidade da formação teológica

²⁷⁹ Idem, p. 138.

²⁸⁰ Idem, pp. 138-139.

²⁸¹ Idem, pp. 139-140.

²⁸² Idem, pp. 140-141.

dependem do respeito escrupuloso pela própria natureza da teologia, conforme afirmaram os padres sinodais: “a verdadeira Teologia provém da fé e quer conduzir à fé”. E, assim, o teólogo é, antes de mais nada, um crente, um homem de fé, mas que se interroga sobre a própria fé, com a finalidade de atingir uma compreensão mais profunda.

No que se refere à formação teológica, o documento é enérgico ao afirmar a necessidade de que os estudos teológicos e as teorias teológicas estejam afinados com o verdadeiro magistério da Igreja, que refuta as objeções e as deformações da fé, propondo novos aprofundamentos, explicitações e aplicações da doutrina revelada. O documento encerra esta sessão da dimensão intelectual de forma rígida, fechando a questão em torno da premência de se ter estudo acirrado, em tempos em que os candidatos se apresentam já com formação anterior insuficiente. Portanto, o documento é veemente contra a tendência de alguns contextos eclesiais de reduzir a seriedade e a exigência de uma sólida formação ao ministério presbiteral.²⁸³

Esta é a finalidade de toda a preparação do presbítero, de acordo com a inspiração advinda do documento *Optatam Totius*: o exercício e a prática da caridade, comungando da caridade de Cristo, o Bom Pastor: “a educação dos alunos deve tender para o objetivo de formar verdadeiros pastores de almas, segundo o exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo, mestre, sacerdote e pastor. Portanto, os presbíteros devem ser preparados para ser mestres da Palavra de Deus. Que esta Palavra seja revelada pelos presbíteros e bem entendida por todos aqueles que a ouvem.”²⁸⁴

Dentro do estudo da Teologia, reforça-se a necessidade de estudar Teologia Pastoral ou Prática, que é uma reflexão científica sobre a Igreja no seu edificar-se cotidiano sob a força do Espírito. Assim, a Pastoral não é uma “arte”, nem um complexo de exortações, de experiências ou de métodos, mas possui, sobretudo, uma plena dignidade teológica, não podendo reduzir-se a uma simples aprendizagem, orientada para a familiarização com qualquer técnica pastoral.²⁸⁵

²⁸³ Idem, pp. 149-150.

²⁸⁴ Idem, pp. 150-151.

²⁸⁵ Idem, pp. 152-153.

Que os Seminários possam propiciar aos formandos uma experiência inicial e gradativa no ministério pastoral, na viva tradição da Igreja Particular, onde possam os candidatos abrir os horizontes de sua mente e seu coração à dimensão missionária da vida eclesial, pois a consciência da Igreja como comunidade missionária ajudará o candidato ao sacerdócio a viver a essencial dimensão missionária da Igreja e das diversas atividades pastorais, a estar aberto e disponível para todas as possibilidades hoje oferecidas ao anúncio do Evangelho, preparando-os para um ministério solícito aos apelos do Espírito e ao bispo, a fim de poderem ser mandados a pregar o Evangelho para além das fronteiras de sua própria pátria.²⁸⁶

O seminário como comunidade formativa é a forma defendida pela Exortação *Pastores Dabo Vobis*, a partir das orientações do Concílio Vaticano II e do Sínodo dos Bispos, que afirma:

A instituição do Seminário maior como lugar ideal de formação deve certamente confirmar-se como espaço normal, mesmo material, de uma vida comunitária e hierárquica, mais, como casa própria para a formação dos candidatos ao sacerdócio, com superiores verdadeiramente consagrados a este serviço. Esta instituição deu muitíssimos frutos ao longo dos séculos e continua a dá-los em todo o mundo.²⁸⁷

A partir da forma como o documento explicita a necessidade de superiores verdadeiramente consagrados, pode-se intuir que, por trás de frase tão severa como esta, a visão que se tinha à ocasião da elaboração do documento a respeito dos superiores das casas de formação era de que o trabalho da formação presbiteral precisaria ser levado com maior seriedade.

Um outro aspecto que chama a atenção refere-se à afirmativa de que o seminário é a fórmula precisa para a formação do clero, pelo fato de essa instituição sempre ter dado muitos frutos no passado e continuar a dá-los. Percebe-se que há uma rejeição às várias

²⁸⁶ Idem, pp. 156-157.

²⁸⁷ Idem, p. 157.

experiências feitas no campo da formação presbiteral a partir do encerramento do Vaticano II, as muitas casas pequenas ou pequenas comunidades de formação, muitas delas sem a presença de um padre ou superior. E, obviamente, após o período da crise, optou-se por um estilo e um modelo de formação presbiteral, o dos seminários, porque sempre representou um modelo funcional, que oferece maior segurança.

O documento adverte para o fato de que o seminário, além de representar um “tempo” e um “espaço”, deve, sobretudo, ser uma caminhada educativa em comunidade. É comunidade promovida pelo bispo, para oferecer a quem é chamado ao serviço do Evangelho a oportunidade e a possibilidade de reviver a experiência formativa que Jesus reservou aos doze apóstolos. Uma prolongada permanência com Jesus, que justificou o seu afastamento da vida comum e dos seus afazeres, para ocuparem-se exclusivamente “do Mestre”.²⁸⁸

A partir dessa inferência a respeito da opção de vida feita pelos doze apóstolos, o documento *Pastores Dabo Vobis* referenda o estilo de ser do seminário, que requer um afastamento do candidato do mundo, dos seus afazeres, de sua comunidade eclesial, para imbuir-se do “espírito” da formação desejada pela Igreja.

O documento reforça, ainda, a idéia de que o seminário é uma experiência original na vida da Igreja e nele o bispo se faz presente (e é o seu superior) através da pessoa do reitor e do serviço de co-responsabilidade compartilhado com toda a equipe de formação e que, portanto, deve ter uma programação, um programa de vida que se caracterize pela sua sintonia com o único fim que justifica a sua existência: a preparação dos futuros presbíteros.²⁸⁹

Consiste a obra educativa em acompanhar as pessoas, a partir de sua história concreta e da escolha definitiva para um ideal de vida. Para tanto, exige-se que o candidato ao seminário ingresse já com uma preparação prévia, o que não ocorria há anos, pois os

²⁸⁸ Idem, p. 158.

²⁸⁹ Idem, pp. 158-159.

candidatos provinham dos seminários menores e a vida cristã oferecia às pessoas uma educação cristã razoável.²⁹⁰

O papa conclui esta sessão a respeito do Seminário Maior, assumindo o pedido formulado pelos padres sinodais no sentido de que haja um período de preparação para o ingresso no seminário, chamado de período propedêutico, com programação e temas determinados de acordo com as experiências das várias regiões ou países.

A Igreja, acreditando que o chamado vocacional para a vida presbiteral ocorre já na tenra idade ou no período da pré-adolescência, entende a necessidade da existência do Seminário Menor, como local propício para desabrochar o discernimento e o cultivo das vocações ao presbitério. Assim, a *Pastores Dabo Vobis* coloca como objetivos do Seminário menor o preparar-se para seguir Cristo Redentor com ânimo generoso e coração puro, conforme indicação do documento conciliar *Optatam Totius*, que no perfil educativo propõe que os alunos sob a orientação paterna dos superiores, com a colaboração dos pais, levem uma vida plenamente conforme à idade, ao espírito e à evolução dos adolescentes, segundo as normas da sã psicologia, sem omitir a conveniente experiência das coisas humanas e o contato com a própria família.²⁹¹

A Exortação coloca o Seminário Menor como um centro de referência e de iniciação às possíveis vocações que irão surgindo, sendo referência e contato para as comunidades eclesiais.

Há abertura para a implantação de outras formas de estabelecimento do processo formativo e acompanhamento das vocações ao presbitério em locais onde não haja a possibilidade de se instalar um seminário. E também em relação às vocações adultas de pessoas que já tenham tido experiências profissionais, o documento dá abertura para que possam ser realizados o acompanhamento e a averiguação da autenticidade dessas vocações, sem que o candidato tenha necessariamente que passar pelo Seminário Maior, tomando-se sempre o cuidado para que sejam cumpridas as exigências das etapas

²⁹⁰ Idem, pp. 162-163.

²⁹¹ Idem p.p. 165-166.

formativas. Após este processo, o documento aponta que não há nenhuma dificuldade para que um candidato adulto seja plenamente integrado ao presbitério.²⁹²

A Exortação *Pastores Dabo Vobis* deixa bem claro e reafirma que a responsabilidade da formação presbiteral pertence à Pastoral Vocacional da Igreja. A Igreja é o sujeito comunitário que tem a graça e a responsabilidade de acompanhar todos aqueles que são chamados para o serviço do Senhor.

A Igreja é o sujeito da responsabilidade da formação, porque é memória e sacramento do próprio Cristo, sob a inspiração e a força do Espírito de Deus. Na Igreja o primeiro representante de Cristo na formação dos sacerdotes é o bispo. Assim, é papel do bispo estar com os padres como se está entre amigos e todos podem ter a liberdade de “ir ter” com o bispo. Este, por sua vez, deve visitar e acompanhar freqüentemente os candidatos ao sacerdócio.²⁹³

A comunidade educadora do Seminário é composta pelo Reitor, pelo diretor ou padre espiritual, pelos superiores e pelos professores. Todos eles devem estar intimamente unidos ao bispo. Recomenda-se cautela na escolha dos formadores e que os estimulem a serem idôneos no cargo que lhes foi confiado .

Exige-se que os formadores sejam preparados não só técnica, pedagógica, espiritual, humana e teologicamente, mas também com o espírito de comunhão e colaboração na unidade para desenvolver o programa de formação a contento. Além de manifestarem pelo testemunho uma vida verdadeiramente evangélica, devem os formadores ter certa estabilidade e residir no seio da comunidade do seminário.

Em relação aos confessores, o documento reforça a tese de que deve haver liberdade na escolha destes e que toda a comunidade presbiteral dos educadores se sinta solidária na responsabilidade de educar os candidatos ao sacerdócio.²⁹⁴

Há, ainda, a responsabilidade que os professores de Teologia têm, primeiro, em serem eles próprios pessoas de sólida fé, e segundo, em poderem contribuir no processo formativo intelectual dos candidatos.

²⁹² Idem, pp. 165-167.

²⁹³ Idem, p. 170

²⁹⁴ Idem, pp. 171-172.

A Comunidade de origem e os movimentos juvenis têm um papel preponderante no processo de descoberta vocacional, de ajuda no discernimento, no cultivo e no acompanhamento das vocações. Tudo isso, sem que se perca de vista o papel do próprio candidato ao sacerdócio, que deve ser protagonista do seu processo formativo, a partir da liberdade responsável, tendo sempre presente que o seu coração deve configurar-se ao do Cristo, o Bom Pastor, acolhendo, sobretudo, a ação formadora do Espírito.

5 - O clero de Campinas, fruto de dois tipos de seminários

Numa tentativa de identificar os padres da Arquidiocese de Campinas, no período específico, a partir de 1950, e identificar nos diversos tipos de seminário a sua formação, apresentada até aqui, observa-se uma variedade muito grande de aspectos que caracterizam cada padre, com elementos muito peculiares de cada um; ou seja, não se pode atestar que há unanimidade no estilo de ser padre, ou que haja um determinado modelo de padre em que todos se encaixem. Constatam-se, entre os padres, diversos modos de exercer o ministério sacerdotal e eles variam de acordo com a cultura, com a concepção de vida e de mundo de cada um. Mesmo assim, parece possível definir genericamente pelo menos dois grandes grupos que, apesar de serem heterogêneos e das diferenças individuais, têm algumas características comuns, que permitem um agrupamento:

Grupo I – neste grupo estão os padres que apresentam idade superior a cinquenta e cinco anos, estudaram no seminário de modelo tridentino, seja de D. Barreto ou de D. Paulo de Tarso; a maioria veio de cidades pequenas ou da roça; são descendentes, em sua maioria, de imigrantes italianos mas, embora em menor número, existem também descendentes de outras nacionalidades; outros ainda são descendentes de ítalo-portugueses (geralmente ou o pai ou a mãe é de uma dessas descendências) característica da população de Campinas dos anos 1950; poucos entraram já jovens para o seminário e a maioria cursou desde criança o

antigo ginásio no seminário; são detentores de um patrimônio cultural e intelectual sólido e vasto.

Os padres desse grupo estão ou estiveram vinculados à Universidade. São professores dos cursos de Filosofia ou Teologia ou também de outros cursos da PUC-Campinas. Portanto, estão presentes na formação presbiteral, ainda que não estejam mais nos seminários.

Estes padres, muitos deles oriundos de famílias simples, em sua maioria cursaram o “Grupo Escolar” em escolas públicas; entretanto, a maioria fez curso de aprofundamento ou pós-graduação em teologia ou filosofia em Roma, com maior incidência de Teologia. Têm, portanto, uma experiência universitária internacional.

O fator mais interessante e definidor das linhas acadêmicas, políticas e religiosas deste grupo talvez seja o fato de estes padres terem concluído sua formação pouco antes ou durante o período em que se realizava o Concílio Vaticano II (1962-1965). Foi, portanto, um grupo de vanguarda nas mudanças propostas pelo Concílio. Neste grupo, encontram-se os padres que se destacaram nas reformas da Liturgia, na abertura da Igreja ao mundo, no espírito próprio do Vaticano II, e também os responsáveis pela formação da geração seguinte, imediatamente após o Vaticano II, fazendo com que o espírito conciliar fosse difundido também na universidade, na formação do clero.

Esse grupo detém grande prestígio na Igreja local e nacional. E é interessante que, mesmo tendo sido formados no seminário de modelo tridentino, os padres deste grupo aderiram às propostas do Concílio Vaticano II. Por outro lado, muitos padres deixaram o ministério no período que se sucedeu ao Vaticano II.

Muitos dos padres deste grupo tinham a expectativa de que o Concílio Vaticano II discutisse a problemática do celibato compulsório aos padres, vindo até a aboli-lo. Porém, um dado que emerge consiste na acomodação das idéias revolucionárias passados quarenta anos do Vaticano II.

Dentro deste grupo que é muito plural, houve reações diversas ao concílio e a tudo o que viria em decorrência deste. Assim, observa-se que, no período imediatamente após o

concílio, a adesão ao *aggiornamento* foi muito grande, ainda que houvesse setores mais conservadores que sempre vêm com reservas as mudanças na Igreja.

No período de sedimentação do impulso gerado pelo concílio, observa-se que lentamente a Igreja foi tendo atitudes cautelosas no que diz respeito às experiências, às mudanças e às inovações, culminando no período dos anos 1990, com um processo de certo reenquadramento da Igreja nos ditames da tradição, ainda que a bandeira do Concílio Vaticano II continuasse a ser levantada. Nesse refluxo das reformas conciliares, parte do clero que aderiu na totalidade ao concílio também acabou cedendo a uma volta conservadora.

Este grupo tem sua fonte de poder, por assim dizer, no prestígio conquistado ao longo dos anos, no reconhecimento da comunidade acadêmica, do clero e da própria sociedade local, na bagagem cultural e intelectual da qual é detentor e, também, em uma situação econômico-financeira estabilizada, já que são possuidores de propriedades particulares, não necessitam residir nas casas paroquiais, viveram e vivem às custas do salário advindo do próprio trabalho exercido durante anos na universidade.

Logicamente, os padres mais velhos são detentores de um poder simbólico que advém dos anos de exercício do ministério pastoral e do próprio reconhecimento acima referido. Por outro lado, o fato de muitos padres deste grupo terem cursado pós-graduação no exterior, terem o título de doutorado, além dos altos cargos de confiança que alguns ocupam na administração da arquidiocese, os faz respeitados.

Há sérias divergências entre os dois grupos, principalmente no que se refere ao plano das idéias e, mais ainda, quando essas divergências se evidenciam por meio do modelo de Igreja assumido por cada grupo. O grupo ligado à universidade é simpático à Teologia da Libertação, a um modelo de Igreja que pensa a realidade do mundo e da Igreja como passível de uma necessária transformação radical, enquanto que o grupo dos mais novos não chega a comungar com o ideário de transformação da sociedade, pelo menos no que diz respeito a reformas estruturais.

O ideário eclesiológico do grupo ligado à universidade faz com que ele se identifique muito com o clero iluminista do século XIX, que pensava em uma Igreja livre da intervenção de Roma, aberta ao mundo científico e às novas idéias, sem a

obrigatoriedade do celibato. Alguns aspectos, também assumidos pelo Vaticano II, os fazem enquadrar-se na proposta iluminista: a idéia de comunhão do presbitério; a idéia de presbitério que participa das decisões da vida da Igreja local; um episcopado colegiado em partilha com o magistério exercido pelo papa, que seria um coordenador do colégio dos bispos, e não o detentor supremo de todos os poderes de decisão; a idéia de uma formação do clero mais aberta e inserida nas realidades do mundo, como as pequenas casas de formação, localizadas nas periferias das cidades; a possibilidade de que o candidato ao clero pudesse, já no tempo de formação e depois muito mais, exercer um trabalho remunerado, ter uma profissão concomitante ao exercício do ministério presbiteral e, até, o sonho que muitos cultivaram de um tipo de celibato opcional.

O grupo dos mais novos, apesar de ser também muito heterogêneo, apresenta características peculiares que permitem identificar os padres em um grupo.

Grupo II – São os padres mais novos, da primeira geração do seminário após o Vaticano II e a crise do clero dos anos 1970. Portanto, são os padres que foram ordenados já na década de 1980; aí se incluem os padres que chamaríamos de Segunda geração do pós-Vaticano II.

Os candidatos ao clero advindos deste grupo, têm a característica principal de serem egressos, na quase totalidade, de escolas públicas, tanto os que se formaram na década de 1980, quanto os que têm se formado a partir da década de 1990. Portanto, a formação escolar desses padres é fruto da escola pública, que tem passado por muitas transformações nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à qualidade de ensino.

Assim, a afirmativa de que o nível intelectual dos padres desse grupo é inferior ao do primeiro grupo pode estar associada ao fato de que hoje, também nos seminários, a disciplina de estudos é diferente daquela de décadas atrás. A vida seminarística de hoje é composta de outros tantos fatores que não estavam presentes na formação pré-conciliar, tais como finais de semana vividos na pastoral — e os preparativos para esta atividade —, ou mesmo com as famílias; atividades com psicólogos; participação em eventos diversos da vida da Igreja fora do seminário, tais como celebrações e encontros. Essas atividades todas acarretam uma diminuição significativa no tempo e na disciplina de estudos, além do fato

de que os alunos, hoje, estudam boa parte do tempo sozinhos, sem a presença do diretor de disciplina.

Os padres deste grupo, como entraram para o seminário na idade adulta, além do diferente processo escolar que viveram, trazem também distintas experiências de vida e afetividade. Diferentemente dos do grupo I, em sua maioria, passaram por experiências afetivas de namoro, de prática de sexualidade, o que acaba influenciando no resultado final do seu processo. É claro que estas duas gerações últimas do grupo II viveram sua infância e sua juventude já em contato com os meios de comunicação. Se o grupo I, no seminário fechado, não tinha acesso a rádio, jornais e revistas, o grupo II teve acesso a rádio, televisão, pornografia, cinema, internet, videogames, jornais, revistas, gibis, revistas de público adulto, carnaval, tudo dentro de suas próprias casas. Foram criados e cresceram no ambiente da liberdade, dos brinquedos de rua, da frequência à escola em igualdade com os outros meninos e meninas de sua idade. Em termos de visão de mundo, de horizontes de vida, isto faz uma grande diferença em relação ao grupo I, já que, até por volta dos anos 1960, havia menos mistura de segmentos sociais e grupos tidos como de “elite” pouco conhecimento tinham do modo e das condições de vida da população pobre.²⁹⁵ E, após a reviravolta do Concílio Vaticano II, este grupo social mais desfavorecido é quem cederá o contingente ao futuro clero.

Os padres deste grupo procedem em sua maioria da cidade, seja da cidade de Campinas, seja de outras da região. Ainda que nas estatísticas brasileiras a maioria dos candidatos ao clero proceda da zona rural, no caso de Campinas, logicamente influenciada pelo processo intenso de urbanização da região a partir da década de 1950, os candidatos procedem das cidades; porém, há um outro elemento importante: mesmo advindos da cidade, suas famílias, em boa parte dos casos, são migrantes da zona rural de outros estados, principalmente Paraná e Minas Gerais.

A partir da década de 1970, Campinas sofreu um inchaço populacional, devido à migração causada pelo êxodo rural ocorrido principalmente nas regiões de Minas Gerais e,

²⁹⁵ Pier Paolo Pasolini, em sua obra *Cartas Luteranas* (Madrid, Editorial Trotta, 1997), faz a abordagem sobre a situação de marginalidade em que vivia o segmento social mais pobre até a década de 1960 e como esse segmento era ignorado pela elite.

atualmente, de forma acentuada no Paraná. As periferias de Campinas, bem como das suas cidades satélites: Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba, Paulínia, Monte Mor, em menor escala Valinhos e Vinhedo, têm em sua maioria migrantes do Paraná e de Minas Gerais.

Por outro lado, sabe-se que as vocações, os candidatos ao clero nos últimos anos, no Brasil e também em Campinas, são originários das camadas mais pobres da população; neste caso, os candidatos ao clero em Campinas, embora procedam da cidade, têm sua matriz familiar ainda marcada pela vida rural, pelos costumes e pela religiosidade rural trazidos pelos migrantes. Se, antes, o grupo I trazia as marcas rurais e a religiosidade dos imigrantes italianos, hoje os padres do grupo II trazem as marcas rurais, fruto da migração para as cidades. Porém, a diferença reside no fato de que os padres do grupo I eram formados pelo seminário e os padres do grupo II vêm ao seminário já formados — pela família, pela escola.

No caso dos candidatos ao clero do grupo II, os próprios jovens tiveram uma experiência precoce de trabalho, se comparados com os jovens da mesma idade procedentes das camadas média e média-alta que somente depois de algum tempo da formação universitária é que entrariam no mundo do trabalho e ocupariam posições mais privilegiadas que os candidatos do grupo II. Estes, no mundo do trabalho, tinham ocupações na indústria como operários, mas, sobretudo, no setor terciário, no comércio e na prestação de serviços, percebendo baixos salários.

Em consequência de vários fatores, mas principalmente por fazerem parte de uma espécie de “baixo clero”, os padres do grupo II em sua maioria não têm acesso aos cargos importantes na vida da Igreja de Campinas. Em muitos casos chegam à esfera dos Vigários Forâneos.²⁹⁶ Ainda que cheguem esporadicamente a ocupar os cargos mais elevados, muitas vezes lhes falta o prestígio e o carisma, o respaldo advindo de uma sólida formação e também da idade que ainda não têm.

²⁹⁶ O Vigário Forâneo, embora tenha atribuições jurídicas específicas, de acordo com o Código de Direito Canônico, no caso de Campinas, é uma espécie de padre que representa o grupo dos padres de uma pequena porção ou divisão da Arquidiocese. No governo atual da Arquidiocese, o poder destes foi restringido a Coordenadores de Pastorais dessas microrregiões. Anteriormente tinham um pouco mais de poder, participando de algumas decisões importantes não apenas da vida pastoral da Arquidiocese, mas também da escolha e da nomeação de alguns cargos de párocos junto ao Arcebispo.

Assim, os padres novos são mais voltados ao trabalho pastoral, o que fazem com dedicação diante das realidades da arquidiocese, em que a maioria das paróquias tem em média doze comunidades (capelas) sob o cuidado do pároco.

A fonte de poder deste clero mais jovem vem, muitas vezes, não da sua capacidade intelectual, do seu prestígio e de sua formação ou dos títulos que tenha, mas da própria condição oficial de padres, do “ser padre”, membro da instituição que lhes confere um poder oficial. Apesar de toda incapacidade que possa ter, de toda deficiência intelectual, de todo zelo ou da falta deste no exercício do seu ministério e no trato com o povo, o padre é “o padre” e, portanto, aquela figura investida de poder, pela autoridade eclesiástica, para dirigir aquela porção do povo de Deus. Sua fonte de poder não advém dos recursos econômicos auferidos pelo seu trabalho extra-paroquial (como professores, por exemplo), mas da sua condição de uma espécie de “funcionário” da Igreja. Carrega, sim, a força e o poder da instituição que o investiu.

Raros são os padres do grupo II que têm intenção de prosseguir nos estudos de pós-graduação em Teologia, sobretudo, em Filosofia, ciência mais distante do universo cultural dos jovens que tencionam ingressar no seminário.

O parecer de vários professores do Instituto de Teologia da PUC-Campinas, segundo avaliação feita constantemente pelos responsáveis pela formação e pelos próprios alunos é de que o nível intelectual dos alunos é muito baixo e o seu interesse pelos estudos é muito restrito. Isto se justifica pela própria história familiar e escolar do candidato, advindo de um processo de escolarização deficiente, sem ter criado hábitos de estudo, devido à necessidade de trabalhar na tenra idade.

Outra observação constante dos professores é o limitado engajamento dos padres novos no tratamento das grandes causas da humanidade e nas causas sociais. Parece que a referência e o desejo de serem padres não estão voltados para a transformação do mundo: contentam-se com o limite do alcance pastoral do seu trabalho, do atendimento ao povo. Percebe-se que, logo depois de formados, de terem “passado” pelas faculdades de Filosofia e Teologia, por todo o arcabouço da crítica filosófica e das grandes correntes da Teologia, principalmente a Teologia da Libertação, ainda presente no Curso da PUC-Campinas, os ex-alunos, quando padres, no exercício de seu ministério, voltam ao velho substrato

catequético. O que vão ensinar não é a Teologia proposta pelo Vaticano II vivenciada com os mestres na Universidade, mas aquelas antigas verdades aprendidas na catequese, no ambiente familiar rural.

A esse respeito, Benedetti afirma que os padres novos são pouco afeitos às questões sociais, têm gosto em dedicar-se à Liturgia, com suas pompas, sua plasticidade, ou seja, debruçam-se sobre questões puramente internas da vida da Igreja e com pouca capacidade de diálogo com o mundo atual. Benedetti afirma ainda que os padres novos têm “pouco (nenhum) amor aos estudos. Estão mais preocupados com vestes e outros elementos secundários do ministério presbiteral.”²⁹⁷

O padre atual, segundo Cozzens, sofre de uma “doença de alma”. Há, segundo este autor, um profundo descontentamento e insatisfação na vida dos padres atuais. Um dissabor provocado não se sabe por que causas, se pelo celibato, se pela solidão a que o presbítero é colocado no mundo do exercício do seu ministério leva-o muitas vezes a atitudes não desejáveis e a uma situação de depressão e doença.²⁹⁸ Ainda que Cozzens fale da realidade dos padres estadunidenses — talvez pelos vários escândalos sexuais vividos por aquele clero —, não se pode descartar a hipótese de que esta “doença de alma” do padre se possa fazer presente também na realidade dos padres do Brasil.

Embora esta questão da insatisfação de vida, apontada por Cozzens, não apareça nas pesquisas oficiais, o fato já pode ser percebido no Brasil, mesmo quando nas pesquisas os padres tentam dizer o contrário. É o que afirmam Benedetti, Antoniazzi e Valle, no trabalho feito com um grupo representativo de padres do Brasil.²⁹⁹

Na referida pesquisa, seus críticos e intérpretes, como o sociólogo Pe. Benedetti, afirmam que, mesmo que os entrevistados digam que são felizes, no confronto com outras perguntas e respostas da pesquisa, aparecem incoerências que apontam para o fato de que o padre, no Brasil, esconde uma situação de certa insatisfação com seu ministério e com sua

²⁹⁷ BENEDETTI, Luiz R. “O “novo clero”: arcaico ou moderno?”. In: *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, Volume 59, Fascículo 233 – março de 1999, pp. 88-126.

²⁹⁸ COZZENS, Donald B. *A face mutante do sacerdócio*. S. Paulo: Ed. Loyola, 2001.

²⁹⁹ VALLE, Edênio (org.). *Padre, Você é feliz?* Uma abordagem psicossocial dos padres no Brasil. S. Paulo: Ed. Loyola, Brasília – CNBB, 2003.

vida. E, no grupo dos insatisfeitos, desponta com largueza os padres com menos de cinco anos de ministério, seguidos dos de cinco a quinze anos de atuação, portanto os padres mais novos.³⁰⁰

É interessante o fato de que o número de padres que deixaram o ministério na Arquidiocese de Campinas a partir da década de 1980 é pequeno, considerando a insatisfação em que vive o clero mais novo.³⁰¹ A explicação para tal fato reside na hipótese de o padre preferir continuar no ministério, mesmo que insatisfeito, a sujeitar-se à situação de seu reenquadramento na sociedade.

A respeito do grupo II, Antoniazzi ressalta que, na média, pode-se dizer que os padres novos são trabalhadores, dentro do mínimo que se espera do seu trabalho. Sabem preservar seu espaço de vida pessoal, conciliando trabalho, lazer e outros momentos reservados para sua vida particular, como saídas, férias, passeios. Aparece na fala de Antoniazzi a expressão “padre *light*”, resultado de estudos e pesquisas sobre os padres novos na Europa, sobretudo na Conferência Italiana. Fica claro que o fenômeno não é específico da realidade campineira ou brasileira, mas tem seu início nos países católicos do primeiro mundo, estendendo-se aos países católicos do terceiro mundo.³⁰²

Evidentemente, como toda classificação que se possa fazer é inexata e não expresse a totalidade como se fosse um bloco hegemônico, neste grupo II, há entre seus membros diferenças muitas: intelectuais, pastorais, ideológicas e de visão de mundo.

O modelo de formação aplicado a este grupo, que gradativamente foi se distanciando das propostas de abertura do Concílio Vaticano II e retomando o modelo de fechamento que culminou no período final do século XX, parece assemelhar-se ao modelo formativo do Concílio de Trento.

Embora este, tal e qual, talvez não tenha mais possibilidades de ser colocado em prática, as referências daquela formação se fazem presentes nos atuais modelos formativos.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Na Arquidiocese de Campinas, desde 1980 apenas quatro padres deixaram o ministério.

³⁰² ANTONIAZZI, Alberto. A OSIB e os desafios da formação presbiteral (CNP 48). In: *Vida Pastoral*. S. Paulo: Ed. Paulus, , nº 232, setembro/outubro de 2003, p. 28.

Voltou-se aos seminários, às grandes casas, talvez pelo número de candidatos, que cresceu nos últimos anos, mas a estrutura da grande casa se fez presente novamente na formação. Diferentemente do caminho seguido após o Concílio Vaticano II, as conferências latino-americanas de Medellín, principalmente, e ainda de Puebla propunham a disseminação de pequenas casas formativas na periferia, ao lado das casas paroquiais, em que os alunos estariam em contato direto com a realidade que os cerca. ³⁰³Sem a estrutura fornecida pela Igreja aos seminários, os próprios alunos teriam que, com o trabalho profissional, cuidar do seu sustento e da manutenção da casa. Com isso, muitos dos grandes seminários no Brasil foram desativados, inclusive em Campinas, mas tudo isso fracassou ao longo dos últimos vinte anos.

Por outro lado, observou-se que, com candidatos ao clero advindos das camadas mais pobres da população e egressos da escola pública, o esquema das pequenas comunidades em que os alunos, além da deficiência escolar trazida, precisavam ocupar-se com o seu sustento, não prepararia o padre intelectualmente adequado para dialogar com a sociedade atual. Na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*, de João Paulo II, essas preocupações apareceram em 1992, quando a formação presbiteral tomou um novo direcionamento.

Nos meados do pontificado de João Paulo II definem-se as novas linhas a serem assumidas na formação do clero. Depois dos ventos renovadores do Vaticano II, das sucessivas experiências feitas não apenas no campo da formação, mas da liturgia, da pastoral, dentre outras, já no final do governo de Paulo VI, começou-se a pôr fim às experiências. Era chegado o momento de assumir determinadas posturas diante do quadro eclesial. Porém, todo esse processo acabou sendo alvo de críticas à política assumida por João Paulo II, como uma negação do Concílio Vaticano II, ou pelo menos um fechamento muito grande em relação ao seu espírito.

³⁰³ Esta frase não está clara.

6 - Semelhanças dos modelos

O modelo formativo assumido a partir da *Pastores Dabo Vobis* pode ser visto, num primeiro momento, num olhar sinótico, como um modelo que buscou suas referências naquele do seminário do Concílio de Trento. Um dos argumentos para justificar essa escolha pode ser a opção por um modelo formativo mais rígido, que acabaria gerando resultados mais eficazes que o processo formativo desencadeado pelo Vaticano II, embora este contemplasse a abertura ao mundo e o mergulhar em todas as suas realidades e conseqüências. As várias experiências no campo da formação, desencadeadas pelo Vaticano II, não deixaram por sua vez de gerar instabilidade, diminuição do número de sacerdotes e a sensação de precariedade, se comparadas com o período anterior, em que todas as coisas estavam bem organizadas e não havia espaço para especulações ou experiências. Por outro lado, vale lembrar que o espírito proposto pela direção da Igreja, com o Concílio Vaticano II, era de um rompimento com estruturas anteriores, ainda que isso custasse a perda do número de sacerdotes, como de fato ocorreu.

O modelo do seminário do Concílio de Trento, assumido na Arquidiocese de Campinas até o final dos anos 1960, é o puro modelo tridentino. São suas estratégias formativas: o isolamento completo do mundo exterior; a separação da criança/jovem de sua família, incorporando-o à grande família do seminário, com seus costumes, regras, normas de vida, de conduta e de práticas religiosas. Na verdade, a Igreja sabia que, tendo a criança em suas mãos e formando-a desde a infância, teria garantias asseguradas de que, mais tarde, o padre formado seria fiel, celibatário, obediente às ordens do bispo diocesano, cumpridor dos deveres e seu pensamento estaria de acordo com a instituição. Além disso, não se preocuparia com a própria vida e com o exercício de uma outra atividade profissional.

Este modelo de formação enquadra-se perfeitamente no modelo tridentino usado na implantação dos seminários no Brasil. Como o fizeram D. Antonio Joaquim de Melo, em São Paulo; D. Viçoso, em Mariana; D. Vital, no Pará, e outros bispos romanizadores, foi implantado por D. Nery em Campinas e seguido até o final dos anos 1960.

Por sua vez, o modelo de formação ousado, plasmado a partir do Concílio Vaticano II e com os desdobramentos ainda mais ousados, surgidos na América Latina, lembra muito o quadro do Seminário iluminista, do clero iluminista, muito presente e atuante até o final do Império no Brasil, que teve como grande representante o Padre Antonio Feijó e os bispos nomeados pelo imperador.

O projeto formativo nascido do Vaticano II e das Conferências Episcopais da América Latina apresenta: um presbitério que tem voz e vez perante o bispo diocesano; um episcopado que, como colégio de bispos, é co-gestor da Igreja Universal, juntamente com o papa-cabeça; a formação do clero inserida em todas as realidades do mundo; os formandos inseridos na realidade do mundo do trabalho; casas de formação pequenas e abertas, de estilo não centralizador; a possibilidade do celibato opcional.

Entretanto, o clero iluminista, especialmente o de São Paulo, teve vida efêmera, não conseguiu sobreviver por muito tempo na Igreja, principalmente com a aliança estabelecida entre o Imperador D. Pedro II e os bispos romanizadores. Assim, o estilo formativo de Trento vigorou por séculos, dado que a resistência a ele foi pontual, além de reprimida e controlada pelos setores conservadores da Igreja. Em São Paulo, o segmento conservador foi liderado pelo bispo D. Antonio Joaquim de Melo, que implantou grande reforma no seminário de São Paulo e deu a este um estilo de formação proposto pelo Concílio de Trento, visando a moralização do clero e a romanização da Igreja.

A formação do clero, hoje, parece viver um momento de neo-romanização, se assim se pode dizer. A principal das estratégias do projeto de romanização da Igreja na segunda metade do século dezenove, o grande seminário, chegou de volta à Igreja da segunda metade do século XX.

O fato de o Concílio Vaticano II ter suas sementes remotas lá mesmo no final do século XIX, com os primeiros movimentos renovadores, de Bíblia e de Liturgia, principalmente, possibilita considerar os movimentos renovadores — que só tiveram vida plena a partir de 1960, estimulados por este Concílio — como reação à política centralizadora de Roma. A partir desta visão, pode-se considerar o momento atual como a construção de um novo movimento renovador.

Apesar da força que teve o Concílio Vaticano II na vida da Igreja, corre-se o risco de este Concílio e sua proposta de mais abertura ao mundo terem sido apenas o ponto de chegada de um processo, e não, como sempre se pensou, uma alavanca para gerar outros processos transformadores da vida da Igreja, principalmente se considerado o fato de que a maioria dos documentos do Vaticano II ainda não são conhecidos ou apreendidos pelo povo em geral, nem mesmo por muitos dos padres novos. Ainda mais tendo em consideração que muitas das propostas do Vaticano II ainda não foram postas em prática.

7 – “Grande Disciplina” - A realidade do clero e da formação

Em relação à formação do clero, na construção da identidade católica pós-Vaticano II, há como que uma volta às instituições fechadas, ao estilo das instituições totais, dos grandes seminários, diferentemente das experiências permitidas na década de 1970. Tais experiências foram comuns, até pela grande diminuição do número de candidatos, quando se disseminaram as pequenas comunidades de formação, com casas simples em que se aliavam formação intelectual, experiência pastoral e permissão do trabalho profissional. Hoje, verifica-se também um aumento do número de jovens que procuram os seminários para ingressar na carreira sacerdotal, em comparação com o número de seminaristas nas décadas de 1970 e 1980.

As instituições totais tentam preservar o candidato das influências e das atividades do mundo secularizado. Propõem um estilo de vida regrado, com horários bem marcados para estudo, oração, convivência e trabalho pastoral. Mas, a respeito dos padres novos, os recém-formados, que já são frutos dessa nova política de formação do clero, algumas perguntas pairam no ar: Quem é esse padre que sai das novas instituições totais? Ele realmente será aquilo que a Igreja espera dele, no sentido de corresponder a um modelo de Igreja e de ser um agente de tal modelo que o talhou? As sociedades de hoje recebem e

aceitam esse tipo de padre de forma natural? Há fácil aceitação de pessoas oriundas de um outro estamento social? Esse padre, após seu tempo de formação e sua conseqüente saída do esquema fechado, corresponderia ao que a Igreja espera dele? Como faz uso de sua liberdade, depois de passar por um período relativamente longo em uma estrutura que o preservava do mundo? Que tipo de relacionamentos estabelece com o povo, com a sociedade, com o mundo da política, da economia, das relações sociais? É sensível aos problemas e anseios das pessoas de hoje? Como lida com sua carência intelectual, diante de um mundo voraz, que exige um determinado padrão cultural? Como lida com suas carências afetivas em um mundo excessivamente erotizado?

Diante de tudo isso, o certo é que até antes do Vaticano II, as sociedades católicas aceitavam e absorviam esse tipo de padre que provinha de um processo rígido de formação. De certa forma, havia um acordo mútuo, de aceitação entre as partes. Sociedade, famílias, Igreja e seminários viviam de certa forma articulados, numa espécie de acordo. Hoje, embora haja uma busca intensa do espiritual, ainda que a Igreja Católica seja um dos grandes referenciais da busca popular dessa espiritualidade, na verdade, parece que a sociedade agora já não aceita plenamente os princípios propostos pela Igreja, principalmente no que concerne às questões relacionadas à moral, tais como aborto, eutanásia, planejamento familiar, contraceptivos, homossexualidade, etc.

Da mesma forma, parece que o tipo de padre “lançado” pela Igreja na sociedade não goza da aceitação que havia num passado não muito distante. Assim, por parte da Igreja há um arrefecimento de suas posturas e, conseqüentemente da manutenção de seu estilo de formação, pois esta é a estratégia utilizada novamente para marcar presença num mundo hostil, ou seja, firmar-se a partir daquilo que a sociedade nega.

Em se tratando especificamente de política formativa do clero, adotada pela Igreja contemporânea, há uma proximidade acentuada em relação aos artifícios e aos mecanismos utilizados pelo Concílio de Trento, ressalvadas as devidas proporções históricas e as necessárias atualizações para o contexto atual. Medidas semelhantes às adotadas por Trento aparecem novamente no código formativo da Igreja. Assim, isso aparece nos seminários ao estilo de instituições totais que, se não houver cuidado, podem promover a gradativa retirada do jovem do mundo real, das dificuldades, da presença junto às realidades do povo

pobre e sofrido. Tal estilo pode fazer com que o candidato venha a distanciar-se das realidades humanas, porque sua situação oferece muitas outras garantias e situações de bem-estar e facilidades. Por outro lado, os jovens que ingressam, hoje, nos seminários apresentam forte deficiência na dimensão intelectual, mesmo porque, em sua maioria, são provenientes da fracassada escola pública. Isso dificulta a instauração de um processo formativo mais livre, ligado às paróquias, por exemplo, porque se faz necessário um esforço muito grande para que o candidato venha a suprir tudo o que faltou em sua formação. Também há o aspecto das famílias de origem, que hoje, em muitos casos, são desestruturadas. Assim, há que se trabalhar com muita intensidade as várias dimensões da formação. E isto se torna mais fácil e adequado na estrutura proposta a partir da *Pastores Dabo Vobis*. À primeira vista critica-se a estrutura do seminário, mas, quando se desce à realidade da juventude e da nossa sociedade, percebe-se que a Igreja faz opção por aquilo que ela acredita ser o mais prudente.

A construção e a implementação de grandes seminários locais, em substituição aos grandes centros que agrupavam várias dioceses, fizeram com que os alunos, de certa forma, rompessem os relacionamentos com as grandes linhas ou correntes teológicas por meio dos grandes expoentes intelectuais que lecionavam nos principais institutos teológicos do Brasil. O desligamento dos centros maiores e, ao mesmo tempo, a centralização da formação na própria diocese, dentro dos ditames do bispo diocesano, determina uma singularidade na formação que, de imediato, pode parecer positiva, mas que tem o aspecto negativo do isolamento, da aplicação de um modelo teológico particular que faz parte do entendimento ou da linha teológica deste ou daquele bispo. Aparece também a desvinculação dos laços de unidade entre os estudantes. Ao isolar cada grupo em sua região, há uma quebra do sentimento de força, de união ou mesmo de unidade em torno de aspirações e mentalidades formadas a partir de projetos comuns. A formação adquire a fisionomia do interesse particular da Igreja local, segundo fatores e ideologias de determinados momentos e regiões.³⁰⁴

³⁰⁴ Cf. BEOZZO, José O. *A Igreja do Brasil – De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993, capítulo relativo aos seminários no Brasil, pp. 266-278.

Outras considerações precisam ser feitas no que se refere às instituições totais. No passado, não havia a sofisticação dos meios de comunicação; portanto, tornava-se muito mais fácil “controlar” a comunicação do jovem com o mundo externo. Hoje as ideologias e os novos costumes entram na vida das pessoas por múltiplos meios, fazendo romper a segurança oferecida pela estratégia do fechamento.

Outro dado de suma importância na formação presbiteral refere-se à idade em que a pessoa entra para os seminários. Até o final da mentalidade tridentina, o menino entrava no seminário com onze ou doze anos, no máximo. Eram raríssimos os casos em que as pessoas entravam já adultas. Então, a mentalidade era forjada dentro da instituição, no seminário, que modelava o jovem de acordo com os seus objetivos e, na maioria das vezes, para não dizer quase que na totalidade dos casos, o resultado final era um padre adulto, formado e plasmado dentro da instituição e da mentalidade da Igreja. Porém, as circunstâncias do mundo e da sociedade eram outras. Hoje, os candidatos ao seminário entram pelo menos na idade final do Ensino Médio. Não há mais o seminário menor. Assim, o jovem já traz consigo toda uma vivência familiar, uma consciência já formada “pelo mundo” a respeito da vida e de valores. Na maioria dos casos o jovem passou também pela experiência do trabalho profissional. Assim, estes são fatores cruciais, definidores de uma mentalidade pronta, que não se sujeita facilmente à tentativa de adequação à mentalidade da instituição fechada. Por isso, os questionamentos já feitos acima suscitam dúvidas sobre a eficácia de tal estilo de formação, indagando se o candidato hoje realmente pactua com as normas da Igreja, assumindo-as como valores para sua vida; se faz realmente aquilo que a Teologia Moral vai chamar de “opção fundamental” por uma vida religiosa e por determinados valores. Na verdade, apenas se sujeita temporariamente aos esquemas e às regras, aguardando a etapa seguinte, em que ele estará liberado para o mundo, livre do controle da instituição. E, além disso, o padre hoje ainda goza de prestígio social, principalmente nas sociedades menores, em cidades interioranas, onde, no imaginário sócio-religioso, o padre, a Igreja, os valores espirituais ainda têm grande impacto. Em um mundo em que cada vez mais se torna difícil conquistar um lugar e um *status* social, a proposta da Igreja torna-se tentadora para muitos.

O “novo padre” gerado por esse novo modelo formativo busca marcar sua presença no mundo por meio dos distintivos característicos de sua função sacerdotal, principalmente no que se refere às vestes, já que é crescente o número de padres que vêm adotando algum tipo de distintivo religioso: cruz peitoral, *clergiman*, vestes específicas, roupas com dizeres ou frases que o fazem ser distinguido das outras pessoas. Além do mais, Libânio afirma que, no tocante às vestes clericais, estas fazem parte de um projeto pensado pela própria alta hierarquia da Igreja. A justificativa reside na velha tentativa de sacralizar a sociedade, pois se alega que o fiel, ao visualizar o ministro religioso com as vestes que o diferenciam das outras pessoas, imediatamente remete-se ao sagrado, ao espiritual, a Deus. Assim, o padre, em suas vestes e aparatos externos, segundo a mentalidade corrente em setores da Igreja, faz revelar o sagrado, quando, na verdade, tal deveria ocorrer em decorrência do seu ser, de sua presença no mundo, de sua postura diante das pessoas e da vida, pela sensibilidade em acolher todas as pessoas, ainda que diferentes; ouvi-las, ajudá-las, solidarizar-se em suas dores, alegrias e sofrimentos.

Nesse sentido, parece que os clamores de inúmeras comunidades têm mostrado a presença de “padres novos” excessivamente autoritários, ciosos de suas atribuições eclesiais, com clara consciência de um tipo de despotismo em relação ao diferente, ao questionador, ao elemento que gera afrontas.³⁰⁵

Apesar de tudo o que foi dito acima, no que se refere à pessoa do padre, sua postura, por outro lado, também é de perplexidade e de crise de identidade diante de um mundo voraz, que lhe coloca tantos questionamentos e, ao mesmo tempo que lhe fornece prestígio e *status* social, não deixa de fazê-lo sentir-se um ser estranho ao mundo pós-moderno, gerando com certeza uma situação pessoal e afetiva muito conflitiva e incômoda.

Ainda alguns aspectos precisam ser levados em conta: a pós-modernidade e o subjetivismo, que fazem uma ruptura com os valores da modernidade. Leonardo Boff define a Pós-Modernidade como uma ideologia, porque “pretende-se passar a idéia de que, no meio da história já atingimos o fim da história”, e afirma que se vive hoje o problema da temporalidade, em que não se está mais no tempo de ontem, nem totalmente no tempo de

³⁰⁵ Cf. BENEDETTI, Luiz R. “O “novo clero”: arcaico ou moderno?”. In: *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, Volume 59, Fascículo 233 – março de 1999, pp. 88-126.

hoje. Vive-se hoje um “entretempo” em que o antigo não acabou de morrer e o novo ainda não acabou de nascer.³⁰⁶

Na pós-modernidade, a Igreja encontra problemas para marcar sua presença nestas sociedades imbuídas de tais valores. Valores como a tolerância e o pluralismo. A tolerância, entendida como forma e estratégia para salvaguardar a pluralidade, quando, segundo Boff, o imperativo hoje é mais que tolerância. É a “acceptância” de tudo e de todas as possibilidades do real e do ético. Estes são dois problemas para Igreja, porque pluralidade significa reconhecer o valor não só do outro, mas do múltiplo. Muitas vozes falam e atingem o mundo de hoje. Passou o tempo em que a Igreja era a voz mestra da sociedade. No que se refere à tolerância, esta não é menos problemática numa Igreja que dá mostras de buscar em Trento sua compreensão de sociedade, de mundo e de homem. Portanto, a Igreja torna-se porta-voz de uma visão cristalizada, impermeabilizada, que não se faz refratária ao mundo pós-moderno, ainda que apresente justificativas razoáveis para tal, como a de que a pós-modernidade seria um travestimento da cultura capitalista e da ideologia consumista.³⁰⁷

Ainda de acordo com Leonardo Boff, a pós-modernidade acabou por liberar as subjetividades do enquadramento forçado nas instituições totalitárias, portadoras de éticas rígidas, tendo como seus expoentes mais ilustres as religiões, as igrejas, os partidos ideologicamente totalitários e as filosofias globalizadoras. O tempo de agora apresenta um novo paradigma, de dimensões planetárias, em que a espiritualidade e a ética são regidas pela subjetividade, tendo essa regência escapado das mãos das religiões.

O candidato ao clero de hoje, bem como parte do clero recém-formado, já é fruto desse ambiente pós-modernizado, subjetivista. Entendê-lo enquadrado na estrutura da Igreja que às vezes ainda parece estar presa à modernidade consiste num grande desafio. Assim também constituem desafios afirmar e dar garantias de que os novos padres satisfarão às expectativas da Igreja, depois de libertados das estruturas e garras temporárias da formação. Assim, a pergunta que permanece é: Como afirmar que este modelo de formação será capaz de gerar laços estreitos de fidelidade à instituição?

³⁰⁶ BOFF, Leonardo. *A voz do Arco-íris*. Brasília-DF: Ed. Letraviva, 2000.

³⁰⁷ Idem.

Considerações Finais

Atualmente, pensar na formação do clero e dos presbíteros não constitui tarefa fácil, porque a identidade presbiteral que se cristalizou e que faz parte do imaginário popular não é criação recente, vem de longa data, desde os tempos bíblicos veterotestamentário até se chegar à raiz do sacerdócio que se estabeleceu na tradição cristã.

Da matriz sacerdotal veterotestamentária, o cristianismo herdou a essência da função sacerdotal, que consistia em fazer a ponte entre o povo e Deus. O sacerdote, que era separado do povo, deveria ser preservado totalmente de contaminação ou de contágio por situações tidas como pecaminosas e que poderiam inviabilizar seu relacionamento com Deus. Assim, isolado, era alguém purificado, estando apto a oferecer em nome do povo os sacrifícios que viessem a agradar a Deus. Quando tudo ia bem para o povo, era sinal de que Deus tinha aceitado os sacrifícios e a relação era amistosa. Ao contrário, quando apareciam as dificuldades, as catástrofes na vida do povo, este sabia que Deus não havia aceitado os seus sacrifícios e holocaustos. Conseqüentemente, o sacerdote estava no eixo dessa situação melindrosa na relação com Deus. Portanto, provém desta cultura, a idéia de separação, de distanciamento que deveria existir entre o sacerdote e o povo.

Jesus, por outro lado, rompeu com esta tradição sacerdotal ligada ao Templo. Ele não era sacerdote, não era ligado ao Templo e suas estruturas, como tampouco se filiou a alguma das muitas correntes que havia em sua época. A ação de Jesus, seus milagres, sua pregação e sua vida, com raras exceções, sempre aconteciam fora do templo, no deserto, na entrada da cidade e em outros lugares, revelando sua separação em relação à estrutura do Templo. Jesus rompeu com a idéia de sacerdote separado do povo e inseriu-se na situação vital do povo, nos seus problemas, em suas dores e sofrimentos e aí realizou sua “ação sacerdotal”, se assim se pode dizer; ação de pontífice entre Deus e o povo, sem separar-se, portanto, do povo.

Com o caminhar do cristianismo pelos séculos, no período da cristandade há um acirramento da figura sacerdotal como alguém que se deve separar do povo, principalmente

com a instituição do monarquismo, que propõe o ideal de vida ascética, separada do mundo, onde se pode encontrar a santidade.

Paralelamente a isso, há o problema do clero que, em fins da Idade Média, encontrava-se mal formado; os bispos não residiam mais em suas dioceses; a atividade sacerdotal passou a ser alvo de interesses econômicos e políticos; a situação de decadência dos costumes culminou com a eclosão da Reforma Protestante, já no mundo moderno, que rejeitou o teocentrismo e pôs em evidência o homem.

Nesse contexto de modernidade, de humanismo, de renascimento, de tantas transformações do mundo e também na vida Igreja, o concílio de Trento cumpriria o papel de fazer a Reforma da Igreja Católica, diante dos estragos causados pelo protestantismo à hegemonia católica no mundo ocidental.

Em relação à formação presbiteral, diante dos inúmeros problemas que havia no clero, o concílio de Trento encetaria esforços para elevar o nível intelectual, moral e cultural do clero, com a criação do Seminário, como uma instituição que cuidaria de suas “sementes”.

O tipo de seminário idealizado pelo Concílio de Trento e que se espalhou por todas as partes constituiu-se no modelo oficial de formação do clero católico. Tais seminários eram do estilo de instituições totais: os candidatos ingressavam ainda crianças, com o intuito de produzir, adequadamente e com todo o rigor moral, intelectual e cultural, o perfil de presbítero desejado pela Igreja.

Para alcançar a efetividade necessária desejada pelo Concílio de Trento, a Igreja trabalhou intensamente, segundo análise de Libânio,³⁰⁸ na construção de uma nova identidade católica, a partir de pilares como a formação de um novo imaginário social-religioso e o enquadramento dos fiéis e do clero a uma rígida disciplina e a uma doutrina restrita. No alicerce dessa construção, estão elementos dos quais a Igreja lançou mão, como o medo, o cerceamento religioso por meio da frequência obrigatória aos sacramentos, principalmente a Eucaristia Dominical, a Confissão Auricular, uma espiritualidade que colocava diante do fiel o medo da condenação eterna, dentre outros.

³⁰⁸ LIBÂNIO, J. B. *A Volta à Grande Disciplina*. S. Paulo: Ed. Loyola, 1984.

Como fruto de quatro séculos de aplicação das orientações do Concílio de Trento, tem-se uma concepção rigorista a respeito do padre — e, conseqüentemente, do processo formativo —, de sua idoneidade moral, intelectual, espiritual e cultural que foi, ao longo desse período, impregnada no imaginário popular.

Num processo dialético, de forma simultânea, estava em construção uma nova identidade que veio à tona com o Concílio Vaticano II. Isto se deu a partir dos abalos que há tempos vinham ocorrendo na identidade anterior, que caminhava na direção da sua própria desconstrução. Não se podem deixar de lado acontecimentos como o fim do Antigo Regime, a Revolução Francesa, a separação da Igreja Anglicana, a solidificação do capitalismo como sistema socioeconômico, principalmente na sua forma industrial, o surgimento das novas ideologias do Estado, do Liberalismo, do Socialismo e do Comunismo, que abalam fortemente a identidade católica tridentina, bem como os movimentos renovadores dentro da própria Igreja.

No século XX, auge da modernidade, a Igreja admitiu os movimentos reformistas dentro de seu próprio seio. Assim, movimentos internos como o Movimento Litúrgico, iniciado no século XIX; o Movimento Bíblico e o método histórico-crítico de leitura da Bíblia, iniciado pelos protestantes no mesmo século, depois assumido pelos católicos; e o movimento intelectual *Nouvelle Théologie*, dentre outros, finalmente iriam encontrar lugar na Igreja Católica, embora, na área da formação do clero, o Papa Leão XIII tivesse assumido uma postura mais conservadora, adotando definitivamente o ‘Neotomismo’ como delineador da Filosofia e da Teologia nos seminários. Todos esses desafios colocados à Igreja e em parte assumidos por ela, culminariam com a convocação do Concílio Vaticano II por João XXIII, em 1962.

Diante dos anseios de renovação da Igreja, principalmente de setores internos, e também no ímpeto de colocar em prática as orientações propostas pelo Concílio Vaticano II, teriam espaço dentro da Igreja experiências diversas no campo da liturgia, do estudo bíblico, de suas relações com a sociedade, mas também no campo da formação presbiteral.

A crise que aconteceu em parte do clero no período que seguiu ao Concílio Vaticano II acabou por refletir-se também nos seminários, nas vocações. Os seminários que ainda mantiveram relativo número de alunos foram aos poucos sendo desativados, passando a

formação para casas menores, devido ao reduzido número de alunos. A crise da sociedade dos anos 1960, com a contestação das instituições, chegou também ao clero e à formação nos seminários.

Nos anos posteriores ao encerramento do Concílio Vaticano II, tomou corpo uma grande crise que afetou parte do clero, com a secularização de muitos padres e religiosos; conseqüentemente, os seminários se foram praticamente esvaziando. Concomitantemente, disseminaram-se as experiências formativas, com as pequenas comunidades de inserção na realidade social.

Ainda que o Concílio Vaticano II não tivesse orientado no sentido de fechamento dos grandes seminários, com a crise, tomou-se a orientação da Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), que indicava que a formação do clero fosse realizada em pequenas casas e frisava a inserção na realidade social, bem como a experiência pastoral do formando, já no tempo de estudos. A Conferência do mesmo Episcopado, em Puebla (1979), orientou no sentido de que a formação e os seminários não fossem desvinculados da realidade social. Assim, as experiências das pequenas comunidades multiplicaram-se por toda parte, deslocando-se, dos grandes prédios e conventos, para as pequenas casas nas periferias. Entre os religiosos e, mais ainda, no ramo feminino, esta foi a tônica determinante. Várias congregações religiosas deixaram seus colégios e foram para as periferias, nas obras de inserção.

Mesmo considerando que Puebla representava o cume, o ponto alto da forma de ser da Igreja latino-americana, já havia sinais de uma volta ao modelo anterior: gradativamente, dioceses e congregações voltaram a optar pelo modelo dos grandes seminários, pois estes representavam um estilo de formação presbiteral que daria mais garantias de resultados, tanto em número como em qualidade. Dentre os fatores que determinaram essa volta, um foi o número de seminaristas que, após a crise dos anos 1970, voltou a crescer, o que determinou a busca por casas maiores para acomodá-los. Outro fator foi a necessidade de reservar, dentro do programa da formação, maior tempo para o preparo intelectual, pois, de forma gradativa, os candidatos ao clero, agora se apresentavam já adultos, trazendo uma deficiência em sua escolaridade por serem, em sua maioria, egressos da escola pública. Há ainda um outro fator: a opção dos bispos por um modelo formativo mais fechado, ao estilo

dos antigos seminários, recorrendo-se à segurança daquilo que funcionou bem no passado. E, ainda, um seminário mais ao estilo dos antigos, com maior rigor disciplinar, poderia representar um melhor controle sobre o candidato ao clero e sobre sua formação. Se o clero havia passado por crises como as do pós-concílio, haveria que cuidar dele, na sua origem, no nascedouro das vocações — o seminário —, para obter uma nova face do presbítero.

A formação presbiteral teria nova proposta em João Paulo II, com a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*, de 1992, que, recolhendo as conclusões do Sínodo dos Bispos de 1990, foi fechando o círculo dos compromissos e das reformas assumidos por João Paulo II, como a renovação da moral, a renovação do catecismo, a renovação do Código de Direito Canônico.

A *Pastores Dabo Vobis* traz como principal exigência a necessidade de formação presbiteral nas dimensões: humana, como fundamento da vocação sacerdotal; espiritual, para se formar em comunhão com Deus e à procura de Cristo; intelectual, como inteligência da fé; e a pastoral, para comungar da caridade de Cristo, Bom Pastor. Traz também orientações concretas a respeito dos ambientes e dos protagonistas da formação presbiteral.

A opção pela formação, nos seminários, mais parecida com o modelo tridentino, pelo menos em sua estrutura física, bem como a Exortação *Pastores Dabo Vobis* veio como desejo de responder aos anseios de que muito precisaria ser mudado na formação do clero, principalmente na realidade atual, quando muito se tem escrito a respeito das dificuldades que o novo clero, os padres jovens, têm enfrentado: má formação intelectual, despreparo e incapacidade para dialogar com o mundo pós-moderno e urbanizado, com o pluralismo religioso e cultural³⁰⁹; um sentimento de insatisfação com a escolha de vida, uma dor ou uma “doença de alma” pela qual passam os padres³¹⁰; pouco amor aos estudos, muito apego aos sinais distintivos de sua condição presbiteral: poder, vestimentas, aburguesamento; e pouco amor e compromisso com os mais pobres e as causas sociais;

³⁰⁹ BENEDETTI, Luiz R. “O “novo clero”: arcaico ou moderno?”. In: *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, Volume 59, Fascículo 233 – março de 1999, pp. 88-126.

³¹⁰ COZZENS, Donald B. *A face mutante do sacerdócio*. S. Paulo: Ed. Loyola, 2001.

enfim, o padre *light*³¹¹. Todos estes elementos delineiam, mostram um perfil que é a característica da maioria do clero mais novo, de formação mais recente. Daí as preocupações com a formação do clero serem plenamente justificadas.

A respeito da experiência tópica da pequena Casa de Formação, a residência do Bosque, dois olhares ou duas avaliações são possíveis: uma de “fracasso”, sob o ponto de vista do clero local mais tradicional; este, mesmo desejoso das mudanças do Concílio Vaticano II, não conseguiu ter a devida compreensão para tudo o que comportava um novo tipo de formação, desde o estilo de vida dos formandos até sua presença na Universidade e sua atuação no Movimento Estudantil, que foram os pontos mais chocantes. Sob o ponto de vista do grupo do clero que apostou nas mudanças do Vaticano II e que compreendeu a necessária abertura na formação presbiteral, na vida dos formandos e a presença atuante destes na vida social, a experiência foi positiva, ainda que não se tenha ordenado nenhum padre. Apesar de todas as dificuldades encontradas, os responsáveis pela experiência acreditam ter lançado no mundo pessoas críticas, bem formadas, dispostas a viver em sua área de atuação os valores cristãos apreendidos no período formativo.

Este ponto de vista daqueles que apostaram no novo modelo formativo pode ser atestado a partir do destino daqueles jovens que foram formados pela Casa do Bosque e na Universidade: a maioria dos ex-seminaristas abraçou a carreira docente universitária, em universidades tidas como muito conceituadas no Brasil, ou seja, tornaram-se educadores, formadores de opinião, fazendo parte de uma minoria privilegiada do País.

Por outro lado, a formação do clero em Campinas vive uma dicotomia: os alunos residem nos seminários, que voltaram a ter características disciplinares dos modelos anteriores, mas continuam estudando na Universidade, sendo alunos de professores que estão na vanguarda de uma Teologia e uma Filosofia críticas. Este fato, além de parecer contraditório, apresenta um aspecto conflitivo para os próprios alunos que, na maioria das vezes, não conseguem ter o alcance e o preparo necessário para assumir uma ou outra linha teológica ou filosófica.

³¹¹ ANTONIAZZI, Alberto. A OSIB e os desafios da formação presbiteral (CNP 48). In: *Vida Pastoral*, nº 232. S. Paulo: Ed. Paulus, setembro/outubro de 2003, p. 28.

A procedência social dos alunos que entram para o seminário hoje explica suas dificuldades em absorver uma sólida formação universitária, o que os faz ter um perfil totalmente diverso dos alunos da pequena casa formativa. Hoje, como já mencionado anteriormente, a maioria dos candidatos ao clero provém de classes sociais menos favorecidas, obrigados a entrar cedo no mundo do trabalho e egressos da escola pública, enquanto que os alunos da Casa do Bosque procediam em sua maioria da classe média e média alta, o que os tornava privilegiados em relação aos atuais, pois vinham de um histórico familiar e econômico que lhes possibilitou uma boa formação, hábito de estudos e não precisaram ingressar bem jovens no mundo do trabalho.

Pode-se dizer que a não-abolição da lei do celibato compulsório aos padres, como era esperado no bojo das reformas do Concílio Vaticano II, acabou mudando de feição o perfil da maioria dos que procuram pela carreira eclesiástica e, conseqüentemente, a própria formação. Com a continuidade do celibato, muitos padres deixaram o estado clerical e parte daqueles que procuram pela carreira eclesiástica são os que aceitaram viver a renúncia do matrimônio. Nas classes menos favorecidas, isto acabou se tornando mais fácil de aceitar, tendo em vista as oportunidades e a promoção de vida que o estado clerical pode oferecer. Os jovens de classe média ou classe média alta não precisariam recorrer à carreira eclesiástica para ter estudo, acesso à universidade e mínimas condições materiais de sobrevivência.

Diante desse quadro, principalmente da consciência das deficiências trazidas atualmente pelos candidatos ao clero, a Igreja acredita que, optando novamente por um modelo de formação mais antigo, que restringe a liberdade do formando na vida social, poderá elevar ou manter um determinado nível do clero.

Muito se indaga em relação à segurança dos modelos antigos de seminário, no sentido de que possam realmente superar o fracasso das reformas ligadas ao clero que não aconteceram com o Concílio Vaticano II, como por exemplo, o celibato. Pode-se dizer que essas reformas, não acontecidas, acabaram esvaziando parte do espírito renovador do Concílio.

Referências Bibliográficas

Magistério Conciliar

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1968.

_____, *Constituição Dogmática Lumen Gentium* (21/11/1964). Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1968.

_____, *Decreto Presbyterorum Ordinis* (07/12/1965). Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1968.

_____, *Decreto Optatam Totius* (28/10/1965). Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1968.

Magistério Pontifício

GREGÓRIO XVI e PIO IX, PAPAS. In: *Documentos da Igreja*. S. Paulo: Ed. Paulus, v. 6, 1999.

JOÃO PAULO I, PAPA. Primeira Radiomensagem. In: *L'Osservatore Romano*, edição semanal portuguesa, 3/set/1978, nº 36 (457) p. 6.

JOÃO PAULO II, PAPA (1978-2005). Exortação Apostólica Pós-Sinoidal sobre a formação dos sacerdotes – Pastores Dabo Vobis. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

_____. In: *Documentos da Igreja*. S. Paulo: Ed. Paulus, v. 4, 1997.

_____. *Sob o signo da fidelidade*. In *SEDOC* (Serviço de Documentação), vol. 11, nº 117, dez.1978. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1978.

_____. *Discurso ao Corpo Diplomático*. In: *SEDOC* (Serviço de Documentação) vol. 11, nº 117, dez.1978. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1978.

_____. *Homilia de Entronização*. In: *SEDOC* (Serviço de Documentação) vol. 11, nº 117, dez.1978. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1978.

_____. *Sobre a Formação dos Sacerdotes “Pastores Dabo Vobis”*, Exortação Apostólica Pós-Sinodal. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

JOÃO XXIII, PAPA (1958-1963). In: *Documentos da Igreja*. S. Paulo: Ed. Paulus, v. 2, 1998.

PAULO VI, PAPA (1963-1978). *Exortação Apostólica sobre a evangelização no mundo contemporâneo* Evangelii Nuntiandi. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

_____. In: *Documentos da Igreja*. S. Paulo: Ed. Paulus, v. 3, 1997.

Congregações Romanas

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *O Presbítero, Pastor e Guia da Comunidade Paroquial – Instrução*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 2003, (nº 10).

_____. *O Presbítero, Mestre da Palavra, Ministro dos Sacramentos e Guia da comunidade em vista do Terceiro Milênio*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1999, (nº 173).

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastora.*, São Paulo: Ed. Paulinas, 1998, (nº 156).

Conferências Episcopais

CELAM, 2ª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1998.

CELAM, 3ª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Puebla, a evangelização no presente e no futuro da América Latina*, Texto Oficial da CNBB. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

CELAM, 4ª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Santo Domingo, Nova Evangelização, promoção humana, cultura cristã, “Jesus Cristo ontem, hoje e sempre” (Hb 13,8). São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

CNBB – Série Documentos

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil, diretrizes básicas*, (06/06/1995). São Paulo: Ed. Paulinas, 1995, (Documentos, 55).

_____. Carta aos Presbíteros, “O que vimos e ouvimos, nós vo-lo anunciamos” (1Jo 1,3a). São Paulo: Ed. Paulinas, 2004, (Documentos, 75).

_____. *Vida e Ministério do Presbítero, pastoral vocacional*, (26/02/1981). São Paulo: Edições, Paulinas, 1981, (Documentos, 20).

_____. Igreja: Comunhão e Missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura, (13/22/04/1988). São Paulo: Edições Paulinas, 1990, (Documentos, 40).

CNBB - Estudos e Relações

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Situação e Vida dos Seminaristas Maiores no Brasil II*. São Paulo: Paulus, 1995, (Estudos, 74).

_____. *Espiritualidade Presbiteral Hoje*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1974, (Estudos no. 1).

COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS. *O Presbítero no mundo globalizado*. Instrumento preparatório ao 10º Encontro Nacional de Presbíteros, em fev./2004. Brasília-DF: CNBB, 2003.

_____, Documentos dos Presbíteros, (Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico), Rio de Janeiro, Julho de 1969.

LIBÂNIO, J. B. OSIB-ORGANIZAÇÃO DOS SEMINÁRIOS E INSTITUTOS DO BRASIL-SUL-I. *Numa sociedade em mudança – valores e desafios*, XIX Assembléia Regional, 02-05 de maio de 2005, Mimeo.

_____. A formação do presbítero para a missão num tempo de pós-modernidade, XIX Assembléia Regional, 02-05 de maio de 2005, Mimeo.

Dissertações e Teses

CÂMARA Neto, Isnard de Albuquerque. *A Ação Romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, Primeiro Bispo de Taubaté (1909-1953)*. Tese de Doutorado, S. Paulo, USP, 2006.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. *Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio*. Dissertação de Mestrado, S. Paulo, USP, 1999.

LANHOCHI, Teresinha Santarosa. *Padres Rebeldes*. Dissertação de Mestrado, S. Paulo, USP, 1992.

RIGOLO FILHO, Pedro. *A Romanização como cultura religiosa – as práticas sócias e religiosas de D. João Batista Correa Nery – Bispo de Campinas (1908-1920)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 2006.

TAGLIAVINI, João Virgílio. *Garotos no Túnel – Um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1990.

Livros

ALBERIGO, G. *História dos Concílios Ecumênicos*. S. Paulo: Ed. Paulus, 1995, pp. 317-364.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

AUNEAU, J. *O sacerdócio na Bíblia*. S. Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Regulando. *Pastores Dabo Vobis A Neocristandade, um projeto restaurador*. - História do Pensamento Católico no Brasil – V. São Paulo: Paulus, 1994.

BALDISSERA, Deolino P. *Sou o que faço de minha história – guia para formandos*. S. Paulo: Paulinas, 2002.

BARREIRO, Álvaro. *Igreja, povo santo e pecador – estudo sobre a dimensão eclesial da fé cristã, a santidade e o pecado na Igreja, a crítica e a fidelidade à Igreja*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

BARTH, Adalábio. *Animação Vocacional, Missão de todos*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

BATTISTONI FILHO, Duílio. *Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas*. Campinas: Ed. Komedi, 2002.

- BENEDETTI, Luiz Roberto. *Templo, Praça, Coração: A articulação do campo religioso católico*. S. Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP – CER, 2000.
- BENELLI, Sílvio José. *Pescadores de Homens: Estudo Psicossocial de um Seminário Católico*. S. Paulo: Edunesp, 2006.
- BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado*. S. Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- BERNSTEIN, Carl e POLITI, Marco. *Sua Santidade João Paulo II e a História oculta do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1996.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. S. Paulo: Ed. Paulus, 2002.
- BOFF, Leonardo. *A voz do Arco-íris*. Brasília-DF: Ed. Letraviva, 2000.
- _____. *E a Igreja se fez povo – Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1985.
- _____. *Novas fronteiras da Igreja – o futuro de um povo a caminho*. Campinas-SP: Verus Editora, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. S. Paulo: Zouk, 2004.
- CAMPOS, José Narino de. *Brasil: uma Igreja diferente*. S. Paulo: T.A. Queiroz, 1981.
- CEHILA-COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA. *História da Igreja no Brasil*. S. Paulo: Paulinas/Petrópolis: Ed. Vozes, 1992, Tomo II/1.
- _____. *História da Igreja no Brasil*. S. Paulo: Paulinas/Petrópolis: Ed. Vozes, 1992, Tomo II/2.
- CENTRO VOCACIONAL DIOCESANO DE CREMONA. *O rosto feminino da vocação, notas para uma reflexão*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano, Credibilidades Políticas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- _____. *A invenção do cotidiano*, Artes de Fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- _____. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.
- COMBLIN, José. *Povo de Deus*. S. Paulo: Paulus, 2002.

- CONGAR, Yves M. – J. *Os leigos na Igreja*. S. Paulo: Ed. Herder, 1966.
- COZZENS, Donald B. *A face mutante do sacerdócio*, Reflexão sobre a crise de alma do sacerdote. S. Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- _____. *Silêncio Sagrado*. S. Paulo: 2005.
- DENZINGER, Enrique. *El Magisterio de la Iglesia*, Manual de los símbolos, definiciones y declaraciones de la Iglesia en materia de fe y costumbres. Barcelona: Ed. Herder, 1997.
- DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica*, Memória e Identidade. Bauru-SP: Edusc-Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 2002.
- DIOCESE DE CAMPINAS. Poliantéia do Cinquentenário da Diocese de Campinas. 1908-1958, abril de 1959.
- D. JOÃO NERY (1863-1920), 1^o. BISPO DE CAMPINAS – SAUDOSA HOMENAGEM À SUA SANTA MEMÓRIA. S. Paulo: Oficinas Gráficas Cardozo Filho e C. 1920.
- DUFFY, E. *Santos e Pecadores*, História dos Papas. S. Paulo: Ed. Paulus, 1992.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* – nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- FRÖHLICH, Roland. *História da Igreja*. S. Paulo: Ed. Paulus, 1987.
- GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Escancarada*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. S. Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *Do Vaticano II a um novo Concílio* – O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. S. Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- GONÇALVES, Pedro César Kemp. *Reflexões sobre a religião como utopia e esperança*. S. Paulo, Ed. Paulinas, 1985.
- GONZÁLEZ, Fidel. *Los Movimientos en la Historia de la Iglesia*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1999.
- GONZÁLEZ-QUEVEDO, Luís. *Projeto de vida: amar e ser amado*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.
- HÄRING, Bernard. *Que padres... para a Igreja?*. Porto-Portugal: Ed. Perpétuo Socorro/Aparecida-SP: Ed. Santuário, 1995.
- HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. *Servir a Cristo na Comunidade*, O ministério presbiteral em Edward Schillebeeckx. S. Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- HOFSTÄTTER, Leandro Otto. *A concepção do pecado na Teologia da Libertação*. São Leopoldo-RS: Ed. Nova Harmonia, 2003.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995) – O debate metodológico*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- IDÍGORAS, José Ignacio Tellechea. *Inácio de Loyola, A aventura de um cristão*. S. Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- IDO-C2. *Padres Amanhã?* Petrópolis: Ed. Vozes, s/d.
- JAY, Nancy. *Com toda a tua descendência para sempre*. S.Paulo: Paulus, 1997.
- JOHNSON, Paul. *O livro de ouro dos papas, A vida e a obra dos principais líderes da Igreja*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade – os cantos e os antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: Ed. da USP, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Ed. Stampa, 1993.
- LEGRAND, H. “Ministerios de la Iglesia local”. In: B. LAURET-F. REFOULÉ., *Iniciación a la practica de la Teología*, Dogmatica 2, Tomo III. Madrid: Ed. Cristiandad, 1985, pp. 175-258.
- LIBÂNIO, J. B. *A Volta à Grande Disciplina*. S. Paulo: Ed. Loyola, 1984.
- _____. *Cenários da Igreja*. S. Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- _____. *Olhando para o futuro – Prospectivas Teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina*. S. Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- LIBÂNIO, J. B. e MURAD, Afonso. *Introdução à Teologia*. S. Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- MAIA, Gilson L. *Animação Vocacional na América Latina – Desafios e perspectivas no início do século XXI*. São Paulo: IPV-Inst. de Past. Vocacional, 2005.
- MARIANO, Júlio. *Campinas de ontem e de ante-ontem*. Campinas: Ed. Maranata, 1970.

- _____. *Badulaques*. S. Paulo: Ed. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- MARTINIC, Marcos Buvinic. *O sacerdote, dom de Deus*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- MASSIH, Eliana. O trabalho conjunto de psicólogos e formadores à Vida Religiosa. Mimeo, 2006.
- MELONI, Reginaldo Alberto. *Ciência e Produção Agrícola – A imperial estação agrônômica de Campinas (1887-1897)*. S. Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 2004.
- MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.
- MORO, Celito. *A formação Presbiteral em comunhão para a comunhão: perspectivas para as casas de formação sacerdotal*. Aparecida-SP: Ed. Santuário, 1997.
- OLIVEIRA, José Antonio Netto de, *Reflexões sobre a Formação*, São Paulo, Ed. Loyola, 2003.
- OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. *Teologia da Vocação*. São Paulo: IPV-Instituto de Pastoral Vocacional/Ed. Loyola, 1999.
- OLIVEIRA, Valnei Pamponet. *Equipe Vocacional Paroquial – um mutirão pelas vocações*. São Paulo: IPV-Instituto de Pastoral Vocacional/Ed. Loyola, 2003.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. *O desencantamento de mundo – todos os passos do conceito em Max Weber*. S. Paulo: USP, 2003.
- PINTONELLO, Aquiles. *Os Papas*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1986.
- RESENDE, César de. *O serviço sacerdotal*. S. Paulo: Ed. Ave Maria, 1974.
- ROGIER, L. J.e SAUVIGNY, J. De Bertier de. *Nova História da Igreja – Século das Luzes, Revoluções, Restaurações*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- SCHILLEBEECKX, Edward. *Por uma Igreja mais humana*. S. Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- SCHREINER, Josef. *Palavra e Mensagem*. S. Paulo: Edições Paulinas, 1978.
- SESSO JÚNIOR, Geraldo. *Retalhos da Velha Campinas*. Campinas: Empresa Gráfica e Editora Palmeiras, 1970.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. S. Paulo: Global, 1988.
- SOUSA, Rosa Fátima de. *O Direito à Educação: Lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas: Ed. Da Unicamp-CMU, 1998.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *Do Vaticano II a um novo concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: CERIS/Ed. Rede da Paz/Ed. Loyola, 2004.

SOUZA, Ney de, (org.). *Catolicismo em São Paulo – 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 2004.

VALLE, Edênio (org.), BENEDETTI, Luiz Roberto, ANTONIAZZI, Alberto. *Padre, você é feliz? – Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil*. Brasília: CNBB-Comissão Nacional de Presbíteros/São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

VANHOYE, Albert. *A mensagem da Epístola aos Hebreus*, São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VV.AA. *O comportamento Social*. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1970.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. S. Paulo: Ed. Moraes, 1987.

XAVIER, Maria Elisabeth S., RIBEIRO, Maria Luíza S., NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação – A escola no Brasil*. S. Paulo: FTD, 1994.

Revistas e Periódicos

ALBERIGO, Giuseppe. O sentido do Concílio de Trento na história dos concílios. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 58, fascículo 231, Petrópolis: Ed. Vozes, setembro de 1998, pp. 543-564.

_____. O Vaticano II e sua história. In: *Concilium-Revista Internacional de Teologia*, Nijmegen, Holanda, 312-2005/4.

ALMEIDA, Dalton Barros de. A pessoa do presbítero como homem de relações. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 58, fascículo 231, Petrópolis: Ed. Vozes, setembro de 1998, pp. 671-682.

ANTONIAZZI, Alberto. Notas para a história dos presbíteros no Brasil (1969-1998). *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 58, fascículo 231, Petrópolis: Ed. Vozes, setembro de 1998, pp. 597-617.

AZZI, Riolando. O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e mundo: uma perspectiva histórica. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 66, fascículo 262, Petrópolis, Ed. Vozes, abril de 2006, pp. 337-369.

BENEDETTI, Luiz Roberto. O novo clero: arcaico ou moderno? *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 95, fascículo 233, Petrópolis, Ed. Vozes, março de 1999,

BENELLI, Sílvio J., COSTA-ROSA, Abílio da. Estudo sobre a formação presbiteral num seminário católico. *Estudos de Psicologia*, PUC-Campinas, v. 20, nº 3, pp.99-123, setembro/dezembro de 2003.

_____. Paradigmas eclesiais e pedagógicos na formação sacerdotal institucional: uma investigação em psicologia social. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 66, fascículo 264, Petrópolis, Ed. Vozes, de 2006, pp. 807-841.

BEOZZO, José O. Medellín: Vinte anos depois (1968-1988) – Depoimentos a partir do Brasil. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, Volume 48, Fascículo 192, dezembro de 1988, pp. 771-805.

BINGEMER, Maria Clara L. Vocação Sacerdotal e fragilidade humana. *Revista A Tribuna*, Campinas, Arquidiocese de Campinas, no. 3810, maio de 2004.

BOFF, Clodovis M. Considerações indignadas sobre a formação religiosa hoje, *Convergência*, nº 319, (jan./fev.1999), pp. 37-47.

BORGMAN, Erik. “Gaudium et Spes: O futuro esquecido de um documento revolucionário. *Concilium-Revista Internacional de Teologia*, Nijmegen, Holanda, 312-2005/4.

BUSS, Nilo. O Sínodo sobre a formação presbiteral. *Revista Convergência*, Rio de Janeiro, CRB-Conferência dos Religiosos do Brasil, no. 242, maio de 1991.

CIPOLINI, Pedro Carlos. Sacerdócio Comum dos Fiéis e Sacerdócio Ministerial em seu relacionamento nas comunidades eclesiais. *A Tribuna*, Campinas-SP, Arquidiocese de Campinas, março/2004 p. 5, Abril/2004 p. 5, maio/2004 p. 5, junho/julho/2004 p. 5, agosto/2004 p. 5 e outubro/2004 p. 5.

CONCILIUM, Revista Internacional de Teologia, “Vaticano II: Um futuro esquecido?”, Nijmegen, Holanda, 312-2005/4.

COSTA, Maria Teresa. Arcebispo quer cruzada em busca de padres. Campinas, *Caderno Cidades, Jornal Correio Popular*, 10 de Abril de 1998.

CNP/CNBB-COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS, Subsídio de Reflexão do 11º. Encontro Nacional de Presbíteros – Missionariedade e Profetismo do Presbítero, na Igreja e no Mundo, à luz do Concílio Vaticano II, Brasília, CNP/CNBB, 2006.

COMBLIN, José. Medellín: 20 anos depois – Balanço temático. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, Volume 48, Fascículo 192, dezembro de 1988, pp. 806-829.

_____. Os sinais dos tempos. *Concilium-Revista Internacional de Teologia*, Nijmegen, Holanda, 312-2005/4.

CROZERA, Paulo. Os presbíteros do futuro e o futuro dos presbíteros. *Revista A Tribuna*, Campinas, Arquidiocese de Campinas, no. 3801, junho/julho de 2003.

FELLER, Vítor Galdino. O ministério presbiteral na virada do milênio. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 58, fascículo 231, Petrópolis, Ed. Vozes, setembro de 1998, pp. 663-670.

GONZÁLEZ-QUEVEDO, Luís. Formação para a vida consagrada no Sínodo dos Bispos. *Revista Convergência*, Rio de Janeiro, CRB-Conferência dos Religiosos do Brasil, no. 286, outubro de 1995.

HOORNAERT, Eduardo. Os 40 anos do Concílio Vaticano II. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 66, fascículo 261, Petrópolis, Ed. Vozes, Janeiro janeiro de 2006, pp. 151-161.

KÛNG, Hans. O Concílio esquecido? *Concilium-Revista Internacional de Teologia*, Nijmegen, Holanda, 312-2005/4.

LIBÂNIO, João Batista. As diversas vocações na Igreja, mimeo, 2003.

LORSCHIEDER, Aloísio. Identidade e espiritualidade do padre diocesano. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 61, fascículo 241, Petrópolis, Ed. Vozes, março de 2001, pp. 52-67.

- _____. O perfil espiritual e pastoral do presbítero hoje. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 62, fascículo 246, Petrópolis, Ed. Vozes, abril de 2002, pp. 297-306.
- MELLONI, Alberto. O que foi o Vaticano II? – Breve guia para os juízos sobre o Concílio. *Concilium-Revista Internacional de Teologia, Nijmegen, Holanda*, 312-2005/4.
- MOREIRA, Alberto da Silva. O legado do concílio e os sinais do nosso tempo. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 66, fascículo 263, Petrópolis, Ed. Vozes, julho de 2006, pp. 617-630.
- OLIVEIRA, José A. O Presbítero no mundo globalizado. *Vida Pastoral*, nº 234, S. Paulo, Paulus, jan./fev. de 2004.
- QUINTAMAR, Andréa Sánchez. Identidad y Conciencia en la Enseñanza de la Historia. *Identidad en el Imaginario Nacional*, p. 295, México, Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, s/d.
- REB-REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. “Medellín: Vinte anos depois”, Volume 48, Fascículo 192, dezembro de 1988.
- _____. Volume 58, Fascículo 231, setembro de 1998, “Caminhos de Salvação” sobre a formação e vida dos presbíteros.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. “Conservadorismo eclesial e uma estratégia política”. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 49, fascículo 194, Petrópolis, Ed. Vozes, junho de 1989, pp. 259-281.
- ROUANET, Sérgio Paulo. “A volta de Deus”. *Caderno MAIS, Jornal Folha de São Paulo*, S. Paulo: 19 de maio de 2002.
- SEDOC-SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. *Sínodo dos Bispos: A formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais*, Volume 23 – 224, Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, janeiro-fevereiro de 1991.
- TABORDA, Francisco. O ministério ordenado na Igreja – uma perspectiva católica. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 62, fascículo 247, Petrópolis, Ed. Vozes, julho de 2002, pp. 548-575.
- TEIXEIRA, Faustino. “Fases do Catolicismo Brasileiro Contemporâneo”. *Revista USP*, S. Paulo, USP-Editora, no. 67, set./out./nov. 2005, p. 14-23.

THEOBALD, Christoph. As opções teológicas do Concílio Vaticano II: Em busca de um princípio “interno”de interpretação. *Concilium-Revista Internacional de Teologia*, Nijmegen, Holanda, 312-2005/4.

VALLE, João Edênio dos R. Dimensão Psico-Afetiva da vida e do ministério do presbítero. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 58, fascículo 231, Petrópolis, Ed. Vozes, setembro de 1998, pp. 683-690.

_____. “Interpretando os sinais destes tempos agitados”. *REB-Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 66, fascículo 263, Petrópolis, Ed. Vozes, julho de 2006, pp. 562-574.

VELATI, Mauro. “Os outros: Ecumenismo e Religiões”. *Concilium-Revista Internacional de Teologia*, Nijmegen, Holanda, 312-2005/4.

A.M.D.G.

Oi Padre Eduardo! Tudo bom? Segue o email que o senhor pediu, porém no texto seria legal rever duas coisinhas: o Padre Narciso dava aulas de Filosofia Crítica da História no curso que fiz História, bem como Filosofia em vários outros cursos. Quanto ao meu casamento estamos comemorando 35 anos. Foi em 1973.

Eu, Regina Teixeira Beltramelli, rg: 3780611-7 autorizo o Padre José Eduardo Meschiatti a publicar meu depoimento a respeito de sua pesquisa "Trabalhadores da Vinha", para doutorado pela Unicamp.

Campinas, 20 de junho de 2008.

Prezado José Eduardo

Estou enviando meu depoimento com algumas alterações que considero importantes no sentido de não envolver terceiros

já que não tenho autorização para falar em nome deles.

Obrigada pela atenção e parabéns pelo trabalho.

damaris" Autorizo José Eduardo Meschiatti a publicar meu depoimento, que deverá constar em seu trabalho de Doutorado pela Unicamp, "Trabalhadores da Vinha"

Nome - Maria Damaris Picarelli Ribeiro Porto RG 4182600-0

Data...20/06/2008